



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08,
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Boa Vista-RR, 16 de novembro de 2015

Edição 2173 | Páginas: 60

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA | 50º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAIS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Suplentes:

1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águia Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaiais Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águia Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

Atos Administrativos

- Resolução de Afastamento nº 438/2015 02

Atos Legislativos

- Lei Estadual nº 1018 02
- Decreto Legislativo nº 016/2015 02
- Propostas de Moção nº 036 e 037/2015 03

Atas Plenárias

- Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Comunicado nº 001/2015 03
- Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos - Edital de Convocação nº 014/2015 03
- Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde - MEMO nº 003/2015 e Atas de Reunião 03

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), em formato .doc (Word), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015 e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 438/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **PRICILA ARAÚJO AMORIM Matrícula 8827**, **LUCAS RODRIGUES MARQUES Matrícula 15501** e **LENNO MAYCON DA SILVA Matrícula 9460** para viajarem com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 12.11 a 19.11.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de Novembro de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
LEIS ESTADUAIS
LEI Nº 1018, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o tratamento simplificado e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele, **Deputado Jalser Renier Padilha**, nos termos do §8º do art. 43 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Nas contratações realizadas no âmbito da Administração direta, das autarquias, das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, no âmbito regional, por meio da descentralização territorial dos processos licitatórios.

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório:

I - destinado exclusivamente à participação de microempresas e de empresas de pequeno porte nas contratações, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

III - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e de empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, ocasião em que poderá:

a) definir os respectivos lotes que correspondam à utilização ou distribuição em cada um dos Municípios que compõem as circunscrições nas quais se subdivide o órgão responsável pela licitação;

b) permitir aos proponentes a cotação de quantidade inferior à demandada em cada item ou lote, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

§ 1º O valor licitado, em conformidade com este artigo, não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º Na hipótese do inciso II deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração poderão ser destinados diretamente às microempresas e às empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso III deste artigo, poderá o edital reunir em um mesmo lote as quantidades destinadas

ao atendimento das demandas de unidades ou quaisquer outras subdivisões territoriais, de um mesmo órgão, localizadas em diversos Municípios.

Art. 3º Não se aplica o disposto nesta lei quando:

I - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, ou para preservar a economia de escala;

IV - se tratar de contratação na área de saúde.

Art. 4º Para fins de cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a Administração Pública direta e indireta deverá elaborar e divulgar anualmente o Plano Anual de Contratações Públicas, que discriminará os respectivos processos licitatórios nas hipóteses dos incisos I, II e III do artigo 2º desta lei.

Art. 5º Para fins de cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, a Administração Pública direta e indireta deverá capacitar os gestores responsáveis pelas contratações públicas e estimular as entidades públicas e privadas de apoio e serviço a capacitarem as microempresas e empresas de pequeno porte, visando à sua participação nos processos licitatórios.

Art. 6º O Plano Anual de Contratações Públicas e os instrumentos convocatórios para os processos de licitação, que prevejam o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e, obrigatoriamente e o mais amplamente possível, na rede mundial de computadores.

Art. 7º As microempresas e as empresas de pequeno porte ficam dispensadas da apresentação da documentação relativa à regularidade fiscal, prevista no artigo 29 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para habilitação nos certames licitatórios de que trata esta lei, devendo, entretanto, apresentar declaração escrita, firmada por seu representante legal, de que se encontram em situação regular perante a Fazenda Federal, a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal, sob as penas da lei.

§ 1º Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual certidão negativa ou positiva com efeito negativa.

§ 2º A falta de regularização, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 8º As disposições desta lei aplicam-se à Administração Direta e Indireta estadual.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 10 de novembro de 2015.

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

DECRETOS LEGISLATIVOS
DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/2015.

Concede a comenda Ordem do Mérito Legislativo na categoria Mérito Especial ao ex-jogador de Handebol Matheus Yukio Sato e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda **Ordem do Mérito Legislativo na categoria Mérito Especial ao ex-jogador de Handebol Matheus Yukio Sato**, instituído nos termos do Art. 2º e inciso I e do Art. 3º do Decreto Legislativo nº 05, de 14 de junho de 2006.

Art. 2º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização da Sessão de entrega da comenda, constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 5 de novembro de 2015.
 Deputado **CORONEL CHAGAS**
 1º Vice-Presidente
 Deputado **NALDO DA LOTERIA**
 1º Secretário
 Deputado **MARCELO CABRAL**
 2º Secretário

PROPOSTAS DE MOÇÃO

PROPOSTA DE MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE Nº 036/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar.

- Moção de Apoio e Solidariedade ao povo Mineiro que, no último dia 5, teve completamente destruído por uma enxurrada de lama o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Região Central de Minas Gerais em razão do rompimento de 2(duas) barragens de rejeitos de uma mineradora, onde pelo menos 4(quatro) mortes já foram confirmadas, 24(vinte e quatro) pessoas se encontram desaparecidas e 612(seiscentos e doze) desabrigadas.

Palácio Antônio Augusto Martins, 12 de novembro de 2015.

Dep. **JALSER RENIER**

Presidente

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

PROPOSTA DE MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE Nº037/2015

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

A Assembleia Legislativa, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, vem de público apresentar.

- **Moção de Apoio e Solidariedade** ao povo Capixaba que, vem sendo atingido pelos efeitos do desastre ocorrido no último dia 5, teve completamente destruído por uma enxurrada de lama o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, Região Central de Minas Gerais em razão do rompimento de 2(duas) barragens de rejeitos de uma mineradora, onde pelo menos 4(quatro) mortes já foram confirmadas, 24(vinte e quatro) pessoas se encontram desaparecidas e 612(seiscentos e doze) desabrigadas, fato esse que pela contaminação das principais fontes de água do Estado de Espírito Santo, deixa algumas cidades sem abastecimento de água potável.

Palácio Antônio Augusto Martins, 12 de novembro de 2015.

Dep. **JALSER RENIER**

Presidente

Dep. **NALDO DA LOTERIA**

1º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

2º Secretário

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA,
 TRIBUTAÇÃO E CONTROLE

Em 13/11/2015

COMUNICADO Nº 001/2015

Comunico aos Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão, Aurelina Medeiros, Dhiego Coelho, Izaias Maia, Jânio Xingü, Marcelo Cabral e Soldado Sampaio, que esta Comissão se reunirá no dia **17 de novembro (terça-feira) às 15h, na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas**, conforme convocação feita por esta Presidência na reunião ordinária do dia 10/11/15. Informo ainda, que esta Comissão convocou os Senhores; Kalil Gibran Linhares Coelho, Secretário de Estado da Saúde-SESAU; Selma Maria de Souza e Silva Mulinari, Secretária de Estado da Educação e Desportos-SEED;

Gilzimar Almeida Barbosa, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SEAPA; Francisco Flamarion Portela, Secretário de Estado da Infra Estrutura-SEINF e Alexandre Alberto Henklain Fonseca, Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento- SEPLAN, para discutir as Emendas Parlamentares individuais apresentadas ao Orçamento/2015.

Dep. Coronel Chagas
 Presidente

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
 COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS
 PÚBLICOS.**

Em 13/11/2015

EDITAL DE CONVOCACÃO Nº 014/2015

Convocamos os Senhores Deputados que compõe esta Comissão:

Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Odilon Filho e Lenir Rodrigues, para reunião Ordinária desta Comissão, no dia 17 de novembro (terça-feira) após Sessão Plenária na Sala de Reuniões, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, para apreciação e deliberação do Projeto de Lei Nº **007/2015** de autoria do Senhor Deputado George Melo, que “dispõe sobre a adoção das cores oficiais na pintura de prédios públicos e dá outras providências”.

Jorge Everton
 Presidente da Comissão

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE**
 Memo nº 003/15

Da: Comissão de Educação, Cultura Desportos e Saúde.

À: Senhora Gerente de Documentação Geral.

Assunto: **Publicação de Atas.**

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria Atas desta Comissão, referente às reuniões realizadas nas datas: 03/03/15; 18/03/15; 19/03/15; 07/04/15; 15/04/15; 22/04/15; 29/04/15; 26/05/15; 25 /06/15; 26/06/15; 05/08/15; 10/08/15; 12/08/15 e 18/08/15, para serem publicadas **extemporaneamente.**

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2015

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE.

REALIZADA NO DIA 03 DE MARÇO DE 2015.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, na sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Vice-Presidente desta Comissão, presentes os Senhores Membros Deputados Chico Mozart e Mecias de Jesus; ausentes os Senhores Deputados Masamy Eda e Lenir Rodrigues **ABERTURA:** Havendo *quórum* regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Mecias de Jesus, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros, presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** O Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos ofício nº 001/15/-SINDPRER do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, datado de 03 de março do corrente, por meio do qual, solicitou uma reunião com esta Comissão, em caráter de urgência, para tratar sobre a paralisação da categoria devido ao atraso do pagamento dos salários dos trabalhadores de Enfermagem pelo terceiro mês consecutivo. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Roberto Moraes para explanar a respeito do assunto. Na sua declaração, disse que o anúncio feito pelo Governo pegou todos os servidores de surpresa, uma vez que, nas administrações anteriores, a categoria vinha sofrendo com inúmeros atrasos salariais. Continuando disse que diante da situação, a categoria decidiu realizar uma paralisação de vinte e quatro horas, caso não ocorra o pagamento, que também seja elaborado um calendário oficial, fixando as datas de pagamentos para evitar

atrasos de forma suscetível. Informou que, durante a reunião, o Secretário de Saúde teria se comprometido com a categoria conseguir uma resposta junto ao Executivo sobre a situação. Disse, ainda, que o Sindicato tem cerca de 1.800 sindicalizados, representam mais de 50% dos trabalhadores da Saúde, a coordenação de comando da paralisação e greve estará nas unidades de saúde para garantir que nenhum paciente deixe de ser atendido, caso necessite de atendimento emergencial. Ressaltou que os atendimentos, que não se enquadram como emergências, não serão ofertados, inclusive, as cirurgias eletivas serão suspensas e o paciente vai continuar esperando enquanto a situação não for resolvida. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Melquisedek Menezes, que, após considerações iniciais, disse que fazia parte da comissão e gostaria complementar a fala do Presidente do Sindicato, que relatou a luta, principalmente, da categoria há algum tempo e, hoje, estão sendo prejudicados não só na fase de pagamento, mas também de acordo com as leis que os contemplou, porém não estão recebendo progressões quanto ao enquadramento. Hoje é o Plano de Cargos Carreira e Remuneração-PCCR, a lei 948/14, que rege os trabalhadores em saúde, que contempla o enquadramento e a progressão dos profissionais. Continuando disse que a outra demanda seria a respeito da carga horária que a lei contempla, mas, de maneira arbitrária, estão tentando retornar à antiga determinação de quarenta horas. Hoje, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCR, contempla com trinta horas, e que isso também gera essa insatisfação da categoria, que sabe que a luta, gradativamente, é constante, mas, nessa constância, eles não estão perdendo espaço devido à categoria estar atenta a esses ganhos trabalhistas. O Senhor Presidente, após ouvir atentamente a explanação dos representantes, franqueou a palavra aos Senhores Deputados. O Senhor Deputado Chico Mozart disse que considerava importante a categoria procurar a Comissão, embora desconhecesse o problema enfrentado pelo Sindicato, acrescentou: esta Comissão esta é presidida por uma professora, tem interesse não só na educação, também na saúde e em todas as áreas que esta Comissão cobre. O Senhor Deputado Mecias de Jesus se pronunciou, dizendo que estava ali para atender uma convocação especial do Deputado Evangelista Siqueira, Vice-Presidente da Comissão, visando atender os representantes dos profissionais de enfermagem. Segundo o Parlamentar a governadora está fazendo o que é possível para adequar o calendário de pagamento do Estado, valorizando os servidores. Ela sabe tanto quanto nós quão importante é o salário. Colocou-se à disposição junto com os Membros da Comissão para, juntos, buscarem entendimento com a Governadora e o Secretário de Saúde Dr. Kalil, também, comprometido com a saúde, é competente, mas está à frente de uma secretaria que vem há anos sendo saqueada. Agradeceu a presença de todos e solicitou licença para se ausentar para participar de outra reunião. O Senhor Presidente Deputado Evangelista Siqueira passou a palavra ao Presidente do Sindicato que, após suas considerações finais, falou que não é só a questão do salário, que traz transtornos, também as condições de trabalho e, principalmente, do déficit que está tendo dentro das Unidades de Saúde, que compromete até a saúde de quem está trabalhando. Sugeriu que a Comissão os convide para discutirem outras reivindicações. Desejou que, no momento, seja resolvido o pagamento dos trabalhadores de enfermagem, e que, principalmente, sejam tratados como trabalhadores, de forma isonômica, independente a qual secretaria eles pertencem. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e disse que, mesmo com a ausência da Presidente da Comissão, fez questão de reunir, extraordinariamente, para receber os representantes de enfermagem prometeu que a Comissão, além de intermediar, estará de portas abertas para receber as reivindicações, conhece a luta dos trabalhadores, e considera válida a luta pelos direitos às garantias asseguradas pela lei. Agradeceu as presenças dos Senhores Deputados e encerrou a reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado **Evangelista Siqueira**
 Vice-Presidente da Comissão.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
 EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE,
 REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2015.**

Aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às onze horas e nove minutos, na sala de reuniões nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão, presentes os Senhores Membros Deputados, Chico Mozart, Evangelista Siqueira, e Masamy Eda. Ausente Deputado Mecias de Jesus. **ABERTURA:** Havendo

quórum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Masamy Eda, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros, presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** A Senhora Presidente constatou na Mesa dos Trabalhos **Ofício nº 045/15**, do Sindicato dos trabalhadores em Educação, de Roraima-SINTER, solicitando Audiência Pública; **Ofício nº 026/15**, do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais de Roraima-SINFITO, solicitando Audiência Pública; **Ofício nº 4.337/14**, datado de 30 de dezembro de 2014, da Secretaria de Estado da Saúde-SESAU, solicitando agendamento de uma data para apresentação e apreciação dos relatórios Quadrimestral e Anual de Gestão de 2014 e 2015; e **MEMO nº 027/15**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Everton, no qual relata denúncia sobre a saúde pública. Prosseguindo, a Senhora Presidente, após fazer a leitura, na íntegra, do **Ofício nº 4.337/14**, considerou a matéria preclusa, uma vez o referido ofício datava de 30 de dezembro de 2014, lido na Sessão Plenária do dia 25 de fevereiro de 2015, e que a Secretaria Estadual de Saúde já estava sob nova gestão, sugeriu o arquivamento do documento. Após amplas discussões, a sugestão da Senhora Presidente foi acatada pelos Membros, presentes na reunião. Prosseguindo a Senhora Presidente fez leitura, na íntegra, do Ofício nº **026/2015**, encaminhado pelo Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas de Roraima-SINFITO, datado de 12 de março do corrente, solicitando audiência pública com esta Comissão para tratar das seguintes pautas: **1-** Contratação dos Concursados do quadro de reserva; **2-** Mesa de Negociação Permanente do SUS do Estado de Roraima. **3-** Plano de Cargo Carreira e Remuneração; e **4-** Mandato Classista. Dando continuidade, a Senhora Presidente esclareceu aos Senhores Membros que na reunião anterior foi agendada uma reunião com os representantes do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER, para o dia 07 de abril do corrente e sugeriu aos Senhores Membros, que a realização da reunião com os representantes do Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas fosse agendada para o mesmo dia, em horário diferente. Após ampla discussão, a sugestão foi acatada pelos Membros presentes. O Senhor Deputado Masamy Eda, em questão de ordem, solicitou que fosse também agendada uma reunião com esta Comissão para ouvir os representantes do Conselho Regional de Odontologia-CRO. A Senhora Presidente acatou a questão de Ordem do Senhor Deputado, informando que a reunião com o Conselho Regional de Odontologia-CRO, seria agendada posteriormente. Dando continuidade, feita leitura a do MEMO nº 027/15, de autoria do Deputado Jorge Everton, e determinou à assessoria da comissão oficializar ao Secretário de Estado da Saúde para conhecimento e devidas providências. Prosseguindo, feita a leitura do Ofício nº 45/15, datado de 09 de Março do corrente, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima-SINTER, informou a seguinte pauta: **1-** O enquadramento dos professores e secretários de escola no Plano de Cargo Carreira e Remuneração- PCCR, dos servidores da educação (Lei nº 892 de 25 de janeiro de 2013); **2-** Formulação de emendas, que se fazem necessária na Lei nº 892/2013; **3-** Incorporação da GID no vencimento básico; **4-** Governo deverá negociar um prazo para implantação do PCCR dos técnicos com a participação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima- SINTER. Em seguida informou aos membros da comissão que teria várias sugestões, inclusive, uma do Deputado Mecias de Jesus, sugerindo que a Secretaria de Estado da Educação fosse convidada. A Senhora Presidente sugeriu que a Secretária, nesse primeiro momento fosse convidada e não convocada. Após amplas discussões, a sugestão da Senhora Presidente foi acatada pelos Membros, presentes na reunião. Dando continuidade, a Senhora Presidente comentou que a greve é o último recurso usado pelos trabalhadores quando não há diálogo, e disse não acreditar que o Estado tenha fechado as portas para o diálogo, e sugeriu que a Secretária de Estado da Educação abrisse a Mesa de Negociação, de forma imediata, para evitar prejuízo intelectual dos alunos e o prejuízo trabalhista para os professores. O Senhor Deputado Evangelista Siqueira sugeriu convidar a Secretária de Estado da Educação e o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação para serem ouvidos, e cada um apresentaria sua parte, e juntos construiriam um diálogo. Segundo a Senhora Presidente, a Comissão poderia agir como intermediadora do diálogo antes que a greve fosse deflagrada. O Senhor Deputado Masamy Eda disse que a Comissão de Educação é a que mais dá visibilidade dentro dos trabalhos na Casa Legislativa, falava pela experiência da Presidente da Comissão, Deputada Lenir Rodrigues, Deputado Evangelista Siqueira, ambos os professores, também o Deputado Chico Mozart, que é da área da educação. Acompanhando os noticiários viu que já foi feita uma assembleia perante os professores. No seu ponto de vista, deveriam deixar acontecer

à greve e, dentro desse acontecimento, convidaria a Secretária de Estado da Educação, os Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação-SINTER, e em seguida tomariam as providências. A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues sugeriu que a reunião, para ouvir a Secretária de Estado da Educação e o representante do Sindicato dos Professores, fosse agendada para o dia 19 de abril do corrente, às quinze horas. Após amplas discursões, a sugestão da Presidente foi acatada pelos membros presentes na reunião. Em seguida determinou à assessoria da Comissão que os oficializasse, informando que seriam facultados, a cada um, dois assessores para acompanhá-los e que a pauta da reunião seria somente a que o SINTER solicitou para a Comissão; em outro momento a Secretária de Estado da Educação seria convidada ou convocada para expor os seguintes assuntos: merenda e transportes escolar, limpeza de escola e seletivo. Prosseguindo justificou a ausência do Senhor Deputado Mecias de Jesus, que, por motivo particular, não compareceu à reunião. Prosseguindo a Senhora Presidente sugeriu duas datas para a reunião com a Secretaria e o Representante do Sindicato. A primeira para o dia 19 de março, às quinze horas, a outra seria na sexta feira pela manhã. Após amplas discursões ficou decidido pela Comissão que a reunião seria realizada no dia 19 de março do corrente às quinze horas. **Encerramento:** A Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, agradeceu a todos os presentes e declarou encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierre, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
 EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE,
 REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2015.**

No dia dezenove de março do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte minutos, na sala de reunião, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a presença dos Senhores Deputados Evangelista Siqueira, Masamy Eda e Francisco Mozart. Ausente o Deputado Mecias de Jesus. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I-ABERTURA DA REUNIÃO:

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito a Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

II- LEITURA DA ATA

O Senhor Deputado Masamy Eda – Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues**-Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação. Informo que a Ata foi aprovada pelos membros presentes na reunião.

III-EXPEDIENTE- Não Houve.

IV-ORDEM DO DIA- Não Houve.

A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues**-Senhoras e Senhores, boa-tarde. O objetivo da reunião é atender a solicitação do Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima-SINTER, o qual solicitou reunião com esta Comissão por meio do Ofício nº 045/15, datado de 09 de março do corrente, para tratar de assuntos relacionados à categoria. Informamos que a Senhora Selma Mulinari, Secretária de Estado da Educação, foi convidada para participar desta reunião, no entanto, esta Comissão recebeu o Ofício nº 0466/15, SEE/GAB/RR, datado de 19 de março do corrente, informando a impossibilidade do comparecimento da titular por estar ausente do Estado na reunião do CONSED, em Florianópolis, Santa Catarina. Quero informar ao Senhor Presidente Ornildo Roberto de Souza que esta Comissão é formada pelos seguintes Deputados; Lenir Rodrigues, Presidente; Evangelista Siqueira, Vice-Presidente; Masamy Eda, Francisco Mozart e Mecias de Jesus, estando ausente até o momento o Senhor Deputado Mecias de Jesus. Esta Comissão esteve reunida na tarde de ontem (18/03/15) e decidiu recebê-los, de forma imediata, para ouvirmos do próprio Sindicato como nós poderemos fazer uma intermediação entre o Poder Executivo e o Sindicato. Considerando que a Professora Selma Mulinari, Secretária de Estado de Educação, não compareceu e também não mandou nenhum representante, porque é sabido que a Secretaria

de Educação tem dois Secretários Adjuntos e que a Secretária que está respondendo não mandou representante e não veio, acredito que a nossa reunião não será prejudicada. Queremos comunicar que a lei nº892, de 25 de janeiro de 2013, não está com as emendas na Casa para apreciação do Poder Legislativo, o que dificulta a nossa atuação. Por isso, opinamos por fazer uma intermediação, porque um dos pontos questionados refere-se ao prazo que o governo quer para encaminhar o projeto novamente para esta Casa, para que façamos as adequações e os trabalhadores em educação, tenham seus direitos garantidos. Então, gostaríamos de conceder a palavra aos senhores para que possam nos antecipar se já fizeram um estudo prévio e quais os itens que querem que ocorram mudanças, porque mesmo tendo conhecimento da lei, e como me afastei da Secretaria de Educação desde 31 de dezembro de 2013, os Senhores Deputados têm apenas conhecimento da lei em si e por meio da mídia, por isso gostaríamos de uma explanação também dos senhores. Antes, quero franquear a palavra aos Senhores Deputados para que façam suas considerações iniciais. Peço que falem ao microfone porque a nossa reunião está sendo gravada. Com a palavra o Senhor Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira- Senhora Deputada Lenir, Professor Ornildo Roberto, Cheiliana, Michel, Deputado Chico Mozart e Deputado Masamy, boa-tarde. Quero dar boas-vindas aos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e dizer que é o nosso interesse também. Ontem, discutimos aqui, na Comissão, exatamente como a Comissão constituída da Casa será intermediadora nesse processo. Nós entendemos e foi colocado ontem na nossa reunião que a greve é o último mecanismo que o trabalhador tem para forçar a negociação e compreendemos que isso é legítimo da classe trabalhadora. Nós entendemos também que a greve, nesse momento, traz muitos prejuízos para o sistema educacional do nosso Estado, uma vez que as aulas já tiveram seu início prorrogado por uma série de razões e uma greve agora traria mais prejuízos para nossa Educação. Mas, entendemos que não existe outro mecanismo que a categoria possa utilizar nesse momento. Todavia, a nossa vinda aqui, enquanto comissão, é para sentarmos juntamente com os senhores, e aí eu lamento a ausência da Secretaria de Educação e dos representantes daquela Secretaria, porque acredito que nós teríamos a possibilidade de construirmos um diálogo, um entendimento maior se ambas as partes estivessem presentes. Porém, o nosso pensamento é de construirmos esse diálogo, por isso, entendemos que a greve prejudica, assim como entendemos que é a última forma que o trabalhador tem de forçar o diálogo, ressaltando que nós estamos abertos para ouvirmos, encaminharmos também a situação aqui colocada no tocante à comissão e ao trabalho legislativo. Então, dou boas-vindas a todos e me dou por satisfeito.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Com a palavra o Senhor Deputado Estadual Masamy Eda para suas considerações iniciais.

O Senhor Deputado Masamy Eda- Boa-tarde a todos, boa-tarde Senhora Presidente desta Comissão, Deputada Lenir, e meu professor Ornildo, pois faz quinze anos que não nos víamos, mas hoje nos encontramos, eu na qualidade de Deputado e ele de Professor, representando o SINTER. Boa-tarde professora Cheiliana, nosso amigo Michel, Deputado Mozart, e Deputado Evangelista Siqueira. Ontem, na reunião que tivemos, foi questionada a presença dos senhores. Até falei para a Deputada que achava que estava muito em cima da hora para convocá-los para fazerem parte dessa reunião, entendendo também que a Secretária de Educação, Selma Mulinare, não estaria presente. Eu acredito que ela deveria ter mandando, no mínimo, um representante a essa reunião, dada a importância desta Casa. Quero dizer ao Deputado Evangelista que eu entendo situação, sei das dificuldades que cada professor está passando e do prejuízo que a greve trará aos alunos e aos órgãos públicos. Eu quero dizer que me coloco à disposição desta Comissão, e que me solidarizo com os senhores representantes do SINTER, pois tenho minha mãe professora dentro de casa e sei a dificuldade, sei a necessidade de cada aluno também, até porque já vivenciei isso como, aluno do setor público e sei que em termo de greve o prejuízo é enorme. Nós não podemos deixar ficar da forma que está. Então, quero dizer a cada um dos senhores que o que for preciso fazer, dentro das minhas possibilidades, estarei aqui para somar.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Com a palavra, para as suas considerações iniciais, o Senhor Deputado Estadual Francisco Mozart.

O Senhor Deputado Chico Mozart- Meu boa-tarde a todos, Deputada Lenir, Deputado Evangelista Siqueira, Masamy Eda, Professor Ornildo, Cheiliane, Michel. Queria dizer para os senhores que esta Comissão é composta por pessoas que trabalham na educação. Sou oriundo da educação, trabalho com professores na gestão de uma instituição superior. Entendo a necessidade dos senhores. A Deputada Lenir é professora, o

Deputado Evangelista é professor, esta Comissão tem a melhor intenção, não poderia ter membros melhores para atender as reivindicações dos senhores. Espero que, no final desta reunião, consigamos resolver todos os pontos, e seria interessante se a Secretária estivesse aqui, porque ela poderia nos auxiliar, se comprometendo nos dizendo o que ela pode atender e o que não pode e, dessa forma, chegaríamos a um entendimento, porque a intenção é evoluir.

A **Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues**-Nesse momento, passo a palavra ao Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do SINTER-para a sua explanação sobre o assunto em questão, pelo tempo de 1 (uma) hora.

O **Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do SINTER**-Boatarde Excelentíssima Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Excelentíssimo Deputado Evangelista Siqueira, meu ex-aluno, hoje Deputado Masamy Eda, e Deputado Francisco Mozart. Em primeiro lugar quero a agradecer a esta Casa pela oportunidade que nos concede de dialogarmos sobre um assunto de tamanha relevância para este Estado que é a questão da educação. Ora, tendo em vista que os trabalhadores em educação perpassam nosso Estado em virtude da Lei nº 892, uma lei que foi complementada e sancionada pelo Governo do Estado desde janeiro de 2013, e que até o presente momento não está cumprindo o seu verdadeiro papel que é beneficiar os trabalhadores em educação, lei que veio substituir a lei nº 609. E com certeza, nós esperávamos que essa lei viesse para melhorar a vida funcional dos trabalhadores, mas tivemos realmente uma surpresa, porque essa lei, até a presente data, não está funcionando, ou seja, ela não está cumprindo o seu papel que é garantir os direitos constitucionais, os direitos que vão reger a vida funcional do trabalhador. Portanto, essa lei existe no papel, mas na prática não tem funcionalidade. Então, nós estamos hoje com a Comissão e lamento que não tenhamos a Secretaria de Educação e suas representatividades, para que possamos discutir as questões inerentes à educação. Então, Senhora Presidente, nós solicitamos essa audiência, nesta Casa, para tratarmos realmente da pauta de reivindicações que nós emitimos para a Secretaria de Educação e para a Governadora do nosso Estado, onde pedimos de imediato o enquadramento dos trabalhadores em educação na lei nº 892, para que, na verdade, essa lei cumpra o seu verdadeiro papel de enquadrar os trabalhadores em educação. Solicitamos também do Governo do Estado um prazo para que pudéssemos realmente formular algumas alterações na emenda 892, caso houvesse necessidade, e também buscamos como pauta de reivindicação a incorporação da GID, gratificação e Incentivo à Docência, para os companheiros, no sentido de que essa gratificação fosse incorporada ao nosso salário, haja vista que é uma luta de muito tempo da nossa categoria. E solicitamos ainda do Governo do Estado um prazo para que nós pudéssemos implantar o PCCR dos companheiros técnicos administrativos, para que eles, apesar de estarem no corpo dessa lei, e com certeza já vêm isso anteriormente em outros momentos, não tivessem que passar por situações vexatórias. Os companheiros estão pedindo hoje que o governo faça uma reunião com uma Comissão do Sindicato para que possamos fazer realmente a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações, para que possamos discutir as suas questões de certa forma um pouco separadas da pauta dos professores, para não termos um choque de interesse das categorias. Enfim, na verdade, nós enviamos esse ofício com essa pauta à Senhora Governadora e esperávamos que até sexta-feira passada, dia 13, tivéssemos uma resposta positiva no que diz respeito ao enquadramento dos profissionais em educação nessa lei. No entanto, obtivemos uma resposta do Governo do Estado que não satisfiz a nossa categoria, porque antes da audiência que tivemos no dia 13, intermediada anteriormente pelo Deputado Evangelista, chegamos a enviar um ofício para a governadora no dia 30 de janeiro, pedindo a audiência, mas nós não fomos atendidos. E, voltamos a enviar um ofício no dia 20 de fevereiro e também não fomos atendidos. E mais uma vez no dia 3 de março enviamos outro ofício e novamente não fomos atendidos, ou seja, nós sentimos que a governadora não queria negociar com a nossa categoria. Por último, tivemos a audiência intermediada, como já disse, pelo Deputado Evangelista, fomos na terça-feira e na sexta-feira e, no dia da nossa assembleia, fomos chamados às pressas às 14:30h, no Palácio, de onde saímos aproximadamente às 17h, e o Governo do Estado apresentou um ofício naquele momento, nós recusamos a receber, porque esperávamos que o governo tivesse uma resposta quanto ao prazo para o enquadramento dos profissionais, como já disse, mas não. O governo nos enviou um ofício, cujo teor vou ler para os senhores: *“A sua Senhoria o Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do SINTER. Senhor Diretor, ao cumprimentá-lo e em resposta ao Ofício nº 402/15, SINTER, que trata da pauta da reivindicação dos trabalhadores em educação de Roraima, informamos a Vossa Senhoria que notamos pontos de inconsistência quanto à aplicação da Lei 892/13, bem como na questão do enquadramento. Achamos por bem constituir uma Comissão Interna*

para realizar uma análise na referida lei e decidimos, após essa primeira análise, realizar uma consulta à Procuradoria Geral do Estado motivada pela dúvida quanto a aplicabilidade da lei 892/13. Considerando os pontos iniciais elencados nos documentos anexos, decidimos enviar a referida lei à Procuradoria-Geral do Estado para análise e parecer”. Então, esse é o documento que o governo queria nos entregar, o qual em hipótese alguma faz menção a uma data para enquadramento. Mas, nós tínhamos conversado tanto com a Secretária de Educação como com a própria Governadora. Então, naquele momento, nós nos recusamos a receber esse documento e, na verdade, ela não citou os demais pontos de pauta que nós tínhamos elencados e, quando nós recusamos a recebe-lo, o Procurador-Geral Dr. André, e o Dr. Aurélio emendaram o referido documento, escrito à mão, colocando: diante da complexidade e relevância da matéria, a PGE apresentará parecer no prazo de 20 dias e mais nada, ou seja, realmente no prazo de 20 dias teremos um parecer. Então, educadamente nós recebemos esse documento e informamos para a senhora Governadora e para sua assessoria que íamos apresentar esse documento para a categoria que nos aguardava na sede do SINTER, para que pudéssemos tomar uma decisão. E após lermos esse documento na assembleia, a categoria de imediato o rejeitou porque o governo não foi claro, pois não determina o prazo como nós tínhamos realmente discutido. Então, entendemos que está faltando por parte deste governo boa vontade e querer resolver essa questão. Então, nós ficamos diante desse documento do governo, sem ter uma posição que não fosse realmente a decisão da categoria que estava naquele momento em uma assembleia que já tinha sido marcada um mês antes. Então, se até a data da assembleia, que foi dia 13 de março, o governo não viesse com uma proposta nós já tínhamos indicado ao governo que iríamos para a deflagração da greve naquele momento, mas, para a nossa surpresa o governo não apresentou essa data para o nosso enquadramento, então senhores Deputados e nobre Presidente, como bem frisou o Deputado Evangelista, nós, trabalhadores da educação, não gostaríamos que chegasse ao ponto de deflagrarmos uma greve, pois entendemos que a greve causa um certo transtorno, tanto para os alunos, como para os pais de aluno, para os professores e para toda a sociedade. Nós gostaríamos de discutir amplamente, debatermos os pontos e resolvermos realmente essas questões, porque não estamos pedindo nada de mais que não possa ser atendido. Falta é simplesmente boa vontade e o querer fazer por parte deste governo. Infelizmente entendemos que este governo não teve boa vontade para atender as nossas reivindicações. Concedo a palavra à representante Chiliane que, com certeza, quer complementar um pouco a nossa explanação.

A **Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues**- Professor Ornildo, só para esclarecer aos pares. A Lei nº 892/13, foi sancionada, só que tem emendas. Ela veio para esta Casa, mas no fim do ano foi retirada novamente, mas está em vigor, só que precisa de emendas e o Poder Executivo retirou de tramitação do Poder Legislativo. Então, o que os trabalhadores querem também é que seja apreciado o mais rápido possível pelo Poder Legislativo e tem outros mecanismos que o próprio Poder Executivo poderia fazer, por exemplo, fazer o enquadramento por Decreto, porque pauta dos técnicos não tem nada a ver com essa resposta, ela, inclusive, tem que ser resolvida na SEGAD, porque os técnicos que são concursados ganham menos que um salário mínimo e o estado só complementa o salário para não ficar na lei de responsabilidade fiscal. É grave, porque eles não tiveram nenhuma progressão. Então, por exemplo: A pessoa estuda e não ganha mais, porque por mais que tenha sido feita a tentativa de encaixar os técnicos nessa lei, a SEGAD até hoje não abriu mão de mexer na lei 392, que é a lei geral do Estado, para tirar os técnicos daquela lei para que eles fiquem legalmente nessa lei. Então, é complexo, mas se tivesse boa vontade do governo, eles no mínimo poderiam ter dito assim: Deputado Evangelista, não dá o prazo de 20 dias, porque esse prazo é para a Procuradoria fazer o parecer. Mas, pela urgência da matéria, eles poderiam dizer até em 20 dias e comunicar um prazo para o Sindicato, o que não pode é não dar uma resposta que não satisfaça a categoria, já que eles estão tendo prejuízos financeiros. E, antes de passar a palavra à professora Cheiliana, quero perguntar aos senhores por que é que o governo está dizendo e como eles chegaram a esse número de professores, se somente mil e poucos professores serão beneficiados? Qual foi a matemática que eles usaram para chegar a esse número? Eu não entendi quando apareceu a nota do governo na televisão.

O **Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do SINTER**- Deputada, na verdade, quando o governo colocou essa nota, até porque quando nós tivemos a audiência dia 13, a Secretária Selma mencionou esses números e nós os questionamos, ou seja, no entendimento dela, se tivéssemos que enquadrar os trabalhadores em educação nesse exato momento nós só beneficiaríamos os professores, deixando de fora os pedagogos. Então, esse número que ela deixa de fora, que ela cita que são

2.300, são os pedagogos, porque não entende que o curso de pedagogo é considerado como licenciatura e que esses pedagogos eram reconhecidos pela lei 609, uma vez que a lei 892 veio substituir a 609. Então, nós entendemos que esses profissionais têm os mesmos direitos adquiridos na lei anterior. Portanto, na concepção da Secretária de Educação, nesse exato momento só teria direito à licenciatura específica e não à pedagogia.

O Senhor Deputado Chico Mozart-Professor, só uma pergunta.

O Senhor Professor Ornildo Roberto de Souza- Sim, Deputado.

O Senhor Deputado Chico Mozart-Antes do Senhor procurar o Governo, o Senhor procurou a Secretária de Educação?

O Senhor Ornildo Roberto de Souza-Por várias vezes estivemos com a Secretária de Educação.

Senhor Deputado Chico Mozart-Ela recebeu vocês?

O Senhor Ornildo Roberto de Souza-Recebeu, porque é de praxe sempre que um Secretário assume aquela pasta, o Sindicato deve emitir ofício solicitando audiência, até para conhecer o novo Secretário e para que ele seja apresentado à direção do sindicato, para pedir realmente que abra uma porta e possamos discutir as ações do sindicato. O que nos levou a procurar o governo foi porque esse é um assunto de grande relevância, muito importante. E, naquele momento, a Secretária de Educação não ia nos dar uma resposta eficaz, à altura do que nós estávamos buscando. Então, tivemos que buscar o governo do Estado porque, diga-se de passagem, por três vezes emitimos o ofício e não fomos recebidos, só fomos recebidos graças à intervenção do Deputado Evangelista Siqueira.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues - Com a palavra a Professora Cheiliana.

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva - Boa-tarde a todos. Eu participei da comissão que elaborou a Lei 892/13. Essa comissão foi retirada durante a greve em 2012. Desde o início essa lei veio para beneficiar sim os educadores, não conseguimos tudo que o queríamos, mas avançamos. Naquela época, o nosso salário era de acordo com o piso, por isso lutamos pela questão da carga horária, pois seriam 2/3 (dois terços). E está em vigor, a lei foi sancionada no dia 25 de janeiro de 2013, porém a comissão de enquadramento fez uma má interpretação da lei e maldosa, onde, no artigo do enquadramento o art. 108, diz: Para adentrar esta lei, desde que optem e atendam os requisitos. Porém, não há nenhum artigo que diga quais seriam os requisitos e, por maldade, pegaram o artigo de ingresso. O artigo do ingresso fala que para os novos serão por área específica e também por área geográfica. Se eles interpretassem por esse artigo errado, ninguém ia entrar, porque ninguém fez concurso por área geográfica, logo ninguém ia ser beneficiado nessa lei. Depois de muitas discussões durante o ano inteiro de 2013, aliás, no final de 2013, quando a então Secretária Lenir estava se despedindo, conseguimos fazer nossas emendas e ficou claro já que a comissão não sabia ler nem interpretar, ou seja, que precisa estudar, voltar para o ensino fundamental, e colocamos licenciatura plena. Mas, há outros artigos que dizem que se você não tiver licenciatura plena, haverá um prazo de quatro anos para conseguir essa licenciatura e adentrar no plano. O sindicato também entende que não há nada na lei que impeça o enquadramento hoje. Porém em 2014, tentamos trazer essas emendas para esta Casa. E conseguimos no final do ano com a então Secretária Ana Célia, com nota técnica e tudo, sendo que não tinham nem o impacto financeiro. Outro ponto que era sobre essa emenda, explicando essa licenciatura plena.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Essa Emenda veio para a Assembleia? Foi essa que o governo retirou?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Sim, veio e foi essa que o governo retirou, onde constava a questão do IPER. Até novembro de 2014 o IPER estava descontando equivocadamente a GID, já que a emenda que dizia que a GID estava para aposentadoria e não veio para esta Casa, só veio em dezembro e foi retirada, então estavam descontando ilegalmente. Na negociação, na Lei 609, constava e nós queríamos a incorporação da GID, tanto é que foi promessa de campanha da atual Governadora. Então, permanece a questão na aposentadoria como antes, tanto é que o IPER continua descontando até novembro de 2014, mas está devolvendo o dinheiro para o governo, porque descontou de forma errada. Hoje, não há nada na lei que impeça o enquadramento de "A" ou de "B", poderia impedir a questão de quem ainda não tem graduação, licenciatura plena, porém na lei está escrito quatro anos a partir do enquadramento para fazer graduação. Eu, como Departamento estadual, vejo os professores aflitos, preocupados, professores correndo para pagarem uma segunda licenciatura, porém a maioria dos pedagogos, uns 90% fizeram pedagogia através dos cursos oferecidos pelo governo. Agora, como é que o governo oferece uma licenciatura, porque era o que tinha, e não oferece outras coisas e agora diz que você não tem direito. O Sindicato jamais vai aceitar. Nós esperávamos pela proposta de campanha, por um

entendimento mais claro pela qualidade da educação, mas o que nós vimos foi um pensamento arcaico, retrógrado vou encerrar para não dizer todos os adjetivos que nós temos em relação ao atual governo. Hoje, estive na escola Carlos Drummond de Andrade. Ao chegarmos para entregar nossos panfletos, encontramos a comissão do governo com dois adjuntos, mais a comissão de reforma, pedindo calma porque iam pintar, ajeitar as portas, só que a educação está uma calamidade, já adamos praticamente em todo o Estado as escolas totalmente fechadas, não há professores suficientes, não há merendas, porém até a secretaria de educação diz que acha certo um diretor pedir dinheiro para pintar a escola. Saiu na mídia: "*não, ele não agiu errado*". Claro que agiu errado. Nós pagamos nossos impostos, e é para isso que existe o sindicato. Então, por que vamos pagar duas vezes, se aluno já leva dinheiro para comprar merenda e ainda tem que levar dinheiro para pintar escola? E a Secretaria de Educação diz que é plausível o que o diretor fez. Isso aconteceu na Escola Camilo Dias. Então, quero deixar bem claro o desrespeito com a Comissão de Educação onde era para estar o representante do governo, relacionado à educação, não pela figura da Senhora Selma Mulinari, mas por qualquer pessoa que o representasse, haja visto que estavam na Escola Carlos Drummond de Andrade e poderiam ter participado da reunião hoje à tarde. Então, é só para demonstrar a minha insatisfação frente ao desrespeito.

O Senhor Deputado Chico Mozart- A senhora falou em planos de propostas de governo, foi isso? Essas reivindicações estavam na proposta de governo na época de campanha?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- A incorporação da GID Sim.

O Senhor Deputado Chico Mozart-Estava na propaganda do governo? Na campanha?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva-Estava. Na época da campanha também a questão dos técnicos tinha sido uma proposta da atual governadora

O Senhor Deputado Chico Mozart- Ela se comprometeu na época da Campanha a atender isso?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Isso.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Professora, sabemos de todos os problemas que estão acontecendo em relação à estrutura física, alimentação escolar, transporte, livros, mas nós vamos nos ater a pauta encaminhada. Em outro momento, a Comissão já deliberou e nós vamos fora da greve, chamar os senhores para discutirmos sobre esses outros assuntos. Então, nós vamos querer saber como nós, comissão de Educação, podemos ajudar na questão do enquadramento dos professores e de Secretário de Escola no PCCR dos servidores de educação básica. A pergunta é essa: Como nós poderemos ajudar o Sindicato a negociar esse prazo para formulação de emendas na lei nº 892, porque vindo lá da Procuradoria-Geral do Estado o governo pode colocar emendas também que não foram negociadas com os senhores? Então, nós gostaríamos de saber que tipo de intervenção, de colaboração os senhores querem da Comissão de Educação nesse Processo? E a incorporação da GID, os senhores sabem muito bem o que eu penso sobre a incorporação da GID. Porque por exemplo: existem grupos que querem a incorporação da GID como um todo, mas nós temos professores que passaram, são concursados do Estado, porém passaram muitos anos fora da sala de aula, liberados para as Câmaras Municipais, para as Prefeituras, para a própria Assembleia Legislativa, que nunca deram um dia de aula. Então, como é que esses professores vão ter direito à GID? O que os senhores pensam a respeito da incorporação da GID nos vencimentos básicos dos servidores? É somente para a aposentadoria? É para quem realmente teve um tempo de serviço? Os senhores sabem que eu sempre defendi que a pessoa deveria ter um tempo. E isso está gravado, eu dizendo que gostaria que as pessoas tivessem pelo menos sete anos em sala de aula para que tivessem logo a sua GID incorporada ao salário e não somente quando for se aposentar. E como os senhores estão discutindo isso? Como querem a nossa intervenção? Nós vamos poder ter emendas da Comissão e também como Parlamentar individualmente aqui, no parlamento? Como gostaria que fosse o nosso posicionamento? O que os senhores têm como sugestão? E outra coisa, como nós vamos tratar a pauta superimportante e urgente em relação aos técnicos? Eu, que já passei pelo governo, sei das dificuldades, então como trabalhar essa implantação do Plano de Cargos Carreira e Remuneração-PCCR dos técnicos para que essa lei não fique letra morta, já que eles estão lá na Lei nº 392?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Deputada Lenir, as emendas que trabalhamos no ano passado, para organizar o enquadramento, são duas fundamentais, uma explicando que é licenciatura plena, desde que atenda todos os professores e a outra é a questão do IPER, para efeito de aposentadoria com a GID, para legalizar a questão que não foi legalizada, porque se tivessem legalizado logo a incorporação da GID, não

estariamos tratando a questão dessa maneira hoje, de qualquer maneira não, nós podemos ir para a negociação. Inclusive, o que nós queremos, e que não tivemos até agora, foram os prazos, porque as comissões, por exemplo, de cálculos não existem, as progressões horizontais não existem e hoje as perdas salariais, aqueles lotes que na época estavam sendo calculados e pagos de dois a três meses cada grupos de professores não existem mais. Hoje, o governo está entendendo que tudo gera impacto financeiro e não quer dar nem as progressões, quer que continue parado. Essa é a grande preocupação, porque amanhã estamos em greve e o principal é o enquadramento. Enquadrou, nós negociamos a incorporação da GID com prazo, com regulamentações, vamos para a mesa de negociações, para prazos de progressões pelo menos para atualização salarial. E também há outra coisa grave quando se fala de enquadramento e progressões, é a questão do nosso salário que está abaixo do piso, haja vista que já foi entregue para o atual governo a nossa tabela. Se nosso salário está abaixo do piso nós estamos perdendo dinheiro e a nossa atualização salarial. Então, hoje, o enquadramento é o que todos os professores questionam, nós não vamos mais aceitar trabalhar sem ter uma lei para nos amparar, porque a Lei 892 foi sancionada, está em vigor e a 609, foi totalmente revogada no dia 25 de janeiro de 2013. Então, já basta! São dois anos de negociações e o que nós queremos são nossas emendas de volta, pelo menos as duas que incluem todos, porque nós não vamos excluir nenhum pedagogo, pois na nota que saiu hoje estão dizendo que pedagogo não é professor, estão querendo excluir o pedagogo e não só os pedagogos, mas também os professores que estão com as suas licenciaturas na comissão para o processo na vertical. Nesse sentido, da maneira que estão fazendo, não estão excluindo só os pedagogos e sim muita gente. Quero deixar bem claro que nós lutamos pela GID. Nós em nenhum momento concordamos com a proposta, porque tem outros professores que estão fora da sala de aula e nós temos sim propostas para incorporação da GID. Mas, é claro que não pode continuar como está. Hoje, quando o professor mais precisa, que é quando ele vai fazer um mestrado ou doutorado que o Estado não oferece, sabe o que acontece? Ele perde a GID.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Já foi feita essa emenda para terem direito à GID?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Não. foram retiradas mas estavam junto.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- E na negociação com a Secretária Ana Célia?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Estava junto. É isso que nós queremos as emendas que foram retiradas.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Quero fazer uma proposta para nós progredirmos. Eu gostaria de informar que nós, da Comissão de Educação, fomos com o Procurador-Geral do Estado, Dr. Aurélio, e pedimos para que ele também ajude nessa negociação, emitindo logo um parecer para que encaminhe rapidamente para esta Casa essas emendas. Os senhores aprovam, consideram isso relevante?

A Senhora Professora Cheiliana Lima da Silva- Com certeza.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Depois nós vamos tratar só dos técnicos, não vou esquecer.

O Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor Geral do SINTER- Em relação à incorporação da GID, claro, a senhora já acompanhou, é uma luta nossa há bastante tempo. Agora, o que nós defendemos é a incorporação para todos os trabalhadores. Todavia, se o governo tem outra proposta, deveria vir conosco e fazer realmente sua proposta de como deveria ser essa incorporação, porque não dá para que tenhamos essa GID como fator de barganha. Sempre vemos que o Governo do Estado, quando há qualquer movimento que se faça em favor do trabalhador, ameaça em cortar essa GID, ou seja, vemos isso como própria insegurança para o trabalhador. E vemos também a GID como valorização para os profissionais de educação, porque a partir do momento que o trabalhador se sente valorizado, com certeza ele produz de uma forma satisfatória e quem sai ganhando com isso são os próprios alunos. Então, entendemos que é uma necessidade urgente, iminente realmente essa incorporação da GID e buscamos a participação dessa Comissão, como a senhora colocou, buscando uma forma mais rápida e eficaz da PGE, na verdade, se essa posição vier de acordo com que já está sendo veiculado na mídia dizendo que há muita inconstitucionalidade nessa lei e que, portanto, não pode abranger os demais profissionais em educação. Enfim, nós temos que ter um tempo mais hábil para que possamos realmente encaminhar não podemos estar discutindo a inconstitucionalidade dela, porque até para o enquadramento dos trabalhadores em educação vemos que nada impede, porque o governo, na nossa concepção, pode enquadrar os profissionais em educação e depois montarmos uma Comissão para discutirmos as outras inconsistências no dia a dia, o que não dá é para ficarmos hoje, Deputado, sem realmente termos uma lei para reger a vida funcional dos companheiros.

E temos aqui, um panfleto informando que em média nossos trabalhadores perdem, de acordo com a sua qualificação, trezentos, setecentos, oitocentos reais por mês. Então, isso é uma perda significativa para o trabalhador e nós não podemos compactuar com isso. Nós queremos que o governo nos estabeleça um prazo de fato e de direito para que possamos realmente agilizar essa situação. Nosso entendimento é prazo, e que esse prazo seja o mais curto possível.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- E os senhores consideram essa nossa ida à PGE válida? O que os senhores acham?

O Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor Geral do SINTER- Eu acho importante neste momento estarmos querendo resolver essa situação. Acredito que se a Comissão de Educação da ALE puder realmente buscar uma audiência com o Dr. Aurélio, no sentido de que possa agilizar que será profícuo para todos nós. Estamos aqui para dialogar.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira- O que não significa ainda o final da greve, uma vez que tem que ser consultada a categoria e temos que deixar isso muito claro.

O Senhor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do SINTER- Até porque, a greve inicia amanhã e toda e qualquer negociação que tivermos com o governo do Estado se for pela manhã, repassaremos à tarde para que a categoria possa avaliar, ou seja, a partir do momento que nós deflagrarmos uma greve, como foi deflagrada, aí sim toda e qualquer decisão passa a ser realmente do coletivo, dos trabalhadores em educação, não da direção.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Antes de passar a palavra ao técnico Michel, quero informar que conversar com os membros da Comissão para ver se todos concordam em fazer essa visita à PGE. Claro que os poderes são independentes, autônomos e harmônicos entre si, nós não temos poder para interferir, por exemplo, no Poder Executivo, mas, de certa forma, vamos fazer essa visita cordial ao Procurador e intermediar para que ele possa, no setor dele, adiantar por parte do Poder Executivo. Eu acredito que os senhores não estão pedindo muito, estão pedindo apenas o prazo. Então, esse prazo é que nós não estamos vendo realmente o Poder Executivo expor. A nossa tentativa aqui era realmente dialogar para ver qual seria o prazo que a gestão da Secretaria de Educação gostaria de ter. Agora, vamos passar para um ponto que é: O Governo deverá negociar um prazo para implantação do PCCR dos técnicos com a participação do SINTER. E aí eu quero adiantar para o Educador Michel que aqui, na Casa, nós temos a Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos, cujo Presidente é o Deputado Estadual Jorge Everton, do PMDB, o Vice-Presidente é o Deputado Soldado Sampaio, do PC do B, e tem como membros os senhores Deputados: Valdenir Ferreira, do PV, Coronel Chagas, do PRTB, e Odilon Filho, do PEM. Eu vejo educador Michel, que a questão dos técnicos não é uma pauta separada da dos professores, mas é uma pauta mais complexa ainda que a dos professores. Vou propor aqui para os pares da Comissão uma intermediação com a outra Comissão de Administração, para que possamos fazer para o Secretário de Administração uma explanação da situação. E eu me coloco desde já à disposição do senhor para acompanharmos juntos, porque para o governo atual tudo é culpa do governo anterior. Então, que nós possamos ter esse diálogo com o Secretário de Administração, explanando que não é impossível resolver isso e que há várias formas jurídicas para se definir a questão e começarmos a ter realmente o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos técnicos, para que eles possam começar a ter a progressão. Agora, passo a palavra para o senhor Michel, para que coloque para a Comissão a necessidade desse ponto de pauta e que tipo de prazo o senhor vislumbra com os técnicos que são filiados ao SINTER e que prazo os senhores estão querendo, o que necessitam o que esperam que a nossa Comissão possa intermediar.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira- E já lembrando, antes do Michel começar a falar, que nesta reunião do dia 10 (dez) havia ficado acordado que num prazo de 60 (sessenta) dias iria se começar as discussões, não é isso Michel?

O Senhor Michel Souza Nogueira- Sim. É promessa de campanha da Governadora, ela prometeu que ia implantar o Plano de Carreira dos técnicos. Depois, de eleita, no dia 3 (três) de fevereiro, nós estivemos reunidos com ela e propomos que fosse formada uma comissão para a elaboração do PCCR. No momento ela concordou que ia ser formada essa comissão, mas realmente na prática isso não aconteceu, porque ela já vem prometendo a implantação do plano desde a posse, desde a campanha, mas até o momento nada. A nossa luta pelo Plano de Carreira já dura cinco anos, desde 2009 estamos lutando pela implantação do Plano de Carreira. Estou no momento e no lugar certo para falar aos senhores que é falta de vontade política. Dois Municípios nossos já implantaram o Plano de Carreira para seus servidores e esses servidores eram concursados

do quadro geral, porque a SEGAD alega que o servidor que fez concurso para o quadro geral não pode sair desse quadro. Então, é falta de vontade política. Eu tenho um relatório, uma pesquisa feita pelo nosso Sindicato onde consta que 15 (quinze) Estados do Brasil já possuem Plano de Carreira da Educação para os técnicos.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- E o Plano foi separado dos outros ou foi geral?

O Senhor Michel Souza Nogueira- Tenho aqui o levantamento de 9 (nove) Estados onde o Plano de Carreira é unificado, ou seja, para professores e técnicos.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- O que é mais coerente, porque todos são educadores.

O Senhor Michel Souza Nogueira- Exatamente. Seis Estados têm planos próprios, ou seja, um Plano de Carreira próprio para os técnicos, e dez (10) Estados ainda não conseguiram implantar o Plano de Carreira para os técnicos. Essa mobilização acontece em todo o Brasil, não é só em Roraima. O nosso Sindicato o SINTER é filiado a CNTE, nosso Sindicato Nacional, que organiza toda essa base em todo o Brasil e a nossa luta, a nível nacional, é para implantar o plano de carreira, porque hoje, esses trabalhadores que estão na educação, independentemente de terem feito concurso para o quadro geral do Poder Executivo ou não, hoje a LDB os considera profissionais da educação, desde que tenham a formação na sua área de atuação, que é o que a gente vem buscando no Programa “Pró-funcionário”, do qual inclusive, a Deputada Lenir foi tutora. Então, é uma questão política, porque que eles não querem. E eu, quero fazer um pedido à Comissão de Educação para que denuncie. Sei o motivo pelo qual não querem implantar o Plano de Carreira e vou declarar aqui para os senhores, pois tenho feito um levantamento para entender o porquê que eles não querem implantar. No ano passado foi aprovada uma licitação para contratar funcionários terceirizados, R\$ 2.574,99 (Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Quatro Reais e Noventa e Nove Centavos) por cada funcionário terceirizado, ou seja, o motivo está claro. Nós sabemos que o governo vai procurar essas empresas para que financiem a campanha, porque eles coagem os funcionários a votarem, ou seja, com o intuito de criar um grande curral dentro da educação pública. Isso precisa ser denunciado, porque enquanto o governo desembolsa por um funcionário terceirizado esse valor, o concursado está com a média de salário de R\$ 700 reais por mês. Isso está errado, temos que ter denunciar. Foi aprovada outra licitação, falta a governadora aceitar, pegar essas empresas para prestarem serviços ou não. E foi aprovada no ano passado para contratarem neste ano também, e vai sair dos recursos da educação básica pública trinta e sete milhões de reais para contratar funcionários terceirizados. As empresas que ganharam o processo para prestarem serviços de vigilância, limpeza nas escolas públicas foram: Assan Comércio, Água Viva, Cometa, Gison O.Pinto, Aiplam, Lidán. Inclusive, tenho a declaração de um funcionário que essa Lidán é ligada à Shéridan, a qual foi pedir voto, coagir os funcionários. Eu tenho essa denúncia de um que se funcionário se sente coagido, e é prática do governo fazer isso. Temos que denunciar, a Comissão de Educação tem que denunciar, porque tem acesso a esses dados. Eu não tenho aqui o cálculo, mas a Comissão pode ter o cálculo de quantos funcionários vão contratar. O motivo está claro, não querem implantar o plano de carreira para poderem fazer concurso público, dar formação, profissionalização por conta da lavagem de dinheiro que acontece. Isso é recurso da educação básica pública e esse dinheiro não dá qualidade para a educação de jeito nenhum, porque assim como o professor têm que ser profissionalizado, qualificado, tem que ser efetivo, nós também precisamos ser profissionalizados efetivos, termos uma carreira, progressões para que possamos nos dedicar à na profissão. E nós estamos dando o “sangue” para a educação básica pública, porque que mantém a escola limpa somos nós, quem limpa o banheiro, quem faz a merenda somos nós e o governo não quer reconhecer o que a lei já reconhece. Eu tenho um levantamento das leis que amparam a implantação do Plano de Carreira. Temos a LDB, Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que no artigo 61, inciso III, considera que os trabalhadores em educação profissionalizados são profissionais da educação e o curso que nós temos que ter para sermos considerados está no artigo 62-A, da LDB, que fala que é o curso técnico pedagógico, que é justamente os cursos que o programa pró-funcionário oferece. Existem outras leis, tem o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê que todos os Estados têm que implantar o Plano de Carreira para os servidores da educação, que têm que ter reconhecimento, justamente para que possamos dar qualidade para a educação. Há também a questão do Plano Estadual de Educação, que foi aprovado no Conselho Estadual de Educação, que também prevê a implantação do Plano de Carreira dos servidores e de todos os profissionais de educação, e nós somos profissionais de educação. Temos a LDB que aprova, temos Estados que já implantaram mesmo sem terem a LDB para

amparar, mas foi implantado porque existe por traz disso o contexto histórico. Assim como os professores são reconhecidos como educadores, nós também, desde 1.550. Nós, os funcionários da escola que limpamos o chão, também somos educadores, há todo um contexto histórico, por isso que essas leis foram aprovadas desse jeito. E ainda tem a Constituição da República que diz que a valorização dos profissionais da educação deve vir na forma de leis, através de planos e carreira dos seus estados e dos seus municípios. Então, falta de lei não é, o que falta é vontade política, é querer fazer. E eu sei que na mesa de negociação no governo, na gestão passada isso aconteceu, o atual provavelmente deve estar com o mesmo pensamento que é de proteger esse grande curral eleitoral que tira, suga o dinheiro da educação básica pública, suga o FUNDEB, o MDE, que é 5% dos recursos da educação, que serve para lavar o dinheiro dessas empresas terceirizadas, coagir votos. Por isso, essa denuncia precisa ser feita e a Comissão de Educação tem respaldo, tem acesso aos dados, tem assessoria para fazer essa denuncia. Inclusive, nós, os servidores da educação. Hoje, dentro da Secretaria Estadual de Educação, é público o que acontece, lá está ocorrendo um crime de improbidade administrativa grave, sabe por quê? Porque se põe o funcionário terceirizado desvia a função do funcionário terceirizado e põe ele num setor burocrático. Isso é ilegal, funcionário terceirizado não pode trabalhar num setor burocrático, mas no governo isso acontece, o acúmulo de cargo público, e ninguém fala nada, todo mundo fecha os olhos, porque estão ali os apadrinhados e os políticos. Isso precisa ser denunciado. A Comissão de Educação tem esse papel de denunciar de cobrar que os princípios da educação sejam cumpridos, o que não está sendo feito. Todas essas coisas erradas fazem com que o governo não queira implantar o plano de carreira para a pessoa que entra com qualificação, poder dar sua contribuição. Tem uma denúncia no Tribunal de Contas do Estado-TCE, escandalosa. Tem uma denuncia feita no Jornal Folha de Boa Vista, onde faz um levantamento da corrupção que acontece com o dinheiro da educação. Cada funcionário terceirizado, isso foi denunciado pelo TCE, custa para o Estado, isso com dados do ano de 2011, R\$ 1.449,22 que o governo desembolsa para cada funcionário terceirizado, ou seja, para ele ter um funcionário terceirizado em dois expedientes, ele paga R\$ 2.898,44, e paga para o servidor efetivo R\$ 700,00 reais de salário, mas sabemos que no final o terceirizado recebe salário mínimo. Isso precisa ser denunciado. Para nós, do Sindicato, as portas se fecham, pois quando queremos denunciar, a mídia não publica, não aparece do jeito que gostaríamos que aparecesse. Esse material aqui todo é maquiado, ninguém sabe realmente o que acontece. Então, tem que ser denunciado, porque eles negligenciam as leis. Vou dar um exemplo de improbidade administrativa: Nós temos, no quadro da educação, somente sete assistentes de alunos concursados do ano de 1994, e sabe como o governo supre a necessidade? Nós sabemos que são setenta e cinco mil alunos, são trezentas e noventa e cinco escolas, conforme o censo, e como pode o governo atender todas essas escolas e esses alunos com sete assistentes de alunos? Por que é preciso ter assistentes de alunos? Para controlar o fluxo, para evitar brigas entre alunos. Então, nós estamos sendo prejudicados, porque deveria ter uma carreira, concurso público, plano de carreira com acesso qualificado. E esse plano que nós estamos reivindicando é para organizar o que está errado, porque todas as lacunas estão fechadas, a Secretaria pega o funcionário federal que não tem nada a ver e põe para ser assistente de aluno, o funcionário terceirizado, desvia a função de todos para poder suprir a necessidade. Isso é crime de improbidade administrativa e precisa ser denunciado, porque enquanto não tiver denuncia, enquanto não, tiver organização com os recursos humanos, os efetivos serão prejudicados. Os funcionários que estão em desvio de função servem também como apadrinhamento político, porque a partir do momento que você está numa função que não é sua, você não vai para mobilização, o movimento fica ruim, você não vai reivindicar seus direitos porque está nessa condição. Isso prejudica todo o sistema, porque a qualidade da educação passa pelas nossas mãos também. Eu gostaria que os Deputados da Comissão fizessem um levantamento desse material, fizessem a denuncia, precisam organizar os recursos humanos da educação, o dinheiro que está vindo para valorizar os professores, os servidores, os técnicos do quadro efetivo que estão indo todos para as empresas terceirizadas.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Educador, o senhor sabe que foi feita uma emenda à legislação, colocando esses cargos, por isso que não há improbidade administrativa como o senhor está colocando, porque colocaram esses cargos em extinção. Então, foi por isso que nós mudamos o nome na nova lei, adaptando até os nomes da formação do profissional, técnico em alimentação escolar, até para se contrapor a essa legislação que foi criada na época do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, que colocou os cargos de motorista, merendeiras, assistente de alunos em extinção, para poder contratar com outra nomenclatura auxiliar de serviços gerais. Não é desvio de função. Qualquer serviço geral que a pessoa fizer,

vai estar contratado, o que e evita a improbidade administrativa.

O Senhor Michel Souza Nogueira- Presidente, cargos em extinção. Isso quer dizer que o governo vai deixar de fazer concurso público para aquela área, mas, tem direito de contratar pessoas que não são daquela função para desempenhá-la?

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Mas acontece que houve uma maquiagem na lei e é isso que nós...

O Senhor Michel Souza Nogueira- Mas lá diz cargos extintos, quer dizer que ele não vai fazer concurso público e isso não me dá o direito de ir para outra função se eu não fiz o concurso público? o governo não pode ocupar essas funções por qualquer pessoa?

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Pode. O problema é uma coisa, a gente se contrapor a isso.. Outra coisa é entendermos que infelizmente a lei que foi implantada ela está posta. Então, se tem cargo em extinção de motorista, eles vão poder contratar terceirizados. Então, eu te digo isso com muita tranquilidade, saber que infelizmente a lei está posta. Agora, o que nós devemos lutar, e entendo tudo isso que o senhor está dizendo, para se contrapor a isso, é que, na verdade, nós temos que criar uns procedimentos, mecanismos para que possamos separar ou salvar os da educação pra cá, isso que nós queremos com outro nome? Foi por isso que foi criada a lei? Então, esse tipo de argumentação não vai nos ajudar, o que vai nos ajudar é dizer que o problema de vocês é querer contratar serviços gerais. Nós queremos a valorização do técnico em alimentação escolar, do técnico em infraestrutura, do técnico em secretaria escolar. Nós queremos isso. No nosso discurso, nós temos que dizer: vamos salvar a educação, vamos tirar do bolo a terceirização e colocarmos o que está na lei para garantirmos a valorização dos técnicos.

O Senhor Michel Souza Nogueira- É o que a gente quer, a implantação de um plano de carreira que não existe, é justamente isso, nós queremos ter oportunidade de uma carreira na educação, até porque nós estamos buscando a formação na área de atuação da gente. Por exemplo: Sou auxiliar de serviços gerais, vou me formar em técnico em estrutura escolar, e quero o meu reconhecimento, porque vou me formar na área de atuação de acordo com todas as legislações da educação, inclusive de acordo com a Constituição também, e justamente o que a gente quer é valorização, mas sempre esbarramos nessa situação do governo não querer abrir mão desse curral eleitoral e não querer implantar uma lei para regulamentar toda a situação funcional dos técnicos em educação.

O Senhor Ornildo Roberto de Sousa – Diretor-Geral do SINTER- Michel, o que eu entendi que a Deputada perguntou é se, na verdade, o nosso plano está contemplando todos os técnicos, ou seja, é o que veio no bojo para cá, o plano é dos trabalhadores em educação. Agora, da forma que foi colocado aqui, só contemplou secretário de escola, ou seja, os demais companheiros, como foi citado pelo Michel, ficaram de fora. E aí eu entendo como a senhora colocou, Deputada, na verdade o problema é um só de trabalhadores em educação, agora os companheiros técnicos buscam o quê? A implantação do seu PCCR para que possam realmente fazer um trabalho diferenciado, mas não deixa de ser um trabalho que coaduna com os professores de modo geral, porque com certeza todos são educadores, mas as pautas são diferentes, determinado momento os companheiros técnicos se sentem prejudicados e não valorizados, porque são minoria dentro de um bojo maior, e quando a pauta é enviada para o governo constando dez itens, o governo diz eu atendo três ou quatro, e dentro desses três/quatro termina atendendo os professores e deixando sempre os técnicos de lado. É essa a preocupação do Michel e dos demais companheiros também, fazer com que realmente haja a implantação do PCCR dos técnicos de forma separada.

O Senhor Michel Souza Nogueira- Isso, Presidente, queremos um plano de carreira próprio dos técnicos, separado do plano de carreira dos professores, porque nós temos atritos fortes quando vamos para a Mesa de Negociação. O governo sempre quer proteger essa situação que eu já coloquei para a senhora e acaba nos prejudicando ao deixar de implantar um plano de carreira. Por exemplo: essa lei 892, de 25 de janeiro de 2013, que foi aprovada, nós defendíamos na luta que dez cargos dos servidores de educação deveriam ser contemplados por esse plano de carreira dos técnicos, mas o governo fez a defesa e nove cargos ficaram de fora. O governo excluiu nove cargos e só entrou um cargo para esse plano de cargos e carreira que foi o cargo de Secretário de escola, ou seja, é propaganda enganosa que o governo faz dizendo que esse enquadramento resolve o problema de todos, porque não resolve, o nosso problema não vai ser resolvido. O nosso problema só vai ser resolvido com a implantação de uma lei aprovada pela Assembleia, enviada pelo governador, para que nós possamos implantar um plano de carreira dos técnicos. Nós vamos precisar dos senhores porque precisamos que votem favoráveis. Outras vezes batemos em outros gabinetes e levamos um não. De alguma forma queremos um reajuste de salário, porque estamos ganhando setecentos reais

e aí esbarra nesse projeto desse curral eleitoral das empresas terceirizadas, por isso explanei essa situação para conhecimento dos senhores. O dinheiro está indo para o lugar errado e não está servindo para interesse da qualidade da educação básica.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues- Esgotado o tempo, gostaria de passar a palavra para o Professor Ornildo Roberto de Souza.

O Senhor Deputado Francisco Mozart – Presidente, só um momento. Michel, você falou que o salário de vocês é setecentos reais?

O Senhor Michel Souza Nogueira- O nosso salário é setecentos e oitenta e oito reais, com o desconto da Previdência a gente recebe setecentos reais.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues – É porque eles nunca tiveram progressão funcional, são do quadro geral do Estado. Eu passo a palavra para o Professor Ornildo Roberto de Souza para suas considerações finais e, logo após, vou encaminhar uma votação com a Comissão.

O Senhor Professor Ornildo Roberto de Souza-Gostaria de agradecer a presidência desta Casa, em nome da Presidente da Comissão, Senhora Deputada Lenir, e aos demais Parlamentares, Deputados Evangelista Siqueira, Masamy Eda, Francisco Mozart e Diego Coelho que acabou de chegar. Na verdade, nós gostaríamos muito de poder contar com o apoio desta Casa no sentido de que possamos estar resolvendo essa situação de interesse coletivo de toda a nossa sociedade. Queremos, através do diálogo, resolver esse problema, haja vista que a greve está aí decretada, iniciaremos a partir de amanhã e com certeza, se nós tivermos o apoio desta Casa para buscarmos outras autoridades, poderemos resolver questão em um curto espaço de tempo. O que nós não queremos é fazer com que essa greve se estenda demais, no sentido de que possamos prejudicar mais ainda os nossos alunos, haja vista que o ano letivo já começou atrasado em virtude do governo não ter realizado o processo seletivo em janeiro, alegando a necessidade de fazer um levantamento para saber as reais necessidades. Enfim, como ele não fez o processo seletivo, atrasou o ano e aí, nobres Deputados, há escolas que só vão iniciar as aulas a partir de 5 (cinco) de abril, porque o resultado do processo seletivo sai no dia 23 (vinte e três) e em média os professores aprovados terão cinco dias para providenciarem suas documentações e irem para suas unidades escolares. E caso o governo não tenha vontade política de resolver essa questão, com certeza isso trará um caos muito grande e nós não desejamos isso. Quero passar as mãos da Deputada todos os ofícios que nós protocolamos junto ao governo de Estado que nós não fomos atendidos, para verem realmente que nós procuramos a senhora Governadora e, em momento algum, ela em tempo hábil buscou resolver esse problema. Então passo para as mãos da Deputada esses documentos no sentido de que possa ser apreciada toda essa documentação, e agradecendo mais uma vez essa oportunidade a nós concedida.

A Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues-Se os senhores quiserem permanecer, fiquem à vontade. Passamos agora para a deliberação desta Comissão. Primeira deliberação: Refere-se aos representantes da Comissão que possam ir à Procuradoria-Geral do Estado para intermediar o encaminhamento das emendas da Lei nº 892/13. Consulto os Senhores Deputados: Deputado Evangelista Siqueira. Sim, Deputado Masamy Eda: acompanho o Deputado Evangelista. Sim. Deputado Francisco Mozart. Acompanho o Deputado Evangelista. Sim. Segunda deliberação: Acionar o Presidente da Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos para intermediar junto com a Comissão de Educação, com o Secretário de Administração, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração- PCCR dos técnicos que exercem suas funções de educação básica como verdadeiros educadores. Deputado Evangelista Siqueira: Sim. Deputado Masamy Eda. Sim. Deputado Francisco Mozart. Sim. Por unanimidade foram aceitas as deliberações desta Comissão. Considerando a ausência da Secretária de Estado de Educação, Professora Selma Mulinari, vamos deliberar para uma oitiva da mesma. Ela foi convidada. Consulto os senhores Deputados se nós iremos continuar dando uma nova oportunidade para ela ser convidada ou iremos passar para a modalidade de convocação. Para manifestação, o Senhor Deputado Evangelista Siqueira: Podemos convocar. Deputado Masamy Eda: depois do dia de hoje não tenho dúvida que os Membros desta Comissão irão convocar a Senhora Secretária. Deputado Francisco Mozart. Esta Casa teve a melhor intenção de resolver o problema de vocês, infelizmente o representante do Executivo não se fez presente. Então, sou a favor da convocação. Por unanimidade, registre-se na Ata que a Secretária de Educação, Senhora Selma Mulinari, ou representante legal da Secretaria de Educação deve ser convocada por esta Comissão. Após deliberarmos sobre a data e horário, conforme agenda dos senhores Deputados. Agradecemos a presença dos membros representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos,

declaro encerrada a reunião.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
 EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE,
 REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2015.**

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte e oito minutos, na sala de reunião nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a presença dos Senhores Deputados Evangelista Siqueira, Masamy Eda, Chico Mozar e Mecias de Jesus Membros. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

I-ABERTURA DA REUNIÃO:

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão, que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

II-LEITURA DA ATA:

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira: Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues-Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação, informo que a Ata foi aprovada pelos membros presentes na reunião.

III-EXPEDIENTE: Ofício nº 012/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima- SINDPRER.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues: Senhores Deputados, Senhores Membros do Sindicato, boa tarde. Informamos aos Senhores Deputados que esta reunião tem por objetivo receber os representantes dos Sindicatos de classes profissionais, para tratarem dos interesses de suas respectivas categorias. Primeiramente, o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER. Vocês apresentaram uma pauta e nessa pauta, colocaram os seguintes pontos: **01-** Revisão do Plano de Cargos Carreira e Remunerações - PCCR; **02-** Vale-alimentação; **03-** Calendário de pagamento dos servidores; **04 -** aumento salarial anual; **05 -** déficit de trabalhadores na Unidade de Saúde; **06 -** Chamada imediata da lista de espera no último concurso; **07 -** Condições de trabalhos nas Unidades de Saúde; **08 -** Acionamentos imediatos da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS-MENPS e **09-** Enquadramentos e pagamentos das progressões dos trabalhadores de enfermagem em conformidade com a lei nº 948/14. Tanto eu, como o Deputado Evangelista Siqueira somos professores, eu sou Defensora Pública e a minha atuação é na área da educação e da justiça e, ele na área de educação, então, eu vou pedir para os senhores fazerem uma explanação primeiramente geral, depois, por pontos porque nós queremos entender o problema de você, como nós da Comissão, poderemos estar fazendo uma intermediação com o Governo para melhoria das condições do trabalho e das lutas que vocês pautaram e apresentaram para a Comissão de Saúde. Nossa Comissão é grande e ampla, mas, nós queremos também dar conta dessa política pública importante que é a saúde. Quando falta alguma coisa na educação, não morre ninguém, mas quando falta na saúde, é um prejuízo irreversível. Então, nós queremos dar boas vindas a todos e vocês combinam quem vai falar, nós não temos a tarde toda porque vamos ouvir outro Sindicato, o dos Fisioterapeutas e também os Professores Seletivados, nós queremos deixar vocês à vontade porque principalmente vocês que estão na linha de frente, lá no trauma, no dia-a-dia, queremos dizer a vocês que estamos abertos para ver como o Poder Legislativo pode intermediar e facilitar para que a luta de vocês seja ouvida tanto pelo Poder Público Executivo, como também, quando os Projetos estiverem aqui na Casa, nós tenhamos a agilidade necessária para que vocês tenham o sucesso que tanto esperam. Então concedo a Palavra a vocês.

O Senhor Roberto Moraes Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER - Boa tarde meu nome é Roberto Moraes, atualmente estou presidindo o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima e, de antemão, gostaria também de parabenizar a Comissão de Saúde, da Assembleia por ter intermediado um dos nossos últimos confrontos de diálogo com o Governo Estadual, que foi referente ao pagamento do salário dos profissionais de enfermagem e da saúde que ocorreu no mês de março e refletiu já com o pagamento em dia no mês de abril. As nossas pontuações, elas são a revisão do Plano de Cargo porque nós temos um plano aprovado em janeiro de 2014, pela Lei

948, pelo governo anterior do Governador Anchieta Junior, o qual o plano foi aprovado e sancionado pelo mesmo, onde foi uma luta na garantia dos direitos dos profissionais de enfermagem e houve algumas ponderações dentro desse plano, as quais ficaram de forma não clara ou, não foram atendidas, nós solicitamos que por intermédio da Assembleia Legislativa, a gente possa chegar junto ao governo do Estado, para estarmos verificando as adequações necessárias dentro desse Plano de Cargo que é um plano que valoriza os trabalhadores da saúde, especialmente os trabalhadores de enfermagem, dentro desse contexto e entre os questionamentos da revisão do nosso plano, temos a questão do enquadramento, temos a questão do pagamento das progressões como está colocado em pauta, onde nós solicitamos que o Executivo tome posse da questão do enquadramento e do pagamento das progressões dos trabalhadores de Enfermagens, porque nós já somos funcionários públicos concursados há mais de onze anos, e nos últimos anos, tivemos o plano de cargo aprovado e desde então, nós estamos aguardando que haja o enquadramento e o pagamento dessas progressões funcionais, relativa a esses onze anos de exercício, ao qual ainda não houve sinalização, por parte do Executivo, onde até o momento, a gente informa e salienta que o Executivo, não nos recebeu ainda para negociar, conversar e dialogar às necessidades reivindicadas pelos profissionais dessa categoria. Gostaria também, que fosse pontuada a questão do aumento salarial anual, para que ele seja garantido aos trabalhadores de enfermagem dentro do percentual e não abaixo da inflação anual, a que se vive no Brasil, para que isso seja mantido, onde nós possamos ter um direcionamento, onde o trabalhador possa ser valorizado e que dentro da questão salarial, ele possa manter os seus ganhos suficientes para manter suas condições primárias de vida, o que hoje, devido ao grande índice de inflação que é gritante, o que vem comprometendo a situação de vida de alguns trabalhadores, onde nós verificamos que nos últimos três meses teve aumento astronômico, não só no Estado, mas também no Brasil, como a questão da gasolina, impostos e outros. Então, a gente solicita que por intermédio desta Casa, possamos ter a sensibilização do Governo, na questão do aumento salarial. Quanto a questão déficit de trabalhadores, a gente solicita pontualmente que o Governo verifique a grande necessidade que há de profissionais na área de enfermagem dentro da unidade hospitalar.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Presidente, questão de ordem. Qual é o percentual de aumento salarial que vocês estão reivindicando?

O Senhor Roberto R. Moraes - O aumento salarial que nós estamos reivindicando, seria os percentuais da inflação e não abaixo da inflação e dentro das possibilidades do Governo, até em valores maiores para recuperar e recompensar as perdas dos anos anteriores.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Só para apresentar aos trabalhadores do Sindicato. Este é o Deputado Chico Mozart que também faz parte da Comissão de Educação, também é da área de educação.

O Senhor Roberto R. Moraes - Prosseguindo, como eu já havia salientado, a questão do déficit dos trabalhadores nas unidades de saúde, eu agora oficializo, temos uma grande demanda de atendimento dentro das Unidades de Saúde do Estado, hoje nós temos um grande déficit incalculável, digamos de uma forma geral, de trabalhadores de enfermagem na ponta para atender a população onde hoje dentro do HGR, nós temos a maior porta de entrada de toda a população do Estado de Roraima e das fronteiras, para atendimento da saúde e todas essas pessoas que chegam para atendimento, elas dependem prioritariamente do atendimento do profissional de enfermagem. Hoje, nós temos um déficit real, esse déficit está comprometendo a saúde dos trabalhadores que se encontram nas Unidades de Saúde. O exemplo básico é que hoje no grande trauma nós temos três setores, temos a área vermelha, a área de grande emergência, que é chegada de acidente, infarto, diversas situações que chegam até a Unidade. Temos a área amarela onde o paciente é atendido na área vermelha, logo estabilizado ou mesmo que não estabilizado é passado para a área amarela, para permanecer em observação continua, até que surja vaga na Unidade de Terapia Intensiva, ou que seja encaminhada para a área verde, que é a área de observação. Salientando que a área amarela, seria para comportar no máximo 05 leitos, nós temos uma média de 10 a 15 pacientes em aguardo de vagas em UTI, ou mesmo, em outros setores do hospital, para atendimento.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira - Presidente, o Sindicato tem um quantitativo deste déficit de servidores? Por exemplo, nos diversos setores do HGR, falando assim, exclusivamente do hospital, tem assim um quantitativo por área no grande trauma, onde necessita e qual é a situação hoje e o que o Sindicato julga ser o necessário, o ideal?

O Senhor Roberto R. Moraes - Presidente, O levantamento que foi feito juntamente com as direções de enfermagens, tanto da Maternidade, quanto do HGR e Policlínica Cosme e Silva na capital, fora a questão do

hospital do Município de Rorainópolis, do qual nós não temos o detrimento do quantitativo, mas nós avaliamos que do total dos profissionais que nós temos hoje em exercício nessas áreas de atuação, nós precisaríamos de no mínimo mais 75 a 100% de profissionais para suprir essa demanda, que seria o quantitativo essencial para nós prestarmos, pelo menos, um atendimento de qualidade, porque além do déficit que nós temos da falta de profissional, temos a sobre carga de trabalho pelo excesso de pacientes, num local que é para atender cinco pacientes, você atende quinze, você não tem condições de dar atendimento de qualidade com três técnicos, onde você deveria ter seis. No grande Trauma, já chegou a situação de nós termos o espaço físico para atender cinco paciente na área amarela e atendermos 10,15, na área verde, o espaço e para ter aproximadamente vinte, a gente atende cinquenta e o total de profissionais continua o mesmo para prestar atenção ao atendimento à população, o que nós estamos reivindicando é que esse déficit real, seja suprido, já que não temos Unidade de Saúde para onde esses pacientes possam ser encaminhados, para receber atendimento. Esse déficit está provocando: o adoecimento do trabalhador, a sobrecarga de trabalho e as condições desumanas que nós vivenciamos. Isso é o grande trauma, onde é a porta de entrada, onde você tem do zero a cem. Você pode ter um plantão calmo e você pode ter um plantão agitado. E dentro das UTI, não é menos gritante, todas possuem dez leitos e, nós estamos trabalhando com a média de cinco técnicos para dez leitos, o que é insuficiente, você cuidar de dez pacientes intubados, com risco de vida iminente e você ter apenas cinco técnicos pra fazer esse atendimento, onde nós sabemos que existem pacientes que retomam o tempo de praticamente a equipe toda, principalmente se ele tiver uma parada cardíaca, uma admissão, uma intubação, ou situações adversas que acontecem naqueles setores. Temos plantões que realmente são plantões calmos, a equipe de cinco técnicos tem como conduzir. Só que também, temos plantões que com dez técnicos, seriam insuficientes, imagina com cinco ou seis técnicos?

O Senhor Genival Ferreira Lima – Sou do movimento de enfermagem Só para informar a presidente da Comissão de Saúde, que esse déficit é exclusivamente da área amarela no trauma, onde o Presidente do Sindicato estava relatando; no mês de fevereiro, nós tivemos uma curiosidade muito grave; curiosidade assim, a gente lendo um livro de ocorrência, no mês de vinte e oito dias, numa área que é pra ter cinco leitos tiveram 41 óbitos registrados, sendo estes por falta de assistência adequada e principalmente das condições de material permanente. Na área amarela que é pra ter cinco leitos, que funciona diariamente com oito ou com dez, temos geralmente um técnico, onde deveria ter um por paciente, em fevereiro, nós tivemos 41 óbitos, isso significa que se hoje, não acelerar essa chamada imediata pra minimizar a dor da comunidade e tirar a sobrecarga dos nossos profissionais, vai ficar difícil daqui pra frente.

O Senhor Roberto R. Moraes – Na área vermelha, a questão de óbito não é tão grande porque a área vermelha ela é uma área de entrada, então, entrou na área vermelha e foi atendido, esse paciente é conduzido a área amarela, sendo que muitas vezes a gravidade do paciente da área amarela, é uma gravidade maior do que o que estar chegando. Porque você tem que desocupar o leito da porta de entrada da área vermelha pra você atender quem estar chegando da rua.

O Senhor Genival Ferreira Lima – Roberto, só para lembrar, porque essa área amarela que a gente conduz com cinco leitos, a nossa área vermelha que é a porta aonde chega, nós temos dois leitos, desses dois leitos, temos os nossos monitores que não dá pra confiar. Vamos detalhar depois e colocar ponto a ponto.

O Senhor Roberto R. Moraes – como foi relatado a questão do atendimento do grande trauma, das Unidades de Terapias Intensivas, onde a situação é gritante também, não menos grave que no trauma mas, que também tem que ser verificada e pontuada de forma efetiva junto ao Executivo Estadual, pra que seja sanado, para que seja amenizada essa situação e, nesse momento seria a redução do déficit dos trabalhadores. Precisamos que esse déficit, seja sanado para que pontualmente agente possa dar uma qualidade de vida a quem está trabalhando e atendimento de qualidade à população. E fora as questões pontuais do grande trauma da UTI, nós temos o pronto atendimento que é a porta de entrada do atendimento ambulatoriais, não emergenciais de risco a vida, que é o PA, estamos necessitando de profissionais para aquela área, fora a questão dos blocos, porque temos bloco, dentro do HGR, que não tem o quantitativo preconizado pelo próprio Conselho Regional, como os dimensionamentos das normas reguladoras, mas, porém, não está uma situação tão gritante quanto o da porta de entrada do HGR, as UTI, a UTI neonatal, a sala de parto na Maternidade e entre outros setores que nós temos é o relato, mas que primordialmente, precisamos que o Governo do Estado se sensibilize e que faça a convocação imediata, a qual nós já estamos indo há trinta dias com o anúncio que o Governo vai convocar os concursados para suprir o déficit do HGR, só que não acontece a convocação, os trabalhadores

continuam sobrecarregados, continuam adoecendo por falta de condições de trabalho e principalmente a sobrecarga de trabalho a qual o Técnico de Enfermagem sofre hoje dentro das Unidades de Saúde. Nós necessitamos que este déficit seja sanado, que seja convocado imediatamente, não para a semana que vem, não para depois de amanhã, que o Executivo Estadual efetue essa chamada imediata, porque desde o dia 04 de março, onde tivemos uma reunião para discutir a questão salarial e atrasos referentes ao mês de fevereiro, onde foi sinalizado pelo Governo, que haveria essa convocação, na semana seguinte, foi confirmado que tal convocação estaria sendo efetuada. E no dia 17 de março, onde houve a assembleia extraordinária dessa Entidade Sindical, na Central Única dos Trabalhadores, foi comunicado pela Secretaria de Estado da Saúde, que havia sido encaminhado à Secretaria de Administração do Estado-SEGAD, a lista com o quantitativo de profissionais a ser convocado. Então, desde o dia 17 de março, estamos aguardando a convocação, o próprio Governo, através da Secretaria de Comunicação da Casa Civil-SECOM, anunciou que dia 02 de abril, estaria saindo essa convocação dos concursados, até o momento não há nenhuma convocação, nenhuma publicação no Diário Oficial que nos garanta que esses trabalhadores vão ser convocados, seria para 01 de maio, embora, até o momento nós não tenhamos nenhuma oficialização do Governo do Estado quanto essa solução. Nós precisamos que seja resolvida a questão da sobrecarga de trabalho, déficit de funcionários, e que seja de forma imediata. O Sindicato, neste momento, informa que nós trabalhadores de enfermagem, não temos mais como suportar a sobrecarga de trabalho, a falta de condições de trabalho, as condições precárias de a própria estrutura hospitalar, não estou falando só da questão do prédio, estou falando, das questões das condições de trabalho, falta de medicação, falta de material, falta de profissional para trabalhar dentro das unidades, falta de equipamento, equipamento sucateado, tem equipamento que desde que chegaram estão encaixotados, não são montados para atender a população e isso reflete no mal atendimento a população por falta de trabalhadores, não que os trabalhadores que estão lá não tenham compromisso, nós temos muito compromisso, estamos na realidade fazendo o que é possível e o impossível, trabalhar dentro dos limites de um ser humano para atender a população que é penalizada, não somente a população, mas também o funcionário trabalhador que no momento está adoecendo, nós temos casos de profissionais que estão se afastando por distúrbio psicológico, questão de coluna, situações adversas, que estão adoecendo o trabalhador, não é porque a pessoa quer adoecer, é que a sobrecarga está gritante. É como expliquei para a nobre Deputada presidente da Comissão, num setor com três técnicos, onde deveria atender 5 pacientes e você ter que atender 15 pacientes, isso é desumano, não tem condições, não tem qualidade no atendimento e dentre as questões de nossas reivindicações de pauta, eu volto a salientar a questão da nossa revisão do Plano e que fique pontualmente, nós precisamos que o governo verifique a questão do enquadramento e pagamento das progressões funcionais dos últimos anos trabalhados, dos trabalhadores de enfermagem, tendo em vista, que nós temos um plano que foi aprovado no ano passado e ele está efetivo, precisamos que sejam feitas as adequações pelo governo e que o Executivo possa atender nossas reivindicações.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira – Roberto, então no PCCR, as adequações que você fala é só no sentido do enquadramento e progressões é isso?

O Senhor Roberto R. Moraes – Isso no PCCR, a única coisa que houve é que o Plano foi aprovado, nós saímos da lei 392 de 2003, que era a Lei do Estado e que rege os servidores públicos estaduais e passamos a compor a Lei 948, a única adequação que houve foi que os trabalhadores passaram da lei 392 para a 948, só que nesse período não houve enquadramento e a progressão dos trabalhadores, não houve, porque existem trabalhadores com onze anos de trabalho efetivo no estado e continuam na classe “A”, recebendo proventos como quem entrou no concurso de 2014, ou 2013. Então, a gente solicita que isso seja discutido de forma prioritária, que seja valorizado o trabalhador e que a gente possa estar juntamente com a Comissão de Saúde da Assembleia, com a Secretaria de Estado da Saúde e com o Governo do Estado, buscando soluções para que os problemas existentes possam ser sanados e principalmente, a valorização do trabalhador, porque quando você valoriza quem trabalha, ele reconhece quem valoriza, e não menos pertinente mais de valia, porque a gente já brigou muito, até mesmo aqui, na Assembleia Legislativa e em outros espaços igual, a gente já vem discutindo, tem a questão da pontuação, do acionamento da Mesa de Negociações, do SUS, eu já informo para a Comissão de Saúde, que a Mesa de Negociações Permanente do SUS, está sendo acionada pelo Secretário Estadual da Saúde, por solicitação do sindicato, mas, nós pontuamos também que como existe o pagamento do vale alimentação para algumas outras categorias dentro do Estado, que esse vale alimentação, seja também, pago aos trabalhadores da saúde,

prioritariamente, aos trabalhadores de enfermagem.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira - Roberto, como a Deputada Lenir falou no início e para nosso conhecimento, explique o que é a Mesa de Negociação do Sistema Único de Saúde-SUS.

O Senhor Roberto R. Moraes - A Mesa Permanente Estadual de Negociação do SUS é um espaço de discussão entre o Gestor e os sindicatos, onde essa Mesa é paritária hoje, ela compõe seis assentos da gestão e seis das Entidades Sindicais. Entre as Entidades Sindicais, temos a Central Única dos Trabalhadores, Sindicato de Farmácia, Sindicato de Enfermagem, Sindicato de Fisioterapia, Medicina, Radiologia e, as demais cadeiras são da gestão a qual fica a cargo do Executivo, fazendo encaminhamento dos representantes entre eles.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira - É diferente do Conselho?

O Senhor Roberto R. Moraes - É. O Conselho Estadual de Saúde é paritário em termos, porque ele é 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de gestor prestador, dentro da Mesa de Negociação não, é um espaço totalmente trabalhista, ele não engloba política de saúde ao usuário, englobam políticas ao trabalhador, as questões e as condições de trabalho e a valorização. Tanto que dentro do Estado, a Mesa de Negociação do SUS é composta pela SEPLAN, SEGAD, PROGE e SESAU e dentro da SESAU, eles tem três assentos dentro dessa paridade, onde são discutidas todas as pontuações, essas pontuações são discutidas e encaminhadas ao Executivo, afim de que, não haja desempate e dentro dessa negociação da Mesa ela possa ser deliberada e o Governo possa cumprir, porque lá vai estar as pessoas das secretarias de Planejamento, Secretaria de Administração, própria Secretaria de Saúde e Procuradoria do Estado que irá avaliar as discussões e a pertinência do que está sendo discutido. Essa mesa está sendo acionada pelo Estado, nós estamos acompanhando, caso, seja necessário, nós retornaremos a esta Casa, solicitando que haja uma intervenção para que essa Mesa funcione e salientamos que essa Mesa de Negociação, diminui praticamente em 50% todos os embates dentro do Governo e trabalhadores, porque dentro da Mesa temos a possibilidade de fazer encaminhamento, o qual nós entendemos que seja pertinente e ter a avaliação, tanto da gestão, quanto dos trabalhadores para se chegar a um consenso. Dentro dessas nossas reivindicações, o pontual é o que a gente colocou revisão de plano, o aumento salarial anual, que não seja percebido menos do que o valor da inflação anual, para tentar repor as perdas que a gente tem tido devido a própria política financeira do país, a questão do nosso vale alimentação, porque como já foi pontuado, já é pago para algumas outras categorias, que seja estendida aos trabalhadores de enfermagem. Dentro da situação pontual, só para salientar aqui, eu gostaria de convidar os Membros da Comissão de Saúde da Assembleia para fazer um acompanhamento em loco, da situação do Hospital Geral de Roraima e que de preferência os nobres Deputados, quando fossem à Unidade de Saúde, houvesse o acompanhamento juntamente com os representantes dos trabalhadores, tanto os dos Sindicatos, quanto o Movimento de Enfermagem e de preferência que o gestor não saiba dessa visita, para que esta seja acompanhada em loco, para saber a realidade que acontece na Unidade e assim, não sejam feitas manobras para amenizar a situação crítica.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Coloco ainda a palavra franqueada aos demais Membros, se acharem necessário fazer alguma complementação.

O Senhor Melquisedec Menezes - Boa tarde, sou do Movimento de Enfermagem de Roraima, quero fazer algumas pontuações a respeito do que o presidente do Sindicato colocou, quanto ao que disse a respeito da revisão, vou enfatizar que antes dessa revisão, a efetivação do Plano de Cargo e Carreira e Remuneração, foi aprovado, sancionado e publicado no Diário Oficial do dia 13 de fevereiro de 2014 e, já se faz um ano não está sendo cumprido, está sendo lesado, hoje, os servidores da saúde, especificamente, a enfermagem, está sendo lesada a respeito dos seus direitos.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - questão de ordem, então, por exemplo, após sanção da Lei, não houve a regulamentação do Plano, não foram criadas as comissões para fazerem as progressões dos trabalhadores, nada foi feito?

O Senhor Melquisedec Menezes - Até o presente momento, nada foi feito. Temos profissionais aqui que ainda não foram efetivados e, a respeito do que o Deputado Evangelista falou sobre a revisão do Plano, nós temos muitas demandas, uma delas é a titulação, quando nosso presidente fala dos técnico, essa parte é composta de enfermeiros, técnicos auxiliares e parteiros, sendo que o Plano de Cargo e Remuneração, enfermeiros, técnicos auxiliares e os parteiros, o presidente falou da demanda da necessidade do HGR em específico, vou citar aqui que nesse ano, ocorreu um fato inusitado, um paciente fugiu da psiquiatria e ocasionou uma perda grande na família. Ele espancou uma condutora no estacionamento do HGR, apossou-se do veículo e lá na frente assassinou uma cidadã, ou seja, em

detrimento das necessidades que hoje nós convivemos no HGR, quando ele pontuou isso, o HGR é como um foco, mas também, temos outra demanda que é a parte das parturientes, das gestantes lá da maternidade. Então hoje, o nosso Estado com essas duas Unidades de Saúde, HGR e Maternidade é que recebem toda e qualquer ocorrência em termo de saúde pública, até das fronteiras como a Guiana e a Venezuela e outros, as pessoas vem dos seus países e nós como profissionais não temos uma luva de procedimento para dar atendimento, ou seja, não garantimos nem a nossa integridade física, quanto mais a do paciente que está debilitado e outra coisa, quero também deixar aqui, para a comissão, a qual tenho muito respeito, porque foi através dessa Comissão da Assembleia que a gente conseguiu adentrar e negociar com o Executivo, a respeito da elaboração do nosso Plano de Carreira e Remuneração e hoje está constituída por novos Deputados e que também estão empenhados e capacitados para desempenhar essa função, fica esse convite, porque nós, hoje estamos aqui para simplesmente trazer uma melhoria como cidadão, como profissional e além do mais, como responsável por fazer este Estado melhor. Somos hoje da enfermagem 63% do profissional de saúde, então, a categoria de enfermagem é significativa, desses 63%, estão imbuídos enfermeiros, técnicos e auxiliares que fazem gerir este Estado através da saúde. Quando a gente fala da revisão do PCCR, é sobre alguma gratificação que nós fomos ceifados. O Plano foi elaborado, não foi como nós queríamos que saísse, entrou de uma maneira e saiu de outra, então, já faz um ano, agora há pouco, os professores entraram em greve porque o enquadramento não foi feito e nós estamos na eminência também de uma greve, porque os nossos direitos estão sendo lesados e tem colegas que se capacitaram, hoje, temos muitos técnicos desenvolvendo suas atividades como técnicos, mas são enfermeiros. E têm muitos enfermeiros com Especializações, Mestrados e não estão sendo valorizados, com suas progressões, suas titularizações, então, nós como categoria, através da Comissão, viemos aqui tentar essa aproximação junto ao Executivo, hoje são sete de abril e até então, o Executivo não nos recebeu em nenhum momento, nós não queremos proporcionar nenhuma greve para termos essa aproximação, se a vontade é de melhorar o Estado, conduzi-lo juntamente, porque a última reunião que tivemos com o gestor da saúde, ele nos garantiu que antes de enviar qualquer listas, iria nos chamar para nos participar de quantos profissionais iriam ser chamados e, não foi isso que aconteceu, hoje, não sabemos quantos profissionais vão ser chamados para a enfermagem, são suposições e eu digo, que com suposições a gente não trabalha, trabalhamos com dados estatísticos é o que necessário e o que posso oferecer, então, em cima desse dados, temos os nosso dados e queremos confrontar, pois não adianta apaziguar, atualmente, o que está acontecendo nas Unidades de Saúde no Estado de Roraima é apaziguar e não está resolvendo, o problema existe é iminente e a gente quer o interveio dessa Comissão para poder fluir esse sistema.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Eu gostaria de saber se vocês já tiveram uma visão do Sindicato e do Movimento de Enfermagem de Roraima dessas adequações e se já encaminharam para o Executivo, porque aqui na Casa, não tem tramitação de nenhum projeto nesse sentido.

O Senhor Roberto R. Moraes - Quando a Senhora pontua é a questão do quantitativo do déficit?

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Não, eu estou querendo saber sobre as adequações no PCCR.

O Senhor Roberto R. Moraes - Essas adequações, a gente está provocando através da Mesa de Negociação que é o espaço legal para essas discussões e estão aguardando que seja feita a publicação através do Executivo para tornar a Mesa apta ao funcionamento e a discussão, só que no momento como já relatamos, não existe um bom diálogo com o Executivo, porque o este até hoje, não nos recebeu. O único ofício que recebemos do executivo foi informando que não teria agenda para atender o Sindicato de Enfermagem e tão logo tivesse seríamos comunicados. Porém, através do gabinete da SESAU, nós já solicitamos a adequação da revisão da questão do enquadramento do Plano. E o que nos foi respondido é que em breve, vai ser discutido na Mesa de Negociação. Porém, até o momento, nós não tivemos nenhum atendimento através do Executivo, onde nós também já encaminhamos com essas pautas com relevância da categoria.

O Senhor Melquisedec Menezes - Presidente, volto a salientar, no artigo 36, do nosso PCCR diz assim: Para efetivação do disposto do artigo 35 desta Lei, a Secretaria Estadual de Saúde, por meio da comissão específica para o enquadramento terá o prazo de 180 dias, contado da publicação dessa Lei para realizar e avaliar funcional e o enquadramento dos servidores. Então, quando a gente está pedindo uma revisão; se não estiver nem sendo feito, o que nós temos hoje como garantia? Isso é garantia! Nós não estamos pedindo algum favor! É Lei e foi aprovado dia 13 de fevereiro de 2014. Olha a nossa ânsia. A gente já esta querendo o que ainda nem foi efetivado.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Mas acho que uma coisa, não impede a outra, vocês podem lutar agora pela criação de enquadramento no âmbito do Executivo para poder começar a fazer as avaliações dos profissionais e dá suas devidas progressões funcionais, porque progressões funcionais é dinheiro para o trabalhador e valorização das gratificações que foram retiradas, tanto pelo tempo de serviços como pela qualificação profissional, do grau de instrução que ele está adquirindo. Então, ao mesmo tempo vendo o que foram ceifados durante o processo de elaboração do PCCR, como no caso das gratificações que foram retiradas e aí é outra luta. O que nós na Comissão podemos fazer é a intermediação, é esperar que o Projeto chegue à Casa e dar celeridade, fazermos visitas técnicas. Isso nós vamos depois da reunião deliberar conjuntamente com todos. Claro que nós acreditamos que com esses, principalmente, se fala de saúde, vocês relatam esses 41 óbitos em fevereiro só na área amarela, 41 óbitos? Isso é gravíssimo! Eu acredito que se lá tem 5 leitos e funcione de 8 a 10, isso ainda fica mais grave ainda, porque é o que mais nos preocupa.

O Senhor Melquisedec Menezes – Presidente, salientamos ainda, que sejam conhecedores da falta nas condições de trabalho e, o que nos deixa mais assim é que publicamente anunciado pelo Executivo, nós temos aí em meio a dois decretos de emergência na saúde e nós trabalhadores não vemos resultado, dentro das Unidades. Hoje como trabalhador, eu digo a essa comissão, é o pior momento que a saúde do estado está vivendo! É o pior! Não temos nada! Quando se fala em condições de trabalho nós temos hoje aqui a pedir nessa comissão o lado da segurança do trabalhador. Estamos vendo aí de profissionais sendo assassinados, profissionais sendo agredidos dentro do setor de trabalho. Bateram em um senhor, está em julgamento. Espancaram dentro do eletro, e a nossa segurança? O Estado quer cobrar, cobrar e punir. Hoje, a nossa ação ao trabalhador é de punição, cobrar e de querer que se façam de qualquer maneira os trabalhos, mais no lado de repor as condições, a valorização desse profissional, nós ainda não conseguimos enxergar! Por isso, hoje a gente está vindo à essa comissão, pedir mais uma vez que nos ajude a fazer uma saúde melhor. Porque quando se trata senhora Presidente da Educação, realmente não há danos, pra comunidade danos é mínimo. Mas quando se trata dessa falta constante, os nossos pacientes acabam morrendo, os nossos trabalhadores acabam adoecendo e muitas vezes agredidos. Porque quando a população chega lá, ela não quer saber por que não tem atendimento. Ela quer ser atendida, mas como se os nossos trabalhadores estão doentes? E aí sim, não é só uma prioridade na Capital, nós falamos do HGR, da maternidade, do Cosmo e Silva, mas as nossas Unidades do Interior, com certeza, estão pior um pouquinho. Se a gente não tem aqui, imagine quem está lá no Caroebe, Entre Rios, Uiramutã, Santa Maria do Boi Açú, em que o acesso é mais difícil. Quando nós estamos doentes nós vamos, quando os senhores adoecem é para o HGR que vão, até ficar bom, é na UTI do HGR. E o senhor ainda tem uma prioridade, e essa prioridade nem como profissional da enfermagem de um estado, nós temos hoje. É essa a valorização, é esse o respeito que nós buscamos e, mais uma vez, nós precisamos da contratação imediata. Pelo menos daqueles que a Secretaria de Comunicação do Executivo, informou. Porque o que eles informaram pela Secretaria, foi 573 que seriam convocados, no estudo feito o ano passado, o nosso déficit era no mínimo 671 trabalhadores. Não atinge nem o que a gente fez um ano atrás, imagine do que estamos precisando com os que adoeceram os que morreram e, os que se aposentaram, pois até hoje, não conhecemos nenhum aposentado da saúde, uma vez que todos adoecem e morrem no decorrer de sua profissão. Obrigado!

A Senhora Emília Veruska Almeida Silva - Boa tarde! Meu nome é Emília Veruska, sou enfermeira da Maternidade, e não posso deixar de falar também a problemática da maternidade, eu trabalho lá, tenho dois vínculos e falo com bastante propriedades tem casos em que a mulher pós-parto imediato, depois de duas horas fica em cadeira. A grávida de alto risco chega com sangramento, ela vai pra cadeira do Bloco Girassóis, e eu tenho casos de pacientes com mimatose, que é o mioma no útero, com muito sangramento em idosas, que são elas que geralmente apresentam e também vão para cadeira, eu tenho fotos em casa, fotografo todo plantão.

Senhor Roberto R. Moraes – salientando, que isso, quando tem cadeiras disponíveis, quando não, vai para cadeira de plástico.

A Senhora Emília Veruska Almeida Silva - Eu vou complementar o que o Roberto e o Melquisedec falaram, estamos vivenciando déficit de escala e sobrecarga de pacientes na cadeira. Nós temos estresse psicológico, porque a gente fica triste com a situação e nós estamos diretamente com eles, nós escutamos as dificuldades e isso é muito massacrante para nós.

O Senhor Genival Ferreira Lima - Só complementando o que a Emília falou, nós reconhecemos que os hospitais do nosso Estado foram projetados quando a nossa população era menos de duzentos mil; hoje, nós estamos passando de meio milhão de habitantes em Roraima e, de lá pra, não temos melhoria na infraestrutura dos nossos hospitais e isso é

grave. Fica difícil, o que é que vamos fazer? Porque a população aumenta, a demanda cresce, não temos condições, não temos profissionais e aí, só querem exigir a eficiência de quem está lá, segurando a ponta, para que não seja um caos maior no nosso Estado.

O Senhor Andreaza Borge Sá – Boa tarde! Faço parte do movimento de enfermagem. Senhora Deputada e Deputados, essa questão de déficit de funcionários, só vou dar um exemplo. Eu vim pra falar só desse exemplo que passei ali dentro do hospital; trabalho no trauma do HGR e foi falado aqui da área amarela. Nós sabemos que a governadora do Estado, recentemente perdeu o seu pai; e teve um plantão que quando eu entrei na área amarela e ali vi duas pessoas atendendo um senhor e, eu ainda não sabia quem era e só tínhamos dois funcionários no dia de domingo, para dar banho em oito pacientes e fazer todos os procedimentos de enfermagens. Dois funcionários com oito pacientes internados seria o quê? Pacientes de UTI, que estão na área amarela, que não é uma UTI! Quando acontece isso, o enfermeiro já sabe que não vai ter banho, só vai ter o quê? A medicação de horário para o paciente. É isso que nós podemos fazer, infelizmente! Quando nós, enfermeiros estamos em dois, nós vamos fazer só a medicação; e fomos ali pra tomar o café da manhã; e a coordenadora do trauma chegou e falou pra gente! Gente! Pelo menos dá banho no pai da Governadora, e eu olhei assim pra ela! E quem é o pai da Governadora, não é aquele senhor que está lá no meio dos seis? É o pai da Governadora. Eu vou falar com toda a sinceridade, eu falei pra ela, pois é esse que não vai tomar banho mesmo. Se pudéssemos daríamos, mas como não poderíamos dar banho. Porque ali eu acho que todo mundo é igual perante a lei, é igual! Se não tinha condição de dar banho em um, não ia dar banho em outro. Mas só que a família estava pagando duas pessoas técnicas em enfermagens pra cuidar do pai da Governadora. E é isso que estamos verificando dentro do trauma e do hospital HGR. Com a falta de pessoal pra trabalhar, ontem eu estava de plantão e estava com vinte e sete pessoas para cuidar, sozinho, na área verde, dois do trauma do HGR. Eu pergunto a vocês, tem condições de a gente prestar uma assistência adequada a vinte e sete pacientes em uma noite? Não tem como! Peço a vocês encarecidamente, que intervenham junto à Gestão, a Governadora ou Secretário de Saúde, pra que pelo amor de Deus, chamem essas pessoas, que estão necessitando trabalhar para também ajudar-nos pois estamos ali na ponta pra trabalhar. A necessidade é grande, sabe por quê? Se acontecer algo com a família, ou com vocês, vocês não vão para a UNIMED, nem para São Paulo, enquanto não passarem pelo HGR primeiro, não dá tempo. Quando dói na gente, corremos atrás, hoje, estamos aqui com saúde, de bem com a vida, mas nós não sabemos o dia de amanhã. Eu gostaria de pedir a vocês, que fazem parte da Comissão de Saúde, que olhem para a saúde do Estado de Roraima, como o nosso amigo Genival falou, estou vivenciando isso, passei pelo Governo Anchieta, Governo Chico Rodrigues, e nunca vi o Hospital Geral de Roraima, assim o Trauma está do jeito que estou falando agora. Dizer que assumiu o governo agora, sim, nós sabemos disso, mas todo mês o dinheiro vem, o dinheiro pra saúde vem e por que a gente não sente isso dentro do hospital? Por quê? Pra mim, isso é falta de gestão! Simplesmente isso! Falta de gestão! Faz parte o Deputado Evangelista Siqueira, da bancada do governo, o Deputado Mecias de Jesus também da bancada do governo e vocês; e os outros Deputados também podem intervir junto à governadora! Gente olha! Os funcionários estão necessitando sentir a presença do estado dentro do hospital. Ontem mesmo, as pessoas foram falar pra mim e eu disse gente, eu não posso fazer nada! Não tinha um colchão pra colocar uma senhora de 86 anos, que quebrou o fêmur, não tinha! Ela ficou em cima de uma maca dura porque não tinha um colchão O que é um colchão para o Estado de Roraima comprar? Eu pergunto pra vocês É como a nossa colega falou, a maternidade também como é que uma pessoa que deu a luz a uma criança; duas horas depois vai estar sentada numa cadeira dura. Nós não podemos mais passar por isso e vivenciar isso. Peço pra vocês que pelo amor de Deus; por que um dia eu posso estar ali também, não como trabalhador, mas como paciente; meu pai, minha mãe, quem quer que seja; eu não quero que passe pelo que estamos passando hoje. Obrigado!

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Mais vocês vão poder contar com a comissão; é assim, aqui na comissão, não tem estória de base de governo ou não base de governo; nós todos aqui estamos com esse sentimento de ouvir vocês e fazermos o esforço pra essa intermediação e tentarmos. Quando nós estávamos conversando aqui, antes da reunião, estávamos dizendo exatamente isso. Para as autoridades aqui do Estado a gente assistiu sofrer alguma coisa e irem pro trauma do HGR. Então, eu sei da importância disso e os nossos pares também, vocês podem ter certeza disso.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Eu vou passar a palavra para considerações finais, porque temos outro sindicato para ouvir e um movimento. Então eu queria pedir que o senhor fizesse suas considerações após ouvir Deputados, porque não vai ter réplica.

O Senhor Roberto R. de Moraes - Tudo Bem.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Eu quero franquear a palavra para os nobres Pares.

O Senhor Deputado Masamy Eda – Boa tarde a todos, Deputada Lenir, presidente desta Comissão. Eu acho que o nosso nobre colega Andreaza disse tudo e a Erika, em relação a saúde. Eu costume dizer que essa comissão aqui, não foi feita a toa; não tem pessoa mais preparada, melhor pra exercer essa Comissão, como a Deputada Lenir que se faz como presidente. Estamos aqui, não na base do governo, nem na base da oposição; mais na base do povo. Essas palavras ditas todas são gravadas nos anais desta Casa. Andreaza, pode ter certeza que logo após, a Comissão, irá reunir com a Deputada Lenir, junto ao Deputado Evangelista, Deputado Chico Mazart e Deputado Mecias de Jesus, para tomar as devidas providências. A saúde hoje passa por uma dificuldade imensa; quando o nobre colega Andreaza, disse que nunca viu a saúde desse jeito. Eu estou sendo breve aqui, eu costume dizer, que falta boa vontade por parte do governo. Pessoas ali naquela frente; daquela pasta da Secretaria, que tenha mais preparo técnico, é claro que não vão fugir da pauta de vocês senhores que aqui estão. Mais a partir do momento que o povo sente lá na ponta e chega a doer nessa Casa, é porque realmente há uma falta de boa vontade no Poder Executivo para com a população. Deputado Evangelista, Deputado Mecias de Jesus, tenho certeza Deputada Lenir Rodrigues, que eles serão sensatos a essa Casa e as pessoas que aqui estão. No que depender de mim, sou solidário a cada um de vocês, pela classe e pelo povo desse Estado de Roraima. Obrigado!

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus - Senhora Presidente, eu gostaria que as reuniões da comissão com os sindicatos, com os trabalhadores, com qualquer seja, não tomasse um tom político, porque se tomar um tom político, aí nós vamos precisar mostrar o que é base de governo e o que é base de oposição. Eu tenho certeza que o que o Andreaza falou aqui, não foi a primeira vez que aconteceu, porque o que está faltando tecnicamente, não é só nesses três meses, lembro que em uma determinada vez, Brito, Deputado Soldado Sampaio e Deputado Gabriel foram fazer uma visita ao HGR e o Governador Anchieta mandou a polícia tirar eles de lá, encontrei uma senhora uma vez, que disse que precisava de mil reais para comprar medicamento para o pai dela que estava no hospital há dois meses e, ela tinha que comprar o medicamento, o tempo todo. Isso não aconteceu agora pela primeira vez, isso acontece há muito tempo, nós não vamos ser a Suely três meses, nem o Chico cinco meses, tem que colocar os pingos nos "is", temos que falar a verdade, nós não podemos assumir uma dívida de três bilhões de reais e resolver todos os problemas do Estado em três meses, isso é impossível, eu reconheço todos os problemas que o Estado tem, tanto é que fiquei seis anos na oposição, se eu estivesse contente com o governo, eu teria ficado na base governista e não teria ido para a oposição, eu não concordava com a forma que estava antes. Agora também, não dá para você mudar para a casa de alguém e de repente assumir todas as responsabilidades que tem lá, todas as dívidas de uma empresa e em três meses, quando você tem um prazo enorme de alguém que ficou aí dez anos, acabando com o teu Estado e você ter que recuperar em três meses, sem ter dinheiro, aumentando os problemas como disse o Genival. A maternidade, o Hospital Geral, foi projetada para uma população de duzentos mil habitantes, nós temos quinhentos mil hoje, mas não começou de janeiro para cá, nem foram construídos no governo da Suely esse problema já vem de muito tempo, então é bom que não dê um tom político aqui, e que apenas busquem soluções para os problemas de vocês.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Deputado, eu acho que o Senhor está com algum equívoco, nós em nenhum momento aqui, demos tom político, estamos apenas ouvindo o Sindicato desde o início da reunião.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Eu sei Deputada, a Senhora não deu tom político, mas sei o que é um tom político e uma insinuação. Nós queremos nos juntar a vocês para ajudar a solucionar, como disse o Mequisedek, nós já fizemos isso outras vezes. Se a gente resolvesse, seria diferente, Deputado não manda em governador, não manda em secretário, a Professora Lenir já foi Secretária de Educação e, nenhum Deputado mandava nela não, Deputado podia até pedir e, ela atenderia se quisesse se estivesse em condições de atender, pode ir toda a Assembleia Legislativa lá, se ela não quiser atender, ou não puder atender, ela não atende, não é isso Deputada? Estou correto?

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- Corretíssimo.

Senhor Deputado Mecias de Jesus – Então, tem muita gente que costuma colocar os problemas nos Deputados, dizendo que os Deputados não fazem nada, não está no nosso alcance. O nosso alcance está nos juntarmos a vocês, para solicitar junto com vocês, os pedidos que serão

bons para vocês e para a população, estou junto nessa luta para fazermos críticas construtivas. Agora, independente de ser o pai da Governadora ou não, não pode ser desse jeito, tem que ser todos tratados de igual para igual. Era isso Senhora Presidente.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Deputado Evangelista.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira - Só para dizer Senhora Presidente e demais pares, que a gente entende a urgência e realmente tem coisa que não dá para esperar, tem coisa que não dá pra ser amanhã, sobre tudo, em se tratando de vida, a Deputada Lenir falou uma coisa que é verdade, na educação os erros têm consequência mais a frente, na saúde não, os erros são fatais, são imediatos. Na fala do Deputado Mecias de Jesus, me contempla a questão de dizer que não é algum de agora, é um problema extenso já, que vem de muitos anos! Compreendo a urgência que se faz! Digo que a luta do sindicato SINDPRER é justa, como relação o tocante ao profissional, aquele que está na ponta, aquele que serve no dia a dia, é justo, é digno, lutar pelo enquadramento, pelo PCCR. Esses dias nós tivemos uma discussão quanto a greve na educação. Porque é junto; é digno do trabalhador; dizer pra vocês que essa comissão tem esse caráter de intermediar, nós não temos o poder da caneta na mão! Nós não somos a governadora e nem governador; a gente intermedia o diálogo! Por isso, que quando o Deputado Mecias de Jesus fala dessa questão da política, do discurso político, da conotação, é no sentido de dizer que a gente busque, seja com o secretário de saúde, seja como a governadora, representante do sindicato, monta uma comissão, senta: comissão de educação, representação do sindicato, do governo do Estado para colocar tudo isso na mesa. Tenho certeza que a governadora ou quem quer que seja o cidadão é louco se não entender que isso é uma urgência grande. Agora existe a questão da urgência e aquilo que pode ser feito no momento. A gente só descobre isso quando? Quando sentamos à mesa e decide de todas as questões vai colocar aquilo que é possível e aquilo que é necessário. Quero pra vocês que eu me coloco nessa condição, juntamente com os meus pares na comissão, o de intermediar esse diálogo de fazer chegar, sentarmos e discutirmos o problema. Não jogar pra baixo do tapete e nem esquecer. Porque enquanto a gente faz isso, quem morre lá são os nossos parentes.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Passo a palavra ao senhor Roberto R. Moraes, para suas considerações finais.

O Senhor Roberto R. Moraes – Quero agradecer, principalmente, a Comissão por nos ter recebido e atendido de forma pontual, as nossas reivindicações e o informativo de que vai estar intermediando junto ao Executivo pra tentar sanar os problemas existentes hoje. Eu gostaria só de pontuar uma das falas do Deputado Mecias de Jesus, as questões das problemáticas e a questão do tom político. Em nenhum momento o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima, trouxe a essa Casa o debate em tom político, embora algumas pessoas tenham utilizado da palavra e tenham tido essa conotação de tom político, mais ele está aqui pra andar de mão dada com os trabalhadores, pra tentar provocar na gestão participação mais efetiva dentro da saúde pra que isso aconteça. O sindicato de enfermagem sempre fez isso na época dos governos anteriores, quando foi a luta do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração; igualmente já parabeneizei o Deputado Evangelista Siqueira, pela intervenção da Comissão de Saúde da Assembleia, relativa ao pagamento do penúltimo salário, que iria ocorrer atraso e o governo se sensibilizou e atendeu a reivindicação do sindicato e nesse momento nos colocamos como trabalhadores de enfermagem e trazemos aqui, a nossa angústia; o que nós precisamos é que seja resolvido, que seja sanado. Não estamos aqui pra criminalizar Governo A, Governo B ou Governo C ou que seja o ABC inteiro. Nós estamos aqui pra que? Juntamente com comissão, e o Executivo, possa trazer uma solução pra problemática hoje existente dentro da saúde. E que prioritariamente, seja revisto pontualmente a situação da saúde e, o que nós solicitamos com mais urgência, com mais eminência é que a questão do déficit de trabalhadores dentro das Unidades de Saúde, seja da capital, ou do interior, seja sanada de forma imediata, não podemos esperar por mais cinco, dez quinze, vinte dias, pra uma chamada e efetivação desses concursados para sanar o problema de sobre carga, que está trazendo adoecimento, até como foi colocado a questão do atendimento à população. Acho prioridade, o atendimento à população. Além da questão do atendimento à população; a valorização e condições pra quem esta prestando assistência a saúde; e como fui informado pelo companheiro Genival, até a nobre Deputada vi anotando a questão do percentual da saúde, nós somos 63%, da mão-de-obra e pasme! Fiquem tranquilos que se vocês chegarem em qualquer Unidade de Saúde e não tiverem um profissional de saúde, seja ele técnico, auxiliar ou enfermeiro pra atender vocês, provavelmente vocês não tenham atendimento de qualidade, porque todo e qualquer profissional que trabalha dentro da área de saúde, ele faz atendimento à população. Mais a primeira pessoa que recebe o usuário dentro das unidades de saúde é o profissional

de enfermagem; não existe nenhum profissional que recepcione o paciente na entrada do hospital que não seja o profissional de enfermagem. Tem médico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, tem todos os profissionais, mais quando você entra no grande trauma, quando você entra no pronto atendimento; quando você entra na maternidade, o primeiro profissional que te atende, é o profissional de enfermagem. Então, por isso a gente clama a essa comissão que intervenham junto ao governo para que seja efetivada a convocação imediata para que seja atendida a solicitação do sindicato e nós possamos dialogar com o governo para que a gente possa ter uma saúde de qualidade com valorização dos trabalhos de enfermeiros. Obrigado!

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Então nós também agradecemos e agradecemos também a confiança de vocês nessa comissão e como eu disse anteriormente, é a comissão como um todo, não existe quem é base do governo e quem não é base do governo. Nós estamos todos imbuídos dos melhores propósitos pra está auxiliando as pessoas que procuram a comissão. E nós iremos deliberar posteriormente e depois vamos oficializar vocês dizendo o resultado das nossas ações e que providências nós tomamos. Queremos agradecer a presença de todos, nós iremos continuar a reunião com outro Sindicato. Muito obrigada pela presença de vocês.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Vamos começar a segunda audiência, sejam todos bem vindos. Nesse momento iniciamos a audiência com os representantes dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais de Roraima. Passo a apresentar a Comissão de Educação que é formada pelos Senhores Deputados: Chico Mozart, Mecias de Jesus, Masamy Eda, Evangelista Siqueira e eu Deputada Lenir Rodrigues. Recebemos o Ofício nº 032/15, do sindicato e nesse momento quero dar as boas vindas e passo a palavra ao senhor Francisco Edmilson de Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Fisioterapeutas, Fisioterapeutas Ocupacionais de Roraima, para que faça a sua explanação ao assunto em questão.

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Boa tarde a todos, quero cumprimentar aos Excelentíssimos Senhores Deputados da Comissão de Saúde e aos colegas profissionais de fisioterapia ocupacional e aqui em nome do SINFITO, Sindicato dos Fisioterapeutas, Fisioterapeutas Ocupacionais de Roraima; aqui estamos trazendo as nossas reivindicações os nossos anseios e as nossas demandas para que a gente possa iniciar um processo de construção de uma nova reabilitação física funcional para a população de Roraima. Nós sabemos que o Estado de Roraima, tem a responsabilidade de oferecer serviços de qualidade à população; serviços esses de alta e média complexidade e que infelizmente, nós deparamos com grandes dificuldades; grande precariedade nos serviços, e recorremos a esse Parlamento para que possam ter um olhar diferente para os profissionais de Fisioterapeutas, Fisioterapeutas Ocupacionais e também para os nossos usuários que são a nossa razão de sermos profissionais. Por isso, nós queremos construir um novo momento na história do Legislativo de Roraima e obviamente do Executivo, para fortalecer o SUS e minimizar os efeitos dessa precariedade que vivenciamos hoje. Nós temos um PCCR aprovado em 2014, onde temos um quantitativo de profissionais para serem admitidos e, a nossa proposta inicial seria a contratação imediata desses profissionais, que pelo menos minimizaria as necessidades dos serviços do Estado de Roraima, considerando os 14 municípios que também estão praticamente desassistidos dos serviços dos Fisioterapeutas e Fisioterapeutas Ocupacionais.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Presidente, só uma questão de ordem, nós, a maioria, somos da área da educação; que é Educação, Cultura, Desportos e Saúde, pra nós entendermos melhor o papel de vocês como estão pedindo aqui chamar o acordo firmado com da SESA, com as categorias, os profissionais de Fisioterapeutas, Fisioterapeutas Ocupacionais do Estado de Roraima, é bom que vocês contextualizassem, sobre o dia-a-dia de vocês, o que vocês fazem para melhorar e para ter um impacto na saúde do Estado? Porque a gente sabe qual a função do Fisioterapeuta, mas no dia-a-dia, como isso ocorre?

Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Bom! O que ocorre na realidade é que nós temos hoje no Estado de Roraima, 101 fisioterapeutas contratados e concursados nos serviços de saúde do Estado. E o nosso PCCR, preconiza a contratação de 156, ou seja. Precisamos contratar de imediato, pelo menos amenizar a nossa situação de demanda. 156 seria o PCCR e nós temos 101 trabalhando. Nós precisamos de imediato da contratação de mais 56; porque tem fisioterapeuta que pediu deslocamento e então tem uma vaga a mais sobrando. Então, 56 profissionais de fisioterapia e 15 profissionais de terapia intensiva, ou seja, o que está acontecendo hoje que está afetando a categoria? Nós temos uma grande demanda reprimida! Ou temos muitos pacientes para serem atendidos nos serviços de alta complexidade e média complexidade e nós não temos profissionais. Temos profissionais que conseguiram o direito através de concurso pra ser admitido. A Lei já preconiza essa contratação, falta só o Executivo destinar

no orçamento a contratação desses profissionais. Temos hoje mais de 50% de demanda reprimida no Estado de Roraima com relação aos atendimentos de terapia ocupacional. Pacientes pobres, pacientes que ganham dois ou três salários mínimos, não tem condições de pagar uma fisioterapia particular, esses pacientes estão à margem do processo. Eu estive hoje em uma situação inusitada, o paciente chegou cinco horas da manhã tentando conseguir uma guia de fisioterapia para um serviço privado, porque o SUS tem também parcerias com duas clínicas privadas. O paciente chegou cinco horas da manhã e só sete ou oito horas que ele conseguiu uma guia para o atendimento, enquanto ficou quinze pacientes sem atendimento, ou seja, nós temos uma demanda reprimida muito grande, temos apenas um núcleo de fisioterapia para atender todo o Estado de Roraima, inclusive, se você observar, nós estamos pedindo também a criação do segundo Núcleo de Reabilitação lá para o Pintolândia e para Rorainópolis, que seria incluir no orçamento do Governo, projeto que pudesse construir esse serviço. Nós temos também no Hospital Geral, com relação à terapia intensiva, nós temos o grande trauma, temos duas UTIs, temos mais enfermarias que estão sendo construídas e, nós temos apenas oito fisioterapeutas da terapia intensiva atendendo no Estado de Roraima e nos grandes hospitais que são o Hospital Geral e Hospital Materno Infantil. Portanto, nós precisamos urgentemente, sobre risco iminente de agravo a saúde, da contratação destes profissionais de fisioterapia geral e terapia intensiva.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Hoje o Centro de Reabilitação é aqui no Coronel Mota?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Não, o Centro de Reabilitação não existe na realidade como deveria, porque é uma coisa mais macro, existe toda uma equipe, uma estrutura, mas existe um serviço que equivale a esse Centro de Reabilitação que é o NERF, no Bairro Canaã, depois da mangueira, é o único serviço de reabilitação no Estado de Roraima que atende todo Estado. Sem contar que lá tem pacientes da Venezuela, da Guiana, dos Municípios.

A Senhora Ligiane Fagundes Lima - A maternidade não atende só Boa Vista, atende todos os Municípios do Estado, Venezuela, é o mesmo sistema.

A Senhora Ana Paula O. Sicsú - Com licença. O núcleo de reabilitação que fica também lá no caranã, têm 10 fisioterapeutas hoje lotados para essa demanda toda do Estado. Então, os nossos colegas reclamam que eles atendem 30 pacientes por hora, é aquela loucura lá no núcleo de reabilitação. Existe por parte dos nossos colegas, aquela clemência para que outros possam trabalhar e atuar lá, porque eles trabalham afogados literalmente. Têm pacientes que vem de outro Estado, de outro país, como é o nosso caso de fronteira. Lembrando que Roraima é o Estado que tem o maior índice de acidente automobilístico. Esse número ele passa somente a elevar cada dia mais e o único lugar que recebe esses paciente para reabilitar a parte de ortopedia e neurologia adulta é lá no NERF, e lá não atende criança; crianças também são portadoras de necessidades de ortopédicas e neurológica. Hoje somente a neurologia é atendida lá na Rede Viva Comunidade, mais a parte de ortopedia, somente o NERF, com 10 profissionais para atuar em todo o Estado.

A Senhora Ligiane Fagundes Lima – Outra coisa que a gente sempre lembra, quando um trabalhador para por algum acidente; para a mulher para cuidar dele, o trabalho dela também fica parado; para outra pessoa da família, os filhos às vezes ficam sem estudar porque ele não pode levar os filhos pra escola. É todo um ciclo que depende da reabilitação daquela pessoa ferida ou sequelada pelo acidente de trânsito, no caso que estamos falando.

Senhor Deputado Masamy Eda – Presidente, só pra esclarecer, quando cada um for usar a palavra, que se identifique diga o nome porque essa reunião está sendo é gravada!

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – O item 1.3, fala da implantação de uma oficina de prótese de óssea. Em Roraima, a gente não tem oficina de prótese de óssea, isso são serviços que o SUS tem que oferecer. Nós temos que criar mecanismo, buscar parceria com outro hospital de reabilitação de outro Estado. O SUS tem que dar o jeito dele e resolver essa situação. Nós temos que ter a oficina de prótese de óssea no serviço público no Estado de Roraima, isso aí é um absurdo. Isso também é uma reivindicação nossa, nós temos que pensar nisso hoje, pra que incluam isso no orçamento de 2016, 2017, enfim! Mais um dia a gente tem que resolver isso, a interiorização dos serviços de fisioterapeutas, fisioterapeutas ocupacionais, com a criação do Centro de reabilitação de Rorainópolis e outros municípios. Temos municípios, por exemplo: estive no município de Mucajá, lá é impressionante, tem um ou dois profissionais de fisioterapia na sede; as vicinais não tem ninguém. Eu vi uma paciente com uma fratura no joelho, uma ostiosíntese de joelho, essa paciente não tinha como fazer nada não tinha acesso ao serviço de fisioterapia. Ela disse, *“se eu for pagar um transporte pra eu procurar o centro, eu não tenho*

condições de pagar, porque eu ganho um salário mínimo". O SUS tem que dar essas respostas, o SUS tem que arranjar um mecanismo para mudar essa realidade da reabilitação do estado de Roraima. Isso eu estou falando referente a Mucajaí, mais são todos os municípios na mesma situação. Quanto mais longe, pior fica o atendimento.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Vocês participam da Mesa de Negociação Permanente do SUS?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – O SINFITO tem vaga na Mesa de Negociação Permanente do SUS.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – E essas questões já foram discutidas na mesa?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Na realidade, a Mesa de Negociação do SUS, foi criada só para aprovar o PCCR, no ano passado, em 2013 para 2014. Agora inclusive, é uma reivindicação nossa, estamos reativando a Mesa para que os Sindicatos representantes dos Trabalhadores possam realmente discutir essas demandas com o Governo, o Dr. Kalil prometeu reativar a Mesa. Estamos esperando essa Mesa para 2015, para a gente retomar esses trabalhos. O estado cancelou os convênios privados.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- O item 1.5, aquisição de materiais de uso especializados da fisioterapia e terapia ocupacional?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Isso aqui são equipamentos específicos que nós já pedimos.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- A Secretaria está providenciando?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Ainda não, na realidade o primeiro contato que tive com o Dr. Kalil, foi na semana passada e passei as demandas para ele e ficou de retornar. Cada setor faz uma relação de equipamentos e mandamos pra ele, e esses equipamentos terão que ser solicitados para facilitar o desempenho do profissional dos serviços. A questão do 1.6, nós temos duas clínicas que prestam serviços para o SUS, tem uma tabela do governo federal que paga alguns serviços especializados através do credenciamento SUS, e aí, na realidade são vinte dias que mandavam para Profosis e 20 dias para a Profosis, esse serviço também foi suspenso e estava também no nosso acordo de greve do ano passado e, é um serviço que ameniza, por exemplo, nós temos serviço no Canaã, nós temos uma clínica privada lá no Pricumã e temos uma aqui no São Pedro. Pelo menos não resolve, mas ameniza a situação daquelas pessoas que estão naquele bairro, naquela região, isso também nos estamos discutindo, segundo eles, não tem recurso por isso foi suspenso e, quem ainda está mantendo esse recurso é a prefeitura. Então, seria retomar a discussão desses serviços que também são importantes. A questão da Mesa, nós estamos retomando, e os fisioterapeutas que estão trabalhando no Estado, estão cobrando o pagamento de plantões extras ao invés de horas extras, porque a hora extra fica muito baixa, essa é uma reivindicação deles, mas segundo o Secretário, a ideia é contratar os profissionais, então é melhor contratar os profissionais.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- O PCCR de vocês é o 948?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – É e foi aprovado no dia 9 de janeiro de 2014, inclusive está aqui no Diário Oficial.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues- E a Comissão do enquadramento de vocês, já foi feita?

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Não. Também é uma reivindicação nossa o enquadramento dos profissionais, a contratação imediata e o reenquadramento da Lei nº 948 do PCCR, também nós não temos Comissão. Inclusive, por falar em Comissão, é uma reivindicação nossa também que os Sindicatos façam parte dessas Comissões, estou me referindo as comissões que vão regulamentar a questão do reenquadramento e também as que vão alocar os profissionais em serviços. Porque eles falam lá que vão chamar 18 fisioterapeutas, a gente não sabe como e pra onde vão.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Que seja paritária e metade Governo.

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Não, eu estou me referindo às Comissões que vão regulamentar a questão do reenquadramento e também as que vão alocar os profissionais nos setores, porque, eles estão dizendo que vão chamar dezoito fisioterapeutas, a gente não sabe como é, para onde vai, tudo para gente é segredo e na realidade, no serviço público não é para ter segredo, serviço público é público é do povo.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – É, mais aí, neste caso de lotação de servidores eu acho que o Sindicato está querendo demais, isso é serviço de RH, é o RH que vai saber onde precisa.

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Sim, mas o que nós queremos, o Sindicato dos Trabalhadores precisa participar de todo o processo, eu estou me referindo como instituição, então não tem nenhum

representante do Sindicato participando dessas Comissões, isso que deixa a gente um pouco preocupada nossa questão é a participação, inclusive a gente participa na Mesa, mas queremos participar também do processo de gestão, é uma reivindicação nossa também. Esse reenquadramento é uma reivindicação de todas as categorias, inclusive da enfermagem também, nós precisamos realmente lutar por esta progressão e, o PCCR deixou de fora a questão da qualificação profissional, que é uma questão que a gente vai ter que resolver nessa Mesa futuramente, ou seja, hoje você faz uma Especialização, Mestrado, Doutorado, não conta pontuação para o teu plano de carreira e remuneração. Isso vai ter que revisar.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Progressão vertical no caso, porque horizontal é por tempo de serviço.

O Senhor Francisco Edmilson de Albuquerque – Eu acho que a questão da prorrogação do concurso já está superada. Nós temos o Hospital das Clínicas que também já está em construção, precisamos também quantificar esses profissionais lá, a gente não tem acesso a essas Comissões, não tem nem como interferir, não tem nem como contribuir, como ajudar, porque nós temos a experiência profissional que só nós temos. Quando o assunto é fisioterapia e terapia ocupacional o assunto é nosso, é privativo, é questão do Código de Ética, na realidade nem que eles não queiram, eles precisam da gente, até para discutir assuntos técnicos, acho a participação importante nesse sentido também. Nós temos o Hospital das Clínicas, inclusive o C 4 também. Voltando ao item anterior, o C4 já está com recurso Deputada, é o novo núcleo de reabilitação, já está com recurso em conta para a construção da estrutura física, acho que já está sendo licitada a obra, falta só destinar os profissionais e quantitativos de recurso humano, e estruturar a parte de funcionamento, eu acredito que daqui para 2016, já deva estar funcionando o núcleo de reabilitação. É preciso a gente acompanhar porque é uma nova estrutura de reabilitação que vai beneficiar a população. Bom esse item seis aqui, porque que eu coloquei. Pois vocês sabem que pela Lei, é constitucional os profissionais serem representados pelos Sindicatos, aqui o Sindicato é muito malhado, não existe respeito ao movimento Sindical aqui em Roraima, é uma coisa muito nova. O SINTER tem vinte e poucos anos, o SINFITO tem sete anos, está surgindo o Sindicato da Saúde, nós temos cinco sindicatos, alguns mais organizados do que outros. Temos o Estado de Roraima todo para cobrir, temos o Plano de Cargos e Remuneração para ser montado em todos os municípios, a Mesa de Negociação do SUS, para ser montada em todos os municípios para que abra espaço para profissionais para que os profissionais tenham condições de trabalho e sejam garantidos seus direitos. Então nós precisamos melhorar a estrutura sindical do Estado para que a gente possa até levar o conhecimento dos profissionais e dos gestores, conhecimento técnico para fazer o CCR, porque o pessoal não sabe como funciona. Tem a questão de carga horária, têm a questão da ética profissional, enfim, as particularidades de cada questão. Nós precisamos estruturar e nós não temos condições hoje, principalmente com a Lei do PCCR, onde você tem que cumprir 30 horas. O fisioterapeuta cumpre 30 horas em um local, mais 30 horas em outro local, são 60 horas, batendo o ponto eletrônico. Como é que esse profissional vai se dedicar a um sindicato? Ele não vai, ele vai ter que cuidar da vida dele lá, porque ele tem que pagar as continhas dele e tem que manter o salariozinho dele. Nós temos que criar mecanismos para que esse sindicato funcione, até porque pela Lei Federal, os recursos só podem ser aprovados e repassados para o SUS se tiver a mesma negociação do SUS; mais se não tiver sindicato, como é que vai ter a negociação do SUS. A Mesa passada, foi um dilema pra montar, pois praticamente não tinha sindicato organizado, só tinha o nosso! O nosso tem carta sindical e aí fomos juntar; conseguimos cinco sindicatos e colocar a CUT pra tentar fazer a Mesa de negociação do SUS, o Ministério da Saúde exige essa Mesa, que os trabalhadores sejam representados através desta, Mesa se não, não vem o recurso. Se a gente não criar mecanismos para que o sindicato exista, como é que vai funcionar? Nós temos que criar, por isso, eu acho que deveríamos criar uma nova lei, disponibilizando uma quantidade de profissionais, para o sindicato cobrir toda a demanda dos trabalhadores em todos os municípios. Por que o nosso sindicato é estadual.

A Senhora Deputada Lenir Rodrigues – No SINTER, são dez diretores dispensados da Educação pra ficar à disposição do Sindicato.

O Senhor Francisco Edmilson – Nós não temos um a sorte é que eu sou do Ministério da Saúde e o meu consultório é privado e eu consigo sair, mas quem bate ponto de manhã e de tarde, não tem como, eu não bato ponto porque trabalho na casa do índio e lá é mais light; porque a gente vai, atende e vai embora, mais não tem condições de você se radicalizar, o sindicato vai fechar, ou todos eles vão fechar. O parlamento cria um mecanismo para que se mantenha esse sindicato funcionando, ou eles vão sumir, porque o colega não vai prejudicar a sua vida funcional pra cuidar do sindicato. Por isso, temos que criar mecanismos de lei que possa beneficiar os trabalhadores nesse sentido. A Prefeitura tem uma lei que disponibiliza

fisioterapeuta pro Sindicato Municipal. Nós temos 31 fisioterapeutas da Prefeitura e eles disponibilizam só que ninguém quer ir porque eles tiram as gratificações e tiram a progressão funcional.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - No SINTER, também é assim, na área de Educação, por exemplo: você quer ficar a disposição do SINTER; você é eleito diretor, mas você não recebe GID e, você abdica das gratificações. Agora o sindicato é que tem que promover uma ajuda de custo pra recompensar.

O Senhor Francisco Edmilson - Mais o problema não é nem isso! É a questão das progressões.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - A pessoa perde a progressão, exatamente então, conseguir alguém que queira ir pro Sindicato perdendo progressão é uma tarefa difícil, mais tem gente que topa.

O senhor Francisco Edmilson - Mas que pelo menos a gente aprove o similar.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Mas no caso do estadual, a gente pode fazer como no SINTER. Mas isso aqui, a gente pode estudar com a comissão!

O Senhor Francisco Edmilson - Você sabe, Fisioterapia é uma profissão, uma categoria e terapeuta é outra. Os terapeutas ocupacionais, temos só pra se ter uma ideia no último concurso para 28 vagas só tem 13 contratados, porque não tem mais no Estado, nós não temos faculdade de fisioterapia aqui, eles estão solicitando novo concurso pra fisioterapia ocupacional. Fisioterapeuta, nós temos uma demanda grande de profissionais, mas a terapia ocupacional não tem. Os terapeutas ocupacionais pediram pra incluir no roll das demandas com reivindicações, o concurso pra fisioterapia ocupacional. Incluir no planejamento financeiro, isso é mais difícil, mas é luta dos trabalhadores, incluindo no planejamento financeiro, ou orçamentário, a criação de benefícios, como: saúde; auxílio creche, que é constitucional e auxílio alimentação. O auxílio saúde seria uma forma de desafogar os serviços públicos; se tivesse estrutura pra atender os profissionais, em outro local a outra pessoa. Portanto, é uma coisa pra se pensar no futuro, pra construir no futuro, e a outra reivindicação seria o seguinte, além de tudo que a gente já falou queria finalizar as reivindicações, solicitando uma visita parlamentar aos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, por quê? Nós temos serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, que praticamente estão desativados, os serviços de Fisioterapia e terapia ocupacional funcionam assim: SESAU, SETRABES e Educação. Então, existem profissionais de fisioterapia que são da SESAU, trabalhando no SETRABES e até na educação. Quando eu falei isso na reunião passada, os deputados ficaram meio assustados e, como é que pode? Não sei, ocorre isso e eu acho que a gente tem que adequar essa realidade. Nós temos lá, O Viva Melhor Idade; temos uma piscina aquecida, uma obra fantástica! Não vou dizer que é faraônica, porque o trabalhador merece aquele projeto lá! Eu queria que vocês conhecessem e mostrassem pra população.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Eu conheço.

O Senhor Francisco Edmilson - Aquele projeto maravilhoso está subutilizado e poderia estar atendendo a população, como fisioterapia aquática; temos a piscina aquecida e coberta, grande, que daria pra trabalhar 10 fisioterapeutas, ou mais; a estrutura é muito boa. Então, quer dizer que o governo gastou ali 5 ou 6 milhões pra construir um prédio daquele e, que poderia ser melhor utilizado. Nós temos Viva Comunidade, que mudou de nome, e agora é Rede Cidadania, que atende as crianças portadoras de necessidades especiais, neurológicas e as síndromes. Esse serviço também é um serviço fantástico, que também está comprometido com essa mudança, essa transição de gestão, que poderia melhorar esse serviço dar um apoio ao Executivo pra que se encontrassem soluções pra que esse serviço funcione e pra que se contratem profissionais. Temos profissionais pra ser contratado. Entendeu? Tanto para o Hospital Geral; o Hospital Materno Infantil, UTI, enfermarias, e o grande trauma; todos esses serviços estão carentes de profissionais de Fisioterapia e fisioterapeuta ocupacional. Eu gostaria que desse um olhar diferente, mas que a gente fosse em loco, que mostrasse a sociedade, o que a gente tem de bom. Temos profissionais qualificados, competentes, especializados, pós-graduados, com mestrado, com doutorado, todos esses profissionais aqui; e uma mão de obra fantástica que poderia estar contribuindo pra melhoria da qualidade de vida da sociedade roraimense. Esse seria o meu apelo! Que conhecessem a realidade. Você falar é diferente de você ter imagens, de você mostrar a realidade do dia a dia do profissional, de como a senhora me perguntou. Seria isso, seria um apelo, fazer um trabalho deferente, seria a Assembleia Itinerante, realmente, pra mostrar realmente uma coisa nova para a sociedade. Seria isso, e abro a palavra aos colegas que não falaram e me desculpe, eu falei muito, mais agora fica a palavra com vocês.

A Senhora Deputada Lenir Rodrigues - Nós gostaríamos de

franquear a palavra, se alguém quiser fazer alguma complementação, nós agradecemos vou franquear a palavra para ao Deputado Mecias, e dizer para vocês, claro, que tem muitas reivindicações aqui de que não competem ao Poder Legislativo, mais vocês também não tem nenhuma demanda de projeto tramitando aqui na Casa. Qual seria o nosso papel aqui? Nós vamos depois deliberar; alguns colegas tiveram que sair para atender algumas demandas, mas nós estamos fazendo com os sindicatos que nos procuram a intermediação e tem dado certo, então, alguns colegas se dispõem a fazer essa intermediação com o governo, com os secretários, e ai estamos conseguindo sucesso aqui na nossa comissão. Quer dizer, nós não estamos só esperando chegar um Projeto de Lei aqui; mais estamos conseguindo avançar nessas questões, nessa legislatura, que temos alcançado sucesso. Eu acredito que tem algumas coisas que vamos poder sim ajudar vocês, E isso nós vamos analisar na comissão e vamos dar uma resposta por escrito pra vocês. Quanto à visita nós não queremos politizar; parece que a gente vai lá fiscalizar; até na Comissão Externa de Saúde, que eu participo, nós primeiro fizemos uma visita ao secretário; cordial dizendo, sabe? Dizendo qual era o objetivo, o que viemos fazer; porque eu mesma já fui gestora; aquela coisa de fiscalizar, mostrar o que esta errada. Por que não mostra o que é bom também? Eu pelo menos não tenho essa postura. Aqui já fizemos visitas, mais sempre assim, com esse cuidado, pra achar que é questão política, porque é outro governo e essas coisas todas, Se nós trabalharmos com bastante ética e isenção, em relação a essas demandas necessárias que vocês estão reivindicando.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - O Senhor quer falar alguma coisa?

O Senhor Francisco Edmilson Alves - A Senhora tem razão, a gente não quer politizar, nós queremos contribuir; por que é um processo muito profissional, um processo ligado à gente; até por que estar construindo juntos; o Sindicato é um mediador, ele não é um dificultador do processo; ele é um facilitador. Mas a minha ideia seria outra; seria a questão de vê in loco, por que a gente vendo é diferente.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Passo a palavra ao Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus - Senhora presidente, quero cumprimentar todos os membros do Sindicato de Fisioterapia e Fisioterapeuta Ocupacionais, aqui na pessoa do Edmilson, que por várias vezes já me tirou da cama; por várias vezes tive que recorrer; ligar pra ele final de semana, Correr pra lá e ele me ajudar. Dizer o que a presidente falou com relação a não politizar; exatamente por que de vez em quando as pessoas tentam politizar as coisas e aí começa; não fulano é da base do governo, fulano é da oposição e aí começar uma briga interna dentro da comissão. Pra não criar uma briga interna dentro da comissão, nós temos pautado por não politizar claro, uma visita de cortesia para estar lá com vocês, para verificar o ambiente de trabalho é belíssimo pra nós. O que a gente não quer, é o teatro. Os Deputados foram hoje lá e verificaram; está tudo errado e não sei o que e tal um sai elogiando e, outro falando mal, isso a gente não quer, nós queremos contribuir com vocês, ajudá-los, como a gente tem feito. Tudo que vocês falaram aqui, como o Edmilson disse que já falou demais; mais nós vamos ouvir tudo isso ai de novo, vai ser traduzido pelos nossos taquígrafos, vai ser colocado na pauta, a comissão vai se reunir novamente; nós vamos transformar isso em documento e sugestões; e vamos ao Secretário de Saúde; se necessário até a Governadora, pra levar as solicitações e reivindicações de vocês. Dizer olha! O que nós conhecemos do trabalho de vocês; o que nós queremos pra vocês; é claro que a função de vocês é primordial e essencial pra melhorar a qualidade de vida das pessoas do nosso Estado. Só sabe quanto é essencial, quem já precisou dos trabalhos de vocês. Eu já precisei e preciso muito. Eu tenho simplesmente somente cinco hérmias de disco e eu sei o quanto vocês são importantes pra melhoria da qualidade de vida. Eu tenho muita gente da minha família e amigos que precisam. Então, podem contar conosco, com o nosso apoio, que vamos com o Secretário de Saúde ou com quem seja necessário, para levarmos os anseios de vocês. Com relação à Lei falada aqui, a nossa assessora vai verificar, que tipo de proposta que poderia ser apresentada pra facilitar essa vida dos sindicalistas quem sabe já havendo uma lei, que já fala do Sinter e verificar a Legislação Federal pertinente e, verificar no que a gente pode aderir a eles por simetria e legislar aqui no sentido de beneficiar o sindicato de vocês e demais sindicatos do Estado. Era o que eu tinha a dizer Senhora Presidente e um abraço a todos e obrigado pela visita de vocês.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Vamos deliberar sobre esse enquadramento e o pagamento da progressão de vocês e, também vamos olhar com bastante carinho essas reivindicações junto ao Secretário, como o Deputado Mecias disse; sobre a convocação dos concursados, que já falamos bastante disso; também com o Sindicato de Enfermagem. Eu acredito que nesse diálogo, aqui com a Casa do Povo, realmente a gente possa buscar essa intermediação com o Poder Executivo

e facilitar a vida dos senhores. Nós aqui da Comissão de Saúde, a gente agradece a presença de vocês, a paciência de nos colocar, assim sobre a realidade fática do trabalho de vocês e, nos colocamos a disposição e posteriormente vamos oficiar a vocês sobre os procedimentos que nós vamos tomar aqui na Comissão. Muito obrigada pela presença de todos. Vamos receber os representantes dos professores seletivados. Agradecemos a presença de vocês e damos boas vindas, recebemos os documentos sobre denúncia do processo seletivo de professores estaduais da Capital e do Interior e tivemos o cuidado em avaliar cada requerimento individualmente e, nesse momento, eu e o Deputado Mecias de Jesus, presente; a reunião não necessita de quórum e já coloquei pra ele; mais eu acho necessário gravarmos nesse momento, então, passo a palavra ao professor Círio Ricardo Palácio, para suas considerações iniciais.

O Senhor Círio Ricardo Palácio – Boa tarde a todos, boa tarde professores e senhores Deputados; é interessante esse momento de diálogo, até por que esse momento Deputada, a gente acaba avançando, no que tange a possibilidade de realmente começarmos ali uma luta por uma educação de qualidade no nosso Estado. De fato, nós procuramos a Assembleia Legislativa, por justamente encontrar uma série de irregularidade no que tange ao processo seletivo pra professor no estado de Roraima. E essas irregularidades estão formalizadas nessas denúncias que entregamos para os senhores. E dentre as principais irregularidades, temos aí, o caso de um edital, aonde não foi obedecido, no que tange ao número de vagas que a própria secretaria pré disponibilizou para o processo seletivo. Exemplo claro: nós temos vários professores que passaram no processo seletivo em primeiro lugar e, de repente, ao levar os seus documentos para assinar o contrato do processo seletivo, foram surpreendidos com a informação de que não existiam mais vagas; que aquela escola a qual ele fez o processo seletivo e, realizou a entrega dos documentos, para aquela determinada área, simplesmente existiam mais vagas, então, isso causou uma surpresa. Temos também um caso de professores que não têm habilitação específica para lecionar naquela determinada área e, estão lecionando. Nós temos aí, casos de professores efetivos formados em pedagogia, lecionando disciplina de história, arte, portuguesa; ou seja, lembrando que o professor da área de pedagogia ele é habilitado pra lecionar de primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental menor. Então, é uma série de irregularidades que nós apontamos nesse levantamento, o qual chamou de carta denúncia, para entregar, não só para a Assembleia Legislativa, mas também ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas. Porque nós também avaliamos que esses Órgãos são interessados; por que não tem como o Estado está pagando professores de maneira ilegal, são professores que não são habilitados para determinadas áreas e estão lecionando nessas áreas; tirando inclusive a vaga dos professores do cadastro de reserva, que fizeram o processo seletivo. Existe na verdade uma bagunça generalizada nesse processo seletivo; aonde desde o princípio nós avisamos da necessidade do Governo do Estado de Roraima realizar esse o processo, isso em meados da primeira semana de janeiro, na qual uma Comissão esteve com a Secretária de Educação, e a mesma se recusou; disse que não haveria necessidade desse processo seletivo e ali vocês observaram pelo meio de comunicação que se arrastou uma luta imensa, foi ali uma briga de foice no escuro, como eu costumo dizer, com os professores do processo seletivo e também professores efetivos que desejavam fazer esse processo seletivo; contra um governo que achava que não necessitaria fazer o processo seletivo, e no final das contas mostramos que tínhamos razão e, mais uma vez, estamos provando que há necessidade de se contratar mais professores. Lembrando que, quanto mais professores melhor para a Educação. O que não pode acontecer é faltar professor no Estado. Por que os prejudicados são os nossos alunos; é a comunidade escolar como um todo. Então, já de antemão, faço essas considerações iniciais; não sei se os colegas também; temos aqui o professor Marco, que poderia também fazer uso da palavra; temos aí uma série de professores. Contamos com a presença de professores que foram prejudicados nesse processo seletivo. São prejuízos assim Viciosos e, até levianos, de professores que foram desclassificados por terem feito capital e interior e, temos os nomes de professores que fizeram e passaram nos dois e não foram desclassificados. Então, temos caso de professores que no último seletivo de 2013, tiveram as documentações respeitadas de professores que vieram de São Paulo, que apresentaram documentações de Instituições sérias, de Universidade conceituada no País e, nesse seletivo tivemos o caso desse professor ter o seu documento indeferido e ele terem sido desclassificado do processo seletivo; uma coisa assim, meio que estranha! E também temos caso, como falei anteriormente, lembrando os professores de artes educadores, ficaram de fora do processo seletivo e, lembrando que a própria grade curricular, já ampara o professor de arte ser formado como arte educadora e, não foram obedecidos esses critérios para o processo seletivo, então, o governo não lançou a Secretária de Educação, não lançou processo seletivo pra disciplina de Arte. Então, hoje nós estamos

ai! Deputados, são coisas horríveis se gritantes, são algumas questões que não dá pra entender. Professor de matemática, formada em matemática, habilitada em matemática, dando aula de arte dentro do Estado! Isso é brincar com a educação! Isso se chama oba oba educacional. Nós também temos casos de pessoas que são formadas em uma determinada área; nós temos o caso de uma professora que é formada em pedagogia, inclusive foi detalhado isso na própria carta denúncia e, ela passou em primeiro lugar para disciplina de história e o professor que ficou em segundo lugar, na disciplina de história, não pode sequer assumir pois disseram que não tinha essa segunda vaga para o professor! Então, é uma série de irregularidades que nós tentamos resumir o máximo, dentro dessas denúncias que aí estão.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues. – Alguém mais gostaria de resumir algum outro caso? Cita só o caso, não precisa contar a história.

Senhor Nivaldo Guimarães – Boa tarde a todos, quero mencionar aqui, no meu caso, como professor de filosofia, nós temos um caso gritante como falou o Círio. Na área de filosofia, tem um cidadão com formação em história; todos esses anos eu tenho pontuado em primeiro e segundo lugar; e eu fiquei no final da fila, por que o cidadão graduado em história esta no edital de publicação dos classificados como aprovado. Quer dizer, ou é história ou é filosofia? Se a disciplina é específica é ilegal Se estamos pela legalidade, então, onde está essa legalidade? Pode ser assim? Isso é possível?

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues. – Alguém mais?

O Senhor Gabriel Alves da Silva- Boa tarde Senhora Deputada, Deputado Mecias, um fato interessante é o meu, aconteceu não só comigo mais com várias pessoas em relação à quantidade de vagas que constava no edital. Por exemplo: fiz para o Município de Alto Alegre, tinham duas vagas na área de física, no resultado final fui o segundo colocado na convocação, fizeram somente uma, eu verifiquei a escola e lá precisa de dois professores de física, eu gostaria de saber para onde foi a outra vaga, vários professores fizeram para outros Municípios, não foi só um, foram vários, as vagas sumiram no Município de Amajari alguns locais no interior e nas vicinais, sumiram todas, gostaríamos de saber, para onde foram as vagas?

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Professor Círio, explique a situação dos professores do interior que não puderam recorrer, por quê? Por conta da publicação do Diário Oficial, que saiu dois dias depois e, eles quando souberam.

O Senhor Professor Círio Ricardo Palácio – Os professores do interior, temos outro caso, porque a maneira como estava sendo divulgado o resultado do edital, tanto da preliminar, como dos recursos, quanto da listagem final do processo seletivo, as listagens eram divulgadas nas escolas.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - anuncio a presença do Deputado Evangelista Siqueira. Estava no site, na Secretaria o resultado?

O Senhor Professor Círio Ricardo Palácio – O resultado foi divulgado na Escola de Música e, a maioria dos colegas, eram informados sobre essa colocação, pelo próprio grupo desses professores do processo seletivo, no qual temos cerca de 15 grupos do WhatsApp, temos muitos professores. Enfim, no Diário Oficial o resultado preliminar, saiu no dia 24, e o resultado dessa listagem preliminar, no Diário Oficial só foi sair no dia 27. O resultado final saiu dia 28. E veio sair no Diário Oficial dia 31, e não saiu no site. Os professores que são do interior, pra eles poderem saber das suas colocações no processo seletivo; era preciso eles se deslocar até a capital, na Escola de Música, onde estavam pré-disponibilizados os resultados do processo seletivo. E outra questão, que chamou a nossa atenção, deputados, foi a dos professores que não apareceram na listagem preliminar; tínhamos pessoas que não apareciam, deputados no estágio preliminar do processo seletivo, não apareceram na listagem do recurso; nós temos o nome dessas pessoas e, na listagem final, vieram aparecer somente na convocação. Nós temos os nomes dessas pessoas, isso está com os senhores, marcamos os nomes dessas pessoas, destacamos no diário, na parte de trás, essas pessoas aí dessa forma. Nós temos, uma série de irregularidades já de cara, para que a gente também possa encaminhar essa documentação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas. Lembrando que esses poderes, também devem sim, estar interessados, porque é um processo seletivo, principalmente no que tange a área da educação. Eu penso que esses profissionais, devem sim, serem profissionais avaliados, de maneira correta, dentro das suas habilitações e, como eu falei anteriormente, temos casos hoje, de profissionais que não estão habilitados e está em sala de aula, lecionando em uma disciplina na qual ele não possui a graduação.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Passo a palavra a Senhora Erika Viana de Sena.

Senhora Erika Viana de Sena - Boa tarde a todos, sou professora

de filosofia; e já que estamos aqui, falando de educação e, falando no interesse dos alunos e de toda a comunidade, acredito que o seletivo, seja um paliativo pra uma situação quando precisa de poucos professores pra cobrir a vaga de quem está por ventura de licença; afastamento por alguma razão de doença; só que percebemos que foram muitas vagas nesse seletivo e, não entendemos porque não se viabiliza um concurso pra efetivação. A necessidade está clara, existem em todas as disciplinas, de todo o Ensino Médio e Ensino Fundamental. Cria-se esse vício do seletivo, que com certeza abre porta pra favorecimento e conveniência; e a situação da Educação não se resolve! Precisamos de soluções de longo prazo, tanto para os professores, quanto para os alunos no geral. Não se oferece uma educação de qualidade, com farrapo, costurando uma colcha de retalho.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Mais o governo já se comprometeu em acordo, pra fazer o concurso, concurso não havia sido efetivado por conta a Lei, que estava em desacordo com a Lei do PIS, hoje está necessitando de adequações, está em vigor e o governo já se comprometeu em fazer o concurso para próximo ano. Um concurso não se faz assim, tem todo um procedimento. Eu achei até corajoso, o governo já dizer que vai está pronto, por conta que tem demanda judicial durante um certame. Então, o foco aqui da reunião é sobre esses erros que nós recebemos essas denúncias; suposta irregularidades no processo seletivo e que vocês estão apresentando; nós da Comissão de Educação, somos cinco membros; deu uma saída o Deputado Chico Mozart e Deputado Masamy Eda; mas já estiveram aqui hoje; é que já estamos na terceira reunião hoje, pra gente não está se reunindo a semana toda; por que também, nós participamos de outras Comissões; e a nossa Comissão é muito complexa, tem quatro políticas públicas importantes; Educação, Saúde, Cultura e Desportos; nem uma é mais importante que a outra, atendemos os dois Sindicatos da saúde, a saúde tem urgência, é, pra amanhã, então, nós recebemos por escrito, mas como vocês oficiaram, aproveitamos a agenda de hoje pra que a gente pudesse deixar registrada a presença de vocês; nós vamos deliberar na Comissão o que vamos fazer para ajuda-los. Nós não podemos tomar o Poder; as atividades do Poder Executivo e nem governar no lugar da Gestão. Estamos fazendo um papel aqui de intermediação com a gestão, estamos fazendo essa intermediação de forma responsável, sem politizar; de forma ética, parcial, com muita tranquilidade e, acreditamos que a nossa Comissão está sendo uma comissão bastante comprometida com essa sétima legislatura. Nossa Comissão já tem se reunido várias vezes e conseguido êxito em nossas ações, encaminhado nossas ações e resolvido; estamos inclusive, obtendo reconhecimento dessas demandas e a gente tem se dividido na atividade e, eu acredito que não vai ser as de vocês que nós iremos deixar em branco. Nós iremos sim, tomar providências que estiverem ao nosso alcance, fazendo essa intermediação para que possamos resolver e colocar, inclusive, trabalhar para que os recursos de vocês sejam atendidos. Por que tem que ser atendido, pra que haja correções nesse procedimento e, dizer pra vocês, que também agora é hora de vocês concentrarem no recurso; não desistam, inclusive dos recursos judiciais. Eu acredito que o Ministério Público Estadual, no caso a Doutora Erika, que é da Educação. Ela é bem séria e rígida nesse ponto, acredito que ela vai fazer também recomendações necessárias para que seja corrigido os erros, que alguns aqui que avaliei, são gritantes e espantos que não da nem pra acreditar que existiram e, eu acredito, que nos vamos poder sim ajudar vocês. Eu vou professor Cirio, passar para as considerações do deputado e, depois vocês vão ainda ter oportunidade.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Passo a palavra ao Senhor Deputado Mecias de Jesus.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero Senhora Presidente, agradecer e pedir a compreensão dos professores; é como eu tinha dito pra senhora, eu tenho uma reunião às 17h, no Ministério Público Estadual; com três procuradores e, eles estão lá me aguardando, preciso ir lá, como eu não poderia deixar a presidente sozinha aqui e como o deputado Evangelista chegou e ele é professor também, eu quero usar a palavra pra poder ir nessa audiência. Quero manifestar a minha solidariedade e meu apoio a vocês, dizer que eu vi ali rapidamente que a presidente acabou de me mostrar; gostaria de requerer cópias desses documentos, pedir que oficialize esses casos caso do professor que não apareceu na preliminar; não apareceu na final e foi convocado depois. Oficializem isso e coloquem isso pra gente, nós teremos todo o interesse de apurar e verificar caso a caso, situação por situação e, de buscar uma solução pra isso, não é interesse nosso que as coisas deem erradas. Também achei doutora Erika, um número muito grande de vagas pro seletivo, mais isso é uma demanda que já vem há muito tempo no estado e, isso significa que se precisa urgente de muitos professores. O que não pode, é hoje chamar 800 seletivados e depois fazer um concurso pra 300, aí significa que tá tudo errado. Mais se está precisando de 800 seletivados agora, temos que fazer um concurso pra 800 professores; é isso que eu espero. Quero me colocar à disposição, a comissão como já

disse a presidente, tem buscado de forma não politizada, com os secretários de governos, com a governadora, buscar uma forma de consenso pra levar os nossos pedidos. Nesse caso, acredito que seja necessário requisitarmos alguns documentos da Secretaria de Educação; talvez requisitarmos a presença de alguns servidores da Educação pra ouvirmos, pra conversarmos sobre isso e vamos analisar. A presidente vai passar cópia pra cada um dos membros da comissão e, nós vamos certamente buscar uma solução pra esses casos. Vocês já encaminharam pra o Ministério Público estadual, devem fazer também ao Ministério Público de Contas e deixar que cada órgão faça o seu papel. Talvez a gente vá fazer o nosso papel sem muito alarde, mais podem ter certeza absoluta, que nós vamos fazer; nós vamos atrás. Certo! Obrigado pela atenção e pela compreensão de vocês. Obrigado Senhora Presidente.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus e passo a palavra ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira – Senhora presidente, só justificando a todos que está presente na reunião, como a nossa dinâmica aqui, devido a tantas comissões, tantas reuniões e tantas solicitações; a gente tem que está aqui entre uma ou outra. Eu estava agora no nosso gabinete com a Comissão Estadual de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual e Tráfico de Criança e Adolescentes, recebendo documentos; que inclusive, a Deputada Lenir deveria também participar, mais por razão de estar presidindo, não pode; eu tive que ir e voltar, só pra recebe os documentos e por isso cheguei há pouco tempo, pra dizer o seguinte. Ratificando o que o deputado Mecias falou, eu quero muito tomar conhecimento; de fato do escrito e do apurado de vocês. É importante que a gente tenha esse conhecimento pra que a gente possa solicitar da Secretaria de Educação e do governo, explicações necessária; daquilo que for comprovadamente citado. Dizer a vocês que também sou contra o seletivo, eu acho que temos que ter concurso público, me alegrou o fato de dizer que da governadora ter dito que vai fazer o concurso em novembro e a gente vai acompanhar enquanto comissão, a Deputada Lenir como Presidente e todos nós como Membros; para que isso aconteça de fato, como vocês mesmo citaram, é um paliativo, tem questões que às vezes geram dúvidas e no concurso, a gente compreende que é o meio mais transparente possível de fazer com que a coisa se torne legal, acredito também que foi feito, porque não tinha como fazer um concurso nesse primeiro momento, mas dizer o seguinte, também quanto Vice Presidente da Comissão juntamente com a Deputada Lenir e todos, nos colocar a disposição de vocês para aquilo que tem que ser encaminhado e, quero muito conhecer os documentos que vocês trouxeram à Comissão.

A Senhora Deputada Lenir Rodrigues - Nós vamos encaminhar cópia a todos os Membros da Comissão, para tomarmos as providências e, eu quero franquear a palavra novamente para vocês.

O Senhor Professor Cícero Ricardo Palácio – Enfim que algumas coisas fiquem bem claras dentro desse momento, nesse diálogo com a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, não estamos aqui simplesmente porque nós queremos que os professores que foram prejudicados tenham seus empregos, ninguém aqui está chorando miséria, ou correndo atrás de emprego. Estamos aqui porque nós acreditamos o que é melhor para a educação nós sabemos que, por exemplo, nós temos o caso do professor Gabriel que acabou de citar, aonde a vaga ainda existe na escola, ao chegarem às direções das escolas do interior e também da capital, observa-se que não existe professor para aquela área a qual foi destinada no processo seletivo, o Estado divulga uma nota nos meios de comunicação, dizendo que todos os professores foram lotados, isso é verdade, muitas escolas estão sem professor inclusive, aquelas vagas que foram destinadas no processo seletivo os professores que fizeram o processo seletivo para determinada escola no interior, eles tem ido procurar, tem conversado com o diretor da escola e, o diretor diz que se for preciso argumento, faço um ofício e você leva na secretaria e, isso tem sido feito, os professores tem buscado esse atestado de vaga nas escolas deputada Lenir, os professores ao chegarem com essa vaga em mãos registrada pelo diretor, através de ofício, aí a Secretaria de Educação lota o professor, nós ficamos sabendo disso hoje, que o próprio professor está correndo atrás de sua vaga, da qual o próprio processo seletivo destinou. A secretaria está sem esse controle de vagas e os próprios professores é quem estão tomando essas atitudes. Enfim, só para concluir, é o que é melhor para o Estado para a educação, hoje, estou perante dois educadores que entendem isso, que compreendem que a lotação desses professores nesse exato momento é melhor para a educação, para nossos alunos, para que a comunidade escolar não fique mais uma vez prejudicada, dá maneira que está não dá para permanecer, já foram muitos dias, meses aí sem aula. Então, agradeço a vocês por nos escutarem e também nos colocamos a disposição dessa Comissão.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – Nós iremos

apurar essa história também e até para citar, o Deputado Evangelista Siqueira, nós fomos informados sobre ocupação de vagas por professores não habilitados, por exemplo: o pedagogo que nunca deu aula de biologia e, está dando aula, no terceiro ano tinha uma vaga de biologia, mas existe um professor que é pedagogo, lotou-se aquele professor pedagogo no terceiro ano de biologia, que se dá aula de genética e ele não sabe nada de genética, a questão de lotar professor efetivo que não é habilitado, tomando a vaga do selecionado habilitado. Professores de outras disciplinas, completando carga horária com artes por que o processo seletivo não previu vagas para artes educadoras. Professores de outras formações, como por exemplo: o caso que o senhor citou, de história, ocupando vaga de filosofia, como se o formado em história pudesse dar aula de filosofia, e cada área e uma área diferente. Eu considero dois aspectos graves: uma, da publicação no Diário Oficial ter saído após o prazo de recurso e isso significa que o professor do interior que não estava em grupo de whatsapp nenhum, por não ter acesso à internet, não teve tempo hábil para recorrer, por que não saiu no Diário Oficial; e outra coisa grave, é professores que foram convocados a assumir, mas que não estavam na lista, nem da primeira convocação, nem do recurso e de repente apareceu o seu nome bonitinho numa convocação final; e a última, que, é um levantamento que os professores desse grupo, do movimento fizeram, foram uma comparação de pontuações alguém que fez o processo seletivo em 2013, e não teve pontuação nenhuma em 2013, de repente teve uma pontuação tão grande que eu acho que deu tempo de 2013, para janeiro de 2015, ele fazer Mestrado e Doutorado e várias especializações; por que pra ter uma pontuação de tirar em primeiro lugar, sem ter nada aqui, realmente é espantoso, tem que ter uma explicação mais lógica. Essas supostas irregularidade, vamos buscar pra que sejam esclarecidas a vocês; é como o Deputado Mecias disse: nós não estamos querendo confete, festa, se aparecer, nada disso e, nem queremos fazer Gestão no lugar da secretária; mais nós vamos dar a nossa contribuição, de Comissão fazendo essa intermediação, buscando formas de provar que vocês em alguns aspectos têm razão, como vocês tem trazido documentos até a gente.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Passo a palavra a Senhora Claudia Regina de Oliveira.

Senhora Claudia Regina de Oliveira – Eu vim do Estado de São Paulo, há três anos estou em Roraima. No seletivo de 2013, os meus tempos de serviços no Estado de São Paulo, foram todos contados; por que quem conhece São Paulo, sabe que nós não temos acesso como é Roraima de estar diante dos Deputados, lá é humanamente impossível, então, eu tenho um documento que é do SP Prévio, que conta o meu tempo de serviço e, esse ano não foi contado o meu tempo de serviço. Eu só fiquei com os dois anos que tenho de Roraima, quer dizer; a minha classificação foi totalmente perdida, meu tempo de serviço, não existiu nesse seletivo.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues – São graves realmente essas irregularidades. A Comissão vai reunir para deliberar sobre essas audiências que tivemos hoje, e vamos dar uma resposta. Agradeço a presença de vocês, pedimos desculpas pelos Deputados que tiveram que se ausentar para outro expediente, mais com certeza, a audiência estar sendo gravada, será elaborada a Ata, ele vão tomar conhecimento e todos vão se envolver, para que possamos ajudar vocês nesse problema. Muito grata pela presença de todos.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sala de reunião, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se Ordinariamente, a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados, Masamy Eda. e Evangelista Siqueira. Ausentes Deputados; Chico Mozart e Mecias de Jesus. **ABERTURA:** Havendo “*quorum*” regimental, a Senhora Presidente, declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Masamy Eda, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias com antecedência, a todos os Membros da Comissão, para conhecimento do seu teor, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** A Senhora Presidente constatou na mesa dos trabalhos os seguintes documentos: **Ofício nº 069/15**, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima-SINTER, solicitando Audiência Pública; **Ofício**

nº 006/15, da Associação Roraimense de Fanfarras e Bandas; **Ofício nº 050/15**, da Associação dos Travestis e Transexuais do Estado de Roraima-ATERR; e **Ofício nº 006/15**, da Associação dos Moradores do Bairro Dr. Silvio Botelho. Prosseguindo, a Senhora Presidente solicitou a assessoria da Comissão proceder às leituras. Quanto ao teor do Ofício do SINTER, que solicita Audiência Pública para debater os problemas da Educação no Estado. A Senhora Presidente, ressaltou que a Audiência seria uma forma de forçar a intermediação com o Governo do Estado. Dando continuidade, a Senhora Presidente perguntou dos Senhores Membros da Comissão, se ainda consideravam pertinente a realização da referida Audiência. Abertas as discussões, os Senhores Membros Mssamy Eda, Evangelista Siqueira e a Senhora Presente da Comissão, decidiram atender a solicitação do SINTER no segundo semestre, com data a ser definida por esta Comissão. Continuando, a Senhora Presidente determinou a assessoria da Comissão, comunicar ao Diretor Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação-SINTER, o posicionamento da Comissão; Com **relação ao Ofício**, da Associação Roraimense de Fanfarras e Bandas, solicitando criação do quadro de Regente de Bandas e Fanfarras para as Unidades Escolares do Estado, a Senhora Presidente disse que já havia feito uma Indicação ao Poder Executivo, para a criação do quadro de Regente de Bandas e Fanfarras para o Estado de Roraima. Continuando, falou que a Secretária da Secretaria de Trabalho e Bem Estar Social-SETRABES, fez uma intermediação com a Governadora e já está acontecendo esse diálogo. Ressaltou, ainda, que solicitou ao Líder do Governo Deputado Brito Bezerra, para que continuasse essa intermediação, o qual se comprometeu. A Senhora Presidente, ao se reportar ao Ofício nº 050/15, da Associação dos Travestis e Transexuais do Estado de Roraima-ATERR, solicitando apoio para o evento que será realizado no dia 17 de maio, dia Nacional contra a Homofobia. A categoria formou uma caravana para a coordenação do evento, a qual necessita do apoio dessa Casa Legislativa como alimentação. Dando continuidade, a Senhora Presidente se referiu ao Ofício nº 006/15, da Associação dos Moradores do Bairro Dr. Silvio Botelho, informando a Comissão da falta de estrutura em que se encontram as unidades da saúde da Prefeitura Municipal de Boa Vista, a Senhora Presidente, informou aos Membros da Comissão que o expediente tinha o mesmo teor do MEMO nº 027/2015, de autoria do Deputado Jorge Everton, encaminhado a esta Comissão, o qual já havia encaminhado Ofício ao Secretário de Estado da Saúde, para as devidas providências. Após as discussões do expediente, a Senhora Presidente lembrou que na reunião anterior, o representante do Sindicato da Saúde, solicitou que esta Comissão fizesse visitas técnicas nas unidades de saúde, para constatar a real situação. O Senhor Deputado Masamy Eda, disse ser do seu conhecimento que outras Comissões permanentes já fizeram visitas técnicas em determinados órgãos e sugeriu que esta Comissão, fizesse visitas nas unidades de saúde, mas antes, oficializar o Secretário de Estado da Saúde-SESAU, para garantir a presença dele ou do representante. O Senhor Deputado Evangelista Siqueira ao se pronunciar, concordou com o posicionamento do Senhor Deputado Masamy Eda. Dando continuidade as discussões, a Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues, sugeriu que para a realização das visitas, seria necessário que esta Comissão elaborasse calendário de visitas técnicas e que as visitas fossem realizadas às quintas-feiras, no turno vespertino. Após amplas discussões, a sugestão da Senhora Presidente, foi acatada pelos Membros presentes na reunião. Continuando, a Senhora Presidente, ressaltou que sempre que houver alguma visita a ser realizada, os Senhores Deputados serão comunicados com antecedência. A Senhora Presidente, se reportou a Comissão para sugerir aos Senhores Membros que na oportunidade das visitas às unidades de saúde seja feita em caráter de cortesia, visita ao Secretário de Cultura e ao Diretor do Instituto do Desporto da Secretaria de Educação, acatada pela Comissão. Continuando, a Senhora Presidente, informou que além da visita ao Instituto do Desporto da Secretaria de Educação, esta Comissão poderia elaborar uma programação para ouvir cada Presidente das Federações de Esportes, para que esta Comissão se posicione quanto aos assuntos de interesse da classe para viabilizar a política pública do Desporto. Antes do encerramento da reunião, a Senhora Presidente lembrou aos Senhores Membros que fez pronunciamento sobre o Transporte Escolar, para esclarecer que o que houve, foi o aumento de número de transportes novos em substituição aos transportes velhos que existiam, ressaltou que durante seu pronunciamento, concedeu aparte a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, que em suas colocações, disse conhecer as estradas e lugares e que existe carro que transporta apenas um aluno. A Senhora Presidente, em resposta a Deputada, disse que é pra ter sim, onde houver um aluno, é para ir atender esse aluno. Ainda sobre o aparte da Deputada Aurelina Medeiros, que se referiu ao valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), esclareceu que o valor pago, não é por carro e sim por quilômetros rodados. Ao concluir sua fala disse que a Comissão deverá ficar atenta para

defender essas questões. **ENCERRAMENTO:** A Senhora Presidente, agradeceu a presença de todos e constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dez horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 2015.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na sala de reunião nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão; Presentes os Senhores Deputados, Membros titulares, Masamy Eda, Evangelista Siqueira e Mecias de Jesus; ausente o Senhor Deputado Chico Mozart. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, a Senhora Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária desta Comissão, proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Masamy Eda, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros, presentes na Reunião. **Expediente:** A Senhora Presidente constatou na mesa dos trabalhos Ofício Circular nº 005/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER, oficializando a paralização dos trabalhadores de Enfermagem, no dia 1º de maio, às 7h, culminando com a greve geral após 24h. Prosseguindo a Senhora Presidente informou aos Membros, que a categoria esteve reunida com a Comissão no dia 07 de abril do corrente, onde foram apresentadas por meio do Ofício nº 012/15, as seguintes pautas: 1- Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCR; 2-Auxílio-alimentação; 3- Calendário de pagamento dos servidores; 4-Aumento salarial anual; 5-Déficit dos trabalhadores nas Unidades de Saúde; 6-Chamada imediata dos nomes dos aprovados da lista de espera do último concurso; 7-Condições de trabalho nas Unidades de Saúde; 8- Acionamento imediato da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS-MENPS; e 9-Enquadramento e pagamento das Progressões dos trabalhadores de Enfermagem, em conformidade com a Lei nº 948/14. Prosseguindo, a Senhora Presidente informou aos Senhores Membros da Comissão que já havia tomado à iniciativa de encaminhar cópia do Ofício nº 012/15, constando as reivindicações do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, para o Líder do Governo, Deputado Brito Bezerra, para conhecimento e intermediação junto ao Poder Executivo. Em Seguida a Senhora Presidente, após ouvir os Membros da Comissão, declarou acordada a visita técnica a ser realizada no dia 29 de abril do corrente às 15h, para, junto ao Secretário de Estado da Saúde, discutir, analisar a pauta de reivindicações apresentada pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Roraima-SINDPRER. Logo após, a Senhora Presidente franqueou a palavra aos Senhores Deputados. Não houve quem quisesse usar da palavra, agradeceu a presença de todos e determinou à assessoria da Comissão, que oficializasse ao Secretário de Estado da Saúde a visita desta Comissão àquela Secretaria. **Encerramento:** A Senhora Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às dez horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às onze horas e quinze minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se ordinariamente, a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão; presentes os Senhores Deputados, Membros titulares, Masamy Eda e Evangelista Siqueira; ausentes os Senhores Deputados Chico Mozart e Mecias de Jesus. **Abertura:** Havendo *quórum* regimental, a Senhora Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A

Requerimento do Senhor Deputado Masamy Eda, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Reunião. **Expediente:** A Senhora Presidente constatou na mesa dos trabalhos Ofício nº 005/15, da Coordenação de Educação Fiscal-SEFAZ, solicitando Audiência Pública e apoio para a divulgação do Plano Estadual de Educação Fiscal; Ofício nº 052/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER, encaminhando relatório situacional com as pautas reivindicatórias da Entidade Sindical. Prosseguindo, a Senhora Presidente determinou à assessoria da Comissão oficializar ao Presidente do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem que a Comissão realizou reunião técnica com o Secretário de Estado da Saúde, no dia 23 de abril, e a reunião para a intermediação seria realizada no dia 29 de abril do corrente, às 15h, na Secretaria de Estado da Saúde-SESAU. Dando continuidade, a Senhora Presidente disse que considerava muito importante a realização desta Audiência Pública sobre o Programa de Educação Fiscal, para que a sociedade aprenda e conheça a origem dos recursos, a aplicação dos recursos públicos, a capacitação, e o preparo do cidadão que está no município para poder acompanhar e desempenhar o papel de controle social de educação fiscal. Após ouvir os Membros da Comissão, ficou acordado que a Audiência Pública seria agendada para o dia 26 de junho, às 8h, no Plenário Valério Caldas de Magalhães. Em seguida, determinou que a assessoria da Comissão oficializasse a Senhora Ana Cláudia Freitas Gomes, Coordenadora Estadual de Educação Fiscal, informando o dia, hora e local da realização da referida Audiência Pública. **Encerramento:** A Senhora Presidente, não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 26 DE MAIO DE 2015.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, às treze horas, na sala de reunião nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se Extraordinariamente a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados, Evangelista Siqueira e Francisco Mozart. Ausentes os Deputados Masamy Eda e Mecias de Jesus. **ABERTURA:** Havendo *quórum* regimental a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chico Mozart, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Colocada em discussão, não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na reunião. Por determinação da Presidência a Ata será transcrita na íntegra.

EXPEDIENTE: MEMO Nº 044/15, do Gabinete do Deputado Marcelo Cabral, datado de 19 de maio de 2015, à Presidente desta Comissão, solicitando providências para a regularização do serviço de transporte Escolar no Município de Caroebe.

ORDEM DO DIA. Não houve.

A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues - Comunico aos Membros desta Comissão que, por comparecimento espontâneo de profissionais da Saúde, o Senhor Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Jalsner Renier, solicitou que esta Comissão realizasse reunião extraordinária para a oitiva dos Profissionais de Saúde que têm expectativa de direito em relação a Concurso Público, realizado no Estado. Comunico aos senhores que nós tivemos conhecimento por meio do Deputado Chico Mozart, juntamente, com sua assessoria que apresentou o Diário Oficial com a nomeação de alguns cargos. Então, nós fomos com o Sindicato dos trabalhadores de enfermagem, em audiência com o Secretário de Saúde que, na ocasião, se comprometeu de chamar alguns índices desses cargos. E depois com a greve que houve, nós, aqui na Comissão, não temos conhecimento do que foi acordado no final, se foram os mesmos índices estabelecidos na reunião. Então, vou passar a palavra aos senhores e senhoras para que digam em que nós podemos ajudar na intermediação com o Poder Executivo.

O Senhor **Genival Ferreira Lima**, representante do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima-SINDPRER- A reunião realizada no dia 21, nesta Assembleia com todos os representantes de unidades da Capital e do Interior foi feito um levantamento do déficit real das unidades conforme esse levantamento, passam de 367 técnicos para as unidades Capital e Interior e 150 enfermeiros aonde foi elaborado um documento e protocolado no Gabinete da Secretaria Estadual de Saúde com a contraproposta ao governo do devido ao déficit real, apresentando um número de 300 técnicos e 150 enfermeiros para convocação imediata do último concurso. Tendo em vista que hoje fomos surpreendidos com a Edição do Diário Oficial, colocado no dia 22 na mesma data que protocolamos a contraproposta de 107 técnicos e 30 enfermeiros e, em nenhum momento, o Sindicato concorda com essa convocação porque esse número não supre as necessidades das Unidades de Boa Vista muito menos dos outros Municípios, e ainda têm os agravantes, relacionados com o Hospital de Rorainópolis, Hospital Geral de Roraima -HGR, Hospital Materno Infantil, são as unidades onde hoje, a situação é grave pois não temos, como trabalhadores da saúde, condições de permanecer com esse déficit alarmante, porque nós temos que priorizar o atendimento, temos que garantir um atendimento de qualidade, assim foi a função que todos nós passamos e juramos que faríamos o melhor possível.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Alguém mais quer se manifestar? Gostaria que usassem o microfone porque a reunião está sendo gravada.

A Senhora **Giovana R. Oliveira**- Auxiliar de Serviços de Saúde-Boa Tarde. Na realidade, eu peguei carona deles, porque eu represento o pessoal auxiliar de serviços da saúde. Nós estamos esquecidos desde a época da primeira chamada, ela nós homologou e disse que iria chamar três vezes o quantitativo do número de vagas que era 69. Então, nós estamos reivindicando que nos chame, porque ela esqueceu, nunca mais chamou auxiliar de serviço de saúde ó chamou técnicos, radiologia enfermeira, até auxiliar administrativo, nós somos do nível fundamental, estamos aguardando ser, mas chamados. Ela não dá nenhuma posição, só diz que é para esperar, fazer o levantamento. Andei pesquisando, e tem terceirizados com a nossa vaga, inclusive eu trouxe para entregar na Comissão duas escalas que eu consegui de maqueiro, que é função nossa. Fui ao RH da SESAU, só mandam a gente aguardar. Então aproveitei a carona da enfermagem para reivindicar e solicitar que nos chame. Pode ver o Vínculo é Colmeia.

Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- **Colmeia ou Cometa?**

A Senhora **Giovana R. Oliveira**-Cometa. Perdão. Ela só chamou 68 concursados. Nós fomos homologados, e o concurso está vencendo. Nós queremos pedir que façam alguma coisa.

Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Alguém mais? Vou franquear a palavra aos Senhores Deputados que queiram fazer questionamentos. Deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**- Boa tarde a todos só. Vocês já chegaram a conversar com o Sindicato? Vocês são homologados, você é representante de qual Sindicato? Porque são vários ramos.

O Senhor **Genival Ferreira Lima**- Hoje estamos aqui representando o Sindicato de Enfermagem, SINDPRER.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Na reunião que aconteceu no mês passado, foi falado sobre questão do chamamento, ficou estipulado um número, minha pergunta é com relação à enfermagem, porque foi o Sindicato que esteve presente, quando nós intermediamos e houve um cumprimento do acordo. A quantidade que foi chamada atende especificamente a enfermagem? Você já disse que não atende, mas esse acordo foi cumprido em parte ou não?

O Senhor **Genival Ferreira Lima** - Na verdade, nessa reunião apresentaram oito pautas, e foram pontuadas as quatro pautas primordiais que das quais a gente não podia abrir mãos **primeira pauta**: Ficou classificado o déficit dos servidores e a convocação imediata dos concursados. Naquela reunião, o Secretário não queria dar números, mas foi forçado, mediante muita conversa, a dizer vamos chamar 30 e 90. Estes foram os números que ele disse que chamaria. Continuamos no mesmo pé, não supre as necessidades, não dá. Vamos fazer um estudo do déficit. **A segunda pauta** foi o enquadramento e as progressões dos trabalhadores. Para tratar deste assunto, ele tem que constituir a Mesa de Negociação do SUS, que era para ser implantada na segunda-feira, mas como não houve reunião mudaram para sexta-feira. **A terceira pauta** foi sobre o auxílio-alimentação, que foi concedido a algumas categorias do Estado, para outras não. E a **quarta pauta** seria a reposição da inflação em um percentual total. E o que aconteceu foi que mais uma vez, fomos surpreendidos com o Diário Oficial, onde consta que foi aprovada por esta

Casa a concessão de reposição salarial de 4,5%. Baseados nisso, tiveram mais algumas reuniões, uma delas foi intermediada pelo articulador político do governo na pessoa do Senhor Neudo Campos, onde estava a representação da SESAU; dois Secretários o Senhor Kalil Coelho e o Adjunto Dr. Cesar; estavam juntos dois procuradores Dr. Rafael jurídico da SESAU; e quatro representantes dos Sindicatos. Nessa reunião foram apresentados números de 30 enfermeiros, 107 técnicos para a convocação em 1º de junho. Mais uma vez, frisamos que essa quantidade não supre as necessidades das Unidades.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas, na Mesa de Negociação vocês aceitaram os números 90 e 30?

O Senhor **Genival Ferreira Lima** - Não. Nós pedimos ao Secretário de Saúde, que fizesse um levantamento da real necessidade, e aí foi levantado um.(inaudível).

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – E, aí, não teve um documento final da negociação assinado?

O Senhor **Genival Ferreira Lima** - Não. Não teve até hoje, ficou de fazer uma Ata, mas essa Ata até hoje não apareceu. O Sindicato solicitou daqui a gravação da reunião. Não sei informar se o Roberto recebeu desta Casa a gravação da equipe que gravou a reunião.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**- Só uma pergunta. Essa reunião foi específica com a enfermagem ou tinha representação de outros Sindicatos?

O Senhor **Genival Ferreira Lima**- A reunião era específica com a enfermagem. A reunião no Palácio, intermediada pelo Senhor Neudo Campos, também foi específica com a enfermagem. Hoje, quando nós chegamos aqui, nos deparamos com as colegas que prestaram concurso para auxiliar de serviço de saúde, nos dizendo que queriam pegar uma carona e brigar pela convocação, vocês já estão firmes, já estão na frente. Respondi nada mais do que justo cada categoria colocar seus anseios e hoje estamos aqui numa representação pela enfermagem mas temos consciência que hoje nós temos uma Lei chamada 948 PCCR, que, de uma maneira isonômica, garante às classes trabalhadoras, exceto medicina que pediu para ficar fora. A colega com sua equipe de auxiliar de serviço de saúde também estão contempladas por essa lei.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - A última convocação dos concursados da saúde contemplou somente o número, conforme o edital ou está abaixo do que foi divulgado?

O Senhor **Genival Ferreira Lima** - Ele hoje está chamando um número, salvo a memória, faltam 663 técnicos a serem convocados pela lista oficializada no edital. Hoje, depois desses estudos, foram feitas comissões da SESAU, colocaram um cadastramento, um pelo COFEM e COREM, que são os nossos conselhos que nos regem, é o nosso conselho de classe, e esse levantamento, hoje, no Estado para um atendimento de qualidade, mais justo que não vai prejudicar a ponta, a comunidade em si. O nosso déficit real hoje passa de 367 profissionais de nível técnico e 150 profissionais de nível superior. Nessa reunião que houve por intermédio do assessor político do governo foi relatado o do Sindicato ficou responsável com o movimento, fazer uma assembleia, fazer esse estudo e protocolar a contraproposta. No dia 21 deste mês, na sede do SINTER, às 14 horas, foi realizada essa assembleia com presentes representantes de todas as unidades do interior e da Capital, na oportunidade cruzamos os dados trazidos por essa representação, após somarmos, acusou acima de 367 técnicos e 150 enfermeiros, construímos um documento. E na data em que foi publicado o edital dessa convocação, foi protocolado na SESAU, dizendo que o déficit, hoje, para minimizar a dor, para dar um atendimento de qualidade, para garantir a assistência que é dever garantido pela Constituição, seria de 300 técnicos no mínimo, e 150 enfermeiros. Fomos surpreendidos hoje com a publicação do Diário Oficial, estamos, como representação sindical, estamos aguardando a oficialização por parte de a SESAU responder o ofício que foi protocolado, mas que até o momento nós não temos essa resposta oficial.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Algum outro dado para que nós pudéssemos subsidiar a intermediação?

O Senhor **Genival Ferreira Lima**- O dado preciso é que a nossa greve não estava paralisada, houve uma suspensão temporária. O documento está claro se não houver acordo entre as partes, dia 2 de junho estará o pessoal de greve permanente até que sejam atendidas as reivindicações da categoria.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Vocês realizaram algum estudo de impacto financeiro do Estado para ver se o Estado realmente tem condições de pagar esse número de profissionais?

O Senhor **Genival Ferreira Lima**- Eu disse ontem em uma reunião na SESAU, que era para ser implantada a Mesa de Negociação do SUS, porém por falta de "quórum", não houve essa implantação, conforme a pessoa jurídica, Dr. Rafael, relatou, o orçamento anual da

SESAU não chega a 300 milhões. Falei para ele que a matemática não bate, porque nós tínhamos solicitado desta Casa um relatório parcial de todo o orçamento do estado, especialmente, da secretaria da saúde, cujo orçamento hoje é de trezentos e sessenta e quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta reais, pela conta colocada pelo Senhor Rafael, que é o jurídico da SESAU, pelo que está escrito e aprovado por esta Casa, sumiram sessenta e cinco milhões. Então, ele justifica que, com trezentos milhões não dá para atender a chamada dos concursados, e aí fica a pergunta: Onde foram parar os sessenta e cinco milhões? Nós temos cópia do orçamento, há um erro de cálculo em algum lugar. É por isso que estamos batendo o pé, pois, acima de tudo, nós temos que prezar pelo que nos diz a lei, seja, garantir o atendimento de qualidade aos cidadãos que procuram as Unidades de saúde.

A Senhora **Giovana R. Oliveira** - Igual a nós, auxiliares de serviço de saúde, (inaudível). Eu vi tem terceirizado. Se ela contrata terceirizado, pode muito bem chamar a gente. Inclusive estão aqui no diário Oficial as duas empresas com a mudança do termo aditivo. Fui à SESAU, falei com a Chefe do RH, ela disse que eu estava equivocada, é que não tinha terceirizado. Discuti, mostrei na lei as minhas atribuições, e ela disse que realmente teriam que estudar para ver a possibilidade de nos chamarem. Só que desde a primeira convocação não chamaram mais ninguém. Então, aproveitei essa carona para pedir apoio.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** - Nós aqui, na Assembleia, temos a função de acompanhar a execução do orçamento público. E como a contratação de servidores diz respeito também ao orçamento, a população, às vezes, não entende e pergunta: por que o Deputado se mete numa história dessas? Se vai pagar funcionário, a nossa função além de legislar é também acompanhar a execução do Orçamento Público. Então, nós vamos trabalhar nessa intermediação, fazer algumas tratativas para ver se o Poder Legislativo não tem a função de estar interferindo no Poder Executivo. Os Poderes são autônomos e harmônicos entre si, cada poder é um poder. Então o que nós estamos fazendo nesta gestão do Deputado Jaiser Renier e nesta Comissão, nesta sétima Legislação, é ajudar a população nessas intermediações, mas nós não temos o poder de chegar lá e dizer para o executivo o que ele tem que fazer. Nós tentamos, eu acho que o Juvenal esteve junto e alguns dos senhores e senhoras na nossa reunião, foi um diálogo, e como o Juvenal disse quase forçando a barra, para o gestor enxergar a necessidade. Por isso nós fazemos a reunião gravada para que nós possamos tomar as medidas necessárias para iniciarmos essa intermediação, ver até que ponto a gente pode ajudar vocês. Nós vamos combinar quais os deputados que queiram ir para intermediação e, assim, começar esse diálogo. Vocês podem contar com a gente para estarmos lutando, nós queremos realmente que se cumpra a legislação. Então, eu agradeço a presença de todos, e vou ficar com os senhores Deputados para determinarmos a agenda. Obrigada pela presença de vocês. Vou determinar à assessoria desta Comissão providenciar com o ofício circular nº 009/15, bom como os demais ofícios que deram entrada nesta Casa, a cópia do Diário Oficial nº 2527, de 22 de maio de 2015, e os documentos apresentados pelos trabalhadores nesta Comissão, constituam a abertura dos autos do processo para que nós possamos dar andamento ao parecer técnico nessa empreitada do Sindicato dos Profissionais de enfermagem do Estado de Roraima. Solicito a presença do Deputado Evangelista Siqueira, para que nós possamos dar continuidade à nossa reunião. Solicito à Imprensa que faça as entrevistas no hall de entrada, por favor. Memorando do Gabinete do Deputado Marcelo Cabral, de 19 de maio de 2015, à Senhora Deputada Lenir Rodrigues, o assunto é a regularização do transporte escolar no Município de Caroebe. Após ouvir os cumprimentos, venho através deste, solicitar de Vossa Excelência providências para a regularização dos serviços de transporte Escolar que não está sendo feito no Município de Caroebe, deixando vários alunos sem aula devido à falta de transporte. Vale ressaltar que o senhor José Andrade Caúla está há sete dias acorrentado na porta da escola do Município, reivindicando esse mesmo serviço junto com outros pais de alunos da região. Esta indicação possui também o apoio do vereador Osmar e do Prefeito Paulo Ortiz. Bem, quanto a esse transporte, nós vimos pela mídia o encaminhamento de ônibus de empresas que já trabalham com transporte escolar para a Escola Estadual Tereza Teodoro no Município de Caroebe. Então, vamos fazer a verificação se já foi sanado o problema para darmos uma resposta ao Deputado Marcelo Cabral. Após a discussão entre os pares sobre a necessidade de se fazer um estudo sobre o número legal a ser chamado no Edital e o impacto financeiro da SESAU, para o chamamento de mais profissionais da saúde nomeio o Senhor Deputado Chico Mozart, como relator dos altos que correrão a respeito desse assunto; nomeio o Vice- Presidente desta Comissão, Deputado Evangelista Siqueira, para atuar como intermediador junto à SESAU. Coloco a palavra franqueada. Não havendo quem queira usar da palavra, agradeço a presença de todos

os senhores Deputados e declaro encerrada a reunião.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às onze horas e três minutos no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados Mecias de Jesus e Evangelista Siqueira. Ausentes os Senhores Deputados Chico Mozart e Masamy Eda. **ABERTURA:** Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** Não Houve. **ORDEM DO DIA:** Não houve. Prosseguindo, a Senhora Presidente informou aos Senhores Membros da Comissão, que o Projeto Lei nº 28/15, de autoria Governamental, que “Aprova o Plano Estadual de Educação 2014/2024 (PEE) e dá outras providências”, encaminhado pelo Poder Executivo, foi lido na Sessão Plenária do dia 25 de junho do corrente, foi constatado que não consta nos autos parecer com a devida deliberação do Conselho Estadual de Educação, e por isso sugeriu ao Presidente da Assembleia Legislativa restituir o Plano ao Poder Executivo para as devidas adequações por não atender as exigências legais que o Projeto requer. Determinou à assessoria desta Comissão, que solicitasse à Senhora Professora Ilma de Araujo Xaud, Presidente do Conselho Estadual de Educação, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhar cópia integral do Plano Estadual de Educação 2014/2024, constando a Resolução e o Parecer que o aprovou. **Encerramento:** A Senhora Presidente, agradeceu a presença de todos e, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE COM COORDENAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL – SEFAZ REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2015.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze às nove horas, no Plenário Valério Magalhaes desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde sob a Presidência da Deputada Lenir Rodrigues, presentes os senhores Deputados, membros titulares, Evangelista Siqueira e Francisco Mozart. Ausentes os senhores Deputados Masamy Eda e Messias de Jesus. Por determinação da presidência da comissão, a ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA DA REUNIAO

Renato Santos Barbosa - Mestre de Cerimônia - Solicitação da coordenação estadual de educação fiscal, antes de compormos a mesa, solicitou a todos os que têm telefones celulares a gentileza de selecionarem o perfil silencioso ou desligarem seus aparelhos durante toda esta audiência para que não haja nenhum constrangimento durante o evento. Nós convidamos, para compor a mesa e presidi-la, a deputada Lenir Rodrigues, presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde da assembleia legislativa do estado de Roraima (*Aplausos*); o Secretario de Estado da Fazenda Sr. Kardek Jackson Santos da Silva (*Aplausos*); representando a Secretaria de Estado da Educação, convidamos a professora Vanete Maria Aguiar Ventura (*Aplausos*); convidamos também o delegado da Receita Federal do Brasil, senhor Omar de Sousa Rubim Filho (*Aplausos*), Controlador-chefe da Controladoria Geral da União, Sr. Max Tulio Menezes (*Aplausos*); Convidamos também a coordenadora estadual de educação fiscal, Ana Claudia Gomes. Convidamos a todos para, em posição de respeito, cantamos o Hino Nacional Brasileiro (*Hino executado*). Anunciamos a Deputada Lenir Rodrigues, que preside a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde desta Casa Legislativa e também a mesa dos trabalhos nesta audiência pública.

Deputada Lenir Rodrigues – Bom-dia a todos e a todas, em nome do Deputado Jaiser Renier, Presidente da Assembleia Legislativa, abro a presente audiência pública sobre o tema do Programa Estadual de Educação Fiscal, quero dar as boas-vindas a todas as pessoas que atenderam o convite para participar desta audiência pública e cumprimentar o senhor Secretário de Estado e Fazenda, Kardek Jackson Santos da Silva. Demonstra-se senhor secretário que vossa excelência tem compromisso com educação fiscal. Quero também cumprimentar a Senhora Vanete Maria Aguiar Ventura, neste ato, representando a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Desporto, Professora Selma Maria de Souza e Silva Mulinari, esta, nem se fala, a Vanete realmente tem compromisso com Educação Fiscal; Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil, Omar de Souza Rubim Filho, cuja presença também agradeço, pois a Receita Federal sempre tem sido uma parceira da Educação Fiscal; Senhor Controlador-Chefe da Controladoria Geral da União, Sr. Max Tulio Menezes, a CGU sempre está presente com os seus representantes nas nossas atividades. Digo nossa, porque eu me insiro na educação fiscal, sou apaixonada também pela educação fiscal. Quero também cumprimentar a Senhora Coordenadora Estadual em Educação Fiscal, Ana Claudia Freitas Gomes. Se eu tenho paixão pela educação fiscal, a Ana Claudia já casou já faz tempo com Educação Fiscal. Quero também anunciar a presença do Senhor Laercio Gentil da Associação dos Jovens Empresários de Roraima; o Senhor Shiská Pereira Pires - Secretário Adjunto da SEFAZ; senhor secretário Kardek, o senhor vai poder contar com o Shiská, a quem eu conheço e sei do compromisso dele com educação fiscal e com nosso Estado. Senhor Regis Freitas – Reitor da UERR, que muito nos honra com sua presença; a Senhora Ana Celia Paz – Coordenadora da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, em seu nome, quero cumprimentar todos os professores presentes, alunos, alunos da escola Lobo D’almada, que estão aqui prestigiando nosso evento. Oh! Girassol desculpa, Girassol (risos) e, inclusive presente a gestora presente a senhora, que é a Professora Katia da Escola Girassol, Katia Almeida; a Senhora Eliane Melo – Diretora do SEFOR também presente aqui conosco; a Senhora Cleudivania Cardoso – Conselho Regional de Contabilidade. Vejo a senhora Cleudivania e vários outros contadores, aqui comprometidos com a educação fiscal. Grata pela presença dos senhores e senhoras; Senhor Edmar Lima – Presidente da Junta Comercial, aqui presente também; Senhora Elionete Sousa da Costa representando a Escola Lobo D’almada, Senhor Rosvelt representando a Reitora da UNIVIRR, Julia América. Grata também pela sua presença. Aos senhores representantes de gabinete dos Deputados aqui presentes, cumprimento, em especial, o Nei, representando o gabinete do Deputado Zé Galetto que está aqui. Em nome do Senhor Nei, cumprimento todos os representantes dos gabinetes dos deputados, cumprimento e também a Senhora Aretuza de Souza, representando UFRR, que também é sempre uma parceira que compõe o programa de Educação Fiscal da UFRR, em seu nome, todos os professores e colaboradores da UFRR; o professor Flavio representando o SINTER – Sindicato dos Trabalhadores e Educação, que também é um parceiro de educação fiscal. Senhoras e senhores estão muito felizes por estarmos realizando esta audiência pública sobre educação fiscal. Gostaria de poder gritar para todos do nosso estado a importância da educação fiscal na nossa vida, porque além de tantas coisas para se cuidar na educação, também se preocupa com educação fiscal, será que as pessoas sabem o que é educação fiscal? Neste programa de educação fiscal, nos queremos discutir com a sociedade para que a sociedade aprenda e conheça a origem dos recursos públicos, aplicação dos recursos públicos e a capacitação, o preparo daquele cidadão que está no município do Bonfim, no São Francisco, na Vilhena para que ele saiba que ele tem poder para acompanhar e poder fazer o papel de controle social de educação fiscal. É isso que nos queremos, é este, pois, o nosso propósito aqui, hoje, é dizer para sociedade que nós queremos que a educação fiscal seja prioridade, não somente na SEFAZ, que é a coordenadora do Programa Estadual de Educação Fiscal, mas é a subcoordenadora da Secretaria de Educação, para que possamos... eu não gosto muito da palavra... “contaminar”, mas é isso, é atingir, contagiar as pessoas, chamando atenção sobre a importância da Educação Fiscal. Queremos com esta audiência pública estimular a sociedade, para dizer assim você faz parte, que ao comprar uma caixa de fósforos, o imposto já está lá embutido. Nós queremos que a sociedade saiba o que é ética, eu tenho dito na assembleia e, às vezes, a gente sofre críticas por parte de quem se ocupa dessas atividades, como esta que está fadado a ter um mandado só, serve até de piada, porque quem se ocupa com esse tipo de política pública está condenado a não ser reconhecido pela sociedade, porque as coisas mais importantes e que incomodam alguns setores da sociedade a gente vai criando inimidade não é vista com bons olhos, nos queremos fortalecer o ambiente democrático, é que aquele cidadão que sabe, ele sabe o que ele tem direito “eu pago meus impostos”, mas ele não

sabe como reivindicar essa aplicação dos impostos, nos queremos que os tributos tenham realmente sua função social, que ele seja bem aplicado quando eu como deputada responsável de fiscalizar a execução do orçamento público e chegue ao Hospital Geral e veja que a conexão, que se aplica injeção não é a conexão que está prevista no processo de licitação pública que é uma conexão vagabunda, de péssima qualidade, quando uma pessoa, um velhinho ou uma velhinha vai ser furada três a quatro vezes, é porque aquela conexão não presta. Então, que esse ato de fiscalizar seja reconhecido pela sociedade como educação fiscal. Eu sonho que nos podemos sim construir uma gestão democrática dos recursos públicos, eu sonho que nos podemos democratizar a fiscalização da aplicação dos recursos públicos, eu sonho ainda com a eficácia do orçamento público. Quero parabenizar o Doutor Omar, o Secretário Kardek, o Secretário adjunto Shiská, o Rosvelt, o Reitor da UFRR, o Edmar da junta comercial, também o Max Tulio da Controladoria. É porque deixar seus afazeres nos seus Gabinetes para virem aqui discutir com alunos, com professores, com SINTER, com Conselho de Educação, Educação Fiscal. Pode parecer, para muitas pessoas hoje, o que estamos fazendo aqui é bobagem. Educação Fiscal? O que é isso? Que importância tem isso? Nós paramos nossas atividades hoje e virmos aqui com a comissão de educação da assembleia é dizermos para sociedade que nós nos preocupamos com a aplicação dos recursos públicos e como esses recursos estão chegando na sociedade. Professora Ana Celia, a senhora coordenadora da Câmara do conselho estadual de educação mostra compromisso de estar aqui, mostra que o conselho tem compromisso; professor Flávio mostra que o SINTER tem compromisso com educação fiscal. Eu ainda sonho com a ética na administração pública e na iniciativa privada, por isso que os contadores estão aqui prestigiando, querendo colaborar e discutir esse assunto tão importante na sociedade. Ainda é possível trabalharmos baseados na ética, e isso não é discurso de político, não. Professor Rosvelt, você me conhece há muitos anos, nunca fui de gabinete, conheço Remanso, Santa Maria, Caicumbi, Sacai, Terra Preta, Caramambatai, Manalai, Mapaé, Ananideoa, Conheço Demini, Surucucu. E se nós não promover a educação fiscal, se nós não levarmos a consciência da responsabilidade da fiscalização, da aplicação dos recursos públicos pra todos, nós não estaremos democratizando a arrecadação. Então, arrecada e eu pago imposto, por quê? Para quê? Se eu vou chegar ao hospital, onde ter uma conexão de péssima qualidade, que não é a que está lá licitada no processo, nos autos do processo da licitação pública. Então, eu ainda sonho que a partir dessa audiência pública da comissão de educação aqui presente, Deputado Francisco Mozart e Deputado Evangelista Siqueira que também fazem parte da Comissão de Educação, também o Deputado Masamy Eda e o Deputado Mecias de Jesus da comissão é que nos decidimos realizar esta audiência pública. Hoje, após esta audiência pública degradar as palestras deste evento, vamos nomear um relator, tirar propostas concretas para que a gente possa fazer a disseminação da educação fiscal que é um sonho de todos nós e principalmente ajudar a coordenação estadual de educação fiscal. Portanto, os senhores contem conosco para elaborarmos o plano estadual de educação fiscal de forma coletiva (*Aplausos*). Nós precisamos ter um plano de educação fiscal de forma coletiva, não será um plano de gabinetes. Para isso, nós estamos aqui em audiência pública, juntos, com varias mãos transformar está audiência no pontapé inicial de uma agenda de trabalho. Sei que os senhores têm muitas preocupações. Mas o senhor, Shiska, por exemplo, tem um braço forte, com quem contamos, tenho certeza, que é uma pessoa, que não tem preguiça, é uma pessoa que esta é como nós dizemos no linguajar popular: “é pau para toda obra”, nós podemos contar com pessoas como a Vanete, como a Ana Claudia, demais contadores aqui presentes, que não vou nominá-lo mais, sabe que vocês estão sempre acompanhando com a associação comercial que nos vamos poder construir um plano de educação fiscal, porque o mais difícil, o mais doloroso foi fazer nascer o programa estadual de educação fiscal. Eita que foi um parto, não foi, Ana Claudia, foram 10 anos de luta para nascer esse programa e hoje nós temos o programa como lei. A SEFAZ é a coordenadora, a educação é a subcoordenadora. Estamos aqui com a sociedade civil, alunos, professores, sindicatos, associações, universidades, presentes, também, a UNIVIRR, a UERR, a UFRR, e a Estácio Atual está aqui presente também colaborando na elaboração coletiva desse plano estadual de educação fiscal. Estou grata pela presença dos senhores, eu tinha certeza que viria para esta audiência pública quem tem interesse e responsabilidade com a ética na aplicação dos recursos públicos. O estado de Roraima pode dar exemplo, nós temos representação nacional, inclusive, faço questão de citar se eu achar ligeiro. Nós temos representação nacional na educação fiscal e nos temos... não essa aqui e a coordenação, eu tenho... está aqui: no grupo de trabalho nacional Roraima está presente, porque só divulgamos coisa ruim de Roraima, hein? É prisão, é operação da Polícia Federal denegrindo a imagem dos outros, não é? Por quê? Porque

não se dissemina, não se alardeia coisas boas do nosso estado. Então eu quero alardear aqui, quero gritar que no grupo de trabalho nacional, a responsável pela comissão de referencial teórico e metodológico é esta professora bem aqui, Vanete Maria Aguiar Ventura (*Aplausos*), ela é responsável nacionalmente, outra pessoa do grupo nacional é a Ana Claudia da comissão de educação à distância no grupo nacional (*Aplausos*). No grupo de trabalho nacional, nós temos na comissão de implantação e acompanhamento nas instituições de ensino a Perpetua Ramires que é da secretaria de educação (*Aplausos*). Cadê a Perpetua? Levanta, Perpétua, fica em pé para o povo saber que tu és do grupo nacional (*Aplausos*). Então, olha... Um, dois, três, quatro, cinco, seis vagas no grupo nacional, um do Amazonas, dois que eu não sei de quais estados, e três de Roraima. E para acabar de completar no comitê executivo nacional, Roraima também faz parte. Então, nós temos que dar exemplo e não podemos parar, foram 10 anos para termos a nossa lei. Foram 10 anos e hoje nós temos que começar a nos preocupar com o plano estadual de educação fiscal, e nos seremos os protagonistas. Vocês estão convidados a ficarem para as palestras e ajudar neste dia maravilhoso, hoje, pra começarmos a construir esse plano. Muito grata pela presença de todos, um abraço e vamos a uma boa audiência pública (*Aplausos*). Eu quero passar a palavra para Secretário da Fazenda Kardek Jackson Santos da Silva para suas considerações iniciais.

Secretário de Estado da Fazenda Senhor Kardek Jackson Santos da Silva – Bom-dia, saúdo aqui a Deputada Lenir Rodrigues; Delegado da Receita Federal, Omar Rubim; a coordenadora estadual, Ana Claudia que é fiscal de tributo do estado incansável na educação fiscal; o Max da controladoria, onde tem feito um grande trabalho com sua equipe no controle do gasto público. A Vanete também tem feito um trabalho imenso na educação fiscal. Saúdo aqui os colegas da Secretaria de Fazenda; Diretor da Receita, o Paulo; nossa presidente do Sindicato dos auditores fiscais, Palmira, que coordena um projeto imenso na Secretaria de Fazenda, é o projeto de nota fiscal ao consumidor que deve ser implantado nos próximos dias na nossa campanha cidadã; as presidentes do nosso conselho administrativo tributário, Magda, têm, também o chefe da nossa UGAM, que controla o gasto público na SEFAZ, tem um envolvimento muito grande realmente na secretaria nesse projeto de educação fiscal. Saúdo os demais presentes aqui. Educação Fiscal é realmente uma ferramenta imensa de controle social, Roraima está de parabéns com a lei aprovada antes mesmo da legislação. Na SEFAZ, a Ana Claudia especificamente tem trabalhado assim diuturnamente nas escolas. Eu tenho certeza absoluta que um estado forte é um estado que tem um controle social forte também. A sociedade tem que conhecer e saber sobre seus direitos principalmente a conta que entra nos cofres públicos, de que forma entra e como é gasto esse recurso público, nada mais justo do que a sociedade participar, inclusive, da formatação do orçamento público. Então, para isso ela precisa conhecer a fonte desse recurso na hora em que nós cidadãos compramos um pãozinho que custa R\$ 1 real, R\$ 0,17 centavos. Desses R\$ 0,17 centavos, 25 % a SEFAZ obrigatoriamente manda para os municípios. Os 25% tem que mandar para educação, 12% tem que mandar para saúde e o restante é para dividir com os poderes para custear a máquina administrativa. Então, vejam só a importância de um projeto de educação fiscal! A SEFAZ tem se preocupado bastante com isso, e estamos realmente dispostos a emplacar definitivamente o projeto. Parabenizo a Deputada por esse grande plano aí, nós iremos executar para mobilizar toda sociedade, obrigado (*Aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues - Com a palavra o Delegado da Receita Federal do Brasil, senhor Omar de Souza Rubim Filho.

Delegado da Receita Federal do Brasil senhor Omar de Souza Rubim Filho – Bom-dia a todos, gostaria de cumprimentar meu amigo Secretário de Fazenda, Deputada Lenir, Vanete, Max, Ana e Claudia, bem como os demais presentes, que se sensibilizaram para esta audiência. Depois da fala da Deputada Lenir, fica difícil não nos empolgarmos com esse tema tão importante, eu que já sou motivado, que eu coloco energia suficiente na educação fiscal, depois de uma palestra, depois das palavras da Deputada Lenir aumenta mais a empolgação do tema. A educação fiscal é uma matéria que eu vejo ser de importância extrema em todo processo de cidadania porque todos nós de alguma forma, contribuimos com a formação do bolo tributário, que é gerado para o estado, município e para união. E, através de tudo que se arrecada, é que nós conseguimos realmente custear a máquina pública, cumprir as funções sociais que o tributo efetivamente tem que ser olhado. Então, a educação fiscal tem, deputada, um foco muito grande, eu sou entusiasta. Em toda reunião que participo aplico toda energia necessária para a busca da sensibilização da educação fiscal. Realmente, não meço esforços, eu estou à disposição, da mesma forma como a senhora, eu intendo que educação fiscal, pela sua importância é na vida de cada cidadão, deveria ser realmente matéria

obrigatória em todos os cursos, em todas as etapas do aprendizado. Eu, hoje, é tratada de forma transversal com alguns temas, por isso eu intendo que educação fiscal, pela sua importância, deveria ser matéria obrigatória, matéria a ser discutida, ser refletida por todos os alunos de todos os níveis, desde básico até o ensino universitário. Trata-se de algo com que convivemos diariamente, por isso temos que ter a valorização necessária, e olhar a educação fiscal, de olhar o tributo como algo necessário, como algo importante para todos nós, acima de tudo, termos a convicção dentro de cada um de nós de acompanhar a boa aplicação do recurso público, olhar de que forma o recurso de todos nós contribuintes vai chegar às mãos daqueles que nós elegemos para que seja aplicado da forma mais correta possível. Hoje, fala-se muito a respeito da alta carga tributária adotada no Brasil, praticada no Brasil, infelizmente todos nós observamos que a contrapartida daquilo que se arrecada em termos de serviços públicos e que é ofertado à sociedade, não é compatível aos valores que são arrecadados. E aí fica a pergunta, por quê? E aplicação evidente, aplicação da forma como está sendo aplicado o recurso público, faz com que o serviços que nós recebemos não seja serviço como gostaríamos receber seja na educação, na saúde, seja na segurança pública e em outras áreas. Então, é fundamental que nós não percamos de vista, como sociedade organizada, como cidadãos esse olhar de sempre buscar, acompanhar como está sendo gasto o recurso público, que é de todos nós. Estas as minhas considerações iniciais. Estamos abertos, Deputada, para contribuir. A Receita Federal do Brasil, dentro das diretrizes gerais da Receita Federal, consta como prioridade a disseminação e a sensibilização da educação fiscal, nos estamos à disposição. Quero aproveitar para, realmente agradecer o dispêndio de energia, em especial, da Ana Claudia, da Vanete, Perpétua e da Raimunda pela receita federal que realmente são quatro pessoas que vivem e transmitem educação fiscal no estado de Roraima. Obrigado a todos, bom-dia e que tenhamos um bom debate (*Aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues – Quero também registrar a presença do Senhor Felix França Neto – Presidente da FAMPERR – Federação Roraimense das Associações das Micro E Pequenas Empresas do Estado de Roraima, seja bem vindo; da Geysa Diógenes – Presidente do Sindicato dos Fiscais de Tributos do Estado de Roraima – SINFITER, da mesma forma, seja bem-vinda a este debate. Passo a palavra ao Controlador – chefe da Controladoria Geral da União, senhor Max Tulio Menezes.

Controlador – chefe da Controladoria Geral da União senhor Max Tulio Menezes – Bom-dia, Deputada, bom-dia a todos. Gostaria agradecer o convite para participar desta audiência e desta que ao trecho aqui da fala da senhora sobre democratizar a fiscalização da aplicação dos recursos públicos que a gente vê que nada mais é, resumidamente, que controle social. Então, onde é que a CGU entra para esse processo? Bem, todo o recurso em que nos fiscalizamos é oriundo dos impostos arrecadados do Ministério da Fazenda que são repassados para o Governo que os converte em políticas públicas, daí a competência. Então, da CGU fiscalizar essa regular aplicação ou não dos recursos públicos, infelizmente, no nosso país se vê muita a aplicação de maneira irregular. A questão do controle social é de suma importância, por quê? Porque nós não conseguimos estar presente em todos os locais em todos os momentos. Então, a gente precisa que a população se envolva no que diz respeito ao controle social para que exatamente ela tenha consciência de que esse dinheiro é arrecadado dos imposto e onde vem sendo aplicado. Nesse sentido, a CGU tem alguns programas. Não há como fazer controle social sem que haja transparência, a transparência tem que existir, sem ela não pode saber quanto se arrecada e quanto se gasta. Cito o exemplo do portal da transparência do governo federal onde a gente pode enxergar em tempo real, tudo aquilo que é arrecadado no Brasil e onde é que está sendo gasto. Se você acessar o portal da transparência, você terá condição de saber em, termos de notas fiscais quanto se pagou em determinado produto, se você quiser saber quantos servidores federais ganham está lá no portal da transparência, enfim tudo está exposto lá, e isso é uma ferramenta fundamental para população para que ela consiga fazer o controle social. Educação fiscal tem sido uma preocupação nossa, temos inserido esse tema em todos os nossos programas, a CGU tem alguns programas, como olho vivo no dinheiro público. A gente vai aos municípios para capacitar a população para que ela aprenda a fazer controle social, inclusive a gente orienta as pessoas como fazer uma auditoria, incentiva a população a pedir informações quando essas informações não estão disponibilizadas nos portais de transparência. É algo que merece cada vez mais a nossa atenção, como o doutor Omar e a Deputada destacaram que somos um povo cansado de, chegar nos hospitais, e ser mal atendido em saber que se paga tão caro para um servidor com serviço muito mal prestado. É um desejo de muito cidadão brasileiro que isso realmente se acabe mas só vai acabar se realmente, tomarmos o nosso papel nesse processo e começemos

a cobrar dos nossos gestores porque nós os colocamos lá. Então, a responsabilidade também é nossa, vamos cobrar que essas pessoas façam de fato aquilo conforme se propuseram fazer. Então, dentro dos programas da CGU, a gente tem inserido o tema Educação Fiscal, é parceira nossa em quase todos eles. Nos interiores quando a gente vai fazer trabalhos dessa natureza convidamos a educação fiscal, produzimos material juntos. É, pois, para nós uma imensa satisfação poder debater novamente esse tema tão importante. Queria agradecer, em nome da CGU, a oportunidade de estarmos aqui presentes e nos colocarmos à disposição para contribuir naquilo que for possível. Obrigado (*Aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues – Agradeço a presença de todos. A coordenadora Ana Claudia e a professora Vanete vão fazer uso da palavra posteriormente, quando elas vão ser convidadas para explicar também sobre o programa de educação fiscal. Neste momento, eu agradeço a presença das autoridades, convidado para permanecer na nossa audiência pública, vamos desfazer a mesa para compormos a mesa com a comissão de educação, cultura e desporto com a presença dos deputados para fazermos realmente o nosso papel. Obrigado pela presença tomem os assentos nos primeiros lugares. Convido o Deputado Evangelista Siqueira – Vice-presidente da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde para fazer parte da mesa; convido o Deputado Francisco Mozart, membro da comissão de Educação, para fazer parte da mesa. Neste ato, o nomeio como relator da audiência pública na comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde da Assembleia Legislativa. Convido a coordenadora estadual Ana Claudia Freitas Gomes para fazer parte dos trabalhos; a professora Vanete Maria Aguiar Ventura também para permanecer fazendo parte da comissão para darmos início aos trabalhos da audiência pública. Como nos vamos necessitar de muitas mãos para trabalharmos no relatório final da comissão, vou pedir licença dos meus pares para convidar Professor Flavio do SINTER para colaborar na mesa do trabalho. Daremos início às palestras, em conformidade com a lei nº 856/2012 que institui programa e cria o grupo de educação fiscal no estado de Roraima com a missão de executar todas as atividades necessárias à efetividade do programa de educação fiscal – PEF. Informamos ainda que poderão encaminhar perguntas ou sugestões no formulário que receberam e que deverá ser entregue à nossa assessoria. Temos um formulário devidamente identificado que depois nos passaremos aos palestrantes para as suas perguntas. Convidamos para fazer uso da palavra a coordenadora estadual de educação fiscal, Ana Claudia Freitas Gomes que pode falar da mesa ou se por no público ou frente às transparências para sua fala, com o tempo de 10 minutos. A tolerância será avaliada pela mesa.

Coordenadora estadual de educação fiscal, Ana Claudia Freitas Gomes – Bom-dia a todos. Quando vamos falar de educação, toda nossa energia deve estar positiva. E uma forma para a energia ficar positiva é falarmos respirando bem. Então, vamos lá, nós vamos começar contando a história da educação fiscal no Brasil para entendermos como a educação fiscal está no estado de Roraima. Entre todas as falas, eu vou destacar o início de uma delas, que é a positividade que este programa de educação fiscal traz para Roraima. Nós nos esmeramos dia e noite estudando para ficarmos ao nível do pessoal de Brasília que tem todas as informações, todos os recursos, todo o material propício para que sejam mestres e doutores, enquanto aqui a gente se esmera para chegar aos pés então Roraima não fica devendo nada a nenhuma unidade da federação (*Aplausos*), em termos de educação fiscal. Obrigado. Vamos continuar sobre o assunto, programa nacional de educação fiscal no Brasil todo e o programa estadual de educação fiscal, quando verem essas duas logomarcas, eu gostaria que os gestores do programa SEFAZ, Educação no Estado, CGU, Receita federal na União, Secretaria de Finanças do Município e Secretaria de educação do Município, ao fazerem material façam com essas logomarcas, elas não são tão bonitas, todo material tinha que sair da instituição com essa logomarca, a nossa logomarca. Se vocês observarem bem, ela lembra nossa bandeira do Estado de Roraima, ela foi feita em alusão à nossa bandeira, está lá a estrela e a faixa vermelha, significa que nós somos uma capital acima da linha do equador. Então, educação fiscal é historia também. Ai, minha gente, o Estado organizado, mas o estado, quem é o estado? Universitários, me ajudem quem é o Estado? E cada um de nós. Agora, elegemos representante nas três esferas união, estado e municípios. O estado quer uma coisa, só ele trabalha coletivamente por uma coisa só, “o bem comum”. O bem comum é o bem de todos, inclusão de todos, vamos guardar essa frase. Agora, eu quero compreender como a educação fiscal faz parte de mim, como cidadão, como estudante, como professor, como empresário, como contador no ambiente de negócio, se nos temos recursos públicos para ser alocado nas demandas sociais, nos temos um ambiente de negócios chamado negócios públicos, então por que, que se o negócio é publico, mas eu estou fora desse negócio? Vamos entender: A educação fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didática

pedagógica capaz de interpretar diversas vertentes financeiras da arrecadação dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir voluntariamente em benefício do conjunto da sociedade, acompanhando e controlando a aplicação dos recursos arrecadados. Neste momento, eu gostaria que, quando vocês vissem aqueles dois prédios juntinhos, ali a Receita Federal do Brasil e do outro lado a SEFAZ, pensassem assim: Olha, aí nesse prédio trabalha aqueles servidores públicos que cuidam de arrecadar dinheiro para que a gente tenha condição de vida boa. Depois, quando vocês andarem na rua e verificassem que está sem luz no postes, ou com buraco, ou que a água não está escorrendo direito, pensassem: olha, eu não estou fazendo a minha parte, como cidadão, de verificar como está sendo aplicado o dinheiro público. Guardem mais esta mensagem. E o dinheiro de onde vem? Aquele bonequinho ali, meus amigos, não é ninguém a não ser cada um de nós. O dinheiro vem de cada um de nós até quando eu sou estudante, a educação fiscal eu viro o rosto, quero lá saber disso eu quero saber é da música da moda, eu quero saber do filme que está passando. não até como nós somos estudante nós consumimos bens e nós já consumimos serviços. Então, vai na loja e compra, pede a nota fiscal. Se até a xerox que eu tiro da minha apostila e não pedir uma nota fiscal não vai dinheiro para o cofre do município, porque é um serviço. Portanto, vamos prestar atenção, é mais uma mensagem a guardar. “O Contrato Social” fala sério, quem já leu esse livro? A eu li toda coleção do Harry Potter, eu li toda coleção do “50 Tons de Cinza”, eu já li toda coleção de enciclopédia. Opa eu não leio enciclopédia. Não é assim mais aqui, meus amigos, está o contrato com a sociedade, e quem é a sociedade? São os políticos? São os fulanos a, b e c? Não, aqui está o nosso contrato, mas entre o nosso contrato eu faço uma cola que eu sou professora, é claro, não decoro tudo. Vamos lá. Passa aí adiante. Olha só, é o principio fundamental da constituição que está na federal e na constituição estadual. Atenção, soberania, cidadania e o segundo principio constitucional. Ai tem outros, mas eu vou pular, eu vou para outra parte, porque é importante na educação fiscal. Eita, mas essa mulher, hoje, está quente, hein! Capítulo dois diz assim sobre dos direitos sociais: são direitos sociais a educação é o primeiro, têm outros. Vamos mais adiante da administração pública. Este ai eu adoro, porque eu amo ser servidora pública, também sou professora, artigo 37, por incrível que pareça a minha cola aqui não está marcada. Conforme artigo 37, a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união do estado, distrito federal e dos municípios obedecerá aos principios. Quem aqui é concursado? Quais são os principios do famoso LIMPE, quais são? Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Estão todos aqui felizes porque está tudo eficiente, não é? Claro estão todos fazendo a sua parte, vamos fechar com chave de ouro a educação cultura e desporto. Artigo 205 está bem aí escrito, aí esse eu escrevi porque esse, meus amigos, fecha educação fiscal com chave de ouro, e eu não preciso falar mais nada. Atenção! A educação é direito de todos, e dever do estado, e da família. Não é só do estado, meu amigo, nada de jogar o aluno na escola e dizer o estado que o eduque. Eu sou pai, eu sou mãe, eu sou tio, eu sou avó, eu sou primo, portanto eu também tenho o dever de educar um cidadão ou uma cidadã que será promovida aí. Opa, onde é que eu entro aí? Eu não tenho família, eu sou sozinha no mundo, mas será promovida, incentivada com a colaboração da sociedade. Meus amigos, se eu não tenho família, sou um individuo só, mas eu não pertencem a um grupo social, sim ou não? Sim, eu pertencem a um grupo social, visando. Agora é a parte mais importante, porque família, estado e a sociedade se juntam, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sem educação fiscal, sem exercício da cidadania como é que o cidadão vai conhecer como funciona uma receita federal do Brasil, uma secretaria de estado da Fazenda, uma secretaria de educação, uma assembleia legislativa que é a casa do povo e que quando eu olho na frente eu quero é correr com medo, não é assim? Não, a casa do povo é para a gente entrar, para usar, para se sentir à vontade. Essa é a educação fiscal, ela promove a integração, ela é interinstitucional, ela não é só da Ana Claudia, da SEFAZ, da CGU ela é um programa de todos, da coletividade. Ela precisa da ação ativa, proativa ao individuo para que ela possa atender com qualidade a todos os 15 municípios do estado de Roraima e para que ela possa elevar o IDH. Alguém sabe o que é IDH? Universitários me ajudem sempre, é o índice de desenvolvimento humano e é um dos itens para se colocar o país na classificação lá no ranking de preocupação com os direitos humanos. Então, gente, eu acho que tendo a carta constitucional, a carta estadual, repeti a mesma coisas nesses itens acrescenta pouca coisa eu poderia ir para casa feliz porque alertei sobre algo que é bom para todos. Mas, vou ser um pouquinho mais persistente, está bom? Vamos fechar, que o meu tempo está acabando. Então, gente, não tem outro caminho. Vamos estudar, pois aprendemos que nós não nascemos sendo cidadãos nós temos que

aprender a ser cidadãos. Olha lá o que diz: família, estado e sociedade juntos. Então, vamos aprender a serem cidadãos. É muita informação nesse livro, é grosso. Eu só consigo ler o “50 Tons de Cinzas”, esse não dá, esse é difícil. Então, vamos fazer o seguinte: Vamos aprender, através das cartilhas dos cursos, das oficinas CGU tem um monte de oficinas; tem para conselhos, tem para gestores, tem para sociedade em geral; a universidade tem um monte de cursos para cidadão de cidadania, a SEFAZ tem um curso chamado disseminador. Então, vamos lá, vamos persistir mais um pouquinho. Então, o programa nacional vem com essa característica, e vejam vocês, o que eu falo aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima nesse momento eu tenho colegas falando no Brasil toda a mesma linguagem. Quer dizer, eu, Vanete, Perpétua, Raimundo e as pessoas quando vamos a Brasília representar o Estado, faz um trabalho de excelência. E, quando a gente não vai, faz o trabalho e manda pela internet. Isso é para Roraima não ficar devendo (*Aplausos*). Gente, isso é emocionante, o que essa mulher fala aí é verdade? Não sei, vamos ver. Nós temos boas práticas, eu trouxe como cola, um cartaz que esta enroladinho, é de uma professora que estava bem aqui, cadê? Uma professora chamada Katia que, desde o dia em que ela conheceu educação fiscal, trabalha dentro de sala com os alunos. Cadê os professores e alunos da escola Girassol? Professora, eu trouxe seu trabalho, mas infelizmente ele se evadiu da área (*risos*), é uma trilha. Professora se levante, por favor, e recebas as palmas de todos (*Aplausos*). É uma trilha da cidadania que uma aluna de 10 anos, quando recebeu o conteúdo de educação fiscal, a aluna está aí? Levante, por favor, (*Aplausos*). Ela recebeu a aula de educação fiscal da professora que estudou o curso, fizeram a trilha e todo mundo usa: pai, aluno, comunidade, sociedade geral brinca com a trilha. A educação fiscal é um assunto nosso do dia a dia, desde a hora que eu compro pão à hora que eu estou no meu celular recarregando, eu estou fazendo alguma atividade de educação fiscal. Então, o que eu quero ressaltar é que nós trabalhamos com toda a sociedade. Para exemplificar, destaquei um público bem importante, é o acadêmico, aquele que traz informação para o mercado de trabalho, ele precisa conhecer o que é um núcleo de apoio fiscal. Quem é acadêmico? Levante o braço. (*Aplausos*), eu também sou. Então, dentro das instituições, como a SEFAZ e Receita Federal têm várias coisas que nos podemos fazer pela internet do dia-a-dia do cidadão. Se eu não sei, mas eu preciso saber lá na frente tem uma placa do autoatendimento, que é isso? Não me interessa, só procuram a Receita na época do imposto de renda, porque eu quero logo é receber minha restituição. E os números do CPF e da carteira de identidade, eu sempre confundo, qual o lugar que eu entro para tirar a taxa da minha carteira de identidade? É na SEFAZ? É na Receita? Os dois prédios estão do lado, na dúvida eu vou entrar nos dois. Então, olha só, como é importante os acadêmicos estudarem sobre o autoatendimento. Unidades escolares é uma rotina, tem gente que diz assim: lá vem aquela mulher. Gente, não adianta virar o rosto para ser cidadão. Unidade escolar dentro da escola é um ambiente propício para formar o nosso caráter para termos éticos, lá é um ambiente onde estou aprendendo a viver em sociedade, para onde eu levo conhecimento da minha família e vou compartilhar com os outros professores, pais, alunos, amigos e sociedade que são os primeiros depois que eu saí dos laços da minha família. O primeiro ambiente público, onde eu vou começar a interagir, é a escola. Então, para nós é uma rotina e não adianta dizer que a educação fiscal tem que estar só lá na escola, lá longe do conjunto cidadão, a gente vai para o uiramatã com um monte de escorpião, estrada difícil de chegar, tem parte que o carro faz assim e a gente vai, porque não vamos em uma escola no conjunto cidadão, brincadeira, não é? Então, não digo mais nada, é rotina. Para fechar, empresários e profissionais da contabilidade, se o ambiente de negócio é bom para os empresários, também é bom para sociedade, só que tem que ser um ambiente ético, tem que ser um ambiente transparente, tem que ser um ambiente, como diz a constituição para todos. Tudo na administração pública é para todos. Mas, é claro, se eu estou em associações e sindicato, eu tenho que lutar pelo meu quinhão. Isso é legítimo também. A SEFAZ, a Receita e órgãos fiscalizadores estão sempre de portas abertas para todo mundo que cria uma demanda e que possa ser atendido sem prejudicar o erário. Sabe o que é o erário? É o dinheiro público, ok? Muito obrigado. E agora com a sociedade civil organizada, o que está acontecendo? O que vocês andam fazendo, Ana Claudia? Nós estamos só fazendo essa brincadeira. Observatório social, então participe do observatório social. Meu tempo acabou a gente tem esse tipo de trabalho no observatório com ênfase na educação fiscal no ambiente de negócio na transparência. Esse programa dentro do observatório social, Roraima não possui nenhum observatório social, será que precisamos? Vamos trabalhar nisso para chegarmos a um consenso até o final da audiência. E com essa última planilha eu fecho, em nome do grupo estadual de educação fiscal. Ana Claudia, obrigada (*Aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues – Parabéns, Ana Claudia. Agora

convido para fazer uso da palavra a Vanete Maria Aguiar Ventura, com o tempo de 10 minutos. Também anuncio a presença neste evento do professor Ornildo Roberto de Souza, Presidente do SINTER. Estamos gratos pela sua presença, sabemos que o senhor foi primeiro dar aula, por isso que o senhor mandou um representante. O senhor está bem representado aqui, já convocamos o SINTER para nos ajudar na comissão de educação em relação à educação fiscal.

Representando a Secretaria de Estado da Educação, convidamos a professora Vanete Maria Aguiar Ventura – Gente, bom dia. Agradeço à casa do povo, Assembleia por acolher a audiência pública, agradecer a professora Lenir por ser tão aderente à proposta e, a cima de tudo, não só aderente, ela coloca educação fiscal na sua agenda política. E isso faz a diferença, não basta, pois fazer um discurso oficial do estado se não levar isso para sua prática cotidiana e a professora Lenir em todos os aspectos tem demonstrado isso ter caminhado conosco já algum tempo, não é professora Lenir? Fomos construindo uma escola de Educação Fiscal aqui, creio que isso vai ter reflexo na sociedade ter frutos a gente pensa que esse trabalho dará frutos. Agradeço a todos os parceiros, aos professores e aos demais deputados, em nome da aluna Emily Vitória, da professora Katia e dos demais alunos da Escola Girassol, gostaria de cumprimentar todos vocês que gentilmente aceitaram nosso convite para discutir educação fiscal em plena sexta-feira. Isso é muito bacana, porque sextas-feiras e segundas-feiras são dias, para os quais não se coloca muita coisa na agenda, mesmo assim vocês estão aqui conosco, sinal que têm compromisso e que tem responsabilidade social, isso faz toda diferença. Gostaria de agradecer também especialmente, a presença da Karlady Sharon, se eu não pronunciei direito, que é um sobrenome alemão, creio eu. Ela é chefe da divisão do curriculum, agradeço a Eliane Melo, diretora do SEFOR; a Elineide de Oliveira Nascimento, chefe da divisão de gerência e tecnologia da informação; professora Ana Claudia, ao colega da AGE e aos demais aqui presentes. Gente, é uma oportunidade impar vamos aproveitá-la. Ana Claudia colocou de uma forma bem dinâmica a parte conceitual do programa, falou da parte filosófica, da parte metodológica, de certa forma ela mostrou como isso está no imaginário e como está sendo construído na sociedade. Vou desenvolver de forma sucinta, porque o tempo é pouco. Pontuamos algumas ações para ilustrar o que foi colocado. Então, no âmbito da SECD, da SEED. Esta assume, na estrutura do programa, a sub-coordenação, através lei 856/2012, e aí nos temos ações que eu vou passar para vocês agora. Então, antes de falar especificamente sobre as ações, gostaria de ressaltar para os senhores e senhoras que esse trabalho é feito de forma interligada, de forma articulada com todos os parceiros gestores do programa. Nenhuma ação é feita de forma isolada, são feitos planejamentos coletivos, são feitas ações compartilhadas entre os gestores do PNEF, que são a SEFAZ e a delegacia da Receita Federal. Doutor Omar tem desempenhado papel enorme em consolidar a educação fiscal no estado; a CGU, a colega Djeane, acredito que ainda está aqui conosco, ou já foi? Então, são os parceiros que estão diretamente ligados a esse trabalho, que é feito de forma muito articulada, muito compartilhada. As principais ações desenvolvidas em 2014, só para ilustrar o que foi dito. A participação no projeto NAC, que é um projeto de Núcleo de atendimento ao cidadão da receita federal, mas ele é construído e desenvolvido em parceria com a UFRR e participação efetiva com o grupo de educação fiscal. Nós temos desenvolvidos várias atividades na UFRR, em forma de audiência de debates acadêmicos, de oficinas e de outras atividades em reuniões de planejamento. Criamos um espaço dentro da universidade com certa estrutura para acolher o grupo de trabalho, também para ter mais um espaço para que possamos desenvolver educação fiscal. Controlem meu no tempo, porque eu não gostaria de me estender, está bom? Só volte aquela lâmina, por favor. Participação na proposta de criação do observe que a Ana Claudia colocou para vocês. Então, dentro do observe, desde as primeiras articulações da primeira sementinha, que surgiu dentro da receita federal, com Paulo Roberto, secretário com doutor Omar, é que nós estamos engajados nesta proposta que estamos levando, desenvolvendo reuniões de grupos de trabalho. Acredito que este ano, Boa vista, no dia 9 de julho, vá ganhar de presente o “observe” que é o observatório social de Boa Vista depois ele pode ser ampliado e criar os observatórios nos demais municípios. Acredito fortemente que será um instrumento de trabalho muito rico, é um instrumento propulsor de cidadania, será mais um espaço para que você cidadão possa acompanhar, possa saber, possa ajudar a fazer a gestão desses recursos para não ocorrer aquilo que a professora Lenir colocou. Por exemplo, às vezes, você compra material, mas recebe outro, que é comum no nosso país, infelizmente. Volta mais um pouquinho. Participação em oficinas e debates acadêmicos que e eu acabei falando. Por favor, pode passar também como atividade que nos destacamos prioritárias as visitas realizadas a alguns municípios. Havíamos planejamos realizar em todos os municípios, porém por alguns fatores isso não foi

possível. Então, quando nós fomos a esses municípios, por exemplo, Pacaraima, Uiramutã, Mucajaí, Iracema, Caracará, Amajari foi com intuito de apresentar a educação fiscal para esses gestores, capacitar esses gestores, fazer com que eles conheçam, sejam também aderentes à proposta e possam colocar isso em suas agendas de trabalho, na sua agenda política acima de tudo, que eles possam implementar, institucionalizar educação fiscal nos municípios. Infelizmente, nós ainda não temos fora de Boa Vista, a educação fiscal institucionalizada nos demais municípios, mas já tenho um diálogo muito estreito com o municípios de Pacaraima, por exemplo, e com município de Alto Alegre. Creio que brevemente isso vai se tornar realidade. São algumas evidências, para o município de Uiramutã, os colegas estão levando educação fiscal, também na escola Dom Pedro de Iracema, onde realizamos oficinas e palestras. Continuando com as ações de 2014, próxima lâmina. Realizamos algumas ações diretamente com a CGU, a exemplo da semana cidadã, que oportunizou, por exemplo, a criação do jogo trilha cidadã que é o atual momento não que não esteja sendo discutida no transcorrer do ano porque ela faz parte das políticas que estão aqui e fazem parte do calendário na rede oficial do estado. Então, supõe-se que os professores trabalhem durante o ano e que nessa semana de outubro, que coincide com a semana da criança também, se faça o trabalho mais voltado para os menorzinhos para que eles tenham o contato com vertentes para falar de educação fiscal, para falar de cidadania, para falar de direitos e deveres. Então, nos realizamos a semana cidadã, o dia da criança cidadã, a semana cidadã também ela antecede. Na verdade, eu troquei, o dia da criança cidadã antecede o dia da criança. A semana cidadã antecede o dia internacional de combate à corrupção que é na primeira semana de dezembro, está certo? Então, se movimentada toda a cidade praticamente, porque nos desenvolvemos ações desde passeios ciclísticos a debates acadêmicos, visita às escolas, enfim uma série de ações para dar visibilidade, para chamar atenção, chamar as pessoas à ação. Houve também o dia nacional de respeito ao contribuinte que é mais desenvolvida pela delegacia da Receita Federal com nosso apoio, é uma iniciativa super importante, trata-se validação do curso de disseminador de educação fiscal 2, que é a nova versão, como a professora Lenir falou. Eu faço parte da comissão de referencial teórico metodológico, ou seja, a pessoa responsável, por exemplo, pela criação do material que sustenta o programa. Então, o kit composto de 4 cadernos que eu roubei da professora, mas eu já o devolvo. Tive a audácia de mexer ali no cantinho dela e puxei para ilustrar para vocês. Este é o kit, com o qual o trabalhamos. Não é fácil você ver uma proposta aqui, mas isso é fruto de muita discussão, de muito estudo. Então, meu nome está aqui, embora não é uma coisa pessoal, mas eu vejo isso como estado de Roraima porque somos nós, não são todos os estados que estão presentes, são alguns estados. Na região norte, somos nós o estado de Roraima. Então, professora, já devolvendo o kit para que eu não leve para casa, vou deixar aqui. A validação do curso é para que o ele seja ofertado para sociedade, primeiro ele passa pelo nosso olhar. O programa de educação fiscal tem 2 produtos principais: o curso de tutores e o curso de disseminadores, ambos precisam ser reformulados, inclusive, um que era específico de uso receita que, através de nosso olhar, nós o transformamos. Agora, eles estão disponíveis na plataforma para vocês qualquer um de vocês pode acessar fazer suas inscrições e participar, está certo? Peco desculpa gente. Participei de uma reunião em São Paulo, trouxe na bagagem além de conhecimento uma virose que está me deixando quase sem ar, mas eu dou conta, sou solidária, mas não gostaria passar essa virose para vocês. Deixa ela para lá, ela não acompanha meu pique, podem ter certeza. Nós fizemos a revisão dos 4 cadernos que agora estão na 5ª edição. Os conteúdos são dinâmicos, por isso os dados precisam ser atualizados, a gente precisa ver novos conceitos, a gente precisa incorporar os dados incorporar novos parceiros. Quer dizer, de tempos em tempos, eles são reformulados e está aqui o produto que é a reformulação. São estes cadernos. Nós fizemos também a adaptação desse material para que ele possa ser trabalhado dentro da plataforma, é no curso online nos dois cursos que eu falei aqui para vocês, que são os principais produtos do programa. Nós fizemos também uma avaliação do sistema de avaliação que é criado na escola superior de administração fazendária – ESAF o SISPNEF. Então, nós trabalhamos muito nessa proposta, que está praticamente finalizada e vai ser um instrumento que todos os estados poderão banalizar não, compartilhar suas ações e ter um registro em tempo real, por exemplo, eu estou apresentando essa fala aqui para vocês e, ao terminar, posso registrar o resultado no sistema. No fim de um determinado período, o sistema gera um relatório que possa servir de embasamento para que os próprios gestores possam saber se as suas metas estão sendo atingidas ou não está certo. Nós estamos em fases ainda não concluídas, mas está em processo bem avançado. Posso crer que vai ser muito útil para sociedade, como um todo, elaboramos o planejamento para 2015 para que a nova gestão e os novos gestores da pasta pudessem ter alinhamentos para

prosseguir os trabalhos sem ter uma ruptura muito forte, porque acaba de certa forma, acontecendo, é quase inevitável, pois são outras pessoas, são outras cabeças, enfim, fizemos também elaboração do relatório referente a tudo que foi feito em 2014, de forma mais detalhada, com evidências e com alguns resultados. Isso está na secretaria de educação. Pode passar. A participação desse trabalho, que eu falei, de produção de material sobre avaliação do sistema acontece nesses encontros nacionais que eu tive a oportunidade de participar. Dois encontros, geralmente acontecem em Brasília, mas houve outro que também foi lá. Já está acabando, não é? Já vou terminar, só para concluir, a participação no observatório do Rio Grande do Sul é para ter um embasamento, que é para ajudar na construção no observatório aqui, participação na semana de formação de gestores no município do Canta, uma ação que foi realizada junto à CGU, dentre outras. Por favor, acelera meu anjo, passa, por favor, a apresentação do (inaudível) para o servidores de Alto Alegre. Participação nas atividades são ações de 2015, participação ativa no observe, apresentação do (inaudível) para os conselheiros estaduais de educação. A professora Ana Celia está aqui, é o último item. Ai, gente, eu considero importante, porque, através desse diário do conselho, é possível inserir a educação fiscal no curriculum formal na rede oficial de ensino, não basta estar na lei, é preciso criar mecanismos para se efetivar na prática. Pode passar, por favor. Palestras em algumas da rede de escolas estaduais por conta da semana do contribuinte repetiu a semanas porque consta no calendário. Pode passar. Elaboração do projeto, que nós apresentamos ao conselho para inserir educação fiscal ao curriculum. Participação na atividade inerente ao “observe” eu já coloquei. Pode passar. É a apresentação das propostas de trabalho para os novos gestores da pasta para que eles tenham conhecimento sobre o que está acontecendo, o que vai acontecer para que possam dar continuidade às ações. Por favor. São alguns resultados palpáveis que trago a vocês, o material que a professora Lenir já apresentou os cadernos, na versão online, dos cursos que já estão no sistema e poderão ser acessados e realizados por vocês. São os resultados palpáveis que vocês vão ver e tocar, porque o resultado das demais ações que nós realizamos, não é possível ver. É porque a gente trabalha com pessoas, e a educação é processo, educação não se faz aqui. Você tem resultado ali na ponta, a gente trabalha e espera que esses alunos tenham uma postura melhor na sociedade. Então, isso não é possível você ver concretamente, mas de certa forma, a gente acaba vendo que uma aluna dessas traz um material e nos apresenta. Ela obteve esse conhecimento, e só para alguns desafios, vai ser bem rápido.

Trata-se da nova gestão que está no substituído na secretaria de educação, ela precisa se capacitar porque, para participar nesse programa, ela precisa ter um perfil, precisa ter conhecimento. Então, o desafio imediato é capacitar os novos gestores para que eles tenham conhecimento do trabalho, possam ter segurança e dar continuidade no trabalho, a definição de onde vai ficar a educação fiscal no novo organograma na secretaria de educação, porque houve mudanças e mudanças na pasta. Então, isso precisa ser definido, garantir recursos financeiros. Eu não sei bem, mas agora a gente está trabalhando no PPA dos próximos 4 anos. Então, é importante, pois não faz ação sem recursos também e a gente trata de educação fiscal em recurso e uma das coisas que eu acho importante a alteração da lei 856 para que contemple as novas demandas, coisas que surgem e a lei mesmo recente já precisa de alteração, viu professora? A gente vai trazer essa discussão para casa. E para reflexão, gente, eu trago uma fala bem antiga, é de 1932. Se tiver algum matemático ai, quantos anos? Uns 80... 83 anos, mais ou menos, e já se dizia que, “na hierarquia de uns problemas de uma nação nenhum sobreleva a importância ao dar educação “ só que, infelizmente, a gente ainda vê uma distância muito grande entre o discurso oficial do estado, aquele que se coloca como lema de um país, por exemplo, nosso atual governo: tem educação, Brasil, Pátria Educadora. A gente vê uma distancia ainda entre o discurso oficial e a prática de muitos gestores que ainda não colocam a educação, em especial a educação fiscal dentro da sua agenda de trabalho, por quê? Nem tudo a educação vai resolver a educação, é óbvio que ela não resolve tudo, mas todos os problemas, inclusive, todas as políticas públicas passam pela educação, particularmente, pela educação fiscal. Nada, pois, se faz sem recurso, não se faz nada sem dinheiro. Muito obrigada, vamos estar por aqui, se quiserem continuar esse papo a gente conversa. Obrigada (Aplausos).

Deputada Lenir Rodrigues – Parabéns à professora Vanete Maria Aguiar Ventura, que nos esclareceu as atividades realizadas pela secretaria de educação frente ao programa estadual de educação fiscal. Queremos comunicar aos acadêmicos que nós, na comissão de educação, iremos providenciar o certificado de participação dos senhores. Em agosto, aqui em Roraima vamos ter a reunião nacional de educação fiscal, será nos dias 26, 27 e 28 de agosto no CAF, no grande auditório lá da UFRR, e

cada instituição estará convidada a preparar seus participantes UNIVIRR, UFRR, UERR, a Estácio Atual aqui presente, o Instituto Federal, todas as instituições estão convidadas a prepararem sua representação para as datas 26,27 e 28, no CAF desta universidade. O CAF é um espaço muito grande, aqui nós temos apenas 100 lugares, é diferente ao do o CAF que, se eu não me engano, é de 1500 lugares. Então, se nos fizemos uma audiência, a reunião nacional de educação fiscal dentro do CAF, e mas ninguém comparecer nós vamos mostrar nossa desmotivação e o nosso descompromisso com educação fiscal. Então, nós todos vamos ter que ter equipes para representar as instituições nesses três dias que serão de grande valia para o nosso estado, será uma honra. Vocês sabem, todo evento nacional é uma briga dos estados, porque quando vem uma reunião nacional para nós, quem vai ganhar é o taxista, vai ganhar o hotel, vai ganhar o restaurante, todo mundo ganha, porque várias pessoas vão vir, a SEFAZ vai arrecadar (risos), Kardek o secretário, Shiská. Então, assim, como nós vamos querer arrecadar impostos, mas se nós também, não dermos visibilidade ao nosso estado, mostrarmos nacionalmente que é possível, que temos rede hoteleira, que somos pessoas que sabemos receber bem, que nós temos auditório fantástico e que nós temos pessoas comprometidas com educação fiscal. E se nós não enchermos o CAF? (aplausos). Então, todos nós que amamos educação fiscal, temos compromisso e nós queremos que todos tenhamos compromisso também de mostrar ao Brasil a nossa capacidade de receber eventos, recebendo eventos nos vamos arrecadar, Shiská, pode ter certeza ensinando o povo a pedir nota fiscal, os contadores vão agradecer, pois irão ter mais trabalho (risos). Agora, nós queremos anunciar a palavra da coordenadora regional do curso disseminador de educação fiscal, Perpétua Ramirez, que usará a tribuna por 10 minutos. Nós estamos sendo bem rigorosos com o tempo. Enquanto a Perpétua não chega, como as nossas coordenadoras estão anunciando a CGU tem materiais, a educação tem também materiais, quem quiser iniciar um trabalho deve procurar a nossa coordenação para começar esse trabalho em escolas, sindicatos, em associações, clubes, igrejas, conselho de educação. Portanto, vão passar a estudar educação fiscal, SINTER também para movimento, professor Ornildo, para que a gente possa ensinar o povo a usar o controle social como uma ferramenta de cidadania. Com a palavra a professora Perpétua Ramirez.

Coordenadora regional do curso disseminador de educação fiscal, Perpétua Ramirez – Obrigado, meu nome é Perpétua eu trabalho na Secretaria de Estado da Educação, atualmente estou coordenando o curso de disseminadores de educação fiscal. E assim, o curso é uma das principais ações do PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal e o objetivo é promover e institucionalizar educação fiscal para benefício da cidadania. Dentro desse curso, a estrutura esta fundamentada em quatro módulos, modulo: um vai falar da educação fiscal no contexto social que aborda as diretrizes do programa, seus objetivos e abrangências no contexto da educação fiscal e da educação pública. Módulo dois vai falar especificamente da relação entre estado e sociedade, aborda temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia de um estado democrático e direito e da cidadania. No módulo três, o aluno vai estudar temas relacionados à função social dos tributos e uns dos destaques é a importância do tributo na atividade financeira de estado para manutenção das políticas públicas e melhoria nas condições de vida do cidadão. E o quarto módulo abrange a questão da gestão democrática dos recursos públicos, ele vai abordar temas relativos ao orçamento, ao compromisso social e fiscal do gestor público e ao exercício do controle social. Então, todos ele estão com temas de maneira harmônicas. E dentro a estrutura desses módulos o curso é virtual, que é ofertado pela escola superior de administração fazendária, ESAF; e para cada um desses módulos tem um fórum avaliativo e também um questionário avaliativo. A metodologia é uma modalidade semipresencial, a maior parte de alunos faz online. Quando começa o curso, o aluno tem uma semana de ambientação para que ele tire todas suas dúvidas, se tiver algum questionamento para fazer, pode dirigir-se tanto para tutor, quanto para o coordenador, geralmente, aqui em Boa Vista, nós fazemos dois momentos presenciais que é no início do curso quando nós apresentamos para o aluno a plataforma muda, onde o curso está hospedado, e essa aproximação entre tutor e o aluno. Sim, como eu já falei, ele está hospedado na plataforma muda. O público alvo são professores da educação básica, nosso principal público são esses professores, porque são eles que estão ali na base trabalhando com as crianças e com os adolescentes. Para você formar um adulto é mais complicado na questão da cidadania, de ser um cidadão ético, mas quando você pega ali a base, que é criança e adolescentes, fica muito mais fácil, acadêmicos, servidores públicos e a sociedade em geral. Como a Vanete já falou, a gente participou da revisão do referencial teórico e, este ano, pela primeira vez nos estamos ofertando, na verdade nacionalmente, é a primeira vez que a ESAF está abrindo e ofertando o

curso na nova versão para o Brasil inteiro. Provavelmente na segunda quinzena de setembro, o curso vai ser oferecido, provavelmente, porque esta semana nós recebemos um e-mail da coordenação nacional do curso nos comunicando que nessa data entra em contato com o chefe aqui do nosso estado, nossas colegas e nossos colegas que participam do grupo de educação fiscal. Então, nós entramos em consenso sobre número de vagas que é extremamente limitado, principalmente agora que nós sabemos que nosso país está passando por condições financeira muito complexas. Então, eles nos comunicarão que as vagas vão ser assim bem extremas mesmo. Depois vamos realmente ver o número de professores e acadêmicos para nós encaminharmos para eles, ainda não fechamos totalmente quantas são as vagas. Se eles disserem fechem com um número X de vagas, mas sabem que é bem limitado. Segundo o resultado do curso em Roraima, nos temos hoje 856 disseminadores. Outro resultado que a gente vê como algo positivo são os vários projetos, porque dentro do curso, além dos quatro módulos, que, quando o aluno termina os quatro módulos, ele tem aquela, digamos, não obrigação, mas sempre incentivamos que ele traga para sociedade um produto que é um projeto pedagógico. Então, dentro das temáticas de educação fiscal esse aluno vai perceber no contexto social, onde ele vive quais são essas dificuldades, como eu poderia estar ajudando essa comunidade na escola, no meu trabalho. Então, a gente tem muitos projetos pedagógicos, projetos em andamento, também temos muitos que já foram realizados. Trouxe para vocês alguma dessas ações de educação fiscal, por exemplo, a do dia da semana cidadã que a Vanete já enfatizou, trabalhamos isso na escola 13 de setembro juntamente com a CGU. Foi um trabalho muito produtivo, realizado com a Receita Federal, também, uma gestora do programa. No palácio da cultura foi um projeto do SIND Receita contra pirataria levamos realmente para dentro das escolas, como Escola Lobo D'Almada e a Escola Antônio Coelho. Continuando com a Escola Lobo D'Almada, como nesta mostre foto; e nesta outra foi o momento em que nos fomos para aduana de Pacaraima e ali são duas professoras que estavam com outros professores que nesta foto não saíram, mas foi um trabalho significativo. A gente leva à Escola e ao professor para ter um momento mesmo de cidadania, quero dizer, nós fizemos ali uma ação educativa. Aqui, estamos eu e a Vanete na Escola Antônio Coelho de Lucena, onde uns grupos de professores fizeram um projeto, durante o curso e queriam disseminar o projeto deles na Escola, enfim fomos fazer a apresentação desse projeto juntamente com as duas autoras, estávamos apresentando para os gestores da escola. Um outro momento, também, lá na Receita Federal, onde junto com o delegado, nós trabalhamos as temáticas da educação fiscal no dia do contribuinte. E assim, gente, eu quero falar de uma forma bem sucinta mesmo, trazendo para reflexão, o que desenvolvemos. Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito, há uma frase célebre de Martin Luther King que quer dizer mais ou menos assim: o momento que nos vivenciamos no nosso país é difícil, mas não podemos retroceder. E é por isso que nós estamos aqui, é porque nos acreditamos que a educação fiscal bem disseminada vai trazer grande transformação para o nosso país. Então, o nosso incentivo para nós mesmos é que devemos avançar e avançar cada dia. obrigado (Aplausos)

Deputada Lenir Rodrigues – Parabéns, Perpétua. Grata pelas informações. Queremos também lembrar que até agora, no mês de junho de 2015, nos temos o concurso nacional de educação fiscal aberto a toda comunidade, qualquer pessoa pode se inscrever, serão vinte mil reais em prêmios. Então, você pode se inscrever no www.esaf.fazenda.gov.br e participar no concurso nacional de educação fiscal. Vai ser muito bom, vermos Roraima aí no concurso nacional. Então, agora, queremos convidar o representante da CGU, Sr. Max Tulio Menezes. Queremos anunciar a palavra do senhor Deputado Francisco Mozart depois, em seguida, o Deputado Evangelista Siqueira. Só então passaremos a responder os questionamentos dos participantes presentes. Já estamos recebendo as perguntas, queremos que as autoridades não se retirem ainda porque tem perguntas para responder nos já temos aqui perguntas para o doutor Kardek, também perguntas para Deputada Lenir e para Ana Claudia. Vamos selecionando aqui. Então, com a palavra o Deputado Francisco Mozart.

Deputado Francisco Mozart – Bom-dia. Queria dar as boas-vindas a todos que vêm a esta Casa de Lei, sintam-se em casa. Cumprimento o senhor secretário da fazenda, Kardek Jackson da Silva; senhora Vanete Maria Aguiar Ventura que esta representando a Secretária de Estado de Educação e Desporto; queria cumprimentar o Delegado da Receita Federal do Brasil, Omar de Sousa Rubim Filho; Sr. Controlador Chefe da CGU, Max Tulio Menezes; o senhor secretário de economia planejamento e finanças, Márcio Vinícius de Sousa; Senhora coordenadora estadual de educação fiscal, senhora Ana Claudia Freitas Gomes; Senhora coordenadora regional do curso de disseminador de educação fiscal,

Perpétua Ramirez; Reitor da UNIVIRR; Reitor da UERR e meu amigo pessoal, Regys e os demais presentes. Quero agradecer primeiramente a Ana Cláudia e sua equipe por nos dar essa aula. Aqui somos da comissão de educação, oriundos da educação a Deputada Lenir e o Deputado Evangelista na qualidade de professor. E eu, como gestor de uma instituição de ensino superior, e nunca é tarde para aprender, professora Lenir até me elogiou, dizendo que eu era um aluno aplicado (*risos*), era na época da palmatória, Evangelista me lembrou. É muito bom a gente ver neste plenarinho, em plena sexta-feira, todo mundo querendo ir para casa curtir o feriado. Vejo aqui o Regys, o Shiska, o Laércio, pessoas que participam da economia do estado. O Shiska come e respira tributo, Laércio é investidor e faz parte dos jovens empreendedores do estado; Regys meu amigo de infância, para mim, é um momento de satisfação ver amigos de longa data, amigos de infância estarem aqui participando da política da econômica do nosso estado. Não vou me alongar em minhas palavras, apenas agradecer a oportunidade que nos foi dada. Vocês são bem-vindos nesta Casa que é de vocês, e está aqui para servir vocês. Muito obrigado. (Aplausos)

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigado, Deputado Francisco Mozart, relator da audiência pública sobre o programa estadual de educação fiscal. Quero anunciar a palavra do Deputado Evangelista Siqueira, vice-presidente da comissão de educação, cultura, desporto e saúde.

Deputado Evangelista Siqueira – Presidente, eu peço licença para falar daqui mesmo da tribuna, cumprimento a todas e a todos por terem atendido ao convite, esse chamado na véspera de um feriado. A presença demonstrada que, numa sexta-feira, o tema é de relevância interesse, e cada vez mais os cidadãos estão conscientes daquilo que é importante perante a sociedade, isto é, cumprir o seu papel. Fico muito feliz, com essa atitude. A nossa comissão de educação está aberta a essas iniciativas, que nos temos discutido em nossos encontros, juntamente com a Deputada Lenir, Deputado Masamy, Deputado Mecias, Deputado Mozart. Como já citei esta comissão caminha no sentido de ouvir, de propor, de propiciar eventos como este. Certamente vão acontecer outros momentos com outros órgãos que a gente tem dentro do nosso ciclo de atuação, não é, deputada? Acreditamos muito que a colaboração de todos faz crescer a discussão. Quero chamar a atenção aqui, se me permitam citar a Ana, vou chamá-la só Ana, viu, Ana? Quando fui gestor de escola, nós fizemos uma boa parceria, lembra? Foi na escola municipal Maria Gertrudes, em relação a qual saúde minha querida Josélia que também foi gestora daquela escola, foi um tempo muito bom, fizemos essa parceria da educação fiscal dentro da escola. Lembro-me das visitas que fizemos à SEFAZ, quantas vezes. Lembro das suas idas à escola para levar material das palestras das atividades lúdicas. Devo dizer que você deu uma verdadeira aula, aqui viu Ana? O espírito de professora metodológica, fico feliz quando ouvi que Roraima não está atrás de nenhum outro estado da federação no aspecto (inaudível) de educação fiscal. É muito bom de ouvir, isso nos incentiva, nos impulsiona cada vez mais para ação, dizer que essa fala toda para todos, mas dentro da responsabilidade, é que nos foca a cumprir nosso papel como cidadãos. A questão do observatório é de extrema importância porque faz com que a sociedade, o cidadão se comprometa, aja e saia da posição de um ser passivo de observação para agir dentro da sua realidade. Quem disse que a fiscalização do recurso público compete só aos órgãos de controle, que têm mais controle, têm mais responsabilidade para ser um agente de controle do que um cidadão, cabe a cada um de nós, e quando a gente fala, é citamos aqui a deputada Lenir que falou do combate à corrupção. A gente não se refere à corrupção só no âmbito político legislativo e executivo, não, mas a corrupção daquele jeitinho brasileiro, de um furar a fila, a corrupção quanto ao jeitinho de querer sempre chega na frente do outro. Todas essas formas de querer ganhar vantagens é um tipo de corrupção, que deve ser combatida constantemente na nossa vida não é só a corrupção que envolve o dinheiro não é a corrupção do querer se dar bem na frente do outro. Acho que devemos combater isso constantemente, apoiar esse trabalho para a inserção da educação fiscal no currículo para fazer com que, desde cedo, as nossas crianças tenha o hábito de se apropriem dessa possibilidade de serem agentes de controle social, fazer desde cedo com que a criança tenha o hábito de levar para sua casa a discussão com o pai e com a mãe tema que estiver sendo estudado dentro da sala de aula e que reflète no seu dia a dia em casa. Com essa prática, a sociedade vai ajudando a construir o cidadão do presente e do futuro. Declaro a alegria de estar neste momento, participando, dizer que nossa comissão de educação está mais uma vez aberta a essas iniciativas e que esse relatório nos vamos dar notoriedade para conhecimento de todos os órgãos aos quais forem necessários ou que seja de obrigação a suas pastas de atuação de educação fiscal no estado de Roraima, obrigado (*aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigado, Deputado Evangelista Siqueira, agora passaremos a responder os questionamentos dos

participantes presentes. A pergunta é de Nilton Feitosa de Sousa que veio da Faculdade Estácio Atual para professora Ana Cláudia: Quais os quesitos exigidos para criação do observatório social? Veio também uma pergunta do Bruno Silva, também acadêmico, para professora Ana Cláudia sobre como funcionam os observatórios sociais efetivamente, e a população poderá participar de atividades educacionais, também poderão fiscalizar as finanças?

Coordenadora estadual de educação fiscal, Ana Cláudia Freitas Gomes – Então, Nilton, o observatório social é um espaço político da sociedade civil organizada, mas onde é que o estado entra então nessa história se o espaço é para ser criado e disseminado e constituído pela sociedade civil organizada? Ora, somos parceiros do estado que tem a função, dever de estimular as práticas ativas da sociedade, então o observatório social é um espaço da sociedade civil organizada, mas nós, enquanto grupo de educação fiscal, temos entrada, graças a Deus, um bom diálogo com todos. Então, estamos dando a base, um embasamento teórico àquela informação necessária para que o observatório saia do sonho e se torne uma prática. Agora, como funciona esse observatório, se observatório social é um movimento da sociedade, a própria sociedade organizada com apoio das instituições que estão trabalhando para que esse observatório saia do projeto e vire um espaço efetivo de cidadania na área de administração e gestão pública. Por isso que nós envolvemos todos os acadêmicos de ciências contábeis principalmente, porque o tema gestão pública tem tudo a ver não só com o acadêmico de contabilidade, mas também com o de administração como de economia, com o de direito etc. Eles estudam porque isso consta no currículo deles de formação. Então, ele funciona da seguinte forma a sociedade civil vai eleger a forma como o seu regimento, o seu estatuto de constituição vai funcionar que é de onde provém os recursos, que atividade serão prioritárias, mas existe no Brasil o chamado observatório Social. É através do observatório social de Maringá, já teve uma premiação para o Brasil em nível internacional que é reconhecido pelo o UNICEF como grande serviço prestado à população. Então, é nesses termos que funciona. Agora, quando eu falo qual é o perfil? O perfil é ser um cidadão ativo esperar socialmente, não um perfil de eu cruzar os braços e esperar que alguém vá fazer por mim enquanto eu fico aqui sentadinha vendo o bonde passar. Primeiro, nem bonde tem aqui, né? Então, vamos descruzar os braços, vamos procurar através de nossas associações de estudantes, temos associações de estudantes, eu sei que tem, inclusive recebemos convite, nos nossos centros acadêmicos, nos nossos diretórios centrais, enquanto sou estudante. Agora se eu sou profissional, se eu já me formei, se eu já estou na outra fase vai procurar os meus conselhos regionais. Ah, mas agora eu sou empresário. Para isso nós também temos a sociedade civil organizada, os órgãos representativos da classe empresarial, a mais eu sou só da igreja, sou uma cristã. Também nas igrejas temos os grupos sociais da igreja e assim sucessivamente, que estão à frente do movimento desse observatório social. Eu gostaria de engrandecer aqui, é bom fazer isso, lembrar a Ordem dos Advogados no Brasil – OAB, cujo Presidente Jorge Fraxe, por motivo de trabalho, não pode estar aqui, o conselho regional de contabilidade, representado ali pela colega contadora e profissional da contabilidade, Vânia Cardoso; também a UFRR que tem sido um suporte bem grande na questão do observatório; os acadêmicos da Estácio Atual não perdem um movimento do observatório porque querem estar interagindo; os acadêmicos da UERR. Então, são esses os segmentos, também estão o Ministério Público, a CGU, a SEFAZ, a Educação e a receita Federal. E como já havia dito, isso é função e dever nosso quanto ao poder público estar estimulando a sociedade para que tenha o prisma do governo na atuação, mas também que tenha o feedback do cidadão como ele está vendo aquela política pública. Então, é nesse estilo que funciona o observatório social, lembrando, acima de tudo, que ele é um ambiente para diálogo para monitoramento, ele não é feito para críticas políticas e partidárias porque políticos todos nos somos, mas política partidárias, em certos momentos não dá certo no trabalho da sociedade que nós temos que respeitar o pensamento individual, mas dentro de um espaço coletivo, temos que ser democráticos. Então, é um ambiente da sociedade civil apartidário, façam parte, vocês só têm a ganhar com isso, aliás, toda a sociedade tem a ganhar, exemplo eu tenho filhos na UFRR, eu tenho filho que trabalha em escola pública. Então, tenho maior interesse de que a educação pública seja a mais ativa possível, quero um profissional bom no mercado, eu preciso, como uma servidora pública da SEFAZ, ter um ambiente de negócio bom, para isso observatório social contribui muito com esse ambiente, é negócio saudável, obrigada (*aplausos*).

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigada, Ana Cláudia. Uma parte para professora Vanete.

Representando a Secretaria de Estado da Educação - Professora Vanete Maria Aguiar Ventura – Só para complementar essa informação. O observatório social, no caso de Boa Vista, observem ele

segue com franquia social, porque o observatório social do Brasil tem franquia social e, como tal ele tem pré-requisitos para se instituir aos estados, e um deles é não pertencer a partido político, no caso Boa Vista. Então, não poderiam participar as pessoas que fazem parte das diretorias e dentro dessa estrutura de criação são feitas várias comissões, como: a comissão de legalidade, a comissão de sustentabilidade da qual eu faço parte, a comissão de articulação, que é onde vai buscar recurso para articular parceiros, ter recursos para que ele funcione, e ele também tem pré-requisitos para que funcione. Então, você recebe o material, preenche, vem uma equipe de fora e observa, se você cumprir esses pré-requisitos, então ele pode funcionar. É uma franquia, tem que obedecer isso. Outro ponto é que ele também se desenvolve, parte dos funcionários deve ser contratados, e parte são voluntários, que não pode ser pelo modelo de franquia, ele não pode ser formado apenas por voluntários. Então, nós estamos neste momento, funcionando na sede da UNIR, não é Ana? Se eu não me engano. UNIR que fica em cima do posto trevo no treze de setembro, onde já tem uma estrutura prévia, e nós vamos ganhar em questão de recurso, porque tem que ter, inclusive, uma taxa que se paga mensalmente. Então, não é tão simples. A gente segue um protocolo, mas o principal é a vontade de participar, é o que vai mover realmente. Obrigado(aplausos).

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigada, professora Vanete. Vamos aproveitar que a senhora já está com a palavra para fazer perguntas que lhe foram dirigidas. A pergunta veio de Laércio Gentil da JE Roraima: Existe uma proposta de inclusão do tema educação fiscal, como matéria obrigatória, para grade curricular para o ensino fundamental e médio? Outra veio do professor Flávio do SINTER: Seria possível acrescentar um módulo responsabilidade individual com o social? “pois muitos cidadãos usam o bem público de uma forma irresponsável não conservando, mas forçando o estado a gastar várias vezes com a mesma ação”. Outra pergunta veio de Manoel Guilherme Carvalho Lopes – Escola Estadual Girassol: Vocês falam muito de todos os projetos, quando vão dar o pontapé inicial?

Professora Vanete Maria Aguiar Ventura – Vamos, aqui, pelo Laércio: **Deputada Lenir Rodrigues** – Depois a senhora devolve as perguntas ao relator. **Professora Vanete Maria Aguiar Ventura** – Devolvo, devolvo todas elas, Laércio. **Deputada Lenir Rodrigues** – Ainda tem uma aqui, vem da Ariadna Alves da Silva: Como podemos saber que esse projeto está realmente colaborando com a comunidade escolar?

Professora Vanete Maria Aguiar Ventura – Bem, vamos lá, Laércio. Inclusive, aproveito para agradecer, em público, o apoio que você deu no traslado de nossa equipe até Rio Grande do Sul, foi a AGE que patrocinou a viagem para que nós tivéssemos embasamento e capital social para desenvolver o trabalho. Obrigada. Se existe uma proposta de inclusão do tema de educação fiscal, como matéria obrigatória, nos temos a grata satisfação de dizer que em 2012, nos geramos um movimento singular, nos realizamos 108 conferências nas escolas da rede estadual, municipal, das redes urbanas, rurais e indígenas, e uma das principais propostas que saíram foi a inclusão da educação fiscal no currículo formal do nosso país, no caso, e essa proposta foi encaminhada (inaudível) e está sendo discutida. Então, ela provavelmente entrará como tema transversal a ser trabalhado de forma interdisciplinar com os demais conteúdos e temas, que o currículo formal contempla. Respondido? Seria possível acrescentar o módulo responsabilidade individual? Flávio, eu digo para você que, tudo é possível, porque nós estamos em uma construção, nós elaboramos um material, também e tem uma determinada demanda, já foi revisado e está na quinta edição. Por que não trazer essa discussão se tem a necessidade. E o que estava faltando, foi criada a lei, a lei atende a sustentação, mas a gente já viu que há lacunas. Então, nós vamos mudar, mas a sugestão fica registrada, podemos aprofundar a discussão para ver a viabilidade ou não. Como podemos saber se esse projeto está realmente, colaborando com a comunidade escolar? Eu acredito particularmente que a própria comunidade escolar tem que avariar e aferir resultados sobre qual a forma que estamos trazendo do discurso oficial do currículo para a prática do nosso aluno, qual reflexo na nossa comunidade? Houve alguma mudança, mas não precisam ser mudanças astronômicas não. São mudanças na rotina e na postura do aluno quando ele preserva um patrimônio público, por exemplo, a sua escola, pois ele sabe que tudo ali é feito com recurso público, quando ele tem a consciência de não jogar bolinha no chão, porque ele sabe que implica simultaneamente pessoas para limpar e implica gastos, quando ele não usa abusivamente a água da escola não tem desperdício. Então, essa prática é observada no próprio contexto, quando nos citamos o exemplo da aluna que apresentou o conteúdo curricular, discutido na escola, elaborou uma proposta e retornou não só para sua casa, também para sua comunidade como ela trouxe, também vai partilhar com outras comunidades. Então, essas são formas de observar que compete a cada um de nós ter esse olhar e saber efetivamente

se o projeto está colaborando, ou não e em que nós estamos pecando, e que podemos evoluir em diretrizes, porque aqui não tem nada pronto e acabado, pois educação é projeto coletivo e o olhar coletivo também, é o que vai fazer diferente nesse processo. E por último, mas não menos importante: Quando vão dar o pontapé inicial? Nós trouxemos para vocês alguns exemplos de projetos executados, de ações executadas e ações em andamento. Então ele não tem um início e fim pontual, é processual. Alguns projetos já desenvolvemos, outros estão em andamento. Se tem algum projeto que a pessoa queira especificar melhor... Sim, esse foi executado e está sendo trabalhado e ele terá continuidade, porque é uma atividade que deu certo e que não vai, espero, que não morra por aí, não é? Que possa surgir para atender melhor a comunidade.

Deputada Lenir Rodrigues – Então, nós temos uma pergunta, direcionada para mim, é Charles. Nós cidadãos somos obrigados a pagar imposto até para dormir, no entanto o retorno é de péssima qualidade “é só ir ao hospital”, por que os governos não cumprem com o seu dever, já que nós cumprimos o nosso? Isso aqui era para a CGU, para Fazenda, mas tudo bem. Para não ser prolixa, eu escrevi uma resposta. Primeiro, como cidadãos, nós somos omissos, quando não pedimos nota fiscal; quando fingimos trabalhar e não damos retorno do nosso trabalho para a sociedade; quando temos medo de denunciar; quando somos instrumentalizados pela mídia; quando não estudamos os assuntos; só sabemos que os poderes querem que saibamos, ou seja, somos limitados nos conhecimentos; quando não internalizamos atos éticos; furamos filas, não devolvemos o troco, aceitamos troca de produtos não compatíveis com as especificações processuais dá um exemplo prático, Certa vez, eu na Secretaria de Educação, recebi um empresário acompanhado de um político tipo para fazer pressão, pedindo para trocar o tipo do feijão que estava para ser entregue. Ele disse que era igual, me mostrou o pacote de feijão, como não sou lá essas donas de casa, nunca fui, mas olhei o feijão assim, toquei a companhia e pedi que chamassem uma pessoa lá da copa, falei na frente deles: Dona Francisca, peguei minha bolsa tirei um dinheiro e disse a ela assim: compra um pacote de charque, quiabo, maxixe, cebolinha, alho e faça o melhor feijão que a senhora já fez na sua vida como este pacote de feijão. Depois traga que eu vou almoçar esse feijão aqui. Ela botou na pressão, deu três e meia da tarde, quando ela trouxe o feijão, o que cheirava eram só as verduras, porque o feijão mesmo era duro que dava para ver a pele e um pedaço branco assim separado da casca, não cozinhava o feijão. Eu disse ligue aí para o empresário. Veio o empresário e o político, eu disse: eu estou convidando vocês para comer aqui, não é porque já falamos até com o Governador, o senhor quer que eu leve esse feijão bem temperado para o Governador comer. Não aceito, senhor, não vou assinar. Então, nós somos omissos, se eu delegasse ao um técnico verificar a qualidade do feijão, nos somos omissos, se eu não comesse o feijão que estaria sendo destinado para que as crianças comeressem. Não adianta dizer que os governos não fazem. Nós, como cidadãos, somos também responsáveis. Por isso, estamos aqui, não adianta falar do governo, pois o Governo é fictício, tem pessoa lá que nem sabe, o besta de casa é o último a saber e o primeiro que se zanga. Eu tenho certeza que o senhor secretário, e aqui também anunciamos a presença do Secretário de Cultura Marcos Jorge que está nos honrando com sua presença. Então, nos temos certeza que, às vezes, o secretário sabe que está acontecendo alguma coisa, e nos somos os últimos a saber, o gestor é o último a saber, besta de casa é o último a saber, mas o primeiro que se zanga. Então, é necessário que nós tomemos a responsabilidade para que, como cidadãos, nós também somos responsáveis, não o governo que é uma figura fictícia, somos nós que devemos exigir nas nossa pequenas atitudes e nossos pequenos atos. Veio também pergunta para o Secretário Doutor Kardek Jackson, tem três perguntas para Vossa Excelência. O microfone, Dona Valneia. Então, vou ler as perguntas para o Doutor Kardek. Anunciamos também a presença do senhor Paulo Afonso da UFRR, presente na nossa audiência pública. Nossa audiência registrou a presença de 95 participantes. Este auditório é para 100 pessoas. A primeira pergunta vem do Deputado Francisco Mozart: Secretário, alunos que eram bolsistas estão prejudicados pela falta de pagamento da Bolsa Universitária do programa do Governo o que falta para regularizar essa situação e por que não retornar a esse programa que leva educação de qualidade ao alcance de todos? Segunda pergunta, seria bom nos ajudar a levar. Professor Flávio, nos ajude. A segunda é do SINDFARR e Junta Comercial: Qual a proposta ou plano que o sistema fiscal tem para conscientização do pequeno e médio empreendedores, tendo conhecimento para praticar as vendas, respeitando a legislação fiscal e todas as práticas sem auditorias punitivas, mas fazendo a parte educativa e capacitando o respeito quanto à lei fiscal? A outra, Doutor Kardek, foi eu mesma que fiz ao senhor. A partir da realização desta audiência pública é possível no âmbito da SEFAZ, Shiská preste atenção, você vai ser nosso defensor, está nomeado defensor-público da educação

fiscal. Repito, a partir da realização desta audiência pública e possível no âmbito da SEFAZ, que é Coordenadora do Programa Estadual de Educação Fiscal, ter um espaço, uma sala para coordenação de educação fiscal? E é possível a SEFAZ apoiar a criação de uma escola estadual de administração fazendária? É que o trabalho já está sendo feito. Bem, leve lá para o Secretário, segurem as pontas que vamos já concluir.

Secretário Kardek Jackson – Com relação à primeira pergunta, que é exatamente sobre a questão do pagamento dos bolsistas da educação, primeiramente queria esclarecer que o estado e a SEFAZ tiveram uma série de problemas com relação a pagamentos, mas só para deixar bem claro a situação. No início do ano, nós tínhamos um débito de R\$ 150 milhões, ou seja, o estado teria que disponibilizar, já estava negativo em R\$ 150 milhões, nos não tínhamos condições nem de pagar a folha dos servidores. Então, a SEFAZ adotou algumas medidas de contenção de gasto público para tentar honrar o pagamento da folha dos servidores, que foi priorizado em seguida, também foram priorizados os poderes para que mantenham a estrutura do estado funcionando, mas, para isso ser realizado, foi necessário a SEFAZ adotar uma medida de contenção no gasto público. Então, continhamos esse ano 50% do gasto público. Cada secretaria que tinha uma disponibilidade de R\$ 100 mil para gasto, a SEFAZ cortou pela metade, por meio de decreto, para recuperar esses R\$ 150 milhões, também adaptamos uma segunda medida que foi liberar cota virtual financeira para conter o gasto público. Então, liberamos desses R\$ 50 mil, dividimos por 12 e liberamos uma cota trimestral virtual somente de três meses. Criamos também o comitê estratégico para identificarmos no primeiro ano na SEFAZ os contratos, para que fosse deflagrados os processos, a SEFAZ autorizava ou não dentro da disponibilidade financeira. Com isso, nós conseguimos manter a máquina pública funcionando pagamos, já no primeiro mês, dois salários de uma única vez para todos os servidores de estado e honramos com os poderes. Então, só aí foram quase R\$ 150 milhões, o estado também estava com um problema sério em relação à dívida previdenciária. Então, o estado tinha que sanear de imediato, porque ele poderia sofrer um bloqueio de valores a receber do FPE, que corresponde a acima de, 60% do orçamento público do estado. Foi também priorizado o pagamento dessa dívida previdenciária no total de mais de R\$ 40 milhões. E para o estado continuar honrando, pelo menos, com as dívidas atuais, o estado foi obrigado a decretar moratória, que é exatamente a suspensão do pagamento em restos a pagar que deve estar terminando agora nos próximos dias. E estaremos elaborando uma programação com relação esses restos a pagar, provavelmente essa dívida ficou em restos a pagar. O estado deve adotar algumas medidas para sanear, e vem saneando e dando prioridade com relação à educação que estava pendente nos pagamentos de vários professores que prestaram serviços na academia de polícia. Isso foi priorizado, também algumas ações relacionadas à saúde, à segurança e do próprio sistema penitenciário que, no primeiro momento para reverter a situação caótica do setor, iremos adotar agora uma política de desembolso, fazemos isso até o final do ano para tentar sanear essas pendências que ainda ficaram. E com relação à segunda pergunta, que seria exatamente a questão da educação fiscal por parte da SEFAZ em relação às empresas. Desde do ano passado a SEFAZ já vem adotando um postura de educação relacionada ao próprio contribuinte do ICMS, o empresário. E qual é a política que nos estamos adotando? É a política da educação fiscal mesmo, desde abril do ano passado, quando era chefe da fiscalização do estado, a gente deixou de autuar as empresas e puni-las por cometer alguma infração à legislação tributária, passamos a orientar aquela inconsistências existente em relação à legislação que caberia, de imediato, uma punição. Então, passamos a orientar, com isso, nós monitoramos no estado de Roraima mais de 80 empresas no período de 7 meses, quando não foi lavrado nenhum auto de infração. O estado arrecadou mais de R\$ 80 milhões (aplausos) tivemos incremento de 17% na arrecadação estadual de ICMS, sem lavrar um auto de infração contra o contribuinte do estado de Roraima já se provou tecnicamente que a lavratura de um auto de infração no estabelecimento inviabiliza o funcionamento do estabelecimento. O período para a gente recuperar esse crédito tributário demora, em média, 8 anos, e quando ele retorna só com 20% desse valor. A maioria fica realmente tendo um custo imenso para o estado com litígio tanto na esfera administrativa quanto na judicial. Então, há um desgaste ao empresário, o estado não recebe e esse recurso. Poderia, se não houvesse a punição na época, poderia ter retornado para sociedade em forma de serviço com mais qualidade. Essa política está sendo adotada mais forte ainda, mesmo com a crise que o país está passando que é imensa. O estado de Roraima tem atuado de forma inteligente na parte da fiscalização sem terrorismo fiscal, orientando os contribuintes. Neste exercício de 2015, a secretaria de fazenda vem compensando a perda do FPE e vem incrementando, em média, um crescimento de 10% nos últimos 5 meses de arrecadação do ICMS e o

ICMS. E é o que tem mantido a máquina administrativa funcionando, e a gente vem honrando com os compromissos do estado de Roraima. Então, a SEFAZ vem literalmente adotando a educação fiscal, como forma de aumento para arrecadação do estado. E com relação à terceira pergunta, seria criar uma sala para educação fiscal e uma estrutura para uma escola de educação fiscal no estado, este secretário sempre teve essa preocupação imensa com educação fiscal. Lembro-me que certa vez em Uiramutã eu e a Ana Cláudia participávamos de uma palestra em escola indígena e ouvíamos o anseio da sociedade querendo saber realmente como funciona a arrecadação, como se aplica essa arrecadação. Após, uma das medidas que eu adotei foi de imediato, desativar um posto fiscal, ali na ponte do macuxi e o cedi para a educação fiscal, que apresentou alguns problemas, mas vamos reformar. Ana Cláudia chegou ainda a receber a chave, mas detectou que havia alguns problemas hidráulicos e elétricos, vamos priorizar agora no segundo semestre para acomodar a educação fiscal. E para a questão da criação da escola de educação fiscal no estado, nós precisamos do apoio da Assembleia Legislativa para encaminhar um projeto de lei nesse sentido para destinar um orçamento específico para criação desta lei, não basta só a SEFAZ ter intenção, nós temos que trabalhar com a comissão de educação fiscal. O projeto neste caso pode sair da própria assembleia legislativa, criando uma dotação específica e, se depender realmente do apoio da educação fiscal e da sociedade organizada, nós poderemos, sim, implantar uma escola que possa suportar realmente essa capacidade que nós temos de dialogar com a sociedade para levar ao seu conhecimento, realmente da importância a educação fiscal principalmente com relação aos gastos públicos. A título de informação para o estado de Roraima, hoje, a importância de educação fiscal, é saber quem fomenta o funcionamento da máquina pública é a arrecadação dos impostos. A nossa previsão em relação ao orçamento público que é fixado cujo valor é por volta de R\$ 3 bilhões do estado de Roraima destes R\$ 3 bilhões, R\$ 700 milhões são de arrecadação própria do estado de Roraima. Para vocês terem uma ideia, no ano de 2014, o estado de Roraima apresentou R\$ 612 milhões de ICMS, R\$ 40 milhões de IPVA, e os demais montantes são as taxas e o ITCD é o imposto de renda, foi repassado de FPE, que é a composição do Fundo de Participação dos Estados, dos municípios e que a união destinasse 21,5% para os estados e 22% para os municípios, ou seja, de toda a arrecadação nacional de imposto de renda e de IPI vai compor o repasse para os estados e para os municípios. E o que acontece o estado de Roraima recebeu no ano de 2014 R\$ 1,8 bilhão, mais os R\$ 700 milhões arrecadados e alguns valores relacionados aos convênios de emendas parlamentares, que são o repasse do estado de Roraima. Hoje, nós estamos em andamento, no estado de Roraima nos temos mais ou menos R\$ 1 bilhão de convênios que estavam parados, e o estado honrou de contrapartida um montante expressivo. A gente deu andamento a uma série de ações relacionadas à aplicabilidade desse recurso. A preocupação, deputada, é que este, estado está tendo, já começamos a nos reunir, montamos uma comissão em nível de estado que é exatamente sobre a informação do gasto público. Então, estamos atualizando nosso portal de transparência pública, estamos vendo a legislação, todos aqueles itens que estão faltando o estado vai estar se adequando nos próximos dois meses para disponibilizar essa informação para sociedade, para a sociedade cobrar de fato a boa aplicabilidade do recurso público. Estamos também implementando, vamos precisar também do apoio desta Assembleia Legislativa na campanha da “nota fiscal cidadã” a nossa nota fiscal roraimense com aquele CPF na nota. O estado de Roraima, hoje, já implantou o documento fiscal. E se nos tivéssemos que gastar com recurso próprio, gastaríamos mais de R\$ 5 milhões. O estado do Amazonas foi o nosso parceiro, concedeu a tecnologia gratuita e cada cidadão roraimense hoje através de código de barra, que é um código QR CODE, baixa um aplicativo na internet, bate uma foto desses QR CODE e cai no banco de dados da SEFAZ. Então, nos vamos ter vocês como também fiscal para cobrarem dos empresários a emissão deste documento fiscal. Já neste ano, tenho certeza, a Assembleia vai aprovar o nosso projeto da campanha cidadã, vamos fazer sorteios em espécie para cada cidadão que exigir esse documento fiscal. Haverá sorteios mensais em tempo real, no próximo ano a campanha será, além de sorteios, haverá a restituição em IPVA. E no ano subsequente eles estarão em espécie na conta de cada contribuinte. Temos, pois, a certeza de que a sociedade organizada só irá ganhar com isso. A SEFAZ também está em andamento com um grande projeto em controle de gasto público, que é o banco de preços. Então, a SEFAZ, por ter acesso a todas as informações fiscais do estado vai estabelecer parâmetros de preços mínimos para que o estado possa comprar, com isso nós economizaremos no gasto público que e também estará disponível para sociedade para que ela possa controlar o preço, inclusive, da unidade de um produto adquirido pelo estado de Roraima, muito obrigado (aplausos).

Deputada Lenir Rodrigues – Já está suspenso os recebimento

de perguntas, já estamos finalizando os trabalhos. A pergunta vem para o Deputado Evangelista ou Deputada Lenir, mas ele vai responder, nos somos professores. Então, vamos dividir aqui as tarefas. A medida é que a SEFAZ, CGU, Receita Federal e SEED têm realizado vários eventos e ações incentivando a valorização da educação fiscal, como um bem, em nome de toda a sociedade. E o que o poder legislativo tem feito para inovar ou criar meios para que a sociedade tenha realmente, na prática, a prestação de serviços com qualidade e eficiência para que a sociedade se sinta, realmente, satisfeita a pagar os impostos?

Deputado Evangelista Siqueira – Bom, professora Katia, eu acho que começa como momento assim, sabe, nós não temos o poder da execução da ação que parte do executivo, mas nós propomos e principalmente, fiscalizamos. Eu acho que momento como este que abre esta Casa para receber pessoas prontas a discutir, por exemplo, a educação fiscal que é algo da nossa alçada, é algo que devemos fazer como, por exemplo, hoje, o que está acontecendo, aqui fazemos as leis para que elas sejam executadas nesse sentido e, principalmente, fiscalizarmos a execução dessas leis. Se a gente consegue fazer isso, eu acredito que já estamos cumprindo o nosso papel, e mais do que isso, contando com a colaboração da sociedade, porque os 24 deputados sozinhos também não conseguem, na abrangência do estado de Roraima na sua totalidade sem ajuda do cidadão, e da cidadã cumprir o seu papel como órgão de fiscalização das ações do executivo, da sociedade de um modo geral. Então, acho que espaço para discurso, como este, fazendo as proposições, acompanhado e fiscalizando, a gente já cumpre bem o nosso papel.

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigado, Deputado Evangelista Siqueira, a pergunta de Ágatha Santos Flor, da Escola Girassol, é: como a população pode ajudar nesse projeto para colocar em prática ainda mais? Eu creio que nos já fomos contemplados na fala do Secretário de Fazenda e também na fala do Deputado Evangelista Siqueira. Então, o nosso compromisso é que vai fazer a mudança, além da presença de sua excelência Secretário de Estado da Cultura, doutor Marcos Jorge Lima, temos também a presença e agradecemos a Renato Franklin Martins, que é o Conselheiro Municipal de Educação do município de Boa Vista. Temos a última pergunta que é do Thiago Coelho dos Santos, da Faculdade Estácio Atual para Ana Claudia: como seria o acesso a essa informação pública pela sociedade e, principalmente, pela participação dos acadêmicos em geral?

Ana Claudia – Thiago, então o acadêmico está no ambiente de formação para o trabalho, e como o acadêmico, pode estar inserido e trazer educação fiscal para sua vida. E muito simples durante a formação principalmente do profissional em ciência da contábeis, ele tem acesso pela grade curricular a essas informações, é um fato. E agora o que fazer com essas informações teóricas? É levar para prática, eu sempre oriento dentro de sala de aula, que o acadêmico não deve se preocupar em ser um contador só quando estiver com o certificado na mão. O acadêmico, para ele ser um bom profissional, vai fazendo a rede dele de contato enquanto estiver estudando, e uma das formas de se inserir na educação fiscal é número 1, sendo cidadão atuante, número 2, integrando os núcleos de apoio fiscal que exigem dentro da própria universidade. AH! mais na minha universidade não tem. Não tem importância, eu vou procurar eu vou criar esse núcleo, eu vou incentivar meu professor a tirar esse núcleo do termo de cooperação técnica que foi assinado no papel para prática. É porque não se faz um núcleo só com o professor, se faz o núcleo com o professor, que é fundamental, porque ele é o motivador, ele é o elo, mas principalmente, com a ação do aluno, do acadêmico. Então, Thiago, é assim que você (inaudível). Acabou a fala, eu começo a me empolgar porque eu gosto tanto dos meus acadêmicos, pois eu vou ver um contador bem mais atuante, quando ele entra no mundo da educação fiscal, lá ele recebe cursos, formações, oficinas, aprende como funciona o fisco federal, estadual, municipal, porque o contador é o elo entre essas instituições que são chamadas de fiscalizadoras dos tributos com o empresário geral, lembrando que todo cidadão precisa de um profissional da contabilidade principalmente na época da declaração do imposto de renda.

Deputada Lenir Rodrigues – Obrigada, Ana Claudia, aqui está a trilha, da Escola Estadual Girassol, autora Emily Vitoria Aguiar Pereira, idade 10 anos, levante aí Emily (*Aplausos*). Atividade produzida fora do contexto escolar sob as influências das atividades ocorridas na semana cidadã no ano de 2012. A trilha de que tanto se falou é um instrumento pedagógico, é um jogo onde eles aprendem sobre educação fiscal, um jogo lúdico, uma atividade lúdica, por exemplo, você ajudou na limpeza da escola, avance três casas; você olhou para os dois lados antes de atravessar, avance sete casas; você ajudou um senhor de idade quando ele precisou, avance cinco casas; você bateu no seu colega, porque ele não lhe emprestou o lápis, volte sete casas; você não tem idade para dirigir e mesmo assim dirigiu, fique uma partida sem jogar. Então, é educação fiscal

a educação para ética, para cidadania. Parabéns, Emily e também vai para o prêmio nacional, concorrendo. Aqui na Assembleia, eu vou contar uma coisa para vocês bem baixinho, pois está sendo gravada. As audiências públicas é uma tristeza, porque, muitas vezes, as autoridades não ficam até o fim, está todo mundo pedindo a Deus que acabe. Não tem uma pergunta e as palestras perdem o rumo, e ninguém controla o tempo. A assessoria aqui estava espantada porque nós decidimos fazer a audiência de educação fiscal na sexta-feira, véspera de feriadão. Íamos convidar os deputados, mas não íamos obrigar ninguém a ficar. Então, todo mundo ficou meio apavorado. Queremos dizer, para nossa alegria, nos sabíamos que ia ser um sucesso nossa audiência, ia ser prática, não ia ser chata, que todo mundo ia gostar, todo mundo ia entender o assunto. Quem nunca tinha ouvido falar de educação fiscal ia aprender hoje. Nós tivemos 92 participantes, fora os 3 deputados que ficaram aqui até o fim. Agora, se soltasse uma bomba aqui iam morrer 92 pessoas porque elas estão aqui (*aplausos*).

Deputado Evangelista Siqueira – Mas, como não vai ser solta uma bomba, essas pessoas voltarão a se encontrar, com certeza (*risos*)

Deputada Lenir Rodrigues – É verdade. Então, nós queremos dar posteriormente visibilidade ao relatório final desta audiência pública. Queremos convidar professor Regys e parabeniza-lo por ter ficado aqui conosco, parabenizamos a UERR, dizer que o senhor tome as providências para que alguém da UERR possa integrar essa coordenação e participar, porque a UFRR e a Atual já estão participando. Queremos, Rosevelt, dizer para professora Julia Melo que está fazendo um trabalho fantástico na UNIVIR. Segundo ouço pela rádio UNIVIR, qualquer pessoa pode acessar, que ela designe alguém da UNIVIR, para que ela possa estar aqui simultaneamente, mostrando os trabalhos da educação fiscal para os 15 municípios, os 14 municípios fora Boa Vista para fazermos esse trabalho com a coordenação de educação fiscal, designar uma pessoa, professor Regys sabe o por que. Aquela pessoa pega compromisso, aprende, e isso o senhor diga para nossa reitora Julia América para fazer, pois com educadores é mais fácil estarmos juntos com os contadores, junto com a SEFAZ, com a SEED, fortalecendo esse trabalho. Enfim nós vamos também disponibilizar o relatório final. Quero agradecer a presença de todas pessoas que se dispuseram a participar desta audiência pública, agradecer meus dois colegas da comissão Deputado Evangelista Siqueira, vice-presidente da comissão, e Deputado Francisco Mozart, relator desta matéria na comissão de educação. Peço nossas desculpas, foram justificadas as ausências do Deputado Messias de Jesus e Deputado Masamy Eda que eles são muito presentes em nossa comissão e em nome do Deputado Jalsen Renier, presidente da Assembleia, agradecermos também a presença de todos, e sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos, e convido todos a ficarem de pé para cantarmos o Hino do estado de Roraima. Existe uma lei federal, segundo o qual, não se bate palma após o Hino Nacional. Após cantarmos o Hino do estado, podemos bater palmas. (*Hino do estado de Roraima executado*).

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 05 DE AGOSTO DE 2015.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às onze horas e quinze minutos no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, Ordinariamente, a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, sob a Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros Deputados Mecias de Jesus e Evangelista Siqueira. Ausentes os Senhores Deputados Chico Mozart e Masamy Eda. **ABERTURA:** Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor, colocada em discussão e, não havendo nenhuma retificação por parte dos membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na Reunião. **EXPEDIENTE:** A Senhora Presidente constatou na mesa dos trabalhos seguintes documentos: **Ofício nº 019/15**, da Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR; solicitando audiência Pública; **Ofício nº 1.150/15**, da Secretaria de Estado da Saúde-SESAU, em resposta ao Ofício nº 010/15, desta Comissão; e **Ofício nº 081/15**, do Sindicato dos Profissionais de Roraima-SINDPRERR, comunicando sobre a efetivação do desconto indevido do pagamento do mês de julho; e **Nota de Esclarecimento e Apoio ao Reitor Pro tempore** encaminhado a todos os Deputados, solicitando que confirme em Plenário a nomeação do Reitor Pro Tempore da Universidade Estadual de Roraima-UERR, Professor Regys Odlare Lima de Freitas. **ORDEM DO DIA:** Não

houve. Prosseguindo, a Senhora Presidente disse que, quanto ao Ofício da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, no primeiro momento da reunião seria deferida ou não a Audiência Pública, mas marcá-la para o dia 11 de agosto seria inviável, pois os professores indígenas estarão organizando uma grande paralisação nos dias 10 e 11 de agosto, por tempo indeterminado. Após amplos debates, a Comissão deliberou o pedido da Audiência Pública para o dia 10 de agosto às 15h, e não 11 de agosto como foi solicitado. Em seguida determinou à assessoria da Comissão oficial ao Senhor Misaque de Souza Antone, Coordenador da OPIRR, informando o dia e horário da audiência solicitada. Em prosseguimento, informou aos Membros da Comissão que o Poder Executivo deixou de encaminhar o Plano Estadual de Educação, é que esse Plano não é deste governo, é de 2014 a 2024, conforme a legislação. O Plano Estadual, como é de conhecimento público já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação. Caberia então à Comissão determinar que o Conselho Estadual de Educação encaminhasse formalmente para a Comissão de Educação o Plano com o Parecer e a cópia da Publicação da Resolução que o aprovou. Dando continuidade informou que, a partir do momento em que a Comissão recebesse o Plano Estadual de Educação, os Parlamentares poderiam verificar quais emendas poderiam apresentar. E se a Comissão acatar ou não o Parecer e recomendação do Conselho Estadual de Educação, em seguida o Projeto de Lei será encaminhado para a Consultoria Jurídica para emissão de parecer, bem como sugestões ou observações podem ser acrescentadas ao Plano. Deu ênfase ao Plano que contemplou a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Educação de Jovens e Adultos, Educação de Profissionais Integrada ao ensino Médio, Educação Especial, Educação Indígena, Educação à Distância de Tecnologias Educacionais, Formação dos Profissionais Valorização do Magistério Gestão, Democrática, Financiamento da Educação e acompanhamento do Plano. Então como o Projeto de Lei, encaminhado pelo Poder Executivo, não contemplava a Educação Indígena, e neste sentido sugeriu que a Comissão tranquilizasse as lideranças indígenas, dizendo que a Comissão iria reinserir a Educação Indígena no Projeto de Lei, e que a Comissão vai se antecipar informando às lideranças indígenas que será feita uma emenda de Comissão para o retorno da educação indígena ao Projeto de lei. Como não houve discussão, a Senhora Presidente colocou a sugestão em votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na reunião. Após a Senhora Presidente determinou à assessoria da Comissão oficial à Senhora Professora Ilma de Araújo Xaud, Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando encaminhar, no prazo de cinco dias, cópia integral do Plano Estadual de Educação com a Resolução e o Parecer que o aprovou. O Senhor Deputado Evangelista Siqueira reforçou pedindo que as lideranças indígenas fossem tranquilizadas pela Comissão que iria apresentar emenda de Comissão ao Projeto de Lei para contemplar a Educação Indígena. Prosseguindo, a Senhora Presidente disse que o outro ponto a ser discutido seria o conteúdo da apostila que ela já distribuiu para os Membros da Comissão sobre ideologia de gêneros. Informou que existem alguns grupos evangélicos e um grupo carismático, ligado à igreja católica que tem uma visão, a seu ver, fundamentalista, assunto que ela pessoalmente tratou com o Bispo. Quanto ao projeto de lei, apresentado pela Senhora Governadora, não está errado quando coloca o enfrentamento da evasão escolar, combatendo todas as formas de violências e discriminação. O Senhor Deputado Evangelista Siqueira fez a leitura, na íntegra, do art. 20, do Projeto de Lei nº 028/15, que “Aprova o Plano Estadual de Educação 2014/2024”. Instituir política de prevenção à evasão motivada por preconceitos, discriminação racial, étnica, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra as formas associadas de exclusão social, através de parcerias com demais entidades públicas. A Senhora Presidente sugeriu que fosse apresentada emenda de Comissão ao art. 20 do referido Projeto, onde a palavra Gênero, seria substituída por discriminação, para não gerar mais conflitos. A sugestão da Presidente foi acatada pelos Membros presentes na reunião. Em relação a este assunto, consultou os senhores Deputados se teriam mais alguma coisa para discutir. O Senhor Deputado Evangelista Siqueira justificou sua ausência na reunião com os professores indígenas no Município de Bonfim, ele fazia parte da comissão que iria receber a Presidente Dilma Rousseff. A Senhora Presidente Deputada Lenir Rodrigues solicitou registrar em Ata a justificativa do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, também justificou a ausência dos Senhores Deputados Masamy Eda e Chico Mozart. **Encerramento:** A Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e, constatando não haver mais nada a tratar, declarou encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu, Valnéia da Silva Gutierrez, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2015

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e quarenta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, solicitada pela Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR, sob Presidência da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, Presidente desta Comissão. Presentes os Senhores Membros, Deputados Evangelista Siqueira e Francisco Mozart. Ausentes os Deputados Mecias de Jesus e Masamy Eda. Por determinação da Presidência a Ata será transcrita na íntegra.

ABERTURA DA AUDIÊNCIA

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Audiência Pública. A Organização dos Professores Indígenas de Roraima OPIRR, por meio do ofício Nº 019, datado de 24 de julho de 2015, para discutir a Educação Indígena do Estado de Roraima. Agradecemos a presença de todos que atenderam o convite para participar desta Audiência, Para que todos possam entender o objetivo que a Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR, colocou para a Comissão de Educação, composta, por mim, na Presidência, Deputada Lenir Rodrigues: Vice-Presidente da Comissão, Deputado Evangelista Siqueira; que nesta audiência fará a relatoria; Deputado Messias de Jesus, Deputado Masamy Eda e Deputado Chico Mozart. O Deputado Masamy Eda com ausência justificada encontra-se impossibilitado por motivo de doença, inclusive, ele se propôs a ser o relator desta audiência, mas teve a delicadeza de comunicar que não poderia vir hoje. O que nós queremos é ouvir as lideranças sobre a situação que o Poder Executivo enviou para esta casa, somente o projeto de lei sem o anexo, que é o Plano Estadual de Educação. A Comissão de Educação já requisitou do Conselho Estadual de Educação, que envie o original do Plano Estadual de Educação, elaborado com todas as reivindicações colhidas nas Audiências Públicas as Conferências Municipais, Estadual e Conferência Nacional da Educação como um todo. O Plano não é do Governo atual. É uma construção coletiva, por todos, e esse Plano já foi aprovado no Conselho Estadual de Educação que é o órgão deliberativo da política e consultivo da política pública de educação no Estado. Então, nós da Comissão de Educação, por unanimidade, na reunião ordinária na terça-feira, na quarta-feira requisitamos o Plano do Conselho Estadual de Educação, porque o Poder Executivo quando enviou para a Assembleia o projeto de lei retirou desse projeto de lei o capítulo o eixo da modalidade de educação indígena, isto é, retirou simplesmente, portanto não veio acompanhado do anexo que é o plano. Então, nós na Comissão de Educação também já decidimos que nós iremos realizar as emendas Aglutinativas, necessárias para o plano, mas precisamos ouvir as oposições das lideranças que desejam uma educação indígena pública bilíngue intercultural diferenciada, mas, acima de tudo, de qualidade. Então, vou passar a palavra para a primeira liderança inscrita, professor Enilton André, da comunidade de Sorocaima. Ele é o primeiro professor indígena que fez parte do Conselho Estadual de Educação. Com a palavra professor. O senhor tem o tempo de 10 minutos para sua exposição, peça que o painel comece a contar o tempo.

Professor Enilton André, Boa-tarde, presentes, quero saudar a nossa Excelentíssima Deputada Estadual Lenir Rodrigues, o Deputado Evangelista. Agradeço a todos nesta casa pela oportunidade. Na ocasião a nossa fala será relacionada a um breve histórico de educação escolar indígena no estado de Roraima, para que nós possamos entender o processo todo de 30 anos de caminhada, de como fizemos a educação deste Estado. Inicialmente falarei sobre o dia que marca a história da nossa educação, dia D ocorreu no ano de 1985. Nesse dia o MEC mobilizou o Brasil, realizou no estado de Roraima um debate nacional com duas perguntas: Que educação temos? Que educação queremos? Nesse momento foi avaliado o processo de educação que estava acontecendo nas nossas escolas indígenas. E um dos pontos principais avaliados foi que a educação é feita para acabar com a nossa cultura, exterminar com o nosso povo. E um dos saldos importantes positivos foi a questão da reivindicação da criação do núcleo da educação indígena. Esse núcleo foi efetivado no ano de 1986 com a finalidade de coordenar as atividades pedagógicas e os projetos futuros da educação escolar indígena dos nossos povos indígenas. Em seguida, 1987 foi um ano histórico para nossas regiões, quando foram criados dois cintos regionais com a finalidade de formar professores e lideranças indígenas: Cinto Maturuca, cinto malacacheta. Em 80, em 88 e em 90 houve uma grande mobilização no Brasil, e a liderança indígena mobilizaram em defesa dos seus direitos em Congresso Nacional, defendendo três artigos na Constituição Federal Brasileira, o artigo 210, o artigo 231 e o artigo 232, não foi fácil defendermos nossos direitos na educação nesse momento,

nessa ocasião, em 89 os professores indígenas da Amazônia, Roraima e também do Acre se organizam e na Amazônia Brasileira se mobilizaram para defender os direitos indígenas no Brasil. Na ocasião, definimos um documento importante, conhecido como declaração de princípio que serviu para subsidiar a elaboração da LDB das resoluções, e até a própria lei complementar deste Estado de Roraima. Então, o movimento indígena tem contribuído bastante na construção da defesa dos nossos direitos. Em 99, ou melhor, o ano de 2000 foi também histórico, ou seja, falando um pouco da história da educação, no ano de 1994 até o ano 2000, a OPIRR propôs um projeto importante, magistério indígena que foi acatado no sistema na época, formando até o ano 2000, 470 professores aptos a serem efetivados no Estado no ano 2001. Várias histórias aconteceram, como a criação, o surgimento da Carta de Canuani, e o surgimento do núcleo inspiram nesta Casa Legislativa a aprovação da lei complementar 41/2001 que contém 9 artigos que falam sobre a educação escolar indígena. Então esta Casa também tem contribuído ao acatar a importância da educação escolar indígena nas nossas comunidades. O ano de 2002 também foi de grande relevância, de grande importância quando ocorreu, aconteceu o primeiro concurso específico, diferenciado, efetivando 389 professores indígenas neste Estado. Na ocasião, também a própria organização dos professores indígenas de Roraima ganha um Prêmio Nacional sobre Gestão Pública e Cidadania. No mesmo ano, na Universidade Federal de Roraima se aprova o primeiro curso específico de formação superior para professores indígenas; no ano de 2003, 13 de julho ocorreu a abertura do curso da licenciatura intercultural. Então, nesse mesmo ano, o próprio conselho estabelece e cria uma resolução chamada Resolução 41/2003, que define que reconhece a categoria escola estadual indígena. Então, companheiros, lideranças, neste momento, que nós estamos aqui, avalio que nesses 30 anos de caminhada da educação, fazendo educação neste Estado, vocês contribuíram. E nós precisamos continuar avançando, não queremos retroceder, queremos avançar. Durante todo esse tempo procuramos construir uma educação, participamos na construção da própria legislação no Estado, no país. A organização de professores, no movimento de liderança indígena, tem contribuído bastante na construção da nossa educação escolar indígena. E, hoje, estamos aqui para apresentar esse plano que, com certeza, posteriormente a nossa fala, os companheiros irão apresentar a importância desse plano que, durante mais de 30 anos, nós o construímos queremos em um dia, uma semana, uma hora que esse pensamento, essas ideias amadurecidas sejam distorcidas. Então, agradeço a atenção de todos. Obrigado a todos pela atenção. Boa tarde, meu muito obrigado.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues-Parabéns**, professor Enilton André. Em conversa aqui, com Mário Nicácio, dizíamos que suas palavras devem ser publicadas por demonstrar o histórico de educação indígena do Estado de Roraima. Queremos também dar as boas-vindas aos outros povos aqui presentes: Macuxi, Wapixana, Yanomame, Taurepan, Sapara, Waiwai, Yekuana, Waymiri, Atruari e Ingaricó. Esta audiência está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Assembleia canal 57.2. Com a palavra o professor Fausto Mandulão da comunidade Tábua Lascada, membro efetivo do Conselho Estadual de Educação.

Professor Fausto da Silva Mandulão-Boa-tarde a todos e a todas, companheiros, colegas, parentes irmãos. Quero cumprimentar a Mesa, a Excelentíssima Presidente da Comissão de Educação, saúdo a Deputada Lenir Rodrigues, o nosso companheiro Deputado Evangelista, os nossos irmãos Agilmar Cassio, professor Enilton André, Ineide, professora Ernestina, nosso grande guerreiro professor Isaac, da coordenação geral da organização dos professores indígenas de Roraima. Irmãos, é uma data histórica para que nós possamos no dia de hoje marcar o dia em que estamos trabalhando, talvez, uma data que nunca poderemos colocar em nosso calendário da luta para que o estado possa lutar e defender os direitos garantido constitucionalmente neste país. A constituição de 1988 em vários artigos, mas, dentre eles, o 231 e 232, especificamente, reservados aos povos indígenas, garantem os direitos para que nós possamos juntos, unidos defender nossos direitos garantidos na constituição, além daqueles que são de princípios fundamentais aos povos que é o direito da autodeterminação, de nós decidirmos como nós queremos viver, como acharmos melhor que seja a educação para nós. Isso chamamos de autodeterminação, senhora presidente, dos povos indígenas. No Artigo 4º, fala sobre a autodeterminação, pensar, poder decidir o que é melhor pra nós, como fazer pra que seja melhor para nós. Essa é a constituição de 1988, os artigos 231 e 232, garantindo a educação específica, diferenciada, que possa dar a educação com forma, com modos próprios de nossa aprendizagem, com direito ao ensino da língua indígena para o seu povo, com o professor do próprio povo, da própria etnia daquele povo. No artigo 210, ainda fala desse direito garantir que as comunidades indígenas asseguradas elas com o ensino da língua indígena. Encontramos pessoas dizendo, a própria secretária de educação negando esse direito, Deputada Lenir, negando isso. Nega-se isso quando

o censo escolar passa nas comunidades indígenas, deixando os professores de língua indígena de fora do censo. Então, isso está ferindo nosso direito, como é que o professor indígena de língua indígena fica fora do censo escolar de 1991. Antes a educação a educação indígena estava ligada ao ministério da justiça, através da FUNAI, que ofertava a educação no país pelo decreto 26 de 1991, que passava a competência para o ministério de educação, e que, a partir daquele momento o ministério de educação ficasse responsável pela educação escolar indígena no país. Nesse mesmo ano, eles assinaram a portaria interministerial 559-91 que repassa, orientando como é que deve ser feito e cria a figura do núcleo escolar de educação indígena, a merenda específica e diferencia o calendário específico e respeita-se esse calendário, como a portaria 559-91, professor Enilton, coloca muito bem. Em 86, já estávamos, como setor, com núcleo de educação indígena neste estado constituído. Então, ali nós tínhamos o nosso primeiro representante indígena, ocupando aquele espaço criado dentro de uma demanda existente no estado, onde o professor Euclides foi o primeiro chefe da educação indígena. Viu, professor Eleunir. Então, porque já estava, a gente já tinha ido na frente adiantado a questão da criação do setor. Aí quando se cria a portaria 559-91, já estava bem na frente. Isso há 5 anos atrás já estava fazendo assi.. Então, como essa divisão escolar indígena, esse núcleo já era de fato direito garantido, então, ainda em 1996 quando veio a MDB, a lei 594,91, em 96, garantindo no seu artigo 78 e 79, também na MDB, dois artigos especificamente pra educação escolar indígena, garantindo essa especificidade, garantido que o ensino da língua, garantido a categoria professor indígena, garantindo a categoria escola indígena. Portanto, não é de hoje. De 96 para cá, muita caminhada, muita luta, mas sabemos que não foi assim, foi uma luta em que nós tivemos a figura de um grande guerreiro, seu Valdir que faz parte da constituinte, lutando no planalto em Brasília. Fiz parte, aí, o seu Valdir Tuxaua e outras lideranças que estão aqui presentes levantaram a bandeira, vestiram a camisa ou tiraram a camisa para lutar por esse direito, como nós estamos hoje fazendo. Então, a gente conta no estado, ou melhor, as pessoas que assumem determinado cargo que não respeitam. Continuando, ainda, em 1989, o Brasil começa a pensar, e assim, esse signatário de uma lei internacional que vai direto com os direitos humanos em relação à convenção 69 em 2002 sai um decreto legislativo 143, aprovado pelo congresso nacional aprovando a convenção 69 que é promulgado isso em 2004 nessa convenção 69 garante aos povos indígenas a sua autodeterminação até porque o Brasil é signatário disso, assinou e concordou que deveria respeitar os seus direitos nessa convenção 69, uma lei internacional garante educação planejada para lidar com os povos indígenas. E ainda mais, em 2001, o primeiro plano de educação, lei 10162, reservado aos povos indígenas 21 metas, a lei 10162 começou em 2001 a 2011, e entende-se que o estado também foi omissivo, não fez um plano estadual que pudesse contemplar a nossa proposta, mas aí os índios foram em cima de uma das metas, foi quando surgiu a questão da educação os que eram criados, foi em cima de umas das metas 17, que também foi uma consulta à carta de canuani, uma luta dos povos indígenas que gerou o parecer no conselho estadual de educação, foi o parecer 10 que garantia, que cobrava da universidade para que implantasse o curso de formação de nível superior para os povos indígenas, pelo qual muitos professores aqui terminaram o curso ou estão cursando ainda. Professora Lenir, desculpa te chamar assim. Nós temos ainda mais, há mais de um ano atrás, foi promulgada a lei 13005, o novo plano de educação que vai de 2014 até 2024, portanto o estado teve um ano para se habilitar, ou seja, construir o seu plano estadual de educação, no qual constassem todos os segmentos sociedade civil organizada que poderá ser representada, onde contavam os povos indígenas, levados a sério, como diz o professor Enildo. Em 85, a grande consulta sobre: que escola temos? Que escola queremos? Levamos a sério, construímos uma proposta com 40 metas. Uma proposta está aqui nas nossas mãos. A proposta, aprovada pelo conselho estadual de educação, é a que assegura todos os segmentos de educação, jovens e adultos, infantil, educação indígena. E pra surpresa, isso aqui o conselho estadual de educação conselho do qual faço parte, aprovou, através da resolução vinte, a resolução 17 de 2014, de onde foi retirado o capítulo na sua íntegra, retirado o capítulo reservado à população indígena. Fico muito triste, enquanto, senhores deputados, não foi aprovada a nossa, e feriu não só a educação indígena como todos outros setores que foram retirados, modificados, e não vejo nenhuma justificativa plausível que possa garantir essa retirada e, principalmente, a educação indígena. E pra todo efeito, nós indígenas não temos nenhuma perspectiva de melhorar a educação no estado nestes 10 anos, porque foi retirado. Portanto, fico triste e peço encarecidamente que os deputados analisem com muito cuidado, com muito carinho a nossa proposta, recolocando tudo aquilo que nos foi tirado, o trabalho que fizemos, a participação dos municípios na audiência pública, também muitos de vocês participaram. Lembro-me quem de vocês participou. Nós participamos com representação do deputado Evangelista,

participamos, fomos em todos os municípios com escolas indígenas, sempre nos fizemos presentes, fomos lá e elegemos nosso representante, que pudesse contemplar as nossas propostas, mas aí foi retirado na calada da noite. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, parabéns, professor Fausto Mandulão, pelas suas palavras, lembrando que realmente todos os municípios indígenas: Alto Alegre, Bonfim, Normandia, Pacaraima, Uiramutã de forma específica, exceto as áreas dos Uaiuai, mais nos municípios citados, os professores indígenas e as lideranças se organizaram, inclusive, ganharem o maior número de vagas de delegados. Então, efetivamente lutaram para que suas ideias, nos eixos, nas metas fossem prestigiadas. Realmente, é algo lamentável. Com a palavra a professora Ineide Isidório, da comunidade Maturuca, ex-chefe da divisão da educação indígena.

A Professora **Ineide Isidório**, Boa-Tarde, quero cumprimentar a excelência Deputada Lenir Rodrigues, Deputado Evangelista, os colegas que estão presentes da mesa, e a todos presentes aqui na liderança que são parte de início de toda essa luta, essa conquista, que, neste momento, a gente retorna, na busca de reinício de uma discussão para que seja efetivado o que foi tirado. Quero ressaltar, ao reiniciar a minha fala, a partir da fala dos dois colegas em relação à luta da questão feita no decorrer destes 30 anos. Mas eu me reporto à questão da necessidade, enquanto a educação escolar indígena, o plano estadual foi garantido para que nós não continuássemos todos os anos nessa luta, nessa busca do seletivo para que se efetivassem a questão do quadro efetivo do concurso público, e pergunto como discutir um concurso público. Pergunto, como discutir um concurso público se não existe mais modalidade educação escolar indígena? Eu quero apresentar aos senhores que tomem cuidado na questão do respeito pela educação indígena, o respeito que nós merecemos no início de toda luta com as lideranças, que nos ensinaram. E é por isso que eles estão aqui também acompanhando, e o princípio básico da nossa discussão é a coletividade. Então, toda essa decisão também vem fundamentada, primeiro, da base, para escola, para liderança, para os representantes. E nós acreditávamos que estávamos colocando toda nossa contribuição, naquele momento se abriu-se um espaço para a educação indígena. Acreditamos que o estado iria sim levar adiante toda essa situação porque são direitos, não é um favor que estamos pedindo, é um direito que já foi constituído, discutido, garantido e que foi aprovado, sim. Faltou apenas se regulamentar. E agora, nós, como professores, estamos aqui representando as regiões das serras. Quero colocar muito claro, que é uma das maiores regiões, a com 68 escolas indígenas, destas ainda nós temos 73 professores apenas para o ensino médio. Parece ser um absurdo, mas é a real situação, que nós precisamos discutir, o estado tem que respeitar esse direito, o reconhecimento já havia sim, mas o direito foi quebrado. Nós precisamos discutir um processo seletivo ou não, um concurso público que venha a validar esse direito dos professores. Quando eu digo que parece ser um absurdo, mas não é, porque só sabe quem trabalha a 300, a 400, a 500 km daqui da capital. E das regiões das serras, esta é uma delas que vem com muita dificuldade, nós temos o povo Patamona que ainda caminha quilômetros e quilômetros para chegar ao Uiramutã. E parece que a nossa Secretária de Educação não quis ouvir, não quis ver, não quis escutar. Peço, pois que a nossa voz seja gravada e levada aos outros Deputados para que seja conduzido com seriedade, com respeito a questão do Plano do Estado, que não surgiu no Estado, como o professor Fausto colocou, ele é de base Nacional, O Estado tem por obrigação validar o seu Plano sim, respeitando a diversidade deste estado, respeitando os ribeirinhos, respeitando os indígenas, respeitando seja quem for, que estiver fazendo parte desse Estado. Existem dentro do nosso povo, vou colocar, 9 diversidades de povos que fazem parte deste Estado, e só sabe realmente quem mora lá. E por isso que aqui estamos nessa plenária, senhores Deputados, trazendo para vocês essa reclamação mesmo, nós contamos com a firmeza de vocês, reconhecimento de fazer valer para que a gente não tenha, que, novamente, disputar isso via Ministério Público, porque para nós, além de ser muito constrangedor, se torna muito cansativo e nós gostaríamos que o nosso Estado reconhecesse a partir daqui, que viesse dizer: Não olha, realmente, nós não estamos fazendo favor, nós não somos coitadinhos, nós temos uma educação que vem lá de Brasília já decretada e que este Estado tem obrigação de colocar dentro do seu Plano, porque nós temos todas nossas modalidades na educação indígena, educação ensino fundamental, menor ensino fundamental maior, nós Temos a EJA e o ensino médio, aliás, há vários alunos que fazem parte desta comitiva, porque a preocupação é muito grande. Hoje quando eu assisti a entrevista do presidente do SINTER perguntava o seguinte: como fica a questão da grávida, a situação da aula perdida. Para nós, neste momento, a preocupação não é a aula perdida, mas nós precisamos melhorar o tempo perdido, é o que nós temos agora neste momento. Então, eu quero, de verdade, agradecer e pedir encarecidamente que vocês levem essa situação,

tratem com respeito, nós queremos apenas o respeito. Meu muito Obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Parabéns, professora Ineide, pelas colocações, colocações vindas da realidade vivida, na pela educação indígena. Nós queremos anunciar a presença do componente da mesa do Deputado Chico Mozart, que também faz parte da comissão de educação. Anunciamos a fala do coordenador do Conselho Indígena de Roraima- CIR, professor Mario Nicasio.

Professor Mário Nicasio-Boa-tarde a todos a todas, agradece a presença de todas lideranças indígenas, as comunidades, os nossos amigos indigenistas, os nossos amigos professores não indígenas, alunos também que aqui estão compartilhando da nossa luta em prol da educação escolar indígena, em pro educação escolar de todos nós. Agradeço, em nome da Deputada Lenir, a oportunidade de estarmos aqui com toda coragem, também estendo a coragem para o Evangelista ao Francisco Mozart que tiveram a coragem de nos receber muitas vezes nos vem lá fora como indígenas todo guerreiro que quer bater, mas a gente não bate, não traz violência. Nós somos desse jeito, quietos, a gente não está com medo de vocês, não. É que nós respeitamos vocês, esta Casa é nossa também. Neste momento, aproveito para repudiar o ato que nos foi colocado pela secretaria de educação, colocou cadeado no espaço público, ferindo nosso direito de ir e vir àquela Casa de educação indígena e de todos nós. Nós não conseguimos, ao menos, protocolar o nosso documento não é receber um documento tanto de indígena ou de qualquer cidadão roraimense, nós queremos repudiar esse ato, queremos que esta Casa, como a senhora faz parte da comissão, apure essa falta de respeito conosco, como povos indígenas moradores de Roraima, somos do Brasil, que se apure a conduta e nós queremos que a exonere, já que esta Casa aplaude o nome dela, que exonere a secretaria. Também aproveito para repudiar o ato da governadora Suelly que exclui a vida dos povos indígenas relacionado à educação, ninguém vive sem educação escolar, nós precisamos ter educação para ajudar ter um futuro melhor para cada cidadão. Por isso, o ato da governadora que faz parte do executivo que esta Casa, também, apure, oriente ou dê uma penalidade, se for necessário, jurídica para respeitar realmente as comunidades indígenas, bem como todo o povo roraimense que aqui se encontra representado. Solicitamos também, aproveitando este momento para reiterar e fortalecer a orientação que a nossa liderança que é uma das responsáveis pela educação escolar indígena, pelo avanço da educação escolar indígena em Roraima, que não foi fácil, não foi dado nem foi concedido, mas conquistado os direitos indígenas aqui em Roraima, porem nunca foram dados. Queremos, então, que os senhores que são 3, mas são guerreiros, articulem nesta Casa com os 24 deputados para a aprovação do nosso plano indígena. O nosso plano, a nossa modalidade escolar de educação escolar indígena não é um planinho, como a gente chama, enviado pela governadora, planinho de 5 páginas. Temos o nosso plano grande, porque nós somos muitos, somos 60 mil indígenas com 10 povos e cada cultura diferente. Aí está o mínimo que nós podemos colocar no plano que nós queremos. Pedimos que, em nome de vossa senhoria, articule e nos dê respostas para que isso possa realmente atender todas as comunidades indígenas aqui presentes des dos que estão em regiões de fácil acesso ou de difícil acesso no interior, também próximo da cidade. Eu gostaria de colocar um desafio também para Vossa Excelência Deputada, também, para o Evangelista que seu suplente, que se faça, no momento, aqui, como em todo Brasil uma frente parlamentar indígena. Está na hora deste estado, este estado totalmente indígena, a frente parlamentar desta casa, sejam dois deputados, sejam com 3 deputados, porque pra conversar conosco encontramos muita dificuldade. Nós não estamos proibindo vocês de conversarem conosco, queremos conversar com vocês, com todos vocês, mas pra conversar conosco, e não é só coordenador da OPIRR, mas com todas as comunidades indígenas: são 480 comunidades indígenas, 10 povos. Os senhores sabem muito bem tanto a professora Lenir, professor Evangelista também, não sei se o Francisco também é professor sabem como é o contato entre a nossa população com todos nos povos aqui de Roraima. Queremos participar também dessa conjuntura política, social e econômica deste estado. Também nesse sentido, gostaria que essa frente parlamentar pudesse também constar na pauta de debate nesta Casa, para que possa realmente dialogar conosco povos indígenas para realmente clarear a situação da educação escolar, da saúde também indígena e do não indígena, principalmente com relação ao nosso território, como vocês sabem, que o estado de Roraima possui 46% de suas terras produtivas, são terras preservadas. Então, não tem como que falar que Roraima não está bem com toda essa terra no estado. Aproveito também pra deixar para os meus irmãos indígenas e não indígenas pra poder questionar os senhores, eu coloco também uma orientação para os senhores sobre Roraima, os senhores estão acompanhando o que está sendo discutido aqui na unidade de conservação, aproveitando também para colocar pra vocês que nós somos contra a criação de unidade de conservação dentro de terra indígena, a FUNAI nos considera tutelar

e a unidade de conservação vai nos tutelar cada vez mais e nós somos a contra criação de unidade de conservação dentro de terras indígenas, tem muitas terras que são latifúndios improdutivos, queremos que estes sejam as unidades de conservação que é o chamado parque do lavrado, que estão poupando os povos indígenas de ter uma improdutividade de território. Enfim, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, em nome do conselho indígena de Roraima, em nome dos 10 povos indígenas que estão aqui presentes, aos professores, aos alunos, aos nossos líderes que, desde 1970, começaram essa luta. Nós queremos também aproveitar para fazer a entrega de um documento, um manifesto, a carta, hoje, no dia internacional dos povos indígenas, com várias conquistas. Queremos entregar essa carta, nós somos em torno de 4 mil e 800 indígenas aqui na cidade, e não sei se a gente vai amanhã, ou se a gente vai morar aqui próximos de vocês se não tiver Respostas. Nós queremos ter respostas ainda hoje, de segunda-feira até sexta-feira, queremos uma resposta com relação a esse nosso manifesto ao plano também. E uma resposta pra todos nós, aos nossos companheiros que estão aqui. Não estamos preocupados se a gente vai para nossa casa, nós já fomos expulsos daqui, mas gente está retornando. Gostaria muito, excelência, que pudesse nos atender e nos ouvir. Estamos aqui do lado. Obrigado a todos. Vou aproveitar pra protocolar essa carta junto com a vossa senhoria. Obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Me congratulo com suas palavras, professor Mário Nicácio, sei da luta histórica e vou dar recebido no seu documento (aplausos). Chamo para fazer o uso da palavra o senhor Misaque de Souza Antone, coordenador das organizações dos professores indígenas de Roraima, OPIRR, subscritor do ofício 019, datado 24 de julho de 2015, que solicitou a presente audiência pública para discutir Educação Indígena no Estado de Roraima. Enquanto o senhor Misaque se dirige à tribuna, solicito à equipe do cerimonial para recolher as perguntas da audiência pública.

O Professor **Misaque de Souza Antone**-Boa-tarde a todos. Quero saudar as guerreiras, em nome da seletíssima Deputada, também os homens guerreiros dos 10 povos, aqui presentes, em nome do Deputado Evangelista e dos demais. Então, como já foi explanado bem, já foi bem esclarecido aos senhores excelentíssimos Deputados, eu acredito que alguns estão em seus gabinetes nos ouvindo. E quero reiterar que o nosso movimento não poderia chegar neste patamar, se a gente tivesse pelo menos os que estão aí nesta gestão no Governo de Estado de Roraima, que tivesse pelo menos um respeito pelo povo indígena, pela especial categoria que tanto contribui com a educação escolar indígena. Então, senhores Deputados, quero aqui dizer pra vocês, o primeiro pedido que eu faço, em nome de toda essa categoria, em nome de todos os povos indígenas, que foram atingidos, quando foram tirados os direitos das nossas escolas, o direito também das crianças que ali estão, se aqui dentro já sofrem com falta de merendas, com falta de transportes, com falta de pessoas de apoio, Nós queremos avançar, nós queremos progredir, não regredir, e pra isso eu peço aos senhores Deputados, assim como colocaram pra assumir aquela pasta, nós queremos que os senhores Deputados também tirem a senhora Selma Mulinare daquela pasta (aplausos). Segundo pedido que eu faço aos senhores Deputados é a retirada daquela pessoa que se chama Selma Marion também do censo, prejudicou as nossas escolas, deixando nossos alunos e professores também do lado de fora. Então, gente, é triste anunciar isso, mas eu quero dizer que o povo, o povo menos assistido, sempre coloco, Vossas Excelências, que nós somos minorias em direitos, mas nós somos maioria em quantidade, os senhores sabem disso, e pra isso vocês estão aqui, pra isso, eu tenho certeza, que vocês receberam o apoio do povo indígena que está aqui na questão do voto, tenho certeza disso. Então, companheiros, pra gente poder avançar, não queremos mais essa pessoa lá, eu tenho certeza que os senhores vão ter competência de dialogar com a Governadora, quem está fazendo isso é a Selma Mulinare. Então, os nossos direitos que já foram discutido com a população civil, com as entidades, com os 15 municípios que ali estiveram em 2013, discutindo esse plano, esse projeto para que possa atender as nossas necessidades e reconhecer também as nossas escolas. Então, parece que isso não basta, pelo que eu estou vendo, é uma discriminação com o povo indígena, sempre nós lutamos e sempre dormimos preocupados, excelências, sempre dormimos preocupados porque não sabemos quem são as pessoas que entram para dirigir o nosso estado. Então, esses são os meus pedidos. Na verdade, senhores Deputados, nós só vamos sair daqui até sexta-feira, pra situar vocês, nós temos 265 escolas, na verdade, são 268 escolas indígenas, essas três foram deixadas pelo censo, não foram reconhecidas. Então, essas 200 e poucas escolas, eu tenho certeza, que já estão paralisadas, só vão voltar se tiver a parte logística para atender as nossas necessidades (aplausos). Meus companheiros, nós não podemos voltar pra escolas e dizer que estamos dando aula de boa qualidade, onde não tem material didático, onde não tem merenda, não tem secretário, aonde não tem estrutura, que é pelo menos

um professor para dar uma aula digna pelo menos, hoje nós temos alunos e professores pegando doenças senhor Deputado Mozart, pegando doença de miolo, de fezes de morcego, nós temos escolas na comunidades da boca da mata que esta passando por esse período, passando por essa situação, nós temos escolas na comunidade na região Serra da Lua especificamente Manuar a estrutura está caindo e nós não temos desse governo senhores Deputados nenhum projeto, projeto coerente para vim atender nossa educação, não tem, então o quê que estão fazendo, nós somos diferente, não temos assessores, não temos pessoas adjuntas lá para trabalhar, não temos, mais nós quando entramos para organizar uma escola, para organizar o centro regional, nós botamos em pelo menos três meses nós damos conta de organizar essa casa, eu acredito que esse governo não esta comprometido com a educação escolar indígena, não digo somente a educação escolar indígena mas como a educação como um todo os senhores sabem eu tenho certeza os senhores tem filhos estudando dentro dessas instituições públicas de ensino e vocês sabem que muitas dessas escolas estão aí a mercê as escolas dentro da capital estão faltando professores, imagine nós lá no maturuca no município de Uiramutã, no município de Pacaraima região da Serra da Lua, Bonfim e Cantá e outros Municípios no Sul do Estado como está essas situações, então, eu quero dizer aqui pra vocês não estou pedindo favor de ninguém o que eu quero é que seja inserido dentro desse plano que não tirem nem um “i” e nem um “a” que seja inseridas as 40 estratégias que foram discutidas com a população civil, é isso que eu peço de vocês. Não tenham medo se vocês fizerem isso tenho certeza vocês terão o nosso apoio. Povo indígena é guerreiro, não ameaça vai pra cima, ele faz. Isso eu deixo pra vocês. É um desafio. Muito obrigado (aplausos).

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**-Queremos parabenizar o professor Misaque, coordenador da OPIRR, e realmente sentir nas suas palavras o sofrimentos dos professores pais e liderança das comunidades nós informamos aos presentes que poderão encaminhar as perguntas nos formulários que receberam que deverá ser entregue a assessoria desta comissão já recebemos bastantes aqui e as que não forem possíveis nós responderemos, nós claro como tem outras pessoas presentes aqui na audiência nós iremos priorizar a educação indígena os professores indígenas e as lideranças indígenas, porque aqui o objetivo dessa audiência é esse tema e não outros. Gostaríamos de dizer se não for possível responder todas as perguntas nós iremos contemplar essas respostas pelo E-mail, informado e posteriormente iremos encaminhar o relatório desta audiência pública e dos resultados dela, para a organização dos professores indígenas que foi o órgão solicitante da presente audiência pública. Quero convidar o ex-prefeito Braz de Uiramutã para adentrar ao plenário e tomar assento. Seja bem vindo. É uma grata satisfação o senhor está aqui conosco muito obrigada pela presença e pela preocupação dos povos indígenas. Nesse momento a palavra será franqueada aos senhores Deputados pela ordem de inscrição, teve inclusive uma das perguntas eu vou logo antecipar que alguém perguntou se os Deputados foram convidados. Sim. Todos foram convidados na Sessão Ordinária, mas, a obrigatoriedade da participação é da Comissão de Educação que fazem parte os Deputados: Lenir Rodrigues, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Masamy Eda que eu comuniquei que está doente e Deputado Mecias de Jesus que inclusive mandou comunicar que estava chegando, mas, aconteceu algum problema e não chegou até o momento. Essa Audiência Pública está sendo transmitida “ao vivo” pela TV Assembleia, que é o mesmo canal da TV Senado e da TV Câmara lá de Brasília, nós temos um canal entre um e outro, que é o canal da TV Assembleia daqui de Roraima, que é o canal 57.2, da TV Senado é 57.1, e da TV Câmara é 57.3. Não são todas as cidades do Brasil, que tem o canal da TV Assembleia e a nossa foi inaugurada recentemente foi uma grande conquista inclusive com a ajuda do Senador Romero Jucá e nós inauguramos a TV Assembleia e esta Audiência Pública é a primeira que está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. (aplausos). Nós queremos franquear a palavra, primeiramente ao Deputado Francisco Mozart.

O Senhor Deputado **Chico Mozart**, Boa tarde a todos, saúdo vocês em nome do professor Mário Nicácio e aproveitando a oportunidade quero parabenizá-lo pela data *internacional dos povos indígenas*, queria dizer para vocês que esta Comissão tem comprometimento com a educação a professora Lenir e o Deputado Evangelista Siqueira, são professores eu sou da educação não como professor, mas da área de educação como gestor de uma Universidade particular, há muito tempo a gente vem desenvolvendo trabalho que beneficia pessoas indígenas e pessoas do interior, não sei se alguém aqui sabe mas há mais de dez anos a FARES abriu polo em todos os Municípios do Estado, infelizmente os nossos governantes não tiveram interesse em dar continuidade e na época nós éramos apenas empresários e não conseguimos manter o trabalho queria que vocês pudessem contar com esta Comissão com a mim há pessoa que nós vamos fazer o possível para levar as reivindicações de vocês ao Executivo e buscar sem descanso a solução desses problemas, nós consideramos a educação direito básico

do cidadão vocês povos indígenas já sofreram muito por discriminação, preconceito e não é justo passarem por isso. Muito obrigado. (*aplausos*).

A Senhora Deputada Lenir Rodrigues, com a palavra o Deputado Evangelista Siqueira, Vice-Presidente da Comissão de Educação.

O Senhor Deputado Evangelista Siqueira- a todos o nosso cordial acolhimento por ter esse Plenário lotado, isso demonstra para nós uma alegria muito grande porque, mas do que simplesmente mostrar o interesse de discutir o povo vem para ajudar a construir, parabéns que vocês vieram. Quisera que todas as audiências e todos os momentos nós tivéssemos um plenário assim como hoje lotado de pessoas que vem para discutir dar seus pontos de vista, isso mostra mais uma vez que a causa indígena é justa e que o povo indígena é organizado (*aplausos*). Dizer que desde quando tomamos conhecimento do Plano Estadual de Educação, quando oficialmente foi protocolado nesta Casa, a Comissão de Educação se reuniu, os cinco Deputados que a compõem juntos se reuniram e começamos a nos debruçar sobre ele estamos nessa fase de conversação ouvindo as entidades com a OPIRR, entidades como Fórum da educação de Jovens e Adultos que sentamos para dialogar e também quer uma Audiência Pública, assim como a educação indígena, a educação de jovens e adultos seja pauta de discussão nesta Casa e será porque a Comissão também vai possibilitar esse momento de discussão. Saldar pelo dia dos Povos Indígenas e pela Macha importante que vocês estão tendo somando-se a isso aos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Estado de Roraima que estão em greve por tempo indeterminado por conta do não cumprimento do acordo da última greve. É legítima a causa, e nós também já nos dispusemos enquanto Comissão de Educação, a receber a Comissão de professores e promover audiência pública que será necessária para discutir o tema. Entendemos que desta, vez o governo terá que dá passos concretos para que a categoria tenha um entendimento de que chegou a vez de parar se não do contrário, não será possível, compreendemos e apoiamos essa posição da categoria. Dizer que a Comissão de Educação, enquanto grupo de organização e discussão das áreas temática de educação no Estado de Roraima tem o papel de promover toda essa discussão colher essas informações criarmos um relatório compartilhamos primeiro com nossos pares nesta Casa. Quando a Deputada Lenir respondeu sobre a ausência de alguns Deputados se todos foram contactados, realmente todos foram contactados, mas a prioridade no primeiro momento é nossa, enquanto Comissão de Educação. Colhemos essa discussão, nos reunimos tiramos um relatório final e compartilhamos esse relatório com todos os nossos pares é assim que acontece com as demais comissões. Assim a gente embasa também os demais Deputados quando da necessidade da votação do Plano Estadual de Educação. Não tenham dúvidas que a nossa Comissão de Educação por unanimidade demonstrou claramente seu interesse em manter aquilo que é direito conquistado (*aplausos*). Não se preocupe com relação ao nosso relatório da Comissão de Educação que neste momento sou o Relator ele de ate mão já digo para vocês que é o nosso entendimento ele será favorável pela permanência das estratégias da educação indígena e esse relatório vamos compartilhar com os demais Deputados porque quando da votação em plenário do Plano Estadual, nós possamos garantir o restabelecimento dessas estratégias para que seja contemplado no nosso plano que vai gerir a educação do nosso Estado nos próximos dez anos. Então, nesse sentido a gente se coloca à disposição para discutir, para ouvir se outro seguimento que está contemplado no Plano Estadual de Educação quiser discutir conosco, este é o momento, já sinalizou o fórum de educação de jovens e adultos vamos ouvir se outra categoria quiser dialogar, iremos ouvir da mesma forma, para que quando formos aprovar, nós tenhamos o peso da população e tenhamos o amparo legal que a população nos dá para que isso seja feito da melhor forma possível. Obrigado. (*aplausos*).

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**-Quero destacar que durante esta audiência recebi o manifesto da quarta macha dos Povos indígenas de Roraima pelo dia internacional dos Povos Indígenas com destaque ao direito a educação escolar indígena aos projetos de emendas constitucionais 215, 227, 071 que coloca em risco a vida dos povos indígenas as terras indígenas que infelizmente são vistas somente com olhar de cobiça e exploração devastadora, questões envolvendo Pacaraima e Uiramutã como Municípios criados para desestabilizar a demarcação das terras indígenas São Marcos Raposa Serra do Sol, as políticas de Roraima que investe mais disputas sobre as terras indígenas propondo a criação de um Parque Nacional do Lavrado sobreposto a Terra Indígena São Marcos, Terra Indígena Santa Inês Terra Indígena Yanomami e Terra Indígena Raposa Serra do Sol e também uma maior atenção à saúde indígena e assinam o Conselho Indígena de Roraima-CIR, Organização dos Professores Indígenas de Roraima-OPIRR, Sociedade para Desenvolvimento Comunitário e Qualidade Ambiental TWM, Associação do Povo Yekwana do Brasil-APYB, Organização da Mulheres Indígenas de Roraima- OMIR, Associação dos Povos Indígenas da TI

São Marcos-APITSM, KAPOI, Hutukara Associação Yanomami-HAY, Conselho Indigenista Missionário-CIMI-Norte, Diocese de Roraima, Instituto Socioambiental-ISA e Inskiran. Recebemos também o Ofício da OPIRR numero 20/15, da Comunidade Truaru Roraima datado de 03 de julho do corrente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, para a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima com a solicitação de providências urgentes diante do descaso e omissão da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Estado de Roraima, com a educação Escolar Indígena, acompanha o abaixo assinado Atas e etc..... Comunico também que recebemos agora aqui no Plenário do Conselho Estadual de Educação, O Plano Estadual de Educação devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 17/14 de 05 de setembro de 2014, que aprovou o Plano Estadual de Educação por unanimidade com seus Conselheiros. Agora vamos passar as respostas dos questionamentos. Primeira pergunta veio da Senhora Mara Teixeira da OPIRR, sobre os vinte e quatro Deputados Estaduais porque eles não estavam presentes só estávamos nós três, com exceção do Deputado Masamy Eda que justificou sua ausência por escrito, eu creio que nós já esclarecemos que a Comissão é que é responsável por esse tipo de audiência. O Conselho Indígena de Roraima-CIR pergunta em quantos dias nós vamos dar a resposta e qual a possibilidade da Comissão visitar as escolas de mais difícil acesso Nós temos possibilidade sim de visitarmos as escolas e nos dividirmos nessa tarefa. A resposta dessa audiência o mais rápido possível com o documento por escrito para o CIR. Semana que vem nós teremos reunião ordinária e o relator Deputado Evangelista Siqueira, irá ter toda a assessoria da Comissão, para darmos o resultado de forma mais rápida. Outra pergunta é feita pela professora Tereza Pereira de Souza da OPIRR, quando nós vamos ter as resposta das reivindicações? Nós vamos agilizar o mais rápido possível. O Senhor Professor Alfredo de Souza, Presidente da Associação dos Povos Indígenas de Roraima pergunta: Porque não viram esse Projeto da Educação antes? Faltaram com respeito com os direitos dos professores indígenas, porque não consultaram as lideranças indígenas? O projeto original teve consulta popular com audiências públicas e conferências então, se nós aqui na Assembleia aprovamos o projeto original, do Plano Estadual de Educação já aprovado no Conselho Estadual de Educação, contempla as reivindicações dos professores das lideranças e nós como já disse o Deputado Evangelista Siqueira na reunião ordinária de quarta feira, nós deliberamos que iremos fazer emendas de comissão no Projeto de Lei para contemplarmos a educação indígena de volta ao seu devido lugar no Projeto de Lei. Quero convidar a Professora Ana Célia ex-secretária de Educação que aprovou e encaminhou o Plano Estadual de Educação, respeitando os povos indígenas, para compor a Mesa dos trabalhos, Conselheira do Conselho Estadual de Educação. Desculpe, eu não tinha visto Vossa Excelência. (*aplausos*) O Senhor Divo do Lago Grande-OPIRR, pergunta: Nós sabemos que a Secretária não foi aprovada por esta Casa Legislativa e vem demonstrando tamanho desconhecimento e desrespeito pela Educação Escolar indígena. Como e qual a possibilidade da exoneração da Selma? Seja bem vinda professora Ana Célia. A professora Ana Célia é Conselheira nunca desrespeitou e continua um trabalho tanto quando foi assessora do ex. Secretário Luciano já falecido uma vez ele perguntou para professora Ana Célia, o que que a professora Lenir fez que conquistou os professores indígena. Ela respondeu. Respeito. (*Aplausos*) e ela acertou a resposta, as vezes a gente como gestor não pode faz grandes coisas, a gente chora muito com quem esta passando problema Mario Nicásio, mais se a gente respeitar ,receber e dialogar, é possível pelo menos ter amizade e lutar juntos, não é professora Ana Célia? Obrigada pela sua presença. Professor Divo, existe na nossa legislação e no Regimento da Casa os cargos que passam pela aprovação do Colegiado da Assembleia Legislativa, e os cargos dos secretários sem ser secretários especiais não estão enumerados, mais nós da Comissão de Educação, podemos e nós estamos aqui em maioria, e se eu estiver errada me corrija meus pares, nós podemos convocar a Secretaria Estadual de Educação para se explicar na comissão, nós temos o poder de inclusive em caso de ferir direitos constitucionais de categorias ou de povos como é o caso de vocês, nós temos como pedir o afastamento da Secretaria (*Aplausos*) então, nós vamos discutir esse pedido dos senhores na Comissão ainda esta semana. Cilene da OPIRR pergunta: Quanto tempo vai levar para termos respostas das nossas reivindicações?

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**-Nós já respondemos mais quero citar os nomes para demonstrar a participação e preocupação. Evaldo Silva Alves da organização de todos os professores indígenas pergunta para superintendência legislativa professor João de Carvalho mais ele colocou assim, não quero perguntar, quero elogiar a recepção nesta casa, organização de evento excelente, que continue assim o povo precisa ser ouvida, estamos passando por muitas dificuldades, e precisamos desse apoio, (*Aplausos*). Aqui tem uma pergunta aqui vou ler

como está à pessoa não se identificou. Dona Lenir gostaria de perguntar por que a Selma não está aqui respondendo nossos questionamentos? A audiência pública; como a OPIRR pediu e inscreveu as pessoas no ofício ele não solicitou a presença da Senhora Secretária, se tivesse solicitado nós tínhamos convocado e convidado no caso nós temos poder para isso nós entendemos que vocês queriam ser ouvido aqui na Comissão, acho que foi um erro de comunicação, se vocês tivessem pedido nós tínhamos convidado ou convocado. Acredito que talvez ela não viesse já que ela colocou cadeado para não receber vocês. Irla da Silva, da Escola Índio Gustavo Alfredo para Lenir Rodrigues, eu estou respondendo por a maioria das perguntas são dirigida a mim pergunta: Porque o nome dos Professores da língua indígena não aparece no senso escolar? Será que não somos humanos por que querem tirar os professores seletivados?

Bem eu ate coloquei na minha fala que eu vou fazer nas considerações finais este assunto, que eu vou deixar para falar nas minhas considerações finais, certo para gentes respeitar o rito, ai eu vou responde a Irla durante a minha fala agora passo a palavra ao Deputado Evangelista Sirqueira.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**—Zelandes regiões das Serras, Pergunta: Qual o posicionamento dos demais Deputados quanto à educação escolar Indígena? Qual a posição da Comissão de Educação da Assembleia quanto à discriminação institucional pelo Estado de Roraima, quanto à Educação Escolar Indígena? No que tange à discussão do Plano Estadual de Educação Indígena, que ainda não passou pela apreciação em Plenário, em primeiro momento ele vai para discussão em Comissão. Então, não temos como dizer para vocês o que pensam os demais Deputados. Nós ainda, enquanto comissão terminar de fazer a discussão e esta Audiência de hoje faz parte desse momento, vamos depois construir nosso pensamento, enquanto a comissão de educação apresentar para os nossos pares, ou seja, o nosso pensamento. E a partir daí, eles tenham um embasamento também, depois de feito o processo de discussão, para apresentar a sua visão a respeito do Plano Estadual de Educação e no que tange à Educação Indígena. Eu acredito que nós já antecipamos, já dissemos no início da fala. Eu mesmo disse que já discutimos e, por unanimidade, entendemos que é necessária a revisão do Plano Estadual de Educação para a inclusão daquilo que foi retirado do Projeto. O meu relatório desta audiência pública vai ser também nesse sentido. Então, a Comissão de Educação desta Casa é muito clara em dizer que somos favoráveis de que as metas estabelecidas e as estratégicas, construídas em audiências públicas, em conferências sejam mantidas no Plano Estadual de Educação.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**- Deputado Chico Mozart.

O Senhor Deputado **Chico Mozart**- Uma pergunta da OPIRR. Tirar ou extinguir a modalidade Educação Escolar Indígena, para quê? Não é uma decisão unânime do Conselho Estadual de Educação? Sim, o Conselho Estadual de Educação mandou essa proposta para nós, cabe à Comissão de Educação e Saúde analisar e submeter ao Plenário e, então, ser votado. Esta Casa é a favor desta extinção? Justifique: Acredito que seremos contra. Eu, particularmente, com os demais pares da Comissão de Educação já posso adiantar o nosso voto contrário, que é direito de vocês e vamos assegurar que os direitos de você sejam garantidos, (Aplausos).

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**— Queremos registrar também uma correspondência que recebemos dos povos indígenas, da Raposa Serra do Sol, do Campo Formoso, que coloca também a sua indignação e quer que permaneça o Plano de Educação escolar, que foi aqui construída de forma específica e diferenciada. O Abílio Moreira assinou com toda a Comunidade indígena do Campo Formoso, que pertence ao Município de Pacaraima, terra indígena Raposa Serra do Sol. A outra pergunta vem da Leonora Pereira, do Baixo Cotíngio. Gostaria de falar sobre a Secretária Selma, que está na Secretaria de Educação, onde hoje, fomos rejeitados; queremos uma pessoa para nos representar e não para nos rejeitar. Somos pessoas e não animais. Queremos que você tire a Selma. Eu já expliquei o procedimento. A vontade de vocês é forte. Vilton Genuário Raposo, da OPIRR, direcionou a pergunta para o Deputado Jalsner Renier, Presidente da Assembleia Legislativa, se é possível respeitar os direitos dos povos indígenas. A Assembleia tem o poder de pedir ao Governo do Estado a contratação de pessoal de apoio? E em relação ao Concurso Público, é possível a Casa intervir junto ao governo para realizar concurso diferenciado para os povos indígenas? Eu também vou tirar essa pergunta para eu responde-la nas minhas considerações finais. O Emerson Duarte, professor do Amajari. Pergunta para Lenir: Quando chegar o momento de decidir, se contemplará de volta o Plano de Educação indígena. Quem decide por último a Assembleia ou o Poder Executivo? É assim: Vai passar pela Comissão, nós vamos fazer as emendas no Projeto de Lei, vamos analisar o Plano Estadual de Educação, que é o anexo do Projeto, que chegou hoje do Conselho Estadual de Educação com todos os itens de vocês contemplados.

A Educação indígena não está contemplada, nos vamos fazer, já decidimos isso na quarta- feira em reunião ordinária da Comissão de Educação, por unanimidade! Nós decidimos que vamos contemplar a Educação Indígena no Projeto de Lei, já está decidido na Comissão de Educação, desde quarta- feira, depois vamos passar em Plenário, aí nos vamos fazer emenda de Comissão de Educação, do Projeto de Lei, Para não dizer que foi a Lenir, o Evangelista, foi o Francisco Mozart, foi o Deputado Mecias. Não. Nós todos vamos fazer uma emenda de Comissão para garantir a Educação indígena no Plano, depois é que vai vir para o Plenário. Quem decide por último? É o Plenário, que é soberano. Se passar tranquilo, é que nós da Comissão vamos lutar pelos votos de todos nós; não interessa quem é base aliada do governo, quem não é, nós da Comissão de Educação estamos todos comprometidos com os direitos e garantias dos senhores e senhoras. Depois vai para a Governadora sancionar a Lei. Caso ela vete, volta para Assembleia Legislativa e o Plenário pode manter o veto da Senhora Governadora ou cassar o veto. Então, é necessário que vocês também, antes de chegar esse momento, tenham uma audiência com Deputado George Melo, que coordena o maior bloco, é o bloco G-14, o Deputado Brito, é da base do governo, é mais sensível à causa dos senhores e senhoras, como também o Presidente da Assembleia, Deputado Jalsner Renier, (Aplausos).

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** — A outra pergunta vem do Joaquim, da Serra da Lua, para Deputada Lenir Rodrigues: Se há vinte nove anos a Lei defende a Educação indígena, por que agora o governo não quer cumprir? Bem, eu acredito que teve um lapso na assessoria da Governadora, vindo lá da Secretaria de Educação. Então, creio que nós da Comissão de Educação vamos ser capazes de corrigir, aí a Governadora, na hora da apreciação, terá a oportunidade de sancionar ou vetar e mostrar o seu posicionamento. Não é verdade? Então, nós vamos seguir o rito normalmente. Eu também, Joaquim, nas considerações finais eu vou falar um pouquinho sobre esse assunto.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**—A Catarina Janira Padilha, que é da base de Educação, pergunta pra Lenir Rodrigues: Qual o posicionamento da Comissão de Educação sobre o ofício circular número 20, de 05 de agosto de 2015, que ameaça exonerar os professores seletivados que estão lutando por uma educação de qualidade tão esperada? Parece um pouco com a pergunta da Irla, mas não é a mesma coisa. A Irla fala dos professores indígenas, e pelo que eu entendi a professora Catarina está falando dos professores não indígenas, que também estão sendo ameaçados, todos por estarem participando da greve, que é um direito do trabalhador em Educação. Então, o meu posicionamento e o da Comissão nós já discutimos isso também. Na Comissão. Nós acreditamos que a greve é um direito, e quando o sindicato ou a organização oficial no prazo legal, então, aquele direito está garantido. Só quem pode dizer se a greve é ilegal e exonerar algum trabalhador é por uma ordem judicial. Em quanto a Ordem Judicial não disser que é legal ou ilegal, não pode o Poder Público, a Gestão exonerar as pessoas; pode até colocar falta, jamais exonerar. Então, o nosso posicionamento é o posicionamento da Legislação. É diferente da pergunta da Irla. Por quê? Por que a gestão da Secretaria de Educação não pode tirar os professores selecionados indígenas? Porque existe a alta determinação dos povos. Quem deixa entrar na terra indígena é o povo indígena. Então, não adianta a Secretaria de Educação querer mandar um outro professor, senão aquele designado pra ir pra aquela localidade, para aquela escola Vai voltar Por quê? São as legislações indígenas que as pessoas não querem colocar nas suas cabeças, ela está lá na Organização Internacional do Trabalho, na OIT, na resolução 169. Então, essa resolução é clara, em falar alto a autonomia dos povos indígenas, em outras palavras, quem manda no seu terreiro, é quem está lá, e é isso que está escrito na legislação Internacional, que as pessoas não querem entender, não querem entender. Quem não quer entender precisaria dizer assim: amarra o burro onde o dono manda. Eu duvido alguém querer, viu Neide? Colocar um professor novo de acordo com a homologação, o Tuxaua está escrevendo que só! Eu duvido se ele vai aceitar um professor, só porque ele veio seletivado para o movimento, você vai aceitar? Claro que não. Nem Neide conseguiu colocar o professor (risos). Então, é autodeterminação dos povos, que está na legislação Internacional.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**—A professora Ângela Maria Cavalcante Santos, que é da base de Educação e também militante, ela colocou: como será a audiência pública solicitada pelos trabalhadores de Educação? Em março de 2015? Lenir, responde: não! A partir de março de 2015, é o acordo que o sindicato fez com o governo, na última greve! Não é o caso aqui Ângela, você conhece a gente bem! Nós temos agora no cronograma da comissão, fazer audiência pública, solicitada na última greve, só que quando o sindicato fez acordo não retornou aqui conosco pra dizer que queria continuação dos procedimentos. Então precisa de alguém da liderança virem para tratarem especificamente dessa audiência que nós vamos fazer com todo zelo e carinho. E como e quando essa Casa

ou essa comissão irá cobrar a efetivação e o cumprimento da lei 892 de 2013, para todos os trabalhadores em Educação indígena e não indígena? Lenir, responde: nós também já temos! Nós estamos passando dessa fase do Plano estadual de Educação e em seguida nos vamos trabalhar, só na 892/2013, porque é um absurdo depois de tanto trabalho que você também ajudou a fazer! Você estava também na mesa de negociação; se tem erro ou não! Ah fulano é culpado ou ciclano, não! Ali foi uma mesa de negociação e naquela hora a gestão abria mão de alguma coisa e o sindicato de outra, e fomos construindo! Tem-se alguma emenda alguma inconsistência, como o Poder Executivo diz, que encaminhe então o projeto de lei pra cá, pra emendar, pra conserta, e não revogar uma lei que foi uma conquista de um ano do sindicato! Eu era diretora na época, participei pessoalmente e não é fácil, que na mesa de negociação ela é dolorida. Então, principalmente a questão dos professores indígenas da **OPIRR**, eu vou também falar nas minhas considerações finais, esse tema! É muito oportuno a sua pergunta Ângela, tá de parabéns de nos dá a oportunidade de esclarecer as pessoas sobre isso!

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Nedir dos Santos Pereira, pergunta para a Deputada Lenir Rodrigues. Seria possível criar uma Comissão Parlamentar para conhecer a precariedade da educação indígena e não indígena nas localidades interiorana do Estado? Essa missão é da própria Comissão de Educação. Nós somos da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde. É uma Comissão muito complexa Para vocês terem uma ideia, nós da Comissão já visitamos o Hospital Geral, inteiro Falta só a parte do trauma, e a Maternidade; e também faltam os Hospitais do Estado que tem convênio com os municípios no Interior. Então, é assim, é uma Comissão muito complexa e a gente trabalha muito, os Deputados na hora que mim vêem já dizem, “não com reunião” risos, então, é assim. Nos trabalhamos muito mais eles participam efetivamente. Mais eu creio que podemos sim nos empenhar nessa sugestão, Medir, que vocês estão nos dando, e eu falar sobre isso um pouquinho daqui há pouco.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Juscelino Miguel da Silva, da **OPIRR**, coloca para Deputada Lenir Rodrigues, por que foram retiradas do Plano as 40 estratégias que diz respeito à Educação Escolar indígena? Acho que o professor Fausto já esclareceu e eu também vou falar daqui há pouco.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – têm aqui duas perguntas para o Deputado Chico Mazart, mas ele está sendo entrevistado, vamos aguardar ele voltar.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Nelino Galer, lá da homologação do CIR, para os três Pergunta: vão atender ao pedido da Selma ou vão atender o nosso pedido quanto ao nosso plano? Vocês vão colocar a Selma fora do cargo? O salário dos professores vai ter aumento? É verdade que o governo cortou o orçamento dos Municípios, por que o Estado sofre? O município sofre muito mais? Gostaria de falar mais sobre esse assunto. Nelino é assim os orçamentos eles são independentes quanto a Educação o FUNDEB, é uma arrecadação de impostos As pessoas às vezes usam de forma erronia, sim Vem dinheiro Não vem dinheiro O FUNDEB é uma arrecadação de imposto, e só existem nove Estados do Brasil que recebem dinheiro da União, uma complementação do FUNDEB, e Roraima não está entre esses nove Estados. Então, quando faz arrecadação do FUNDEB, ai tira daquele montante tira de todos os municípios, inclusive de Boa Vista da Capital e o que sobra fica pra Secretaria do Estado. Em 2013, nós tínhamos 13 mil e pouco alunos indígenas. O dinheiro do FUNDEB é por cabeça, é por aluno! Se a gente, Nelino, fosse separar o dinheiro indígena e não indígena, não dava nem para pagar os professores, Porque embora seja um valor mais alto do aluno indígena mais o número de alunos é pouco, e o número de escolas é grande de indígenas. Então, muitas vezes inclusive eu recebo críticas, porque eu já passei duas vezes pela gestão da Secretaria, mais só que a Secretária é um órgão tão complexo e a professora Ana Célia, esta aqui pra dizer também entre a minha saída no final de 2013 até hoje, essa aí é a quarta secretária Inclusive uma foi a professora Ana Célia, em um ano foram três secretárias de tão complexa é a secretaria; e tão apereado; não é qualquer um que aguenta o trampo não é professora Ana Célia? É muito duro. Às vezes eu recebo críticas: a Lenir abre escolas em baixo de barraco, escola indígena se eu não abrisse em baixo de barraco; se as que estão funcionando não tem como fazer de alvenaria imagina se eu não abrir Então, os meninos nunca vão estudar Então, é melhor abrir debaixo de barraco e regularizar e lutar para construção e ampliação das escolas do que não existir as escolas Então, eu não me arrependo em nenhum momento de nas minhas gestões de ter aberto escola em baixo de barraco Por quê? Antes abrir debaixo de barraco do que deixar a criança sem estudar totalmente. E outra que na perspectiva de abertura de escola, quem fecha escola, abre cadeia presídios, (aplausos) Então, eu vejo que às vezes as pessoas vão à contra mão da história.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**—Uma

pergunta veio da Rosimeire Cavalcante Barbosa, da OMIR. Por que as nossas comunidades com professores e lideranças não foram consultados, antes de tirar os direitos de educação diferenciada? Eu não sei o que aconteceu lá na gestão não, podemos responder pelo que aconteceu lá na hora de enviarem o Projeto de Lei!

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, ainda temos duas perguntas para o Deputado Mozart; vamos responder logo para encerrar essa parte das perguntas. Por que os nossos direitos não são reconhecidos pelo Parlamentar do Estado de Roraima? Bem, Uma é que nós estamos numa nova Legislatura Essa é a sétima Legislatura, nós temos dez Deputados novatos aqui na Casa, e acreditamos que cruzando as experiências dos que estavam e nós que estamos com vontade de fazer diferente, nós estamos fazendo um esforço para trabalharmos de forma efetiva inclusive, nós estamos fazendo de tudo, por exemplo: quando nós vamos visitar o Hospital Geral, nossa Comissão, nós nem avisamos a imprensa Por quê? Porque nos não queremos que as pessoas e o governo ache que a gente está fazendo aquilo pra se aparecer. Eu por exemplo, no caso sou oposição outros Deputados que são da base aliada do governo foram juntos também foram juntos de igual forma Então, nós estamos querendo trabalhar de forma diferente; aproveitando a experiência dos que já estavam aqui e não fazer as coisas pra se aparecer Fazendo politicagem com a desgraça alheia, não é isso nós queremos fazer o nosso trabalho com responsabilidade, fazemos um relatório e encaminhamos para os órgãos de controle que é os que devem tomar as providências.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**—Recebemos também uma pergunta da OPIRR que diz o seguinte: tirar ou extinguir a modalidade da escolar Educação indígena pra que? Não é decisão unanime do Conselho estadual de Educação? Está casa briosa é a favor desta extinção? Justifique. Eu acho que nós já respondemos. Nós não somos a favor, pelo contrário, nós estamos aqui, encontrando vocês, ouvindo vocês, para embasar nossa decisão, já tomada unanimemente de que nós queremos manter a educação diferenciada indígena no Plano Estadual de Educação.

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**— Também veio a pergunta do Professor Mário Nicasio que está aqui comendo a mesa. Pergunta: Senhores Deputados vocês podem marcar audiência com o Senhor Deputado Jalser Renier, Jorge Melo e Brito Bezerra, amanhã às 10 horas da manhã?

A Senhora Presidente Deputada **Lenir Rodrigues**—Nós podemos verificar Professor. Doutor João de Carvalho, amanhã nós temos sessão normal, então, doutor João de Carvalho, veja que hora é possível essa reunião de uma Comissão do CIR com o Presidente e os dois líderes de bloco na Casa. Obrigada. Tem outra pergunta para o Deputado Chico Mazart, sobre o que é uma Educação especifica e diferenciada? Foi da Marinete dos Anjos da Silva; da Serra da Lua. Ele não esta aqui, nós vamos contemplar aqui nessa sala. Passamos as considerações finais. Vou dizer pra você primeiramente que eu quero cumprimentar a todos, pelo dia Internacional dos Povos Indígenas, eu gostaria que o Poder Executivo, o Judiciário, Legislativo que todos entendessem que essa macha ela é anual; você não está fazendo isso, somente por conta do plano; todo ano existe essa macha, então, isso não é invenção de nenhum político; nenhum político está por trás os povos indígenas tem a autodeterminação, pensamento próprio, autonomia então somente pediu essa audiência pra dia 11 e nos antecipamos para hoje, por que amanhã tem Sessão Plenária. Queria colocar algumas coisas, respondendo os questionamentos em geral. A educação indígena ela ainda terá algumas barreiras, que estão lá no nosso plano de Educação, para 10 anos de 2014 à 2024. Barreiras ideológicas, barreiras epistemológicas; porque tem muita gente que não entende os termos jurídicos que esta em torno da causa indígena; barreiras culturais e barreiras institucionais. Como já fui gestora e muitas coisas às vezes atribuem por eu ter passado duas vezes na secretaria mais a professora Ilma Xaud, por exemplo, já passou três vezes mais do que eu e eu digo sempre que tenho uma vantagem além da professora Ilma. A professora Ilma passou mais tempo na Educação do que eu, ela foi três vezes Secretária de Educação. A professora Tonica foi duas vezes e passou muito mais tempo do que nós duas juntas, mais eu tenho uma vantagem perante todos os secretários que passaram pela Secretaria de Educação. Nas minhas duas gestões eu aproveitei pra vê a realidade, eu conheço cada cantinho desse Estado; lá do Baixo Rio Branco, Sacai, caramandata, Remanso, Santa Maria do Boi Açú, Terra Preta; conheço lá de cima: Caramanbatá, Mapaé, Manalai, Serra do Sol, Paranan, Mucajai, Cajú, Água Fria, Uramanda, Tamandú, Taboca. Então, conheço cada cantinho, conheço a realidade, então, quando a pessoa fala de um lugar, eu não fui gestora de gabinete, eu fui gestora de sentir a dor do outro junto com aquele professor. Então nós temos umas barreiras institucionais política Mario, que nas reuniões eu tenho dito que vocês precisam urgentemente ir a Brasília nós fizemos e o professor Telmo está aqui, eu queria uma salva de palmas para o professor Telmo (aplausos), e

vou dizer por quê. Eu tenho dito isso nas comunidades que eu ando, o professor Telmo, saiu 9 horas e meia da noite da Secretaria de Educação, com o carro próprio, carro velho caindo os pedaços, de carona, só sei que era um carro velho; de noite para pegar assinaturas dos Tuchauas das Lideranças para nós aprovarmos o PAA – O Plano de Ações Articuladas; quatro Escolas Agro técnicas estaduais Indígenas, aprovadas desde de 2012, de agropecuária; e quem pegou essas assinatura foi o professor Telmo, e eu nesse dia fiquei até as 11 horas da noite com a Neide “velha”, que eu digo sempre Neide “velha”, por que a ela é guerreira Então, pra bater fotos dos terreiros, dos quintais lá das comunidades, das escolas; pra fazer os projetos! Eu nunca fui Secretária de Obras não, tem gente que quer cobrar Secretário de educação bota o recurso pra fazer escola agora se vai ser construído ou não, é o secretário de infraestrutura, que decide que dar prioridade agora nós fizemos a nossa parte que foi fazer o PAA. Não se iludam o Estado não tem dinheiro pra construir, reformar e ampliação de escolas nem indígena e não indígenas nós temos que buscar recursos federais; e os de vocês são 49 escolas, são 79 milhões de reais, aprovado no FNDE. É boa vontade de o Governo Federal mandar esse recurso pra fazer essa reforma de ampliação e construções das escolas de vocês. Isso eu considero uma barreira institucional da Educação Indígena que não adianta a gente trabalhar, passar sono, passar fome; como Telmo, como Neide, como Fausto e como Nilton André, correr de um lado pra outro, escrever e depois a gente não vê concretizado isso dar uma frustração. A gente voltar naquele lugar e não ter naquela gestão a gente conseguiu tirar algumas barreiras ideológicas, que foi coisas simples: há carteira pra escola indígena tinha que ser os restos de carteira madeiras que sobrava da capital. Nós enfrentamos essa barreira e as crianças, se vocês forem à Serra do Sol, Zé do Eli você vai encontrar carteira azul, carregada nas costas, da Água Fria pra Serra do Sol, mais tem carteira azul, igual as dos alunos da cidade (aplausos). Caderno, Caderno duro, folha da capa dura e a folha era tão dará, Mario, que os pais não conseguiam fumar as folhas. Caderno bom de boa qualidade, já que não tinham uma construção boa, mais o caderno tinha um saco, com umas folhas azuis, outras verdes. Todo mundo recebeu Papel à vontade, Caneta Bic, uniforme que até hoje os meninos tem uniformes. Então, é muito fácil falar mal da gestão dos outros Eu queria saber a sua O que você está fazendo? Porque eu fui agora recente no Mato grosso, por terra, por dentro da Santa Helena, e lá eu deixei: caderno, borracha, lápis, caderno, apontador, pro Mato Grosso, pro Campo Formoso, pro Sapão, por Lago verde, deixei lá Por quê? Porque Educação não tem, não deu, não está preocupado, não sabe nem onde fica o Sapão, o Lago Verde, o Campo Formoso, não sabe. Mas eu sei e me preocupo. Agora isso não é obrigação de Lenir, Evangelista, fazer não. É obrigação do Poder Público, que é lá da Secretaria de Educação, como a gente vendo, tem possibilidade de ajudar, não vai se esquivar, porque a gente vai esperar, como? Então, eu acredito também que a Educação Indígena, a luta da Educação Indígena é o que nós construímos no plano, professores Ana Célia e Fausto, é diferenciada. É o censo chegar lá e quando os meninos estiverem pra roça, pois muitas escolas têm a roça da escola e tem a roça da comunidade, mas ali é dia letivo, sim. O menino vendo o pai plantar mandioca, fazer beiju aquilo é que é educação diferenciada. (aplausos). E não chegar lá e dizer que não teve aula e dizer que a escola tem que ser fechada. Educação Específica é quando a gente encontra os meninos ali na Tábua Lascada fazendo transado e saber que naquele transado ele pode ter a matemática, ele pode ter a redação, ele pode ter a história. Isso é específico da educação indígena; isso é educação específica diferenciada. Educação Intercultural é como, para uma comunidade Manauá, a Secretaria de Educação garantir professor de língua materna macuxi e Wapixana, que é direito deles. Isso é Educação Intercultural. (aplausos). Nas comunidades que falam wai-wai, onde acompanhei, e Neide sabe que acompanhei uma provinha Brasil, lá nos wai-wai, como a prova era em português, o professor Carlos, nascido aqui na Tábua Lascada, tinha que traduzir para os meninos. Ora, se eu vou fazer uma prova em português e Ângela é minha professora, então é ela que vai traduzir pra mim que diacho é isso? Eu não vou ter o mesmo entendimento, quando eu mesma leio. Então, a educação bilíngue é aquela que você tem a capacidade de ler, você mesmo nas duas línguas, na sua língua materna e na língua que está sendo proposta, a do País. Então, educação indígena também é bilíngue, é educação comunitária também tem outra característica. Por quê? Porque, hoje quando as lideranças estão aqui, quando alunos estão aqui, porque tem uma assembleia na comunidade pra discutir educação, significa que educação é um compromisso de todos. É uma decisão coletiva. Por isso a educação indígena também tem essa característica de comunitária. E por fim se Educação Indígena para superação das desigualdades e injustiças históricas que a Educação Indígena tiver. Ela tiver ela vencer essas barreiras e tiver essas características ela vai ter qualidade sim. Não é prédio, é prédio também, mas não é prédio que faz uma educação de qualidade. É curso lá no CEF, que não esta tendo mais, está parado. Eu

soube que o professor Fausto Mandulão, foi convidado, e ele desistiu. Tamigan que é pra voltar a funcionar, e quando alguém diz alguma coisa pra mim, eu digo não! Na minha época, quando o encontrei parado eu coloquei pra funcionar. E o Mumurutac é o fortalecimento da língua materna, então assinar os convênio do Cigiram para garantir a bolsa aos professores pra cursar Educação Superior. É professor formado, habilitado, capacitado, Educação de qualidade é ter um quadro branco na comunidade, pode ser debaixo de um barracão, mas ter um quadro branco, ter carteira boa igual a da cidade, é ter um caderno bom, é ter uma caneta, lápis bom, então, Isso é ter Educação de qualidade. Eu acredito na possibilidade de ter internet lá no Caju, ter internet no Manuaua, internet na Água Fria, é internet lá no Baixo Rio Branco para os ribeirinhos, ter internet nas outras também onde estiver faltando. Então, eu digo pra vocês eu acredito sim no potencial de vocês. A Comissão de Educação, através da qual que nós estamos participando e eu estou presidindo atualmente, compartilha dessas ideias conosco. E, hoje, eu estou autorizada a falar neste tom pelo Presidente da Assembleia Deputado Jalsel Renier. E estou autorizada em Ata na reunião Ordinária de quarta-feira, quando o Vice-Presidente Deputado Evangelista Siqueira, estava presente, me autorizou falar; fazer essa fala aqui para vocês nesse tom sobre a Educação Indígena. Quanto a Lei Estadual nº 892/2013, nós vamos trabalhar para sua efetivação posteriormente a essa fase aqui do plano e essa lei, a nosso ver, de forma muito particular e expresso os meus sentimentos, não pode ser revogada. Por quê? Porque é esta que garante o concurso indígena específico e diferenciado (aplausos). É esta lei que garante a existência dos Centros Regionais de Educação Indígenas. Agora, eu estou começando a responder para vocês porque querem revogar a lei. É porque nesta lei que tem a garantia da língua materna, a educação indígena bilíngue é nesta lei que nós somos o único Estado do Brasil que têm carreira do professor indígena (aplausos). Esta lei foi conquistada por todos os trabalhadores em Educação. Estes dias até vi uma pessoa passando na internet e, às vezes, falando da pessoa física da Lenir Rodrigues, mas, eu como professora, também, eu entrei na sala de aula, vocês podem fazer a conta da minha idade que não tem problema não. Entrei em sala de aula no dia 01 de fevereiro de 1978, na escola o Pescador. Muitos de vocês não tinham nem nascido, isto é, a maioria de 78 para cá. Eu não fiquei só em gestão, não, tive possibilidade de chegar à gestão da Secretaria, mas o meu maior tempo de serviço foi na sala de aula, naquela época eram 32 horas de aula na sala não tinha esse negócio de 16 não. Que é um direito conquistado, lógico! Então, eu digo sempre que essa lei foi construída a muitas mãos, com discussões acirradas, estresses, não aconteceu do dia pra noite, nem construída em gabinete não. A maioria das reuniões realizadas lá no CEFOR, com data show, briga e discussão, também na OPIRR. Quantas e quantas vezes eu sai da OPIRR de noite, às vezes passava uma tarde toda no CEFOR, saia de lá e ia pro OPIRR, e era só trabalho também. Então, quer dizer, é uma lei conquistada Não foi uma lei inventada em gabinete, digitada na calada da noite, sem consultar pessoas então, eu quero dizer que até o início desta Audiência Pública, nós registramos a presença de 367 participantes (aplausos), provavelmente tem mais porque algumas lideranças não assinaram. Estou grata pela presença de vocês, nós iremos apresentar o relatório. chegou a resposta para o Mário Nicósio, Coordenador do Conselho Indígena de Roraima – CIR. O Deputado Jalsel Renier, Deputado Brito Bezerra e o Deputado George Melo, comunicam que amanhã ao meio-dia irão receber a Comissão da OPIRR e das organizações aqui nesta Casa, (aplausos). Passo a palavra para o Deputado Evangelista Siqueira, para as suas considerações finais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**—Agradeço a vinda de todos vocês. Vemos um plenário cheio demonstrando maior interesse e não é diferente em outros aspectos a discussão da causa indígena, mostrando a organização dos povos, isso é muito importante. Quisera que em outros segmentos da sociedade tivéssemos essa organização que vocês tem, inclusive, de estarem aqui do início até o final. Parabéns pela organização e deixo um pedido. Vamos participar cada vez mais, vamos estar presentes não somente nos momentos de luta, mas no cotidiano desta Casa por aqui passa a vida e o desenvolvimento do Estado de Roraima, nós temos que nos apropriar dessa discussão. Digo, também, a vocês e aos trabalhadores e trabalhadoras em educação que se encontram em greve por tempo indeterminado, que a Comissão de Educação também está atenta. Nós vamos conversar, vamos sentar pra dialogar destacando a postura, relatada aqui nos pronunciamentos da senhora Secretária de Educação, que não é a melhor das posturas. Acho que devia ter recebido, no mínimo, a Comissão de greve, a comissão que iria protocolar o documento, o gestor está para dialogar. Agora, o movimento de greve vem pra rua mais fortalecido, porque tem o apoio, de vez, na reivindicação com a causa indígena, e agora com a presença dos indígenas, que disseram que só saem daqui, quando as suas reivindicações forem atendidas. E eles estão certos, estão corretos (aplausos). No momento, temos que buscar saídas, e buscar saídas significa

o quê? É ouvir o comando de greve, é ouvir os interessados, é ouvir o governo, desta vez, acredito que o governo tenha que dar passos concretos para se avançar cada vez mais no diálogo. Obrigado (aplausos).

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – A palavra está franqueada à Mesa para as considerações finais. Vamos começar com a professora Ana Célia.

A Senhora Professora **Ana Célia** – Eu gostaria de começar a minha fala, justificando, como tomei assento na Mesa, eu quero agradecer à Presidente da Comissão de Educação, a professora Lenir Rodrigues e ao deputado Evangelista Siqueira. Na verdade, não estava previsto minha participação em vista da presença do Conselheiro Fausto, mas eu me senti no dever de estar aqui com todos vocês. Sinto-me agraciada por estar aqui. E o que cabe, agora é tão somente cumprimentar esta Casa, na figura da professora Lenir, do professor Evangelista e demais membros desta comissão, que propiciaram aberto espaço, de fato, para discutir as questões educacionais do estado. Isso demonstra o extremo respeito que esta Casa demonstra aos professores, com as questões educacionais do nosso estado hoje, principalmente com as questões dos povos indígenas. Eu sou roraimense, eu tenho uma raiz da região do Surumum, ex-aluna da escola Padre José de Anchieta. Em nenhum momento, por fazer da questão administrativa do contexto educacional do nosso estado, eu não abro mão de fazer parte das necessidades educacionais, efetivamente, convocadas, solicitadas e necessitadas. Então, hoje, cabe a nós agradecer a esta Comissão por abrir espaço para estarmos discutindo essa questão. O Conselho Estadual de Educação adota uma postura de respeito às reivindicações e às conquistas dos povos indígenas, onde temos um conselheiro que representa muito bem o povo indígena nas questões educacionais e causa indígenas, que é o conselheiro Fausto Mandulão, nosso companheiro, membro representante dos povos e membro da nossa Comissão de educação básica. Quero dizer para vocês que a nossa postura no Conselho Estadual de Educação é de respeito às diretrizes, as metas e as estratégias estabelecidas nas audiências públicas, compostas por todo o contexto da Educação Escolar Indígenas. Então, quero agradecer aos professores que compõem a Comissão desta Casa estamos às ordens, estamos prontos e preparados para trabalhar em benefício da educação indígena no Conselho Estadual de Educação. A professora Lenir pontuou as vantagens que ela teve enquanto esteve à frente da secretaria. Eu tive uma vantagem muito especial, acima dos outros. Tive apenas 60 dias pra estar à frente da pasta e tive dia pra entrar e dia pra sair. Eu sabia o dia que eu ia sair. E também por 60 dias eu sabia os compromissos que eu deveria cumprir com a categoria educacional do Estado. Eu sou concursada de 1995, eu sou roraimense; eu labuto na educação deste estado. Por isso, em 60 dias eu fiz o que eu pude. Nós enviamos o Plano Estadual de Educação, para esta Casa, entramos com as emendas da 892, que paliativamente permitia o enquadramento dos servidores, também compusemos um artigo especial da lei da GID no 892. Era o que tínhamos a fazer, conforme as reivindicações do sindicato e da nossa categoria. Não me furtei de trabalhar em benefício da categoria educacional do nosso Estado. De fato a escola precisa de uma boa estrutura, bem como precisa de uma força pedagógica muito maior que impulsiona a força da nossa sociedade, a qualidade educacional do nosso Estado. Pra mim, o pedagógico corre nas veias, então precisa ter professor satisfeito, precisa ter professor resolvido na sala de aula um professor que se sinta respeitado, acariciado, acalentado, nós precisamos apenas de calor humano e respeito com o nossa profissão de professores e educadores. Uma boa-tarde para todos. (aplausos).

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – obrigado professora passamos a palavra ao senhor Mário Nicácio para as suas considerações finais.

O Senhor Mário **Nicácio** - Eu quero, neste momento agradecer ao excelentíssimo senhor Deputado Evangelista Siqueira pela oportunidade de estarmos juntos, com todos nos povos indígenas nesta Casa, aproveitar para convidá-lo também para participar do nosso memorial de festa tradicional, na tenda ali fora, ao lado da Assembleia, também visitar as nossas comunidades indígenas as 480 comunidades indígenas, para reconhecer a realidade ou para ter visibilidade da realidade dos povos indígenas. Agradecendo a presença aqui dos senhores os não indígenas, todos nós que continuamos na luta sem nunca desistir. Obrigado pela oportunidade e boa-tarde para todos.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Passo a palavra ao senhor professor Fausto Mandulão, por gentileza.

O Professor **Fausto da Silva Mandulão** – Boa tarde a todos agradeço a Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa por tudo, hoje, colocado, com certeza, ficaremos felizes se for aprovado. Temos o intuito de que será aprovado a nossa proposta quanto aos povos indígenas. Sabemos que o conselho estadual de educação passa por uma estruturação, é necessário que, para a sociedade civil, seja garantida a participação, a

permanência, através de uma lei específica nesse conteúdo. Na atual conjuntura política por que passa o Estado de Roraima, corremos o risco, viu Mário, parentes e amigos corremos o risco de ver a nossa representação no Conselho Estadual de Educação ser extinta, não sermos representados, viu conselheira Ana Célia? Isto porque não existe, não temos uma lei específica que garanta que a OPIRR, os professores de serem representados nesse conselho. Então, gostaríamos que a Casa pudesse analisar isso, através de uma proposta de lei específica, garantindo aos segmentos, inclusive, à educação escolar indígena, viu Mario? Acredito que deve ser uma pauta de discussão com os Deputados nesse sentido. Só tenho a agradecer a todo o nosso povo que ficou até este momento que possamos nesse diálogo nos estender e tornar mais constante, mais sólida e acreditar que os cidadãos possam apresentar propostas que de fato possam atingir e beneficiar a nossa população. Obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, professor convidamos o professor Enilton André, para fazer as suas considerações finais.

O Senhor Professor **Enilton André** – Agradeço a oportunidade de podermos mostrar a trajetória histórica da Educação aos longos desses trinta anos, e com certeza, os nossos companheiros acompanharam atentamente, e quero afirmar que continuamos lutando em prol da Educação, com respeito aos nossos amigos, nossas tradições, costumes, às nossas histórias e nossos saberes. Então, nós precisamos continuar lutando em defesa dos nossos direitos. Obrigado pela oportunidade e boa-noite!

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – professora Inês Isidorio, por favor, as suas palavras.

A Senhora Professora **Inês Isidorio** – Então, agradecemos o convite da Casa, acreditando que daqui saia o resultado positivo. Dizemos também para os deputados desta Casa, que queremos ser os assessores de vocês para que possamos continuar dialogando, e que todas decisões que forem tomadas sejam do lado construtivo pra que a gente não fique, como eu já coloquei anteriormente, frustrados, pois, muitas vezes, essas decisões vêm e nos deixam muitos incomodados pela situação. Continuo dizendo que haja nessas questões respeito pela secretaria de Educação. Passei na divisão durante os 4 anos, como chefia, dificuldade existiram mas havia o dialogo, porém quando não há o interesse do dialogo, a situação complica. Então, a gente solicita que o dialogo seja respeitoso, que dê todas as condições pra que a gente também fique tranquilo seja o local onde for, mas a maioria das nossas escolas é de difícil. Temos o povo Yanomami aqui, os Yngaricós, os Patamonas, então, na questão da formação, nos conquistamos muito espaço, mas, como diz a professora Ana Célia, nós precisamos trilhar pelo lado pedagógico mesmo que esse seja o nosso maior desafio. A estrutura já foi garantida, como disse a deputada Lenir Rodrigues, no PAR 2011, mas nós precisamos trilhar na questão da nossa competência, também na qualidade do nosso ensino. Então, eu queria pedir à Casa que analise isso com cuidado, verifique e fiscalize dentro das escolas indígenas, na parte da coordenação pedagógica, existe uma dificuldade muito grande na parte da assessoria porque o nosso povo ainda não tem o quantitativo de professores, coordenadores capacitados. Começamos, mas realmente parou, precisa ser retomado, na questão dos professores nos temos professores apenas de 1º ao 5º ano, são professores que o senso realmente não respeita, porque, muitas vezes, esse professor é aluno durante a noite e é professor pela manhã ou pela tarde. Na questão dos professores de línguas, foram deixados de lado, na questão do respeito pelos nossos professores indígenas, o senso não os contemplou. A exigência é que não tem sala ou que não tem espaço ou que não tem qualificação. Então, para se cobrar e dar um resultado positivo é preciso que este estado nós ofereça essas condições e oportunidade. Não adianta cobrar porque os gestores ficam desesperados, e a gente acaba deixando a escola, mesmo sabendo que temos direito. Obrigado.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Com a palavra para as suas considerações finais. Parabéns e obrigada por ter cantado o Hino Nacional em Macuxi, Dona Ernestina, Vice-Prefeita do Uiramutã.

A Senhora Professora **Ernestina Afonso de Souza**, Vice Prefeita do Município de Uiramutã – Boa tarde a todos ou boa-noite. Em primeiro lugar, agradeço a excelentíssima senhora presidente da Comissão, professora Deputada Lenir Rodrigues, também o deputado Evangelista Siqueira, que teve a oportunidade de conhecer a minha comunidade de origem, Município de Uiramutã. E aos nossos amigos, professor aqui presente, às lideranças, na pessoa da Tuchau Anelina, agradeço pela presença e a vossa luta e dizer-lhes que nós estamos aqui pra lutar pela causa nossas, pelos nossos direitos, garantidos na constituição, nós não vamos baixar a cabeça diante deste governo que é anti-indígena, preconceituosa, e estamos aqui para somar força juntos com os professores não indígenas por uma causa justa e em defesa dos nossos direitos, nós não vamos desistir, a luta continua, unidos venceremos, este é o nosso lema, pelo qual conquistamos os direitos, tanto na área de educação indígena, quanto na

área da agricultura, enfim, os nossos direitos garantidos na Constituição. E quero dizer a todos: “vamos em frente juntos”! porque se não juntarmos a nossa força, a nossa união, não vamos conseguir o que queremos. Nós, ultimamente, tivemos audiência pública para construir plano municipal de educação no qual colocamos também o reconhecimento da língua indígena macuxi, mas de todas as línguas hoje faladas de origem indígenas, que sejam prioritários e obrigatórios os ensinamentos das línguas indígenas nas escolas indígenas municipais, também, queremos a garantia do Estado. Os nossos estudantes estão presentes, os nossos professores estão presentes, não vamos se preocupar como vamos repor como vamos ficar não deixa de ser uma aula, pois os nossos estudantes estão aqui, os professores estão aqui, construindo aula, a prática, vendo como é a posição do governo junto aos povos indígenas. E assim, quero dizer, que a luta continua, Macunaima viva até o último índio. Obrigada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**—O Professor Misaque está sendo entrevistado, vamos passar para o encerramento. A nossa Comissão se compromete em encaminhar, o mais rápido possível, a Ata com as decisões da Comissão; as perguntas contempladas; a audiência, além de transmitidas pelo canal 57.2 TV Assembleia, ao vivo, também foi gravada. Então, sob proteção de Deus, em nome do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima Deputado, Jalser Renier, convido a todos para cantarmos o Hino do Estado de Roraima, em seguida já declaro encerrada a presente Audiência Pública, agradecendo aos pais, alunos, lideranças, professores e autoridades presentes. Todos, de pé, para cantarmos o hino do Estado de Roraima. (hino executado).

Deputada Lenir Rodrigues
 Presidente da Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE, REALIZADA NO DIA 12 DE AGOSTO DE 2015.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e vinte minutos no Plenário Valério Magalhães, desta Casa Legislativa, cito a Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde, solicitado por meio Requerimento nº 051 datado de 11 de agosto do corrente, de autoria do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, lido e aprovado na Sessão Plenária do dia 11 de agosto do corrente, para discutir sobre as reivindicações dos trabalhadores em educação do Estado de Roraima - SINTER, incluindo a pauta das comunidades indígenas, sob a Presidência do Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Vice-Presidente desta Comissão, tendo em vista o impedimento da Senhora Presidente, Deputada Lenir Rodrigues que encontrava-se presidindo, no mesmo horário, a Comissão Especial Externa criada, por meio da Resolução nº 005/2015, para acompanhar a Elaboração de Planos Emergenciais no Sistema Prisional e na Rede Pública de Saúde do Estado de Roraima, presentes os Senhores Deputados que compõem a Comissão: Mecias de Jesus e Chico Mozart. Com ausência justificada do Senhor Deputado Masamy Eda. Por determinação do Senhor Vice-Presidente esta Ata será transcrita na íntegra.

1- ABERTURA DA REUNIÃO

O Senhor Deputado **Chico Mozart** - Solicito do senhor Deputado Evangelista Siqueira que acompanhe a mesa dos trabalhos e atue como 1º secretário. Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar a todos os presentes e manifestar a nossa satisfação em recebê-los aqui na casa do povo. Neste momento, convidamos, para compor a mesa dos trabalhos, os senhores Deputados Messias de Jesus, Professor Ornildo Roberto de Sousa, Diretor-Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima – SINTER, solicito a presença do Deputado Soldado Sampaio para ocupar a mesa dos trabalhos. Professor Flavio Bezerra da Silva, Diretor-Geral do SINTER (*aplausos*), professor Matheus da Silva, Comando de Greve (*aplausos*), professora Catarina Padilha, Comando de Greve (*aplausos*), senhor Misaque de Sousa Antoné, Coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Roraima/OPI (*aplausos*). Neste momento, convidamos a todos para, de pé, cantarmos o Hino Nacional. (*Hino Nacional Executado*).

O Senhor Deputado **Chico Mozart** - Solicito ao senhor Deputado Evangelista Siqueira, que faça a condução dos trabalhos neste momento.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberto a presente Audiência Pública para discutir as reivindicações dos trabalhadores em Educação do Estado de Roraima que encontram-se em greve. Agradecemos a presença de todos que atenderam ao convite para participar desta audiência. Audiência Pública de hoje, é fruto de um requerimento, solicitado por este parlamentar diante da atual conjuntura, através da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Desporto desta Casa. Indicamos a todos que estamos ao vivo pela TV Assembleia, transmitida para toda a cidade de Boa Vista e

para algumas cidades do interior, pelo canal 57.2, lembramos ainda, que neste momento acontecem duas outras reuniões de comissões nesta Casa, uma é a Comissão Especial Externa, criada para acompanhar a elaboração dos planos emergenciais no Sistema Prisional e na Rede Pública Estadual de Saúde do Estado de Roraima. Está acontecendo também, o encontro da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, para discussão da logística reserva, Comissão de Segurança também está reunida neste momento. Informamos aos presentes que, no ato da inscrição na entrada, todos receberam um formulário para participar desta audiência, de acordo com o protocolo desta Casa quem desejar, formular pergunta, será por escrito. Lembramos que no dia de amanhã, às 10:00 horas da manhã, neste plenário, a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima, por convocação da Comissão de Educação desta casa, estará aqui em Plenário para dar explicações aos Deputados, mesmo estando presente de acordo com o regimento interno da Casa, amanhã só terá direito a voz, os Deputados, a gente encaminha. Na audiência de hoje, você que quer fazer um questionamento, uma pergunta para a Secretaria de Estado da Educação, use este momento, inclusive com as fichas que foram distribuídas, a Comissão de Educação, logo depois a audiência se reunirá para fazer a seleção, tirar o que esta repetitivo e dar conhecimento aos Deputados do que os trabalhadores em educação gostariam de saber e questionar da Secretaria de Estadual de Educação. Então, vocês podem fazer o preenchimento da ficha, direcionando também perguntas que serão selecionadas pela comissão hoje e encaminhadas para conhecimento dos Deputados para que amanhã eles tenham conhecimento do que os trabalhadores em educação gostariam que a Secretaria de Educação respondesse neste Plenário. Convidamos também o representante do movimento estudantil da URES, para se fazer presente, representando os alunos do sistema estadual nesta mesa, convidamos também o Deputado Messias de Jesus para compor a mesa (*aplausos*), convidamos também o representante do Conselho Indígena do Estado de Roraima, Senhor Mário Nicácio, para fazer-se presente (*aplausos*), registramos a presença do Vice-Prefeito de Pacaraima Jonas Marcolino seja bem vindo a esta casa! Neste momento, solicitamos ao operador do painel e controle, para marcar o tempo da fala dos presentes nesta audiência, oito minutos para cada participante. Convidamos neste momento para o uso da palavra, o Professor Ornildo Roberto de Sousa, Presidente Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima.

O Senhor Professor **Ornildo Roberto de Sousa** – Meus cumprimentos ao Excelentíssimo Deputado Estadual Evangelista Siqueira, Excelentíssimo Senhor Deputado Messias de Jesus, Excelentíssimo Senhor Deputado Chico Mozart, Excelentíssimo Senhor Deputado Soldado Sampaio. Em primeiro lugar, é com muita tristeza que vejo em momento importante, em momento impar como esse, os demais representantes dessa Casa e em especial, os deputados da comissão em educação, não estarem presentes nessa sessão (*aplausos*). Pois isso demonstra com certeza para nós trabalhadores da educação, que falta compromisso com essa categoria, que é uma das mais importantes para nossa sociedade (*aplausos*), cumprimento em especial também, a todos os trabalhadores da educação do nosso estado e em especial aos indígenas e aos senhores e senhoras aqui presentes (*aplausos*). Senhores parlamentares, senhores e senhoras presentes, estamos aqui hoje, nessa tribuna, para reivindicarmos os nossos direitos que estão sendo sonegados mais uma vez por esse governo, senhores e senhoras, é triste, é lamentável que estejamos aqui, para buscar algo no qual deveria fazer parte da vida cotidiana do trabalhador, que é uma lei que respalde o mesmo, em relação aos seus direitos e, que lhe assegure o bem estar, mas vemos senhores, uma lei que já foi aprovada por esta Casa, há mais de dois anos e meio, e que na verdade, até hoje, essa lei não disse para que veio, essa lei não está sendo implementada para que realmente garanta os direitos dos trabalhadores em educação, senhores parlamentares é constrangedor ter um objeto e não poder usá-lo, assim como, os trabalhadores em educação tem uma lei e não podem aplicá-la em seu próprio benefício. Desde que foi sancionada e publicada, em janeiro de dois mil e treze e, depois republicada em vinte e um de maio do mesmo ano, a Lei 892, que criou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR dos profissionais da educação, mas essa não está atendendo a categoria, portanto, é inadmissível que tenhamos que trabalhar, sem que possamos utilizar da lei da própria categoria que veio para beneficiá-lo, mas que na prática não beneficia, só prejudica, senhores parlamentares, em virtude dessa situação, é que deflagramos o segundo momento de greve em nosso Estado, no período de oito meses, decorrente desse Governo, esse é o segundo momento que estamos em greve, porque nós estamos em greve? Porque na verdade, no primeiro momento em março desse ano, quando nós deflagramos aquele primeiro momento de greve, nós fizemos uma pauta com várias reivindicações e acordamos com esse governo, demos um voto de confiança a esse governo, para que pudéssemos assim, nos organizarmos e começarmos a trabalhar e mostrar realmente para que veio,

para transformar a educação, mas infelizmente, nos decepcionamos e o governo não cumpriu com a sua parte, o governo gasta muito com mídia, dizendo que está atendendo as reivindicações dos trabalhadores, mas que na prática, todos nós sabemos que o governo foi quem quebrou o acordo com a categoria dos trabalhadores em educação e, ele não está fazendo a sua parte de modo algum. Portanto senhores e senhoras parlamentares e demais presentes, não podemos mais esperar por entendermos que o que falta para esse governo, é simplesmente vontade política, o governo não tem boa vontade de valorizar, de investir em relação aos trabalhadores em educação e dar uma educação de qualidade a nossa sociedade, pois nós sabemos que a educação, ela é a mola propulsora de todo e qualquer desenvolvimento de uma sociedade e que em educação, não se improvisa, em educação se investe, portanto, se não temos investimentos em educação, com certeza, vamos comprometer o futuro da nossa sociedade, o futuro das nossas crianças e nossos jovens. Senhores parlamentares, é urgente a necessidade que temos de resolver esses problemas, pois temos companheiros nossos que estão tendo prejuízos financeiros de mais de R\$ 1.500,00 em seus vencimentos, pois estes companheiros já concluíram sua especialização, mestrado e até doutorado e, até hoje, não teve reconhecimento por parte da Lei nº 892, porque o governo do estado (*Aplausos*), não fez o enquadramento desses profissionais de acordo com a Lei nº 892, alegando que a mesma é inconstitucional, que a mesma esta cheia realmente de vícios e por isso, não pode aplicar a mesma, mas não pode aplicar quando é para beneficiar o trabalhador, porque quando é para atender aos seus anseios (*Aplausos*) com certeza ele utiliza a Lei, como temos documento aqui, vamos entregar posteriormente aos senhores parlamentares o momento em que o governo quer usar a lei, o governo vem e utiliza, mas quando é para beneficiar a categoria, ele diz que a mesma é inconstitucional e não pode aplicá-la, é triste, é lamentável, mas isso é a verdade, é isso que ocorre. Agora este governo fala em revogar essa Lei que trata do PCCR dos profissionais da Educação, sem que antes, essa tivesse sido aplicada em prol da própria categoria, alegando que a mesma, como eu já disse, é inconstitucional e como tem vários vícios é muito melhor refazer, criar a outra Lei e na verdade revogando essa, quando na verdade, nós já deixamos bem claro para este governo, nós somos contra, nós queremos aplicabilidade da lei, queremos que a Lei seja aplicada para que tenhamos nossos direitos garantidos e, se é que na lei possui inconsistência, vamos trabalhar em cima da inconsistência, mas a lei tem que se fazer valer, a lei tem que ser aplicada para o benefício de nossa categoria (*Aplausos*), pois intendemos que se há algumas inconsistência, ela vai ser analisada juridicamente com o nosso acompanhamento para que realmente a gente possa está vendo de perto essas modificações, só assim, poderemos avançar e ter os nossos direitos assegurados. Na Lei, pelo exposto acima, pode-se depreender que pela interpretação do governo não há condições de aplicabilidade da mesma, mas compreendemos que não se justifica a sua revogação, pois a sua revogação com certeza, vai atender aos interesses escusos deste governo, que na verdade, veio de um processo político, onde na verdade, enganou a população, mentiu para a população (*Aplausos*), dizendo que esse Governo ia ser um Governo diferenciado, mas está demonstrando na prática, que não é diferente dos demais Governos que passaram (*Aplausos*). O que estamos passando hoje, é por não termos um diálogo permanente com o Governo para que possamos solucionar os problemas dos profissionais da educação com a secretaria de Educação e isso tem dificultado o encaminhamento das reivindicações da categoria, desta forma, estamos aqui para pedir aos senhores, que nos ajudem a buscar uma solução junto a esse governo do estado e as demais autoridades e poderes constituídos para equacionarmos os problemas o mais rápido possível, pois o ano letivo de nossos alunos, poderá ser comprometido, caso o Governo não receba os trabalhadores, para que possamos dialogar e ai sim, finalizo dizendo que os trabalhadores em educação, estão aqui esperando ser convocados para que na mesa de diálogo possamos equacionar os nossos problemas, caso contrário (*Aplausos*), o governo não nos atenda, vamos permanecer na praça, na rua, mobilizando toda a nossa categoria, não vamos medir esforços e sendo companheiro de todos os municípios e que juntos podemos mostrar a nossa força e a nossa união para com o Governo do Estado, muito obrigado! (*Aplausos*).

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado Professor Ornildo! Convidamos a Professora Albanira Cordeiro de Araújo para fazer uso de sua fala.

A Senhora Professora **Albanira Cordeiro de Araújo** – Boa tarde colegas! Estamos aqui, essa luta é para falar de educação, primeiro, queria agradecer o espaço da Assembleia, que tantas vezes a gente luta, que tem que ser uma luta mais acirrada para a gente conseguir, infelizmente lamento muito, porque isso deveria ser uma coisa natural, porque quando nós elegemos representantes, a gente espera que esse representante nos escute, a gente espera que cada projeto apresentado, represente uma necessidade nossa, a gente espera que seja ouvido as nossas necessidades

de base. Falar de Educação no nosso Estado de Roraima, a gente tem que falar de todas as necessidade que nós temos, nos temos uma pauta muito ampla e isso significa uma necessidade muito grande, quando a gente vem com um cartaz, incorporação da GID, a gente vem mostrar que uma gratificação não satisfaz, porque ninguém aguenta mais essa gratificação, que está engasgado, porque quando a gente estava lutando por reajuste de salário, ao invés de ter esse reajuste, nos coloraram de uma maneira de nos controlar no chicote, para cada vez que a gente fosse se manifestar, fosse usado contra a gente, cada vez que a gente queria (*Aplausos*), e cada vez que a gente tenha necessidade sempre encontram uma maneira de nos enganar, pensam que enganam, mas estamos muito atentos. Esse pseudo acordo firmado com o Governo na da ara dizer sim e a categoria veio para rua e com muito mais força exatamente porque esse acordo nunca representou as nossas necessidades (*Aplausos*). A gente já veio de outros Governos cada vez mais sucateados quando a gente pensava que já estava no fundo do poço, veio um Governo e disse vamos descer mais, e ai representantes nossos, de nossos sindicatos se elegem (*Aplausos*) com a campanha que devemos ter representantes na assembleia, aqui estão e, eu fico muito tranquila em ver Soldado Sampaio que veio de sindicato, Evangelista Siqueira que veio de movimentos sociais de igreja, fico muito a vontade para falar para eles, se querem representar o povo, rompa com o Governo (*Aplausos*), porque não dá para misturar água com óleo, é querer enganar e a gente não se engana, como é que a gente vem de sindicato, que sabe a necessidade e a repressão que a gente passa como nós vimos agora, um Governo que tem a petulância, a arrogância, a discrepância de baixar no Diário Oficial, uma medida que obriga a gente a trabalhar quarenta horas, mas que o nosso contrato é de vinte e cinco horas (*Aplausos*), um governo que acha que está acima da Lei, que acha que esta acima do bem e do mal, e ninguém vai fazer nada, que tem a petulância de pegar e baixar a circular rodando nas escolas, ameaçando demitir seletivados (*Aplausos*), a coisa está tão descarada que ferem a lei de uma maneira que se acham no direito de botar no diário oficial, como pode uma coisa dessa, a gente não pede não, exige que essa Casa tome uma providência (*Aplausos*), como a gente vai admitir que essa Casa que faz as leis, vendo que essas leis vêm sendo descumpridas e não fazem nada? (*Aplausos*), e a gente quer também providências, quando a gente pede também a manutenção da 892, é porque foi uma conquista da adequação da lei do piso, e não podemos esquecer que esse contrato de vinte e cinco horas, do jeito que a GID foi, para não nos dar reajuste das vinte e cinco horas, também quando a gente trabalhava quarenta horas, recebia igual a vinte e cinco e, o Governo para não pagar essa diferença de horas trabalhadas, nos deu o contrato de vinte e cinco e agora quer aumentar para quarenta, fazendo de conta que não houve nada, a gente não vai se calar diante disso não (*Aplausos*), como é que a gente vai ver crianças de quatro a oito meses sem merendas, o Centro de Educação Especial até hoje, não recebeu um grão de merenda, não recebeu uma pessoa para fazer limpeza, eu sou dona de casa, mãe de família e não tenho nenhuma problema de assumir isso, pegar uma vassoura e varrer, mas eu tenho consciência que quando eu pego uma vassoura para varrer a escola, eu estou tirando emprego de quem precisa (*Aplausos*), então, quando eu me nego a fazer este trabalho é com sã consciência, não é que o trabalho não seja digno não, que eu não tenho problema nenhum com isso, quando a gente vê empresas sendo denunciadas com superfaturamentos dessas obras e a gente vê as escolas caindo aos pedaços e ainda uma lentidão, nós não podemos aceitar uma coisa dessa, e ainda mais, a secretária ainda tem a petulância de ir à imprensa de uma maneira geral, dizendo: já revitalizamos oito escolas em oito meses, só na capital são sessenta escolas, então são necessários sessenta meses, cinco anos e eles só tem quatro, então, ou seja, ela mesma está dizendo que não vai fazer e fica por isso mesmo, qual a postura que tem diante disso (*Aplausos*), uma secretária, pessoal só um minuto (*Plateia gritando "Fora Selma"*), por favor, eu sei que essa é a greve do grito, pois já falei muitas vezes, porque o grito está preso mesmo e a gente quer soltar mas só um minuto, olhem só, uma secretária de educação, eu estou aqui desde noventa e um e já trabalhei em quase todas as Escolas, porque em dois mil e nove, quando nós fizemos uma greve por perseguição, eu tenho memorando e posso provar isso, eu passei por nove escolas diferentes que os diretores não me queriam, nenhuma das Escolas que eu já trabalhei aqui, eu encontrei a Selma, eu encontrei em um lugar (*Aplausos*), encontrei quando fiz, porque a gente quando é professor também tem esse lado, não podemos ter só um emprego, porque se não, não da para garantir a comida na mesa, e para garantir a comida na mesa também fui atrás de um segundo emprego, que foi na Estácio e lá encontrei a Selma, mas não foi dando aula não, eu ia para sala de aula e ela ficava nos gabinetes (*Aplausos*), e isso é muito fácil de provar, está nos sites, como uma pessoa tem dedicação exclusiva, é funcionaria da união e pode pegar outro emprego assim, ou seja, esse Governo está zombando de quem fiscaliza, não é só do povo não (*Aplausos*), estão nem ai, estão se achando acima da lei, pessoal nós temos

que ter uma firmeza, se hoje tem esse quantitativo, amanhã a gente tem que ter o dobro e temos que mostrar nossa força para nos fazer ouvir e, temos que ter esse compromisso. Esses parlamentares que vem de sindicatos o rompimento com o Governo, já. (*Aplausos*)

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Convidamos para fazer o uso da palavra, a professora Catharina Janira Padilho, do Comando de Greve, no tempo de oito minutos.

A Senhora **Catharina Janira Padilho** – Boa tarde! Quebrando um pouquinho o protocolo, primeiramente, quero cumprimentar a massa trabalhadora que está aqui, na rua lutando pelos seus direitos, unidos, professores indígenas e não indígenas (*Aplausos*), em prol de recuperar a justiça, e que a justiça seja feita em prol de uma educação de qualidade. Primeiramente, eu quero também dizer que como pedagogos, nós temos sido das mais formas possíveis vilipendiados os nossos direitos, os pedagogos que em noventa e quatro, eram magistério, ingressaram como o primeiro grupo de carreira de servidores desse estado. Em dois mil e dois, outro grupo também da carreira de magistério e pedagogo, adentraram também com o serviço público e em dois mil e sete, o último concurso, diga-se de passagem, que foi aplicado aqui nesse Estado também, contemplou cento e vinte vagas para o curso normal superior e pedagogia, e hoje, todos esses profissionais estão sendo marginalizados por esse Governo (*Aplausos*), é inadmissível que nos dias de hoje, o pedagogo que tem tanta importância dentro de uma escola pública, quer seja atuando em uma sala de recurso, quer seja atuando no apoio pedagógico a alunos com necessidades especiais, quer seja na orientação pedagógica, na supervisão, gestão, coordenação ele está sendo ainda marginalizado, primeiramente a seiscentos e nove, veio com a falha que nunca ninguém se atentou quando fez o enquadramento da seiscentos e vinte e um, em que os professores de magistério e professor um no qual enquadrava o pedagogo, se transformou em professor Junior um, tendo aqueles que ingressaram em dois mil e sete, esperar três anos, mesmo tendo a graduação em pedagogia, ou sendo especialista para ganhar míseros R\$ 1.114,00 como salário base na época, enquanto outros professores de ensino superior considerado professor nível dois, ganhando R\$ 1.500,00, ou seja, uma defasagem de R\$ 433,00 logo no seu salário base de carreira inicial e hoje, nós estamos mais ainda marginalizados, porque o pedagogo está se vendo obrigado a cursar uma segunda licenciatura para ter sua lotação garantida, para poder ter as gratificações que hoje estão vigentes asseguradas e principalmente, ele está aí sendo, talvez, inclusive, escamoteado até da própria escola, porque os próprios gestores, hoje dizem: aqui não tem função mais para vocês, é triste e lamentável, a gente escutar isso de colegas professores, então, nós pedagogos, exigimos sim, respeito, exigimos sim, que nossos direitos sejam assegurados na lei 892, nós não queremos a revogação, pelo contrário, nós exigimos que nossa pauta, o professor pedagogo seja de fato reconhecido dentro da lei 892, através do enquadramento que até hoje está aí por ser publicado e que está ainda dormindo em berço esplêndido. Nós pedagogos exigimos que as nossas lotações sejam feitas nas salas de recursos de informática e, laboratório e, principalmente, não sejamos obrigados a cursar uma segunda licenciatura, porque o Governo acha que nós não temos espaço mais de trabalho. Então, nós pedagogos com tantos direitos funcionais vilipendiados, encontrando no profissional a ser lotado nas escolas, que não há necessidade de funções, está sendo registrados, exigimos o registro do senso escolar, o professor que é de apoio e que ele não está lá dentro de uma sala de aula, ele não tem sido registrado no senso escolar, fazendo inclusive, impedido posteriormente, por não está registrado, de está fazendo cursos até mesmo referendados pelo Ministério da Educação. Que seja garantida às dezoito horas do professor pedagogo, dos professores de apoio, da sala de recursos, porque hoje, há um entendimento que mesmo que a lei 892 entre em vigor, às dezoito horas sendo em vigor, o pedagogo não vem podendo cumprir isso, porque eles alegam ao Governo, que tem que estar lá com o aluno e não tem direito à sua formação, que ele tem que estar lá, cobrindo o professor que por força maior também não pode comparecer na Escola, ou seja, o pedagogo virou Severino, quebra galho? A promoção tanto vertical como horizontal suspensas justamente pelo não enquadramento de todos os profissionais e principalmente pela não inclusão do pedagogo na lei 892, enquadramento esse tão esperado, não apenas pelo licenciado em pedagogia, mas por os todos profissionais em educação, e que seja investigado os assédios e humilhações que os pedagogos passaram no início do ano, porque todos os pedagogos foram devolvidos, as suas lotações ficaram aí quase dois meses, aguardando decidirem a nossa vida, porque eles alegaram à Secretaria de Educação que não tinha lugar para ser lotado. Enfim, que após tanta humilhação, os licenciados em pedagogia exigem que sejam enquadrados na lei 892, que seja registrado no senso escolar, que seu espaço de atuação seja assegurado, que os professores readaptados, os das salas de recursos, de informática, de leitura, sejam resguardadas suas dezoito horas, e as gratificações que estão em vigor atuais em vigências, mas também lutamos

e exigimos o enquadramento da GID também na incorporação de nossos salários (*Aplausos*), e que nós tenhamos também, a opção de lotação nos centros de atendimento, hora, se as Escolas e a Secretária alega que não há espaço para nós, que nós também temos muitos especializados que podem atuar dentro dos centros de atendimentos CAIS, CAP, CADAIS, Centro de Estimulação Precoce e também garantia dos professores readaptados a usufruir seus quarenta e cinco dias de férias, porque os professores que estão lá, readaptados ou em apoio, acaba não podendo usufruir os quarenta e cinco dias, que seja considerada também, as suas formações e principalmente a manutenção da lei 892 com emendas que contemplem as carreiras dos professores pedagogos, supervisores escolares e orientadores educacionais, quero só lembrar, que se hoje há um grande quadro de professores pedagogos no Estado, foi o próprio Governo que aí voltou se dizendo que o povo que no final da década de noventa e no início de ano dois mil, encaminhou o projeto para implantação do antigo ISI, formando os antigos normais superiores e hoje que se tem a UERR, muitos que aqui estão, foram formados neste Instituto, com o intuito da politichalha, de dizer que estávamos formando para termos assegurados e podemos estar atendendo nossas escolas direito e que hoje, nós estamos sendo tratados assim, como indigentes profissionais, marginalizados dentro da Secretaria de Educação, obrigado!

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado, professora Catharina! Registramos nesse momento, a presença do Senhor Diego Silva Vila Nova, representando a Secretária de Estado da Educação, neste ato. Convidamos nesse momento o Senhor Lucio Manoel – Diretor-Geral da União Roraimense de Estudante – URES, para fazer uso da fala (*Aplausos*). Antes do Senhor Lúcio se manifestar, nós comunicamos mais uma vez, que aqueles que desejarem algum encaminhamento, lembramos mais uma vez, amanhã estará nesta Casa, a Senhora Secretária de Estado da Educação, por uma convocação da Comissão de Educação, como amanhã não será possibilitado à fala dos Senhores, aqueles que desejarem fazer algum questionamento, por favor, que registrem esses questionamentos na folha própria que foi solicitada, encaminhe para secretária para que a Comissão de Educação possa providenciar a distribuição e para o conhecimento dos senhoras deputados, por favor senhor Lúcio!

O Senhor **Lúcio Manoel** – **Diretor-Geral da URES** - Boa tarde a todos, boa tarde pessoal da mesa! Quero cumprimentar a todos e falar da nossa reivindicação do estudante, queremos investimentos em ciência, queremos bebedouros, climatizações e espaços para os grêmios estudantis, os representantes das escolas não têm espaço e nesse movimento, nós fomos na terça-feira na Secretaria de Educação e fomos tratados como marginais, aos alunos deve-se respeito, deve ser tratado como o futuro, (*Aplausos*) queremos educação e, digo que ontem, foi o dia do estudante e eu não digo que foi comemorado e digo sim, que temos que lutar pelos nossos direitos, estudantes têm que conquistar e queremos educação, um futuro de respeito que não está sendo dado a nós. Estamos sendo tratados como marginais, foram colocados lá cachorros e guardas para que a gente não pudesse reivindicar os nossos direitos e eu digo, são esses os representantes que estão lá, sai desse espaço, queremos representantes de verdade, (*Aplausos*) não queremos representantes desse Governo, e quero dizer a todos, nepotismo é crime, a lei tem que ser cumprida, nepotismo é crime e cadê a autoridade agora, tem que ser cumprida sim, e o movimento estudantil esta se fortalecendo e isso é só a metade, se não cumprirmos a lei, vai aumentar dia após dia, o movimento estudantil esta se fortalecendo, agradeço o espaço a todos, obrigado! (*Aplausos*).

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado senhor Lúcio por suas palavras! Convidamos nesse momento, o Senhor Mizaque de Sousa – Coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIRR (*Aplausos*).

O Senhor **Mizaque de Sousa** – **Coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Roraima** – **OPIRR** – Boa tarde a todos! (*inaudível*). Em nome do Deputado Evangelista, quero saudar aqui nossos Deputados e os demais companheiros, eu vou ser direto, eu acho que a Secretária foi convocada, acho que não temos mais nada que perguntar para ela, (*Aplausos*) nós professores indígenas, nós não temos perguntas mais para fazermos para ela, única coisa que eu peço a vossas senhorias, é que retire aquela pessoa daquela Pasta, (*Aplausos*) que ela não é competente e quero dizer aqui aos senhores, nós lutamos após dias, imagine o senhor aqui, como eu já coloquei aqui também, aqui dentro da capital já está tendo dificuldade, imagine os senhoras na minha comunidade e nas minhas comunidades Yanomami, onde não chega material didático, onde não chega merende de qualidade para o meu povo (*Aplausos*) e aqui dentro, queremos respeito, nós não temos diálogos, os senhores deputados sabem disso, a arrogância dessa pessoa, peço aqui que o representante da Secretária, que venha aqui também, venha se defender, aqui é a Casa do Povo, nós fomos tratados Senhores Deputados como animais,

meu povo está aqui no meio também, fomos bem recebidos, quebraram alguma porta aqui desta Casa, desrespeitaram a segurança, também não? (*Aplausos*) e hoje Senhores Deputados, aquela casa que é a Secretaria de Educação, tem seguranças paisana lá dentro, tem seguranças lá dentro protegendo uma pessoa arrogante enquanto eles poderiam estar defendendo pessoas que lhe formaram (*Aplausos*), que lhe deram educação, que lhe ensinaram ser um cidadão brasileiro solidário e igualitário, também isso é desrespeito, nós não somos marginais, nós queríamos apenas senhores Deputados, protocolar o nosso pedido, nós não íamos conversar com ela e nem quero (*Aplausos*), quanto a organização, quanto ao representante daquela instituição, que se chama Organização dos Professores Indígenas de Roraima, já esta dizendo é organizado, nós não vamos fazer baderna (*Aplausos*), então Senhor Evangelista, nós não viemos aqui, eu gostaria que o Senhor me desse a palavra amanhã sim, eu representante dos Povos Indígenas (*Aplausos*), eu gostaria, não para confrontar, mas para dizer a verdade a ela que não conhece a realidade do povo indígena (*Aplausos*), e eu peço encarecidamente dos indígenas e não indígenas, essa fala sim Senhor Deputado, muito obrigado eu não tenho mais nada a dizer, eu peço a Senhores, que façam cumprir com que essa pessoa se retire daquela Pasta, pois nós não vamos parar e nós não vamos voltar (*Plateia Gritando*), só por questão de ordem gente, questão de ordem gente, vamos aplaudir, menos gritar, por favor! Eu só quero apenas senhores Deputados que as coisas, só vou dizer uma coisa bem aqui, meu povo está em peso, os nossos professores e alunos estão aqui, que também os nossos alunos estão sendo discriminados nos jogos escolares (*Aplausos*), não tem alimentação, não tem apoio. Em relação a saúde, não tem, então, quero dizer que estão nos humilhando, então, vou dizer mais uma vez, nos somos minoria em direito, mas nós somos maiores, vocês podem ver aqui, maiores em quantidade, nós só vamos sair daqui se essa secretária for exonerada (*Aplausos*) e só vamos voltar a trabalhar senhores, professores indígenas, se tiver merenda que atenda o mês todo e tiver o material didático que atenda o mês todo e se fizerem o secretário secretariar dentro das escolas, enquanto isso, ninguém vai voltar, Senhores Deputados impeçam que não nos punam, nós estamos atrás, estamos buscando os nossos direitos, é isso que eu peço dos Senhores e acredito que ninguém do meu povo, vai encaminhar perguntinha não, nós queremos é a saída dela mesmo, muito obrigado! (*Aplausos*)

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado senhor Mizaque! Representante Coordenador da Organização dos Professores Indígenas de Roraima. Registramos neste momento a presença da Senhora Enestina Afonso de Souza, Vice-Prefeita do município de Uiramutã, seja bem vinda professora. Convidamos para fazer uso da fala o professor Flávio Bezerra da Silva, Diretor do SINTER.

O Senhor Professor **Flavio Bezerra da Silva, Diretor do SINTER** – Eu não devo usar todo o tempo, o meu tempo inclusive, eu quero ceder ao companheiro Mateus que tem algumas informações mais concretas e jurídicas para a gente tomar ciência. Mas eu quero aproveitar esse tempo para fazer um questionamento, é inadmissível que um governo em que um secretário, que uma comissão de técnicos, façam uma Lei tão cheia, como eles dizem, porque eu não vejo desta forma difíceis que não é aplicável. Dai eu só tenho um coisa a dizer, no governo anterior, a gente vê isso como maldade, é maldade pura do governo Chico e Anchieta que faz uma lei, que é um presente de grego para os trabalhadores em educação, agora do governo atual que passa esse tempo todo e não responde e não faz as correções, isso é incompetência de não fazer as correções que assim se deva, e nós que somos trabalhadores em educação somos vítimas disso, não para aceitar que pessoas que assumam cargo de poder, usem da cadeira em benefício próprio e esqueçam para que eles estão ali. Quando e qualquer um nessa sala, me perdoe aqui, porque eu só conheço o pessoal do lado de lá, quando assume uma sala, ele tem competência e habilidade que a primeira coisa que eles dizem, eu quero o teu planejamento, eu quero que diga para que você veio, eu quero que você corresponda a expectativa de estado, elaboramos os planos de aula, elaboramos plano quinzenal e plano diário e executamos, sai governo e nós não sabemos o que eles querem, gente, falta uma política de estado para a educação. Entra secretário, sai secretário e eu nunca vi um secretário de educação apresentar o que ele quer para o estado de Roraima, para a política e educação deste Estado. (*Aplausos*). Essa é a ponderação que eu faço, que eu exigo dessa casa, como disse o companheiro que me antecedeu, a gente não tem muita pergunta, mas os deputados tem que questionar, o que a Secretária quer de fato para a educação deste Estado? É que os sinais demonstrados aí, é que ela quer piorar o que já tá complicado. Essa é minha fala, espero que os companheiros entendam, porque não há perguntas a se fazer a não ser essa coisa, não da de aceitar que tanto tempo depois se tenha uma proposta para a educação, a Lei 892 foi apresentada, foi corrigida, foi amplamente debatida com a categoria depois, foram feitas correções, chega a casa e simplesmente se tira, sem dizer o porquê de tirar, simplesmente por orgulho

próprio, isso a gente não pode aceitar, que a categoria seja prejudicada por orgulho de representantes de políticos, de gestores que estão para satisfazer a sociedade e não a si mesma. Obrigado a vocês! (*Aplausos*).

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado Professor Flávio Bezerra da Silva, eu peço a que Secretária neste momento, pare o tempo do Prof. Flávio, uma vez que ele cedeu parte desse tempo ao próximo falante. Gostaria de convidar neste momento o Prof. Mateus Gomes da Silva, do comando de greve, para fazer uso do seu tempo, mais o restante do tempo cedido pelo Prof. Flávio.

O Senhor Professor **Mateus Gomes da Silva** - Muito boa tarde a todos! Meus cumprimentos ao Deputado Evangelista, ao Deputado Messias de Jesus, ao Deputado Sampaio e ao Deputado Chico Mozart, antes de começar, eu quero mais, uma vez enaltecer a participação do movimento indígena junto com a categoria dos professores da capital e do interior do estado de Roraima, eu quero dizer que assim como eu, alguns colegas aqui na plateia que eu reconheço como o Marquinho, a Onilda, a Eulalia, a Ilza, nós somos oriundos de um trabalho na área indígena, mais especificamente no Distrito Sanitário Yanomami, nós trabalhamos nove anos em área indígena, e nós compreendemos muito bem, que só uma identidade muito claro cultural, uma noção muito clara de cidadania, fizeram com que esses índios descessem a serra, descessem o Mucajaí, o Catrimani, o Uraricoera e está aqui em praça pública, e nós podemos todo os dias ir para casa, tomar um banho e ter um refeição quente, eles estão no sol do lavrado (*Aplausos*). Quero dizer que o que chamaram de um tijolinho da educação indígena, é um pilar, é uma pedra que está lá na Constituição Federal, então, não se justifica excluir os indígenas, e o nosso colega até esqueceu-se de dizer que os coordenadores pedagógicos, os gestores, todos tiveram suas gratificações cortadas e seus cargos foram exonerados. Quero dizer também, que quem atrasou para iniciar o ano letivo e que primeiro estabeleceu aulas no sábado, foi a própria Secretária de Educação (*Aplausos*) quero dizer que o povo deste Estado, acreditou com essa eleição, que iriam fazer uma auditoria de verdade, que iriam buscar os recursos desviados do IPER, que iam fazer uma auditoria completa em todos os desmandos do governo Anchieta e do governo Chico, quero dizer, que um clima de terror se instalou no âmbito da Secretaria de Educação (*Aplausos*), todos somos iguais, seletivados ou não, técnicos efetivos que estão proibidos de comparecer a greve, ameaçados por expediente administrativos, eu quero reportar aqui que parece que não entenderam a verdadeira razão dessa greve, a demonstração clara e inequívoca de romper com a lei 892, esta rompendo com um acordo coletivo, um dissídio coletivo assinado em vinte de setembro de dois mil e doze no Tribunal de Justiça e a lei é muito clara, se o dissídio for rompido, a categoria tem o direito e o dever de entrar em greve (*Aplausos*). No dia oito de julho, o Sinter foi convocado pelo Palácio e através de um relatório da Procuradoria, foi apresentada inconsistência de nossa lei. Vou explicar um pouco sobre essas inconsistências, mas essa demonstração clara de revogar a lei, é o motivo pelo qual cada um se encontra aqui hoje. Convidaram que a gente naquele momento apresentasse um, nós chamamos depois, quatro representantes em uma mesa de negociação para elaborar uma nova proposta de lei, ora gente, a constituição garante uma mesa paritária, até porque, o Brasil e signatário de acordos internacionais que garantem isso e o termo de assentada, o acordo coletivo, assegura essa mesa paritária e agora arbitrariamente, querem podar a participação dos trabalhadores. De troco por essas eleições, à categoria da Educação recebeu quarenta horas de carga horária, receberam os quarenta camaleões que saíram do Governo Anchieta e penetraram no Governo do Neudo e Suely Campos, esse decreto, os servidores aqui da Educação sentem como uma perseguição política aos seus ideais, porque fere esse princípio da isonomia dentro do poder Executivo, tão somente a Educação se vê obrigada a cumprir quarenta horas e um decreto muito confuso, pois a categoria distintas de servidores federais e estaduais, entre os estaduais, aqueles que são de quarenta e de vinte e cinco horas. Para complicar mais ainda, isso mexeu com a estrutura do funcionamento das escolas da rede estadual. Nosso estado, é talvez o estado da federação mais rico em diversidade cultural, vários povos indígenas convivem conosco, professores habitantes desse estado de todas as regiões do país, nós poderíamos ter a melhor educação do Brasil, nós temos condições de ter os melhores indicadores, no entanto, não temos, porque a educação é desorganizada administrativamente (*Aplausos*), se a administração escolar for organizada, a criatividade pedagógica vai aflorar sem duvida nenhuma, então vejamos bem os federais, vamos sentir no nosso passado, a contribuição tão relevante que esses servidores deram ao Estado e ainda continuam dando e hoje, nos temos inúmeros servidores readaptados, agora perseguidos por um decreto, esses readaptados tem direito a um horário especial, imaginem se não existissem esses milhares de servidores cedidos ao Estado, geraria ónus para o estado, em ter que contratar servidores para biblioteca, para sala de informática, para sala de leitura, então, o Estado é privilegiado em ter os servidores

federais cedidos e o que eles recebem em troca? Remoções sem motivação, sem está fundamentado na lei, nos seguintes termos vão ser devolvidas por um memorando, dez a quinze anos de serviços em uma escola: professor seus serviços não são mais necessários, dez, quinze, às vezes até vinte anos, isso é humilhante (*Aplausos*). A Secretaria de Administração a pedido de outro Sindicato, emitiu o Ofício Circular de nº 001/2015, orientando que a motivação para evitar ilegalidades, parece que a Secretaria de Educação não recebeu isso, os servidores que legalmente acumulam cargos estão lá na constituição, estão impedidos de promover uma remoção para ajustar sua carga horária dentro da própria Secretaria de Educação, que incoerência na hierarquia das leis, um decreto não pode passar por cima de um direito (*Aplausos*), quando é para conceder nossos benefícios na lei 892 de forma unilateral e engessada, dizem que aquele direito é inconstitucional, mas na hora de fazer o servidor cumprir quarenta horas, eles inventam uma interpretação distorcida da lei, os professores que estão em desempenho de funções de magistério direto de apoio a docência, vão cumprir quarenta horas, quem apoia direto a docência gente, é o diretor, é o vice, o coordenador, ele tem uma atribuição em um cargo comissionado, ele sim que tem que dar quarenta horas, o professor que está fora de sala em outra atividade pedagógica cuja a carga horária é de vinte e cinco horas, não tem que fazer isso não (*Aplausos*). Outra circular da Secretaria de Educação, a 003/2015, não precisa nem ser doutor em leis, está escrito lá, está dizendo que o professor que está fora de sala de aula, só tem direito a trinta dias de férias, aponta o art. 38, § 2º da lei, lei lá no art. 38, § 2º, os professores tem direito a quarenta e cinco dias nas unidades escolares, dentro ou fora da sala, que incoerência, que engessamento da lei, maluco é esse, vale ressaltar, ainda há gente que os editais convocando professores para se apresentar, convocando processos seletivos, não estão cumprindo os prazos legais e agora o centro de equoterapia me contrata profissionais com salário maior que o dos efetivos, estando o concurso em aberto e pasmem, o critério de seleção foi sorteio, voltamos a Grécia Antiga né? O que temem Senhores Deputados esses servidores aqui, temem que esses dispositivos façam retornar algo semelhante à tabela especial que vai ferir o princípio do concurso público e isso já começou, declaram para a gente que revogam aos direitos da lei 892 não vai tirar os direitos adquiridos, se lembrem da lei 110, quando esse mesmo grupo político, na calada da noite aprovou a lei 321, onde foram passar os quinquênios, os anuênios, o auxílio alimentação, o auxílio creche, o auxílio transporte (*Aplausos*), pior ainda minha gente, aqueles que não optaram pela nova lei entraram em carreiras em extinção, estão sendo aposentados no IPER com o valor menor que o salário mínimo, tem esse valor complementado e a lei do piso não vale para eles, não é isso que nós vamos ganhar de troco nessas eleições. Nossa Carta Magna gente, tem oitenta e oito emendas, é toda remendada, o Regime Jurídico Único dos servidores federais, na lei 8.112, está cheio de dispositivos regulamentando, ela, a própria Lei do Estado de Roraima, a 053, também tem a 418 regulamentando ela, o Doutor Erick Linhares escreveu um livro apontando vários dispositivos inconstitucionais, pasmem, na constituição de Roraima, eu pergunto, por que não podemos trabalhar e corrigir as inconsistências da lei 892? (*Aplausos*). Senhores Deputados, desde o primeiro concurso do magistério desse Estado já são vinte e um anos, e a nossa LDB e o atual Plano Nacional de Educação, preconiza a gestão democrática, e preconiza a valorização dos professores e o termo de assentada, gente, preconiza também a gestão democrática, eu quero votar para diretor (*Aplausos*), na nossa lei tem lá, a função gratificada, a função gratificada é de confiança do estado, ela é um desdobramento de um concurso do (*inaudível*) da valorização do profissional, vejamos bem, o que querem eles manter é o cargo comissionado, e tem funcionado no âmbito da Secretaria de Educação como cabos eleitorais, é isso que nós queremos? (*Aplausos*) Errado, está o Estado em seus cargos comissionados, que segundo o Tribunal de contas desse Estado determinou que todos estão inconstitucionais e ilegais, porque nunca publicaram quais são suas atribuições, quais são seus pré-requisitos e agora não podem ajustar a função gratificada dentro da lei 892 e extinguir os cargos comissionados.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Professor Mateus, seu tempo.

O Senhor Professor **Mateus Gomes da Silva** – Só para concluir aqui, eu quero dizer que a GID foi uma promessa de campanha dessa Governadora (*Aplausos*) os federais tem a GID, incorporada, basta extinguir a GID e pegar um valor correspondente e incorporar como abono. Para concluir aqui, eu gostaria de dizer, que de acordo com a nossa realidade e as nossas necessidades, as inconsistências da lei é uma questão de justiça a serem corrigidas, e quando a questão é de justiça a gente tem que buscar uma solução, nós não podemos conceder que os três poderes queiram contrariar os anseios da sociedade, que o executivo decida que é ilegal, que o judiciário nos condene, nós queremos que esse poder e que essa Casa aqui, busque uma via, promova as mudanças necessárias

pela manutenção da lei 892, pelo enquadramento de todas as categorias (*Aplausos*), supervisores, orientadores e pedagogos, pedagogos que alfabetizaram nosso filhos, então, eu gostaria mais uma vez de reivindicar a manutenção da lei 892. (*Aplausos*)

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado Professor Mateus, convidamos o Senhor Mário Nicássio, Presidente do Conselho Indígena de Roraima. (*Aplausos*)

O Senhor Mário **Nicássio, Presidente do conselho Indígena de Roraima** – Boa tarde a todos, boa tarde para todos nós, boa tarde para lideranças indígenas e não indígenas também, aos Deputados que estão aqui presentes, Deputado Evangelista, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Oleno, Deputado Messias, Deputado Chico e os demais presentes. Na verdade quando eu entrei aqui, eu fiquei tranquilo, e está bem frio, está com ar-condicionado, mais enfim, (*Aplausos*) o que eu quero trazer para cá, Presidente da Mesa, no momento Deputado Evangelista, trazer subsídios, para que os Senhores aprovelem o nosso plano indígena, o nosso plano grande que nós já apresentamos para vossa senhoria e que os senhores são conhecedores e que garanta de fato, o direito aos povos indígenas, porque aqui nossa bandeira de luta é a Educação. Educação é uma cláusula pétrea juridicamente, é uma pedra que não pode quebrar, é um direito que não se pode tirar então isso se mantém essa Casa e com certeza vai mostrar o exemplo para o executivo, para executar de fato os direitos, principalmente dos povos indígenas e dos demais que estão aqui presentes e, trazer para vossa senhoria subsídio no seguinte fato, aqui estão presentes, as lideranças indígenas da região do Amajari, que são dezesseis comunidades indígenas e que tem escolas indígenas também, Baixo Cotingo que também tem mais de quarenta comunidades indígenas, Murupu que é aqui próximo a Cidade de Boa Vista, região da Raposa, que faz parte da Raposa Serra do Sol, e serras também que fazem parte da Raposa Serra do Sol, que são mais de noventa e oito comunidades indígenas, Serra da Lua que também faz parte do conselho e que tem dezoito comunidades indígenas, Surumu, Taiano, São Marcos, Yanomami, Yecoana, Ingaricó e os nossos irmãos indígenas aqui da cidade. Eu gostaria de dizer a Vossa Senhoria que aqui temos cerca de 60.000 indígenas no estado de Roraima e aqui presente são 4.000 indígenas na capital, (*Aplausos*) aqueles que vieram trazer o recado para os senhores, a nossa reivindicação, o nosso alerta com relação aos nossos direitos, são 265 escolas indígenas, eu poderia dizer que são escolas indígenas com estrutura adequada, mas não são, a gente fala escolas, mas nem estrutura tem, nossa estrutura é um pé de caimbé, não sei se a Vossa Excelência conhece um pé de Caimbé, com certeza conhece, (*Aplausos*) e a gente gostaria mesmo, que essa falta de apoio isso diminui o índice de qualidade de Educação, aqui no nosso estado, que é um Estado bem pequeno, novo e se a gente não tomar cuidado, vai ser o pior do Brasil, então a gente tem que trabalhar isso, (*Aplausos*) para que isso não aconteça e são mais de 13.000 estudantes indígenas, desde de zero à que o indígena tem idade diferenciada até 50 anos que estudam, que também querem aprender essa modalidade escolar que chamam. São mais de 2.700 professores indígenas que estão distribuídos nas terras indígenas, que são 32 terras indígenas aqui no Estado de Roraima, só para Vossa Excelência e os Deputados que estão aqui presentes, vê no mapa de Roraima que é uma distribuição grande que tem como melhorar, agora falta vontade política, e os senhores podem fiscalizar isso e fazer valer essa determinação e execução dos recursos de políticas públicas no Estado. (*Aplausos*) Excelência o que eu trago para mesa para o vosso conhecimento, os atos também que estão ferindo nossos direitos, a permanência da Secretária Selma Mulinari está ferindo nossos direitos hoje (*Aplausos*), a falta também de respostas a curto, médio e longo prazo também, está ferindo nossos direitos indígenas e ferindo os direitos de todos que estão aqui presentes, como o senhor esta vendo no momento, (*Aplausos*). E também para não ficar dizendo que tudo esta ruim e a gente não ter sugestão, nós estamos trazendo aqui para vossa Senhoria, duas propostas importantes que os senhores também podem nos ajudar a conquistar o voto de outros Deputados que são 24, (*Aplausos*) primeiro é votar no nosso Plano de Educação Indígena, se for 24 Deputados unânimes vai ser uma conquista de Roraima, os senhores representam o povo de Roraima. (*Aplausos*) E também alei que esta sendo colocado ai, para os nosso companheiros irmãos indígenas e não indígenas a lei 892, é importante que isso continue respaldando todos nossos direitos e aqui é um desafio, também que é a criação de uma Secretaria específica indígena, já que tem uma população (*Aplausos*), maior Estado que tem população indígena é Roraima, porque não ter uma Secretaria indígena, uma Secretaria Especial de Saúde Indígena, por que Roraima não sai na frente também, se tem formação de professores indígenas, se tem universidades indígenas, por que não ter uma Secretaria específica para Educação escolar indígena (*Aplausos*), fica com esses subsídios a vocês, eu trago também para o conhecimento de Vossa Excelência, que hoje à tarde estivemos reunidos com o Doutor Gustavo Kent, lá do Ministério Público Federal, confirmando

que a servidora pública que é comissionada no momento, está teimando muito com a lei né? (*Aplausos*) E vejo que, servidora pública igual como todos aqui, como Vossa Excelência, mas que está se achando superior a Lei, ninguém é superior a Lei, como o senhor sabe, e a gente gostaria muito convidar Vossa Excelência para que a gente abra o cadeado lá da Secretaria (*Aplausos*), que até hoje está lá. Senhor Presidente e até mesmo o professor Oleno, que é promotor, poderia ir conosco também (*Aplausos*), ir lá, meu nobre Deputado Sampaio, lá estava cheio de policia está Soldado Sampaio, a gente até agora não protocolou o nosso documento, mas agora quem sabe vocês indo conosco, nós conseguiremos protocolar o nosso documento, nós não queremos conversar com Selma não, queremos protocolar nosso documento, um ato simbólico (*Aplausos*), a gente gostaria dessa resposta, não sei se tem alguém representando a Secretaria, um assessor, quem sabe alguém tem a chave de lá, nós não temos e a presença do Ministério Federal e Estadual nos garantiu que tudo que estamos fazendo aqui é legal, faz parte de nossa mobilização e nós queremos que os senhores, com esses subsídios que eu apresentei aqui, que as questões indígenas e não indígenas, possam realmente sensibilizar o vosso sentimento como roraimense, como representante do povo no momento quero agradecer a Deus e que Deus nos abençoe nesse momento, obrigado! (*Aplausos*).

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado senhor Nicássio, Presidente do Conselho Indígena do Estado de Roraima, neste momento a palavra será franqueada aos Senhores Deputados, pela ordem de inscrição, Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Boa tarde a todos e a todas! Quero aqui cumprimentar o Deputado Evangelista, Vice-Presidente da comissão de Educação, Deputado Oleno, Professor Flávio, Professor Presidente da OPIRR – Mário Nicasio, Professora Albanira – Líder Estudantil e a colega aqui do lado também, boa tarde a todos vocês e também cumprimentar aqui, o nosso telespectador que agora esta acompanhando as sessões ao vivo na sua residência, então, isso é um avanço para democracia do nosso Estado, o cidadão poder acompanhar de perto os trabalhos dessa Casa no dia a dia. Quero dizer que é lamentável esse momento que estão passando, nós enquanto Deputados da base do Governo, e a cima de tudo isso é o nosso compromisso e como Deputado, que forma um bloco nessa Casa, formado pelo PDT, através do Deputado Oleno, Pelo PT do Deputado Evangelista Siqueira e eu pelo PC do B, ao ingressar os trabalhos nessa Casa no início do ano, formatamos um bloco parlamentar pela primeira vez nessa Casa, mesmo fazendo parte da base, mas nós temos um bloco que é ligado com as causas sociais e com os servidores públicos, servidores privados e todo o Estado, mas nós queremos reafirmar esse compromisso com a classe trabalhadora do nosso Estado. O nosso bloco hoje liderado por mim, está a disposição não só dos professores, mas como a qualquer servidor desse Estado que é para intermediar qualquer assunto junto ao Governo e nessa Casa, manter um posicionamento coerente como nosso partido, com a nossa historia, se vai agradar o Governo ou não, é outra situação, nós temos clareza e independência para nos posicionar nesta Casa enquanto bloco parlamentar, isso eu quero mais uma vez, presidente Ornildo e professor Fábio nos colocar a disposição enquanto bloco, para buscar essa negociação junto ao Governo do Estado, vi aqui na fala do professor Ornildo, pedindo exatamente esse canal de diálogo, da professora Albanira e também do Mário Nicássio, que a gente possa intermediar esse canal de diálogo e fizemos isso na greve que passou, estava lá inclusive nossa assinatura no acordo, infelizmente o Governo não cumpriu, lamentamos o fato do Governo não cumprir esse acordo, mas nós não desistimos, queremos aqui nos colocar a disposição, já falamos com o líder do Governo, estamos aguardando a Governadora voltar, vamos buscar uma audiência com a Governadora porque lá, quando foi para assinar o acordo estava lá nossa assinatura também, acreditando que o acordo seria cumprido e isso é fato, e esta registrado, Deputado Evangelista, Deputado Oleno, naquele documento que foi feito naquele momento para encerrar a greve no início do ano, então quero mais uma vez aqui, parabenizar o SINTER, o trabalhador não tem outra ferramenta, é a greve, é legítima, reconheço, parabenizo conhecimento de perto, como falou a professora Albanira, tive ainda essa luta, não concordo, não aceito, e não será diferente tanto Deputado Evangelista, tanto Deputado Oleno nenhum tipo de represália por parte do Governo a qualquer um professor seja ele efetivo, seja ele seletivado, é por aderir a greve (*Aplausos*), isso nós não compactuamos, assim como também, Mário, nós não aceitamos de forma alguma que se repita o que lhe ocorreu no Paraná, agressão por parte do Governo a qualquer manifestante, qualquer professor, nós não aceitamos isso de forma alguma, isso queremos deixar bem claro, não só para vocês como para Governadora, como para Secretária também, está ai o sentido que eu quero mais uma vez, me colocar a disposição para intermediar essa situação, é claro que com mais cautela, nós assim como boa parte da população roraimense, disse não ao Governo anterior por não concordar com forma que vinha sendo conduzido o Estado

e ai apostamos no primeiro momento em uma candidatura do PT, não deu certo, no segundo momento fizemos a composição com o grupo do PP, o grupo da governadora Suely e ganhamos as eleições no segundo turno para melhorar as condições da nossa gente, do nosso Estado, ninguém elegeu a Governadora ou qualquer parlamentar para piorar a vida das pessoas, nós elegemos acreditando que era possível melhorar a vida de nossa gente nesse sentido e nós estamos aqui para isso, não tenha duvida, tanto eu, Evangelista e Oleno, não vamos fugir as nossas raízes, as nossa bandeiras partidárias, as nossa bandeiras enquanto (*Aplausos*) parlamentares ligado a classe trabalhadora, a partir de (*inaudível*) não tenham duvidas disso, agora nós simplesmente conseguimos intermediar essa conversa e hoje temos uma boa relação com as lideranças indígenas, com as lideranças dos professores, assim como também conseguimos transitar hoje, dentro do Governo e vamos nos posicionar de maneira clara e pra no sentido de buscar uma solução, quanto antes, para colocar de fato um acordo que seja que possa ser cumprido de fato, e aí nós vamos ter com certeza mais cautela e inclusive colocar, ficamos muito em aberto professora Albanira, a hora e a data para começarem a cumprir os acordos, que foram estabelecidos naquela primeira greve, então, é nesse sentido que eu Evangelista, Oleno e senhores e senhores queremos nos colocar a disposição, obrigado! (*Aplausos*)

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado Deputado Soldado Sampaio, gostaríamos de registrar a presença da Deputada Estadual Aurelina Medeiros, com a palavra Deputado Oleno Matos.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Boa tarde a todos! Inicio a minha fala, pedindo desculpas por chegar atrasado a essa Audiência Pública, mas isso se deu ao fato de que estava participando de outra reunião de uma Comissão Especial, que já estava anteriormente agendada, então logo terminou, nós nos dirigimos aqui à sala para participar e falar um pouco também sobre essa situação que a gente vive que não é do agrado de ninguém. Quero cumprimentar o Deputado Evangelista e parabenizá-lo pela iniciativa e em nome do professor Ornildo, cumprimentar todos os professores aqui presentes e desde já, me solidarizar a luta de todos vocês. Eu estava aqui conversando com o Sampaio que eu não ia falar sobre alguns cartazes que estão ai com vocês, mas eu não sou de dizer meias palavras, gosto de geralmente tratar as coisa preto no branco, muitos estão pedindo para o Deputado Evangelista que todo sabem é professor, vem da mesma carreira de vocês, rompa com o Governo, eu quero pedir a todos que a gente faça um a pequena reflexão, o que vai ajudar na nossa luta o Deputado Evangelista romper com o Governo, o Deputado Soldado Sampaio romper com o Governo, Oleno romper com o Governo, o que vai ajudar na construção da pauta que vocês apresentaram para deflagrar essa greve? Relembro professor Ornildo que participou e vários outros que lideravam a greve anterior, que durante dois ou três dias, professor Ornildo, por várias horas reunidas aqui na assembleia legislativa, com aval da Governadora na época, para tentar chegar a um acordo que infelizmente, como vocês dizem, não foi cumprido, muita coisa está por acontecer, mais eu quero alertar que nós Deputados ajudamos e estivemos participando e tentando construir algo melhor para categoria, e agora não vamos ser diferente, nós não estamos aqui para enganar ninguém, até porque, nós assinamos juntamente com o SINTER o último acordo que foi feito, e não tenham duvida gente, Sampaio vem dos movimentos, eu sou advogado, defensor público, sempre lutei pelas categorias, pelos trabalhadores, aí junto a vocês, não só professores, tem muitos amigos meus, que me conhecem e sabem do que estou falando, Deputado Evangelista não é diferente, eu espero que vocês tenham escutado o discurso do Deputado Evangelista nessa Casa ontem, o discurso é preciso, o diálogo é preciso, não imaginem, eu nunca vi uma negociação ser fechada 100% daquilo que a gente quer ou que o outro lado quer, é por isso que o nome que se dá é negociação, a gente vai a mesa e negocia, o nosso papel como Deputado, é justamente intermediar o mais rápido possível, que o direito dos trabalhadores na Educação seja respeitado, e que se a lei, se a atual lei tem alguma incongruência ou alguma ilegalidade seja sanada, como foi dita pelo professor agora há pouco, nós precisamos estar a postos juntos com vocês, para dialogar incansavelmente nos próximos dias em busca de encontrarmos uma solução, a greve ela é um instrumento legal, mas se nós não pararmos para resolver o problema, não vai ter sentido a greve, nós precisamos mobilizar como esta sendo mobilizada e quero parabenizar todos vocês, precisamos mobilizar mas precisamos também, enfrentar a mesa de negociação ela é cansativa, ela é exaustiva (*Aplausos*), mas é ela que vai nos dizer nos próximos dias, o que os professores querem e o que eles merecem, e a garantia dos seus direitos, foi falado aqui de enganação, que houve uma enganação por parte de um acordo anterior, nós avalizamos esse acordo anterior, nós assinamos embaixo, nós deputados e se houve enganação, tenham certeza, que nenhum de nós vai participar de qualquer ato que tenham como objetivo enganar a classe dos professores (*Aplausos*), nós queremos participar junto

com vocês da construção do que for melhor e do que for possível dentro da pauta de reivindicações, nós também, não somos crianças até porque, como bem disse aqui meu amigo Deputado Sampaio, nós todos os dias, estamos aqui, lutando com todas as políticas públicas, nós também não somos criança para garantir a vocês, que essa pauta com mais trinta itens, vai ser toda enfrentada de uma vez ou que nós conseguiremos, arrancar certeza, de que ela será executada de imediato, mas queremos dizer a vocês, que contem com a gente, naquilo que nós pudermos de imediato implantar, principalmente aquilo que esta sendo posto que vai de encontro aos direitos já existentes, a questão da carga horária, a questão da GID, da incorporação que já foi um acerto feito na negociação passada, a questão do piso, a questão do concurso público, tudo isso, a gente tem que colocar, colocar no papel e gente não adianta não da para fazer tudo, de hoje para amanhã, infelizmente não dá, não dá, nós temos que ter paciência, para avançarmos, contem com o nosso bloco que a gente aqui chama de bloquinho, Deputado Oleno, Deputado Evangelista, Deputado Sampaio que representa o PDT o PC do B e o PT, contem com o nosso bloco o que tiver ao nosso alcance, e o que for possível fazer, para o direito de vocês seja efetivamente garantido e para que a nossa greve renda bons frutos, renda o sucesso daquilo que os trabalhadores querem, nós certamente assinaremos em baixo e lutaremos junto com vocês.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Obrigado Deputado Oleno! Fica também franqueado a palavra para algum mais Deputado se quiserem neste momento, se não, ok. Ok Deputada, gostaríamos nesse de momento de dizer, trazer algumas informações enquanto Comissão de Educação, sobre o Plano Estadual de Educação que já se encontra nessa Casa, sobre as discursões que nós estamos promovendo e iremos promover para que o plano tenha a amplitude que ele necessita, por que o Plano Estadual de Educação, ele foi construído a partir de Audiências Públicas, Conferência Municipal, Estadual e Nacional, então, é inadmissível que o Plano Estadual de Educação, que esta nessa Casa, seja diferente daquele que foi construído pelos trabalhadores (*Aplausos*), começamos essas Audiências, começamos esses diálogos já com os professores indígenas, fizemos aqui uma Audiência Pública com os trabalhadores em Educação indígena, que na íntegra, foram os mais prejudicados, a Educação indígena, no Plano Estadual de Educação foi praticamente eximada e nós temos o compromisso sensível, dos Deputados que compõem a Comissão de Educação, na sua totalidade, que nós iremos restituir ao plano Estadual de Educação, a pagina que fala sobre a Educação indígena (*Aplausos*), porque é direito, sou o relator desta Audiência e o nosso relatório sinalizara nesse sentido para embasar também o voto dos demais da Comissão de Educação, o Plano Estadual de Educação, tenha certeza Mário, vai contemplar na amplitude, a educação indígena diferenciada (*Aplausos*), já fomos procurados pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos, que também sofreu alterações no plano e estamos abertos enquanto Comissão de Educação, para receber outros segmentos que queiram dialogar, o certo é que, nós iremos, enquanto Casa Legislativa, enquanto Comissão de Educação, respeitar o que o povo construiu não se pode aprovar da forma que está, se houve conferências para construção do plano, não é admissível que de uma hora para outra, ele chegue nesta Casa com alterações, no mínimo, precisaríamos fazer todo percurso novamente, já que não é possível, vamos fazê-lo através desta Casa, a 892, não tenham dúvidas, que é uma bandeira de luta nossa, a 892 não será revogada (*Aplausos*), nós vamos trabalhar incansavelmente para que ela não seja revogada, porque ela tem direitos preciosos, não vamos permitir que ela seja revogada para que outra lei venha tirando o direito dos trabalhadores (*Aplausos*), se existe inconstitucionalidades na 892, pois que mandem para essa Casa, que nós vamos analisar e corrigir, mas revogar, jamais! (*Aplausos*). Dizer a todos, que assim como disse o Deputado Soldado Sampaio, que assim como colocou o Deputado Oleno Matos, nós temos um lado é o lado do trabalhador e não vamos abrir mão disso, quem esteve aqui nessa Casa ontem, viu nosso posicionamento, ele continua o mesmo, temos um lado, somos coerentes, somos a favor do trabalhador em educação (*Aplausos*). Gostaríamos que nesse momento, encaminhar para a Comissão, todo direcionamento que agora se encontrarão para encaminhar, para preparação da oitiva da Secretária de Estado da Educação, que acontecerá amanhã, às 10 horas da manhã, nesta Casa, e já convidamos os senhores, para se fizerem presentes, aqui no plenário. Nesse momento, convidamos a todos para de pé, cantarmos o Hino do Estado de Roraima. (Hino do Estado de Roraima executado). Agradecemos a presença de todos e declaramos por encerrada essa Audiência Pública. Boa Noite a todos.

Deputado Evangelista Siqueira
 Vice-Presidente da Comissão

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE PARA OUVIR A SECRETARIA

DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. REALIZADA EM 18/08/2015.

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 17 horas e 35 minutos horas, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde, para ouvir a Senhora Secretária de Estado da Educação e Desportos Selma Mulinari, Sob a presidência da Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**, com a presença do Vice-Presidente, Deputado Evangelista Siqueira e Membros: Deputado Masamy Eda, Deputado Chico Mozart e Mecias de Jesus. Por determinação da Presidência da Comissão, a Ata será transcrita na íntegra.

O Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado, **Coronel Chagas** – Boa Tarde a todos, quero dar boas vindas a todos os Professores e profissionais da Educação, aqui presentes, professores indígenas e a todos que fazem a Educação de nosso Estado. Dizer que essa Reunião, essa Audiência no âmbito do Plenário desta Casa, como também no âmbito da Comissão de Educação, se dá, evidentemente, atendendo a demanda da categoria, recebida por esta Comissão e trazido ao Plenário desta Casa e aprovado por esta Casa. A Secretária de Educação prontamente está atendendo à convocação da Assembleia e queremos apenas dizer, que esta aqui, é uma Casa da Democracia, uma Instituição e que precisamos seguir o Regimento Interno, as manifestações no âmbito do Plenário devem se restringir a ouvir e quando o público achar que mereça ou achar interessante, aplaudir, não é permitido em nenhuma hipótese a manifestação através de vaias, gritos e palavras, outras, que não seja permitido dentro do Regimento, então, o objetivo desta Reunião é ouvir as questões relacionadas à Educação, através da Secretária dessa Pasta, neste momento, convidamos para compor a mesa dos trabalhos, a Excelentíssima Senhora Selma Maria de Souza e Silva Mulinari, Secretária de Estado da Educação; convidamos também para fazer parte da Mesa o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, doutor Kardec Harson Silva; convidamos o Senhor Secretário de Estado da Agricultura Senhor Gilsimar de Almeida Barbosa, que nos honra com sua presença; convidamos o Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Planejamento, Enoque Rosas; Convidamos também o Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Educação, Jules Rimet de Souza Cruz Soares. Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro)

O Senhor Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado, **Coronel Chagas** – Bom, o objetivo, como falei, dessa Reunião é ouvirmos a Senhora Secretária de Estado da Educação, desde já, damos boas vindas à Senhora Secretária e a toda sua equipe aqui presente e demais Secretários de Estado, bem como agradecemos a presença dos Senhores deputados que acompanham a Reunião desta Comissão de Educação, com certeza eles vieram aqui para demonstrar o compromisso, mesmo não fazendo parte da Comissão, mas fazem parte desta Casa e demonstram o compromisso com a Educação do nosso Estado, trata-se de uma Reunião no âmbito da Comissão de Educação, vamos passar os trabalhos desta Comissão para sua Presidente a Senhora Deputada, Lenir Rodrigues.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Reunião da Comissão de Desportos e Saúde, nesse momento, convidamos para compor a Mesa, o Senhor Deputado Mecias de Jesus que faz parte da Comissão de Educação, já esta à Mesa o Senhor Deputado Evangelista Siqueira, Vice- Presidente, Senhor Deputado Francisco Mozart e Senhor Deputado Masamy Eda.

I – ABERTURA DA REUNIÃO:

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** - Havendo “*quórum*” regimental e invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da Ata da Reunião anterior.

II – LEITURA DA ATA:

O Senhor Deputado, **Mecias de Jesus** - Solicito a dispensa da leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento de seu teor.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** - Coloco a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, em votação, informo que a Ata foi aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão.

III - EXPEDIENTE: Não houve.

III – ORDEM DO DIA: Não houve.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Comunico aos membros desta Comissão que deu entrada no Requerimento para oitiva da Senhora Secretária de Educação Selma Maria de Souza e Silva Mulinari que já se encontra à Mesa, queremos lhe dar boas vindas Senhora Secretária, igualmente queremos dar boas vindas ao Secretário, Adjunto,

o Senhor Jules Rimet e Professora Ana Fest, Senhor Secretário Adjunto de Planejamento, doutor Enoque Rosas, Senhor Secretário de Estado da Fazenda, doutor Kardec Harson Silva e o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Gilzimar de Almeida Barbosa, sejam todos bem vindos com suas respectivas equipes que se encontram nesta Casa. Senhora Secretária, primeiro vamos dar a palavra para suas considerações iniciais e o objetivo é que a Senhora realize uma explanação de como está a Secretaria, nosso objetivo aqui não é discutir a greve, nem pauta de reivindicações de greve e sim, colocar a situação atual da Secretaria e que a Senhora possa fazer suas considerações iniciais, logo após o procedimento, os Senhores Deputados, terão algumas perguntas para Vossa Excelência e logo após iremos passar novamente a palavra para Senhora fazer as considerações finais, é bem objetivo. Pedimos ordem na Casa, conforme o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, solicitou e pretendemos fazer uma Audiência num clima de Educação e harmonia, pela ordem o Senhor Deputado Chico Guerra.

O Senhor Deputado, **Chico Guerra** – Sugiro a Vossa Excelência que faça a Leitura do Requerimento que convocou a senhora Secretária para que as pessoas que não tenham conhecimento do Requerimento e vieram assistir a Sessão, saibam o que vamos fazer e até mesmo para não nos desviarmos do assunto ao qual a Senhora Secretária veio tratar.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – O Requerimento foi aprovado em Plenário e foi colocado nos anais da Assembleia, foi um Requerimento da Comissão de Educação, assinado por toda Comissão com exceção do Senhor Deputado Masamy Eda, que se encontrava de Resolução.

O Senhor Deputado, **Chico Guerra** – Gostaria que fizesse a Leitura, somente isso, para que as pessoas entendessem.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Pois não Senhor deputado. Superintendência Legislativa; Diretoria de assistência às Comissões; Gerência de Assistência às Comissões; Comissão de Educação, Cultura e Desportos e Saúde. Lido na Sessão do dia onze de agosto de dois mil e quinze, aprovado na Sessão do dia onze de agosto de dois mil e quinze. Requerimento número zero, cinquenta e dois de dois mil e quinze. Excelentíssimo Senhor Deputado Jalsner Renier Padilha, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Senhor Presidente, a Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde que a este subscreve amparada nos incisos treze, quatorze, quinze, dezesseis e dezessete, do artigo cento e noventa e seis, combinado com a alínea f do artigo, duzentos e quarenta e dois, todos do Regimento Interno deste Poder, requer a convocação da Senhora Selma Maria Souza e Silva Mulinari, Secretária de Estado da Educação e Desporto, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Casa, no dia treze de agosto, do ano corrente, às dez horas, sobre a situação da educação em Roraima e as reivindicações dos professores indígenas, e não indígenas, sala das sessões, onze de agosto de dois mil e quinze, Deputada Lenir Rodrigues, Presidente da Comissão, Deputado Evangelista Siqueira, Vice-Presidente da Comissão; Deputado Francisco Mozart, Membro e Deputado Mecias de Jesus, Membro. O Senhor Deputado Masamy Eda que também é Membro não assinou, porque estava de Resolução, nesta Casa, é esse o Requerimento Excelência. Passaremos às considerações iniciais da Senhora Secretária de Estado da Educação, antes Senhora Secretária, recebemos aqui em várias Comissões, nesses dias, documentos, cartas sobre os problemas que estão ocorrendo, como Vossa Excelência sabe, eu também conheço e sei que não se resolve do dia para noite. Qual a sua visão de como resolver tais problemas que foram encontrados atualmente na sua gestão e quais as perspectivas que a Senhora tem da atual situação da Secretaria e da Pasta como um todo, isso vamos focar na Educação e não vamos tratar o desporto, a senhora está com a palavra.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, Selma Mulinari – Boa noite a todos! Bom, me coloco a disposição para responder todas as perguntas, acho que as perguntas têm que ser direcionais, falar da Educação como um todo, ficaríamos aqui um bom tempo para que pudéssemos fazer uma explanação de como nós, quando digo nós, é o Governo Sueli Campos recebemos a educação neste Estado que não é segredo para ninguém, me coloco a disposição para responder as perguntas dos Deputados, no que eu puder ilustrar e responder, estou aqui à disposição, mas gostaria que fosse setorial, fizéssemos a pergunta para que minha equipe pudesse responder positivamente ao que realmente querem saber.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Então, recebemos na Mesa dos trabalhos, eu não faço parte da Mesa Diretora, o Senhor Deputado Jalsner, recebeu um Requerimento do senhor Deputado Evangelista Siqueira e realizou uma Audiência Pública para discutir pauta de greve, no dia doze de agosto, entre esses questionamentos, queremos contemplar um pouco o que foi produzido dentro dessa Audiência, para não ficar algo inócuo, realizado naquele momento. Não participei da

reunião do SINTER que houve aqui na Comissão de Educação, porque estava presidindo outra Comissão Especial Externa no mesmo horário, no Plenarinho desta Casa e em seguida fui Relatora na Comissão de Administração da qual o Senhor deputado George Everton é Presidente. Vamos contemplar algumas perguntas dos professores feitas nessa Audiência, nesse caso valorizamos quem veio participar e a senhora tem a oportunidade de esclarecer. O Senhor José Augusto, perguntou naquela ocasião, por que os servidores educacionais, não estão enquadrados na Lei oito, nove dois e por que os cargos foram instintos? A Senhora pode responder. (Inaudível).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – O Senhor Procurador, Doutor, Venilson Batista da Mata se encontra? (Inaudível).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Pode vir fazer parte da Mesa, seja bem vindo.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Bom, com relação à questão da Lei oito, nove dois, quando assumimos a pasta da Secretaria de Educação, nossa equipe fez um estudo, a cerca da oito, nove dois e foi decidido conjuntamente que mandaríamos a Lei para que a PROGE – Procuradoria Geral do Estado fizesse se pronunciasse a respeito da aplicação ou não dessa questão, porque existiam algumas inconsistências, então, como o procurador chegou, seria melhor que ele colocasse a respeito disso, porque o que temos hoje é um Parecer da PROGE a respeito dessa Lei. Você podia reler a questão para que ele pudesse se pronunciar?

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Doutor Venilson, a pergunta do Professor José Augusto é a respeito do por que os servidores e orientadores educacionais não estão enquadrados na Lei oito, nove, dois. Por que os cargos foram extintos?

O Senhor Procurador-Geral do Estado, **Venilson Batista da Mata** – Boa tarde a todos! Deputada Lenir, em seu nome cumprimento a todos. Sendo bem objetivo a esse questionamento, em verdade esse enquadramento consta na Lei no item doze, ali na verdade é uma (inaudível)..., porque para instituição (inaudível). (Vaias).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Gente, silêncio, vamos manter a ordem e a educação, vamos ouvir.

O Senhor Procurador-Geral do Estado, **Venilson Batista da Mata** – Vamos lá, essa hipótese não é propriamente de enquadramento, ela é de transposição de cargo porque ela permite que profissionais que concorreram para um cargo, de um nível, sejam transposto para outro cargo, isso não são todos, tá gente? Há realmente professores que se enquadram e que é possível fazer enquadramento, mas há outras hipóteses que não, então, nosso compromisso é que fosse caso a caso, o Estado verifique se aqueles professores, que no caso irão solicitar, será visto caso a caso, se é possível enquadrar ou não, mas isso não valerá para todos, apenas para aqueles dentro de um mesmo nível para que não haja transposição de cargo, era isso Excelência, com relação a esse quesito.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – A Senhora Professora Sueli Lima Santana, perguntou o seguinte: “Gostaria de saber como ficam os Centros de referência CAPS/DV – Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual, CADHA/S – Centro de Atividades e desenvolvimento em Altas Habilidades de Superdotação, Audio Comunicação, em se tratando de organização física estrutural. Não temos material, pessoal de apoio, espaço físico digno. As instalações físicas estão caindo aos pedaços. Como se pode tratar a educação especial com tanto descaso? Uma ressalva para se trabalhar nos centros é preciso que o profissional tenha especialização na área afim. Vamos tratar a Educação Especial com seriedade?” Como está a relação do trabalho Senhora Secretária com a Educação Especial lá no Centro da Rede Viva?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, Selma Mulinari – Quando recebemos a Secretaria de Educação, não era só a educação Especial que estava um caos não, era toda a Rede, recebemos Escolas com telhados caídos, com forro caído, sem banheiro, a copa toda quebrada e esse caos em grande parte ainda existe, regularizamos a primeira situação que hoje funciona, onde era a Escola Princesa Isabel e os demais prédios e centros serão revitalizados, agora é preciso que tenhamos um tempo, porque não dá para fazer tudo ao mesmo tempo, esta prevista no nosso PPA – Plano Plurianual toda a reorganização da Rede como um todo, conseguimos entregar a Eco Terapia que era outro problema, que passamos um bom tempo recuperando os cavalos, fazendo credenciamento para os profissionais de lá e conseguimos finalmente, colocar para funcionar, então, isso aí é uma demanda que demora um pouquinho de tempo e já estamos organizando.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – O Professor Pedro Raposo, fez a seguinte pergunta: Já tem recursos para reforma das escolas no Estado. Qual a dificuldade da Secretaria em executar? Qual a

dívida que o Chico Rodrigues deixou?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Bom, sobre a dívida, o Kardec, pode responder, agora quanto ao problema para reformar as escolas, nós estamos reformando, já entregamos sete unidades, temos duas finalizando para entregar, começamos a fazer o interior e vamos começar as escolas indígenas, então, não tem dificuldade nenhuma, estamos trabalhando, as coisas demoram um pouquinho de tempo, você não chega a uma escola e em dez ou quinze dias faz, é preciso que demande um pouco de tempo, estamos com nove escolas prontas na capital, já entregamos cinco, temos nove prontas, entregamos duas no interior e começaremos agora na semana que vem em três escolas indígenas. O Doutor Kardec pode dizer qual é a dívida que o Ex-governador Chico deixou, eu sinceramente não sei.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Com a palavra o Senhor Secretário de Estado da Fazenda, **Kardec Harson Silva**.

O Senhor, Secretário de Estado da Fazenda, **Kardec Harson Silva** – Boa noite, em nome da Senhora Deputada Lenir cumprimento a todos, com relação à dívida do Estado, quando a Senhora Governadora Suely Campos assumiu o Governo, com relação da Dívida Fundada, que são as dívidas superiores a dois anos, com saldo devedor de um, vírgula oito bilhões de reais de empréstimos contraídos nos últimos cinco anos. Dívida Flutuantes, que são aquelas dívidas que vencem num curto prazo, tivemos a folha de pagamento do mês de dezembro que não foi honrada, tanto da Saúde quanto da Educação, em torno de setenta milhões de reais, tivemos também dívidas deixadas, inscritas em Restos a Pagar, por volta de sessenta e três milhões de reais, somente da fonte do Tesouro Estadual, na Saúde, também, ficou um total de dívida inscritas em Restos a Pagar, por volta de quarenta e dois milhões de reais. No mês de janeiro, o Estado teve que honrar de uma única vez, pela primeira vez na história deste Estado, duas folhas de pagamentos em um único mês, não se pagou nada, o FIPLAN ficou fechado por quarenta dias, FIPLAN é o Sistema Financeiro de Controle Orçamentário do Estado, ficou fechado por quarenta dias, para que pudéssemos honrar o pagamento de duas folhas de pagamento em um único mês, no mês seguinte, ficou pendente quarenta e dois milhões de reais de encargos sociais, previdência, INSS e o Estado honraram esses pagamentos, no mês seguinte porque o Estado de fato estava na iminência de entrar no Cadin, inclusive, sofrer bloqueio de repasses do Governo Federal, se não honrasse com esses compromissos, com relação às Indiretas e aí eu incluo CAER – Companhia de Água e Esgoto de Roraima, CER – Companhia de Energética de Roraima, CODESAIMA – Companhia de Desenvolvimento de Roraima. A CAER, hoje esta com um débito pendente de quase cem milhões de reais de dívidas que ficaram pendentes, a CODESAIMA mais de cinquenta milhões de reais de dívidas que ficaram pendentes a UERR - Universidade Estadual de Roraima tinha dívidas de sete milhões de reais, essas a gestão já honrou, a UNIVIRR – Universidade Virtual de Roraima tinha dívida de quase um milhão de reais, que tivemos que honrar. Enfim, a maioria das Indiretas, IACT – Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação, todas tinham dívidas que fomos sanando por partes, eu diria que o Estado de Roraima com relação ao endividamento, teve que utilizar o financeiro do exercício de dois mil e quinze, por volta de cento e cinquenta milhões de reais para pagar dívidas de exercício passado e isso compromete completamente o Orçamento do exercício de dois mil e quinze, para vocês terem uma ideia. Hoje, para conseguirmos honrar a folha de pagamento dos servidores do Estado, o duodécimo dos poderes e os encargos da dívida pública, hoje, a dívida pública do Estado de Roraima, o comprometimento mensal que o Estado de Roraima paga, somente de dívida pública, é em torno de dezessete milhões de reais, iremos fechar o ano com um total de duzentos e quinze milhões de reais de pagamentos, somente de dívida pública, isso compromete cerca de quatorze por cento do Orçamento do Tesouro Estadual, não estou incluindo a Educação e a Saúde, gostaria de frisar que os recursos da Educação, tem que obedecer a um princípio, que é o princípio da anualidade do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, o recurso do FUNDEB, que é repassado constitucionalmente para Secretaria de Educação tem que ser utilizado no exercício, não pode ficar dívidas de um exercício para o outro, qualquer dívida, que o Estado venha se comprometer com a Educação, essa dívida não sai do FUNDEB ela tem que sair de fonte do Tesouro Estadual e o Tesouro Estadual hoje estão totalmente comprometidos com dívidas e nessa gestão atual, a Governadora do Estado, teve a coragem de assumir, realmente com muita responsabilidade, para os servidores públicos do Estado, a revisão anual de quatro e meio por cento, isso implicou em um gasto a mais para o Estado em torno de três milhões e meio de reais por mês, o Estado realmente está numa situação muito difícil, por outro lado, gostaria de ressaltar que a maior parcela da Receita do Estado de Roraima, em torno de oitenta por cento, são repasses do Governo Federal, por meio

do Fundo de Participação dos Estados, então, nós somos a unidade da Federação que mais dependência tem do FPE, todos nós sabemos, é notório isso na mídia que o país está passando por uma crise imensa a repartição do FPE, é receita do IPI – Imposto Sobre o Produto Industrializado no Imposto de renda que não tem consumo, nesse mês agora. No dia dez de agosto, o Estado de Roraima teve um corte brutal da receita do FPE, foram quinze milhões a menos de receita e isso equivale a sessenta por cento do valor da folha líquida do Estado, então, imaginem que as receitas normais de custeio do Estado de Roraima, rotineiramente, têm que mandar todo mês, quarenta e dois milhões para os poderes, quarenta e sete milhões, tem que pagar a folha do executivo, dezessete milhões de dívidas públicas, só ai já dá mais de cem milhões de reais, esse mês, o Estado de Roraima não vai receber cinquenta e nove milhões de reais de repasse, quem tem mantido em pé este Estado é a receita de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços, que mantemos uma média de cinquenta e dois milhões de receita mensalmente, o Estado de Roraima, no momento, está passando por muita dificuldade financeira. Com relação ainda à questão financeira, o que se discute bastante, é exatamente de que forma o Estado poderia conceder outros pagamentos a servidores, hoje temos feito um esforço imenso, o Estado nesse momento, tem passado por muitas dificuldades financeiras, gostaria de contar com a compreensão desta Casa Legislativa, de todos os Poderes deste Estado, a situação realmente é muito difícil, o Estado de Roraima realmente ficou em uma situação muito difícil, por um montante, eu diria faraônico de dívidas que não foram honradas nos últimos cinco anos.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Vamos manter a ordem. A outra pergunta Senhora Secretária, é como é possível o governo do Estado nos últimos anos, esta pergunta vem do professor Leopoldo Junior: como é possível não fazer o rateio de resíduo do FUNDEB, só lembrando os vinte milhões do ano passado, como fica?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Olha, nós não encontramos resíduo nenhum do FUNDEB, o que encontramos, foram vinte milhões, novecentos e cinquenta mil do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, é o dinheiro que veio para a merenda escolar e que não sei por que não foi utilizado pelo governo anterior, então, PNAE não é FUNDEB, entendeu? Nós começamos o ano utilizando o dinheiro do PNAE, inclusive para ampliar de doze itens para trinta, da merenda escolar, isso está transparente para quem quiser ver. O processo da merenda foi realizado da forma como o PNAE preconiza, que é em forma de pregão eletrônico. Nós temos o número do Processo, isso aí fica muito evidente para quem queira ver, mas não existe resíduo do FUNDEB, o que existia é o dinheiro do PNAE, que não sei o motivo pelo qual, não foi utilizado pelo governo anterior e nós utilizamos.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – A pergunta também veio do professor Alexandre da Rocha Moreira. O que a Senhora poderia fazer nesse exato momento pela categoria dos professores?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Acho que poderemos fazer muita coisa. Há um projeto da governadora Suely Campos e de toda a nossa equipe, para que a gente possa trabalhar em prol da melhoria da nossa classe, porque eu também sou professora. (vaias).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – A líder Enertina de Souza gostaria de saber por que deixaram de fora do senso escolar, os professores de língua materna? E ela se refere a senhora e também a senhora Selma Mariô que é a responsável pelo senso, e ela afirma: as senhoras estão fragilizando a Constituição brasileira de mil novecentos e oitenta e oito que garante a educação indígena diferenciada e bilingue nos artigos trezentos e vinte um e duzentos e trinta e dois.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – A questão de não entrar professores de língua materna, veja bem, nós computamos no fundamental maior, professor de língua indígena e um professor de outra língua, só que em algumas comunidades, têm mais de um professor de língua indígena, então, o segundo professor não é computado. A Selma Mariô não está aqui para dá maiores esclarecimentos a respeito do censo, mas o censo computa sim professor de língua, mas computa apenas um. A comunidade que tiver mais de um, não entra, e outra coisa, quem normatiza a questão do censo, não é o governo do Estado e nem a Secretaria de Educação, às normas são Federais, nós só seguimos, abrimos o sistema, organizamos e fazemos, mas a própria escola abre o sistema e preenche, não é diretamente com a Secretaria de Educação e o Governo do Estado, o sistema é Federal.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – A Senhora Joana fez também na Audiência Pública uma pergunta: Por que até o presente mês, a merenda da agricultura familiar não está abastecendo às escolas, uma vez que o Governo Federal repassa os recursos através do PNAE?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari**

– Eu vou pedir para o Secretário Adjunto Jules Rimet explicar essa situação porque se refere. (vaias).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Senhores, a mesa é composta por pessoas técnicas para debater cada assunto, então, vamos manter a ordem para que a gente possa sair daqui satisfeitos com as respostas, cada um faz a sua avaliação.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Se vocês quiserem uma informação mais apurada, terei que ouvir o restante da equipe técnica, eu posso muito bem dizer para vocês que nós utilizamos a forma de credenciamento, pra credenciar os produtores e pronto, mas se vocês quiserem que eles esmiúcem mais as orientações, terão que ouvir a parte técnica.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Jules, já foi realizado a chamada pública? Já está sendo distribuída ou está faltando algum procedimento?

O Senhor Secretário Adjunto, **Jules Rimet de Souza Cruz Soares** – Sim, já foi realizada a abertura do credenciamento, feito o chamamento público, está credenciada uma empresa, e atualmente, este Processo está em análise na Controladoria Geral do Estado, está sendo cumprido todo o trâmite, temos prazos para serem cumpridos pela Lei, mas assim, o credenciamento é um procedimento, que ele sendo aberto e havendo a empresa cumprido com os requisitos de apresentação da documentação, sem maiores problemas, será contratada e a partir daí, terá um prazo para ela passar a fornecer. É importante dizer que seguiu realmente a tramitação conforme preconiza à aplicação desses recursos.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Secretário Jules, tem uma previsão para que comece essa distribuição dos produtos da agricultura familiar?

O Senhor Secretário Adjunto, **Jules Rimet de Souza Cruz Soares** – A nossa previsão é que em máximos trinta dias comecem a normalizar as entregas, pois a rede é muito extensa, então tem toda uma logística para poder entregar esses alimentos, será incluída realmente em nosso cronograma.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Eu te pergunto também: quantas escolas atualmente estão recebendo recursos diretos nas contas das associações de pais e mestres?

O Senhor Secretário Adjunto, **Jules Rimet de Souza Cruz Soares** – Salvo às escolas que estão inadimplentes, com prestação de contas atrasadas, eu não tenho aqui como lhe mostrar agora estes dados, mas temos esses dados cadastrados, mas salvo essas que estão inadimplentes, com prestação de contas atrasadas, as demais escolas, estão recebendo esses recursos. Atualmente, existem trinta e seis escolas que estão inadimplentes até o momento, as demais que constam no cadastro que estão organizadas com as suas associações, estão recebendo recursos sem nenhum problema. Mas nós podemos Deputada, enviar um relatório que é extenso, com a situação de cada escola. Poderemos enviar para Casa e deixar aberto em público para aqueles que queiram pesquisar. Temos o setor de convênios da Secretaria aberto para essas informações, é muito extenso o relatório.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Já que estamos na questão da alimentação escolar, na capital, à alimentação escolar nas escolas que não tem recurso direto de Associação de Pais e Mestres, recursos do FNDE. Quantas escolas recebem alimentação escolar de empresas terceirizadas?

O Senhor Secretário Adjunto, **Jules Rimet de Souza Cruz Soares** – Na verdade, nenhuma escola recebe alimentação de empresas terceirizadas. Este ano foi feito Licitação, como a própria Secretária colocou, posso aqui dizer o número do Processo, é o seiscentos e setenta, barra quinze, para quem queira anotar, foi utilizado pela primeira vez o recurso do PENAI, os vinte milhões que existiam, e desses vinte milhões, foi feito Pregão eletrônico, e oito milhões, foi o valor que foi Licitado. Portanto, dos doze itens, passaram para trinta itens e estão regularmente sendo entregues nas escolas.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Então, quando uma merenda escolar na escola, não sai com boa qualidade, à responsabilidade é da Gestão da escola?

O Senhor Secretário Adjunto, **Jules Rimet de Souza Cruz Soares** – Na verdade Deputada, é importante dizer que estamos nesse processo de transição. Muitas coisas estão sendo ajustada na administração pública, como a Secretária colocou a situação que encontramos, realmente, estava um caos, é bom que se diga isso. Hoje, quando é detectado um problema, a Secretaria de pronto com sua equipe, vão *“in loco”* verificar. Vou citar um exemplo para a Senhora: recentemente, saiu na TV Roraima ao meio dia, que não estava havendo merenda na escola Antônio Carlos Natalino, na mesma hora, eu me dirigi ao local com o responsável pelo DAI, chegamos na hora, e fotografamos e enviamos as fotos para a Dra.

Elda, do Ministério Público, com merenda de qualidade, então temos buscado em cada demanda dessas, nós pedimos para a população que informe onde estiver com problema para que nós possamos resolver. Estivemos pessoalmente lá e verificamos que a denúncia era infundada.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Tem uma pergunta da Vanúbia Soares Nunes: Sou mãe de um aluno autista que estuda na Escola Luis Ribeiro de Lima, apesar das limitações do meu filho, ele tem habilidades, e necessita de apoio em sala de aula. Secretária, por que a senhora está deixando esses alunos sem a auxiliar, que é responsável pelo acompanhamento aos alunos com necessidades educacionais, especiais em parceria com os demais professores das disciplinas específicas?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Na verdade, o que estava faltando eram os cuidadores. Para os cuidadores, tivemos que arrumar uma modalidade de contratação, que foi o credenciamento, para que nós pudéssemos atender às escolas que precisassem de cuidadores. Agora, eu não deixei escola nenhuma sem auxiliar, nós estamos trabalhando para que não falte nenhum cuidador e nem o professor auxiliar, veja bem, há de se ter muito cuidado na hora de se lotar professores, porque havia também escolas em que para cuidar de um aluno especial, existiam três professores, aí entendemos que é um pouquinho demais. O que nós temos, é de fazer uma locação que seja exequível, tanto para a escola, quanto para a Secretaria de Educação. Nós temos problemas, temos que fazer com que a Secretaria de Educação seja gerida de forma adequada, não pode ser irresponsável.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Vamos manter a ordem, estamos indo bem na nossa audiência. Nós queremos também saber, uma pergunta da dona Eneisa Maria Melquior de Lima, na verdade, ela tem duas perguntas, mas irei reformular. Deputados, os professores selecionados, tem direito a GID – Gratificação de Incentivo a Docência, pois todos somos professores igualmente. Queremos que o governo providencie a construção da escola Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol, e as demais escolas indígenas. É de conhecimento público que o Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol, é uma antiga escola dos padres lá no Surumú que hoje é uma escola particular, entidade privada que pertence ao Conselho Indígena de Roraima. Sempre houve o termo de cooperação técnica. Então, vou desmembrar essas perguntas aqui, e perguntar para Vossa Excelência, porque a comissão dos professores indígenas, ao chegar aqui na Assembleia, disseram que o termo de cooperação técnica, já está no seu gabinete. Vossa Excelência tem um prazo para assinar, para colaborar com essa entidade, já que ela é uma escola profissional registrada no MEC?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Nós estávamos analisando este termo, junto com a professora Natalina, mas ela adoeceu, infelizmente está numa situação muito difícil e a nossa equipe ainda não chegou numa análise final deste termo. Quanto a questão da construção das escolas nos centros, nós temos só nos chamados centros regionais indígenas, mais de vinte, só de Licitações de construções de escolas, que iremos avaliar qual será o local escolhido. Porque veja bem, o Governo não tem como construir essas escolas desta forma, atendendo a demanda das comunidades indígenas, atendendo e a demanda das escolas do campo e a demanda das escolas urbanas dos municípios e da capital têm que dar prioridade. Nós iremos fazer uma avaliação das solicitações que nós temos, nós já temos algumas obrigаторiedades que o governo terá que cumprir, inclusive, para poder manter depois, um canal aberto com a Caixa Econômica. O que se refere ao Pérola e ao Conjunto Ajuricaba, tem alguns conjuntos da Caixa que iremos entregar Escolas prontas, como no conjunto Vila Jardim, então, nós temos algumas demandas de compromissos assumidos, e tem alguma coisa que já está previsto no nosso PPA para ser construído, mas teremos que priorizar, se nós tivermos mais de vinte demandas, nós teremos que escolher nesses anos de governo da governadora Suely Campos, o que será prioritário para se construir em termos de estrutura física.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – A Senhora já participou de alguma reunião do CONSED – Conselho Nacional de secretarias de Educação, já pediu apoio do colegiado dos Conselhos dos Secretários Estaduais quanto à aprovação do PAR - Plano de Ações Articuladas. Dois mil e doze, quer prevê a construção, ampliação e reforma das escolas indígenas e que está aprovada desde dois mil e doze no site do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Nós estamos com o canal aberto como FNDE, inclusive, o Presidente do FNDE, esteve aqui, através da senadora Ângela Portela. Nós estamos com uma reunião marcada lá, para apresentar nossas demandas e ver como retomaremos os trabalhos, nós temos algumas pendências, inclusive, de algumas escolas indígenas que estão travando o processo de trabalho entre o FNDE e o governo daqui do Estado, resolvendo essas pendências, eu

creio que irá melhorar com esse recurso.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Falando a respeito do PAR, quais as providências que estão sendo tomadas para retomar o curso Tamigama, Magistério indígena, que tem previsão para duzentas pessoas, que possuem recurso Federal, Amongoi Cuxangã, que é um curso para o povo Ingaricó, para trinta professores e o Murumurutá que tem recursos para dois mil e doze e que está na conta. Quais as providências que estão sendo tomadas no CEFORR – Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima, para a retomada desses cursos?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Estive com a Eliane esta semana e ela está providenciando que estes cursos retornem o mais rápido possível. (aplausos).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – O que está sendo feito no CEFORR para ser executado em seis milhões de reais, que tem para capacitar os gestores indígenas, que é do Programa Gestar Indígena?(aplausos).

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Olha a questão da capacitação dos gestores, é uma coisa que abrange não só os indígenas, como os não indígenas também. Nós temos novo projeto pedagógico dentro da Secretaria, que estamos trabalhando numa nova forma de gerir a Secretaria, e o que nós demos, foi só um tempo para que pudéssemos tomar um pé da situação da Secretaria para podermos trabalhar. Veja bem, a minha equipe tem um pouco mais de seis meses de trabalho, onde o princípio de tudo isso, foi caótico, tivemos que atrasar um pouco o início do ano letivo, tivemos várias dificuldades que não escondemos de ninguém, foi público para todo mundo. Esse princípio, é um pouco tumultuado e difícil, então, é mais que o normal que nós parássemos para reorganizar, é só uma questão de reorganização.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Assim como receberam dívidas, receberam recursos também, tanto é que o PNAE tinha vinte milhões na conta para fazer esse sucesso... (aplausos)

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Acredito e queria deixar para Vossa Excelência a sugestão da urgência, porque o Tamigã o Amongoi- Cuxangã e o Muru- murutá que é o fortalecimento da língua materna, um curso que sempre teve regularmente... (aplausos),

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – E o Gestar indígena que tem seis milhões, ouviu Secretário Jules... (aplausos)

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Eu vim aqui para justamente ser ouvida né?

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Eu posso concluir? (aplausos).

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Pode.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Secretário Jules, como o Senhor é da parte financeira, então, para nós recomendarmos, pois esses seis milhões do Gestar Indígena estão na conta, e é necessário que a administração do CEFORR, tome as medidas cabíveis para que o dinheiro não retorne ao Governo Federal, porque existe prazo, só essa observação. (aplausos).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Tem uma pergunta aqui sobre o trabalho corrido, mas já vimos nas redes sociais que já foi resolvida, e gostaria de passar à palavra ao Deputado Brito Bezerra, líder do governo. Nós iremos seguir a ordem de inscrições dos Senhores Deputados: Deputado Brito Bezerra, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Evangelista Siqueira, Deputado Mecias de Jesus, Deputado Massami Eda, Deputado Chico Mozart, Deputada Aurelina Medeiros e o Deputado Jorge Everton. Portanto, iremos seguir a sequência das inscrições.

O Senhor Deputado, **Brito Bezerra** - Boa noite a todos! Quero pedir em nome de toda à mesa, a cumprimentar a Presidente da Comissão de Educação, Deputada Lenir Rodrigues. Primeiramente Deputada, gostaria de deixar aqui para todos os professores, alunos, lideranças indígenas, os próprios membros do SINTER, que nesta Casa Legislativa que é a Casa do povo, ela estará sempre à disposição, sempre aberta para que nós possamos discutir debater os assuntos de interesse da sociedade. É isto que estamos fazendo neste momento, é um momento salutar, um momento saudável, que engrandece e fortalece a democracia, e o governo do povo está sempre à disposição para que nós possamos juntos com a sociedade e com os parlamentares, decidirmos os rumos que iremos dar, claro, pensando sempre no crescimento, sobre tudo, da educação. Quero dizer para Vossas Excelências, que o Plano de Educação que tanto almejamos, já está nesta Casa Legislativa e a Deputada Lenir como Presidente da Comissão e os demais Deputados que aqui estão como membros, eles já devem estar trabalhando para que nós possamos iniciar o grande debate, e que se faz necessário à presença de todos, professores, diretores de escolas, gestores em geral, lideranças indígenas. Que nós possamos adequar o plano de educação, conforme à necessidade da educação do nosso Estado,

portanto, essa pauta da educação, sobre tudo das comunidades indígenas, serão atendidas na íntegra no Plano de Educação que está aqui na Casa Legislativa. É o desejo da Casa Legislativa, dos Deputados da Comissão de Educação e da Governadora Suely Campos, que determinou que nós aprovássemos aqui um plano de educação, que possa atender todos os educandos e todos do corpo docente e discente. Enfim, atender a educação como um todo, sobre tudo, a educação indígena, que tanto pleiteia essa mudança aqui neste plano. Gostaria de parabenizar a equipe do governo do povo por está aqui... (vaia),

O Senhor Deputado, **Brito Bezerra** - Quero dizer para todos Procuradores, que é inédito a vinda de um gestor de pasta nesta Casa por convocação, nunca veio, sobre tudo da educação, por convocação, é a primeira vez que o Governo atende uma convocação desta Casa Legislativa. Portanto, o respeito do povo à Casa Legislativa foi mantido, e eu quero aqui parabenizar à Governadora Suely, a equipe do Governo do povo e à Secretária Selma por está aqui, determinada diuturnamente para manter a educação. A pauta do SINTER que nós temos debatido exaustivamente que a governadora sempre atende no Palácio e nós estamos avançando nessas reivindicações e também continuamos abertos nas discussões, apesar de ser decretada pelo Tribunal de Justiça a ilegalidade da greve. Nós nos mantemos abertos ao diálogo. Queremos avançar nas negociações e queremos sim, como é prioridade do Governo do povo, manter a educação funcionando, e atender as demandas de todos, desde que constitucionalmente legais e que o governo tenha condições financeiras de manter. Portanto, Deputada Lenir, Senhoras e Senhores Deputados, é uma satisfação pro governo do povo, para a Secretária Selma, para a governadora Suely, para nós Deputados de base e para vocês que aqui estão, de estarem aqui nesta Casa, discutindo os problemas do nosso povo, da nossa gente, parabéns a todos.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Essa audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia, canal cinquenta e sete, ponto dois. (aplausos).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Quero também registrar a presença dos Deputados que não fazem parte da Comissão de Educação: Deputado Gabriel Picanço, Deputado Chico Guerra, Deputado Odilon Filho, Deputado Valdenir Ferreira, Deputado Oleno Matos, Deputado Jorge Everton e o Deputado Soldado Sampaio, obrigada, pela presença. Estão aqui, mesmo não fazendo parte da Comissão de Educação.

O Senhor Deputado, **Soldado Sampaio** – Senhora presidente da Comissão de Educação, Deputada Lenir, cumprimento os demais membros, Deputado Evangelista, Deputado Chico Mozart, Deputado Massami, Deputado Messias de Jesus e quero aqui estender os cumprimentos aos demais Deputados aqui presentes. Quero aqui cumprimentar toda a equipe de governo em nome da Secretária Selma. Não quero me alongar, quero ir direto às perguntas a toda a equipe de governo. Secretária Selma e aos demais Secretários, meu questionamento é voltado para a questão do transporte escolar, eu pergunto Senhora Secretária, se havia dívida deixada do governo anterior e qual o tamanho desta dívida que foi deixada? Gostaria de perguntar também, como estão os pagamentos dos transportes escolares da atual gestão, se está em dia ou se está em atraso e também se houve alguma auditoria diante dos indícios que foi relatado aqui nesta Casa, das rodas terem um tamanho e na prática essas rodas não constarem com a quantidade de quilometragem que estavam no contrato, se há alguma auditoria nesse sentido, assim como também se há auditoria ou vistoria nos veículos de transporte escolar, isso eu falo pela quantidade de denúncias que nós recebemos da gestão anterior, de transporte escolar que estava locado, uma marca e um modelo e quando a gente ia “*in loco*”, constatava que aquele veículo não correspondia ao que constava no papel. Portanto, eu pergunto: Em relação ao transporte escolar, se havia dívidas do governo anterior e qual o tamanho desta dívida e como está o atual pagamento na sua gestão, do transporte escolar e se houve auditoria para medir o tamanho das rodas e vistoria com relação ao transporte escolar? É a outra pergunta que eu faço relacionado ao transporte escolar. Outra pergunta que eu tenho a fazer a equipe de governo, Secretária, é com relação a GID, eu como servidor público por muito tempo, os Polícias e Bombeiros Militares, nós tínhamos um soldo, um salário base Deputado Messias, e vinha uma... (inaudível), de gratificações que a gente não se sentia confortável, o policial quando ia para a reserva, quando se aposentava, não levava aquele valor para a sua aposentadoria. Eu sei que a GID vai cumprir com os professores, há toda uma luta, um trabalho do SINTER de anos anteriores e foi um grande avanço, e todos naquele momento, não pensaram em descontar à contribuição para a GID. Hoje, muitos professores estão na iminência de se aposentar pelo tempo de serviço, com a contribuição, e estão preocupados com essa incorporação. Sei também que há uma questão legal, eu pergunto: É possível nós superarmos essa questão legal? E a partir de um prazo curto, ou médio prazo, a gente incorporar a GID, porque até então, não gera a

despesa mínima ao governo, quem vai pagar é o professor contribuindo, e vai receber proporcionalmente ao seu tempo de contribuição. Então, essas são algumas perguntas que eu tenho à equipe de governo, com relação ao transporte escolar e à GID. Era isso, obrigado.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Com a palavra a Senhora Secretária **Selma Mulinari**.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Em relação ao transporte escolar, nós encontramos um contrato faraônico, realmente cheio de problemas, nós realizamos a primeira vistoria e estamos com problemas até hoje, pois algumas empresas não passaram nessa vistoria, quando chamamos a segunda empresa deu problema também quanto à questão da dívida, o montante da dívida deixada do Governo anterior, ultrapassávamos quinze milhões, nós pagamos quatro milhões e meio e tem mais de onze milhões de dívida deixadas pelo Governo anterior desse transporte, quanto à questão das rotas, encontramos rotas onde a percorremos e ela ultrapassava no contrato o dobro, ainda estamos fiscalizando e auditando essas rotas, porque é inconcebível que se gaste mais de cinquenta milhões com transporte escolar, da forma que nos sabemos que estamos oferecendo esse transporte, mantivemos todos os contratos para poder atender o aluno, mas não tem condições de ser colocadas assim da forma que está nós temos problemas em todos os níveis, temos carros inadequados, temos a vistoria que é realizada aqui. Quando nós chegamos ao local, onde o transporte que vai ser oferecido ao aluno, o carro já foi trocado, não há compromisso com as pessoas que oferecem esses contratos, em manter um serviço de qualidade, então, a maioria das vezes, quando nós encontramos reclamações e o senhor sabe disso, pois o senhor já nos trouxe reclamações e a comunidade está coberta de razão, porque não é o carro que passou pela vistoria, então, esses problemas que vêm oriundos de um contrato que não foi feito pela nossa gestão, que fique bem claro isso, esse contrato que estamos cumprindo, que foi feito pela gestão anterior e nós só estamos mantendo porque o prejuízo ao aluno seria maior, nós vamos consertar e estamos refazendo as rotas para que isso não aconteça e para que a gente diminua esse desperdício, agora, no tocante dois mil e quinze, nós estamos com transporte pago e em dia a dívida que existe foi deixada pelo governo anterior, não é nossa, em relação a questão da GID, o procurador pode explicar melhor para o senhor.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Mas antes do procurador explicar, Senhora Secretária, eu queria aproveitar a carona na pergunta do Deputado Soldado Sampaio, quanto ao transporte escolar, quais as providências que estão sendo tomadas, para retornar o transporte escolar lá para as escolas de Santa Maria de Normandia do Baixo Cotingo, Mato Grosso, em Pacaraima, organizar o transporte no Manaú que tem um ônibus só para a Escola toda, e a Escola Nossa Senhora da Consolata, é uma escola enorme, que esta em uma situação difícil, a situação física, e só um ônibus para fazer rotas diversas, se esses pedidos para atender com transportes escolar, que tinha no Governo anterior e foi tirado, o que vocês estão fazendo para que possa voltar o transporte escolar? (aplausos)

A Senhora Secretária, **Selma Mulinari** – A Senhora sabe que a gente só pode fazer uma coisa, chamar a empresa que está em segundo, inclusive ontem mesmo, nossa equipe, chegou do Xumina, Região da Raposa Serra do Sol, onde existem problemas também, estamos fiscalizando as rotas para que possamos chamar a segunda empresa e colocar mais ônibus e assim será em outras localidades, onde nós temos problemas, porque não temos problemas só na área indígena, temos problemas em todos os lugares que tem transporte Bom Vista Rural, em todos os municípios nós temos transporte, estamos com problemas no Caroebe, em Rorainópolis por falta de pagamento, também do Governo anterior, então, são problemas que vamos setoriando e resolvendo aos poucos, hoje mesmo, antes de vir pra cá, nós recebemos um problema ali da região do Cantá, que a empresa não passou na vistoria, estamos chamando novamente o segundo colocado e estamos realizando agora até o final desse mês, outra vistoria nesse transporte, porque mais uma vez, trocaram os carros.

O Senhor Procurador do Estado, **Venilson** – Em relação a GID, entende o Estado que a GID, foi um avanço da própria categoria, então, extinguir a GID, Deputado Soldado Sampaio, entendemos que estaríamos desprestigiando aqueles professores que estão em sala de aula, pois na medida que tratamos de forma igual pessoas que estão em situações de forma desigual, ou seja dando o mesmo salário àquele que está em sala e àquele que estão fora de sala de aula, depois vai haver outro movimento para que valorize aquele que está em sala de aula, então, o Estado, por enquanto, permanece com a intenção de manter a GID, fora em que pese se ela for também incorporada, será base de cálculo do IPERR – Instituto de Previdência do Estado de Roraima, enquanto 11%, então, as pessoas imaginam que bastaria incorporar a GID para que sua aposentadoria fosse maior, também não é assim, porque quem paga essas aposentadorias, é o IPERR e ele faz um certo cálculo atuarial, com base nas cem últimas

contribuições, de nada adianta nós incorporarmos para tentar beneficiar os próprios aposentados, se eles não fizerem o próprio recolhimento em cima do que hoje não é feito, porque é uma função e uma gratificação a partir do momento que ele passa ser incorporado, será base de cálculo do IPERR, e nós, Estado de Roraima, não temos como compelir que o IPERR, que é uma outra instituição, pague uma outra instituição, pague um valor cheio para esses aposentados.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Dr. Venilson existe algum estudo, já que o Governo pensa em não incorporar a GID, em compensar, já se fala tanto em governo anterior, de compensar inclusive as perdas salariais dos governos anteriores desse Governo do povo?

O Senhor Procurador Geral do Estado Doutor **Venilson** – Deputada, essa é mais uma medida política, as minhas atribuições são no âmbito político, mas o que ocorre e se perguntarem se o Estado de Roraima cumpre a Lei do Piso, ele cumpri e segundo a Procuradoria Geral do Estado, que é o órgão técnico e jurídico do Estado de Roraima. O Estado de Roraima cumpre a Lei do Piso, se algum professor sentir-se lesado, ele pode buscar essa diferença no âmbito do próprio poder judiciário, pois o próprio terceiro imparcial, é que pode dizer quem tem razão, é o professor ou é Estado, proporcionalmente o Estado cumpre a Lei do Piso anualmente e essa revisão anual é de 4,5%, que é a meta estabelecida pelo Banco Central para inflação, ela é dada a todo servidor público de forma igual, então, assim entendemos que não há em tese, perdas salariais.

O Senhor Deputado, **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, eu quero cumprimentar todas as pessoas presentes no plenário, Senhora Secretária Selma e, gostaria de fazer uma solicitação inicialmente ao Secretário Kardec que nos forneceu algumas informações aqui, que claro, todos nós conhecemos, que quando a Governadora Suely foi eleita, todos sabiam que Roraima tinha virado à Grécia, se fosse um país, estaria pior que a Grécia, nós já sabíamos disso, por isso que votou na Governadora Suely, porque sabiam que precisavam de alguém com coragem, preparo e compromisso para tirar o estado dessa lama que se encontra, quero solicitar ao Secretário Kardec, que nós encaminhe oficialmente essas informações, já que, inclusive, começei agora e que pedimos na época de CPI, eu gostaria de propor no plenário da Casa uma CPI de endividamento do Estado, até porque vi uma placa que é uma missão dos deputados, com toda a certeza, mas, não foram os deputados que fizeram as dívidas, quem fez a dívida foi o Governo anterior, os deputados não são ordenadores de despesas do Governo, o que nós podemos fazer agora e que pedimos na época e todos os professores e técnicos que estão aqui sabem disso, ficamos quatro anos, eu Sampaio, Brito e outros colegas aqui, fazendo pedido de CPI na Educação e na Saúde, as mesmas pessoas que estão me vaiando hoje, já me aplaudiram antes, quando eu pedi isso, quando eu bati no Governo do Anchieta e assim será sucessivamente, portanto, para mim, isso é consciência tranquila, o que eu quero, é que Estado, ande, cresça precisamos deixar de pensar só no nosso umbigo, eu fico triste quando escuto alguém dizer: há! Eu não tenho nada a ver com isso, claro que tem, o Estado é nosso todo mundo tem alguma coisa a ver com isso, esse endividamento quem está pagando não é só o Governo não, quem esta pagando, é todo o Estado, esse endividamento repercutiu na saúde, na educação, estradas e em todos os setores do Estado, por isso, quero pedir ao Secretário Kardec, que nos encaminhe oficialmente, para que possamos, quem sabe agora, analisar isso de uma forma tranquila, porque no governo passado, não conseguimos, como disse o deputado Brito, se querem trazer um Secretário de Estado convocado aqui, porque o plenário deles, é maior e, não permitisse que trouxesse agora nós fomos democrática comissão de educação sugere a vinda da Secretária Selma, e nos mesmo sendo aliados do governo concordamos, e a Secretária Selma não se negou a vir e está aqui para prestar os esclarecimentos necessários, eu quero perguntar para Senhora Secretária Selma e que nós esclareçamos de fato como se encontrou a situação do Estado lá na Secretaria de Educação material didático, dívidas, situação física das escolas, merenda escola e transporte escolar que já foi citada aqui pelo Deputado Soldado Sampaio.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Bom, o transporte nós já fizemos o pequeno apanhado de como estava à questão do material didático, não é segredo para ninguém, não encontramos nada, estamos em processo de compra desse material, a questão da estrutura física das escolas, nós temos, acho que uns vinte CDs ali, se vocês quiserem depois ficar com eles pra ver a estrutura de cada Escola, porque fizemos levantamento de cada escola do Estado, inclusive, nós herdamos também do governo anterior os TACS - Termo de Ajustamento de Conduta, que o Ministério Público, colocou que os governos anteriores assinaram e não cumpriram, e que agora nós estamos cumprindo, então, existe problemas de todos os níveis. Recebemos escolas com vários tipos de problemas, não tinham banheiro, telhado caindo que não tinha nada, então, são complicados, os professores sabem por que estão dentro dessas escolas,

nós tivemos que fazer alguns ajustes para que essas escolas comecem a funcionar. Tinham escolas que não podiam usar água, porque fazia muito tempo que as caixas d'água não eram limpas, mais isso está tudo documentado, na Secretaria de Educação tem vários livros, CDs, quem quiser, pode ter acesso a essa documentação, posso encaminhar para essa Comissão, para que fique documentado, para que os deputados possam ter acesso. Enquanto a questão das dívidas, da mesma forma, nós podemos pegar um dossiê que fizemos das dívidas Deputado Mecias e mandar também para informar, por que foram muitas ultrapassam 25 milhões, então, para o senhor ver quando herdamos o caos, não estamos brincando, não e qualquer professor que queira ver isso ai, está disponível, nós não estamos na Secretaria de Educação para esconder nada de ninguém, até porque nem precisamos disso.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Sabemos que ao assumir um Governo, também se assume o ônus e o bônus, então, não é só maravilha não, eu também já estive lá Senhora Secretária, é dura, a gente assume também as coisas antigas.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Só um momento Deputada Lenir, ninguém aqui está negando a receber o ônus, o que estamos dizendo, é que estamos gerindo com responsabilidade, não estamos escondendo nada de ninguém, está lá para todo mundo ver todos os levantamentos das dívidas e da situação da Secretaria, o que eu estou querendo dizer, que ônus existe, nós queremos sim o ônus, porque nós vamos consertar o que está errado entendeu? Mas é claro, é preciso tempo e nós estamos fazendo já essa mudança, ninguém aqui citou como é que ficou uma escola depois de revitalizada, ninguém aqui citou tudo que foi feito de bom até agora, entendeu, mas muita coisa já foi feita.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Com certeza e no futuro o seu sucessor vai ter que pagar suas dívidas. (risos e aplausos).

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Com certeza não irá ficar, nós temos que gerir com responsabilidade.

O Senhor Deputado, **Mecias de Jesus** – Senhora Presidente, por questão de ordem, eu quero fazer um pedido a Vossa Excelência, que sempre se conduziu a essa Casa com muita maestria, a Senhora não pode conduzir o debate dessa forma, a senhora tem, que ser a juíza e não a acusadora. Não pode ser dessa forma, esta querendo induzir as acusações, querendo induzir as pessoas a outras ações, eu sei que vossa excelência não é dessa forma, queria pedir que a senhora não entrasse nessa linha.

A Senhora Presidente, Deputada **Lenir Rodrigues** – Deputado, eu estou conduzindo o Debate da forma mais harmoniosa possível.

O Senhor Deputado, **Evangelista Siqueira** – Secretária um dos pontos que pôs fim a greve do mês de março, se refere exatamente que ao terminar a greve, nas semanas seguintes se formaria uma comissão de progressões, essas comissões analisariam as progressões, elas seriam lançadas no Diário Oficial, as atualizações salariais, seriam de imediato e o retroativo se pensava para o orçamento seguinte. O que aconteceu para que essa comissão fosse formada e oficializada no Diário Oficial, demorou praticamente mais de quarenta dias, sendo que nesta Casa, recebemos documentos do sindicato que enviou e encaminhou a Secretaria de Educação, o nome dos componentes da comissão do sindicato, mas faltaram os membros da Secretaria de Educação, para que agente entenda o que aconteceu?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Não aconteceu nada de relevância Deputado, é que para trabalhar nas comissões é preciso que se encontrem professores, funcionários nossos que estejam dispostos a doar tempo, e as comissões não são remuneradas, é preciso que tenha alguém que queira se dedicar a esse trabalho, somente isso.

O Senhor Deputado, **Evangelista Siqueira** – Outro questionamento, é com relação ao Plano Estadual de Educação que está em nossa Comissão, já estamos analisando, lembrando que ele foi construído através de audiências públicas, conferências municipais, estaduais e inclusive, com representação nacional e ao chegar a casa, o plano chegou com algumas estratégias sem constar é sobre tudo a questão indígena, que foi retirada na íntegra, eu queria também que a senhora nós explicasse o que aconteceu nessa questão, por que retirar tantas estratégias, uma vez que foram construídas em audiências em conjunto, não necessariamente, deveríamos submetê-las novamente a uma consulta popular para legitimar o Plano Estadual de Educação?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – No tocante à Educação Indígena, nós reescrevemos o Plano de acordo com as vinte metas do Ministério, mas a Governadora já se comprometeu de colocar na íntegra, eu acho que não cabe mais aqui, a gente discutir uma coisa que já houve uma contra proposta que já está amplamente contemplada.

A Senhora Deputada, **Aurelina Medeiros** – Boa noite Secretária,

demais Secretários que se fazem presentes, Comissão de Educação na pessoa da Deputada Lenir, Deputados presente e público que está aqui nos aguardando. Eu queria começar, dizendo que talvez pra quem esteja fora, ser político seja a melhor coisa do mundo, eu também acho que ser professor é a melhor coisa do mundo, eu sou professora de formação e já ensinei muito tempo e sou apaixonada pela minha profissão, mas eu queria dizer, que ser político é difícil, porque todo ser humano gostaria de algo melhor, gostaria de atender a tudo, porque está aqui sendo vaiado é ruim pra chuchu, o bom mesmo, era que nós pudessemos aprovar tudo que a gente quisesse, eu também, seria muito bom termos o salário que quiséssemos, eu queria ganhar muito mais, seria muito bom para mim. Fui Relatora do Orçamento do Estado nos dois últimos anos, 2013 e 2014, que tem deputados que entraram agora, mas têm deputados antigos, Secretária Selma, quando eu pego uma reivindicação, essa pauta que a Deputada Lenir estava discutindo, que já recebemos e alguém diz assim: Já tem recurso pra reforma das escolas, estão aí, eu queria saber onde estão? Queria que alguém mostrasse, o Orçamento é publicado, é livre, é aberto, todo mundo pode consultar, até porque a deputada Lenir, é minha amiga Secretária e foram muitos anos esperando recurso do PAR – Plano de Ação Articuladas, esperando recursos para as escolas e nunca aconteceram, as escolas nunca foram reformadas mesmo, ainda hoje, discutíamos aqui, andamos, não somos políticos que não conhece e quando o Orçamento Estado chegou aqui, para ser Relatado Secretário, tínhamos 3% do Orçamento para colocar para investimento nesse Estado, estrada, construção de escolas, reformas, ficou aqui, tentando adivinhar o milagre. Quando nós pegamos os recursos do ano passado (Inaudível), ai tá incluído orçamento do IPERR, que é oriundo de todos nós servidores, mais ou menos, cerca de mais de trezentos milhões de reais, 91% dos recursos do FUNDEB. Eu queria esclarecer nessa pauta, o pessoal diz assim: O dinheiro do FUNDEB é Federal, não é não, gente, o Orçamento dos Estados é composto pelos repasses da União e arrecadação do Estado, então, o dinheiro que chega aqui, é Orçamento do Estado, dos quais 25% vão para educação, agora, 14% que estamos criando mesmo, é orçamento do Estado dinheiro do FUNDEB não vêm de lá envelopado, só para o FUNDEB, é retirado desse recurso, é do Orçamento do Estado e 91% desses recursos, para tristeza minha, é destinado para pagamento de pessoal, destinado á isso, qualquer pessoa pode ter acesso, isso é 91%, é para chorar, ver 93% do recurso da Segurança, destinado só para pagamento de pessoal, nem um real para pagar o carro e comprar um litro de gasolina, é esse o Estado que estamos vivendo hoje, não é mais Território Federal não, é o Estado que pouco produz, quase nada arrecada e, eu fico olhando aqui, já fui à Educação, tenho o Orçamento aqui, não precisa ir lá para saber, porque essa é minha função e eu faço, falo aqui de qualquer setor sem medo, porque é meu papel. Alguém falando aqui, em 20 milhões do (inaudível). Sabe por que tinham? Porque a merenda era paga em empresas particulares e esses recursos não podiam pagar empresas, só poderiam ser usados para comprar produtos da merenda escolar e ao longo dos anos, Deputada Lenir sabe disso, foram se acumulando, chegou início do ano, ninguém compra nada com menos, de sessenta dias, não há processo de licitação não, é preciso termos consciência do Estado em que vivemos, é preciso eu saber, alguém me dizer, nem sei Senhora Secretária da onde você estão tirando dinheiro para a reforma de escola, reforma não, nem reforma é, uma revitalização, uma pintura, rede elétrica, porque dinheiro para obra de reforma não tem mesmo, no orçamento não porque fui eu quem foi a Relatora, então, tem muitas coisa que agente fica, é tanta coisa que pode ser dita, mas eu queria dizer uma coisa, estamos aqui, porque nossa função não é fácil. A Governadora não é dívida que se arrasta não é só desse Governo, é de outros que se passam, mas são obrigações do Estado gente, são coisas que estão sendo cumpridas, pois o Estado não começou com a Governadora Suely, ela tá assumindo esses ônus, por exemplo, o estado foi para o CADIM – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais, essa semana, por causa de pagamento de dois Servidores Federais que estavam aqui no Estado, já estavam devendo quase dois milhões para Embrapa e nunca pagaram, vai do pequeno ao grande, estamos com problemas na SID para reformar nossas estradas para os ônibus das escolas andarem, com a conta bloqueada, onde o estado tem que colocar lá 27 bilhões de reais e vai por ai, estamos aqui, quando eu digo que ser político é difícil, porque bem que eu queria, não é só professor e o médico que querem ganhar mais, é melhor ter um bom salário, todo mundo quer, não, hipócrita eu não sou, mas é preciso ter o pé no chão, é preciso conhecer o Estado que vivemos saber o Estado que vivemos, quanto ele arrecada, quanto ele recebe, fui até ao Secretário Kardec e quando ele chegou lá, tinha recebido 80 milhões de FPE – Fundo de Participação da Educação, ai ele disse Deputada, a minha folha é quarenta e sete, os poderes são quarenta e um e eu tenho quinze de dívida para pagar, não posso pagar luz, água e nem telefone e eu volto pra cá com a cabeça baixa, vejo ar condicionado nas escolas, já disse isso aqui né Lenir?

Uma mente brilhante, um dia comprou um monte de ar condicionados para as escolas que daqui a vinte anos, não vai ter energia, mas compraram, só que não viram que nem uma escola comporta ligação de ar condicionado, porque tem que fazer subestação e mudar a energia elétrica e mudar todas elas, nós estamos com ar condicionado. Esse dinheiro poderia ter vindo primeiro para subestação, depois para os ar condicionados, até já sumiram muitos, sei lá onde estão, ainda não fui procurar devem ter sumido por terem muito tempo, quase oitos, então, o que eu tinha a dizer gente, sei que não estou aqui recriminando o direito de ninguém reivindicar seus direitos, cada um tem os seus e cada um tem que lutar por eles, estou dizendo e pedindo as pessoas para conhecerem o Estado em que vivem, não é mais Território Federal, Departamento do Ministério do Interior não, é um estado que precisa produzir, gerar recursos para crescer.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** - Senhora Presidente, caros Deputados e Deputadas, senhores professores, servidores da Casa e a todos os presentes. Os colegas já falaram bastante, antes de ser deputado, sou Defensor Público sempre, primeiro e luto para que nós tenhamos capacidade, de individualmente, compor os nossos conflitos, acabei de receber a notícia que o desembargador Mauro Campelo, declarou a greve ilegal, tendo em vista esse dois dias de um acordo que não foi possível, mas também foi dito na imprensa que o referido acordo não aconteceu em função de que poucos itens da pauta não houve consenso. Fico feliz em saber isso, porque sabemos que a negociação avançou e estamos mais perto de um final feliz, tanto para os professores, comunidade em geral e para o governo foi falado agora a pouco, que as progressões, eu não sei dizer se são as verticais ou horizontais, mas as progressões de uma forma geral estão em débito com os professores, está sem ser paga desde 2011, sei que algumas estão em fase de cálculo, acompanhamos tudo isso. Eu queria alguma informação a respeito de valores, pois acho que o corpo técnico que está com a secretaria pode informar quanto que representa o montante disso. Também estive em conversa com o Secretário da Fazenda, Doutor Kardec ontem, o mesmo já manifestava a preocupação dele em função da queda do FPE, da situação da crise em que vive o Estado e o País. Em relação ao repasse do décimo no dia vinte, para os poderes, queria saber esses valores e o que realmente não conseguimos avançar dentro da pauta apresentada pelos professores e quero dizer, que confio muito que vamos manter o diálogo, mesmo com a declaração de ilegalidade da greve, até de fixação com multa diária, mas acredito muito que vamos manter o diálogo para chegar ao consenso final, já tinha dito aqui em uma fala minha anterior, em uma audiência pública sobre a situação da educação no nosso Estado, adiantando mais ou menos isso que está acontecendo hoje, que nós não conseguiremos resolver esse problema pelo qual estamos passando, se não houver dos dois lados o consenso, no sentido de buscar o caminho da reconciliação, que é o caminho que cada um vai ceder de um lado e assim chegaremos ao viável, no realizável, não adianta querermos achar que vai dar para fazermos tudo e o Governo achar que também não vai dar de fazer nada e esquecer que existem direitos e lutas, direitos garantidos, mas também, tem outro lado, precisamos ter o financeiro e orçamentário e quero finalizar complementando aquela pergunta que fiz, se todos esses anos, de 2011 até 2015, se houve previsão orçamentária, se o Estado, pelo menos, quem estava administrando o Estado, teve a preocupação de incluir essa dívida com previsão orçamentária se não efetuar o pagamento ou pelo menos, se temos facilidade no reconhecimento da dívida?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** - Não é somado 2011 até 2014, a dívida soma um pouco mais de 15 milhões, nunca houve previsão orçamentária para pagar isso aí, estamos terminando de calcular 2015, mas não teve previsão de pagamento para isso, a dívida realmente vem de 2011 até 2014, soma um pouco mais de 15 milhões.

O Senhor Procurador **Doutor Venilson Batista da Mata**-Só para complementar, esse valor de 15 milhões ainda não é um valor corrigido, esse valor pode chegar a um valor de 20 milhões de reais.

O Senhor Deputado, **Gabriel Picanço** - Senhora Presidente, da Comissão de Educação, Deputada Lenir Rodrigues, em nome da qual cumprimento todos os senhores Deputados que compõem a Comissão de Educação, Senhora **Selma Mulinari**, nossa Secretária da Educação a quem parabeno pela sua vinda e pela coragem de ter vindo aqui, Deputada, eu estou orgulhoso, por que no governo passado, aprovamos aqui nesse Plenários e vários Secretários não vieram e não tiveram a coragem de vir, então, parabéns, pela sua coragem de ter vindo, então, essa transparência demonstra que nós estamos querendo governar o Estado de Roraima com muita transparência, sabemos sim, que a educação tem uma dificuldade muito grande, eu conheço o Estado na sua totalidade, tem escolas que estão estupidamente precárias, sem condições de dar aulas, mas não vamos fugir! Eu quero pedir à Vossa Excelência, que abraça a educação do Estado de Roraima com amor, abraça a educação do Estado de Roraima como a senhora está abraçando! Muitas das vezes Secretária, a verdade

dói, tem muita gente que não gosta de escutar a verdade, mas a verdade tem que ser dita para aquelas pessoas que gostamos de si mesmas então, nós sabemos da precariedade no transporte escolar, no abastecimento, nas dificuldades de abastecerem as escolas com merenda escolar, nós temos esse conhecimento. Nós sabemos da necessidade dos professores serem bem remunerados, mas os professores também são formadores de opinião, os professores que nos ensinam secretária, eles têm que ter um pouco de compreensão também em saber das dificuldades que o Estado está passando. Eu quero pedir aos professores que tenham um pouco, dê um pouco de credibilidade ao governo do povo, ao governo de Dona Suely, por que nós ganhamos Secretária, as eleições dizendo que íamos cuidar da educação! O ponto principal, era a Educação e a Saúde desse Estado e, eu tenho certeza que as coisas estão melhorando! Eu tenho andado, tenho visto algumas escolas limpas, algumas escolas recuperadas, os professores principalmente do interior do Estado, por onde eu ando, ando também em comunidades indígenas, e não são todos que estão desgostosos com a educação, não são todos que estão reclamando, tem muitos professores que estão parabenizando, então, é por isso que queremos aqui parabenizar a Deputada Lenir, por conduzir essa reunião com muita transparência, ela já esteve do lado onde está a Secretária Selma, tivemos por várias vezes quando fazíamos parte da Comissão de Educação no mandato passado e a Deputada Lenir veio por várias vezes na sala de reuniões pra dar satisfação das indagações que o povo queria saber, pois a gente provocava e convocava, então, nós estamos aqui unidos e quero pedir a todos os Deputados que se debrucem no Plano da Educação, para sair um Plano transparente, que vá contemplar toda classe dos professores, a classe que faz esse Estado crescer, que é os professores desse Estado. Secretária Selma, então, conte conosco, com a Assembleia Legislativa, conte com a Comissão de Educação, que eu tenho certeza, que a professora Lenir, hoje Deputada Estadual e Presidente da Comissão, ela já esteve daquele lado de lá, ela conhece muito bem a educação e ela vai ter muitas ideias para nos ajudar a sair desse caos que esse Estado de Roraima passa, mas tenha certeza que Deus está conosco, que Deus está com os professores e nós vamos vencer sim, as dificuldades, elas são eminentes, mas (interrompido com protesto da plateia),

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Então, para encerrar, Deputada Lenir, estou satisfeito pela sua convocação, a Secretária Selma e as perguntas, eu acho que foram todas respondidas a contento como deve ser Secretária Selma responde a pergunta.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Boa noite a todos! Queria cumprimentar todos os colegas Deputados e todos os componentes na mesa, na pessoa do meu amigo Venilson, Procurador-Geral do Estado. Eu fiquei ouvindo atentamente e, às vezes, eu me pergunto: - Se já sabia, tanto pelos Deputados, que eram oposição no governo passado, da situação crítica que se encontrava o Estado, por que é, que concorreram a eleição? Por que prometeram, por exemplo, aos professores durante a campanha, que era legítima a GID, a manutenção e corporação da GID, no serviço do professor? Eu entendo que é legítimo! Como todos sabem aqui, minha mãe é professora aposentada e eu sei qual é o sofrimento de um professor, de não ter condições digna de salário e nem condições para trabalhar. E a GID nada mais é, do que um reconhecimento para aquele que está em sala de aula e, se ele aposentou-se, tem que levar, tem que ter direito, tem que se criar regras, de que forma vai ser descontado isso, Doutor Venilson, isso aí a PROGE tem como ajudar, por que tem excelentes Procuradores, para poder ajudar nisso aí. Então, eu entendo que tem que ter o reconhecimento para o professor no piso salarial. Eu tenho algumas perguntas, e depois eu gostaria de fazer um requerimento a Presidenta da mesa. É, já que, a gente veio aqui para ouvir a Secretária e foi aberto pra que outros Secretários também fossem ouvidos e, é a primeira vez que eu vejo acontecer desde que eu estou nessa casa, eu gostaria que também fosse dado espaço, para que o representante da OPI - Organização dos Professores Indígenas e do SINTER - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima, pudessem fazer perguntas, afinal, nós estamos aqui de forma democrática num debate, buscando uma solução para educação do nosso Estado, gostaria que Vossa Excelência, como Presidente se pronunciasse referente a esse meu requerimento e depois eu gostaria de fazer minhas perguntas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Deputado, o Senhor poderia fazer primeiro as suas perguntas e depois eu apreciarei o requerimento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Eu ouvi atentamente a Secretária, falar sobre o transporte escolar, e as dificuldades, eu acredito realmente nessas dificuldades, eu acredito Secretária que tem que ser apurado tudo que for de irregularidades, doa a quem doer, o Governo que for eu não estou aqui para defender Governo A ou Governo B, eu estou aqui para defender as pessoas que acreditaram e me elegeram, pra eu estar aqui defendendo os interesses delas, então, eu quero que fique claro isso aqui,

independente de qual Governo. É como a Deputada Lenir falou e eu ia falar se ela não tivesse dito, dívidas se acumulam de Governo para Governo, e isso é normal tem que se ter uma boa gestão e apurar as irregularidades, quem cometeu as irregularidades que pague por ela, que responda por ela, então, a senhora vai ter realmente dificuldades orçamentárias, financeira, mas a gente precisa de um norte e a minha pergunta é simples, a minha pergunta é referente à gestão. Se existe toda essa dificuldade de transporte escolar, e se existem escolas que não estão sendo atendidas, por que motivos existem ônibus parados e novos, que vieram do Governo Federal e não estão sendo usados? Se a questão é financeira, vamos utilizar esses ônibus que estão parados. Então, eu gostaria, só de saber se existe uma explicação plausível, pra não utilização desses ônibus? Por que é recurso público e isso tem que ser utilizado em prol do serviço público! É essa a minha primeira pergunta. Eu pergunto a Presidenta da mesa, se eu faço individualmente as perguntas e aguardo as respostas ou se eu faço todas as perguntas?

A Senhora Deputada, Lenir Rodrigues – Pode fazer todas as perguntas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Eu posso fazer separadamente, me permita fazer separadamente as perguntas, como a Senhora fez ouvir a resposta primeira da Secretária, para ai então fazer a segunda pergunta?

A Senhora Deputada, **Lenir Rodrigues** – ok.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – obrigado.

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Quando nós assumimos a Secretaria de Educação, encontramos aqueles ônibus no caminho da escola parados, lá. Existia já, um problema referente ao Secretário anterior, que era o Doutor Leocádio, a respeito da contratação dos motoristas para aqueles ônibus, em princípio, nós mandamos fazer um levantamento do contrato, que tinha sido feito com uma empresa terceirizada, a respeito, para colocar naqueles ônibus e havia irregularidades. O contrato daqueles ônibus é diferenciado, existem algumas normas, para que seja contratado motorista, algumas exigências que o contrato não cumpria, então, nós voltamos pra estaca zero, por que nós nem podíamos usar o contrato que tinha sido feito, nós não tínhamos em nossos quadros motoristas que pudessem ser contratados pra aquilo dali. E fomos até a Procuradoria pra ver o melhor entendimento junto ao Ministério Público, também, por que já existia um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelo Doutor Leocádio, em função daquela questão ali, de não utilização daqueles ônibus. Então, a Doutora Érica, vem acompanhando esse processo esse tempo inteiro, inclusive, o Ministério Público e a PROGE Também! Então, definiu-se que seria feito um credenciamento. E, nós fizemos esse credenciamento, é uma coisa que não é em curto prazo, é demorada, para que a gente pudesse atender, e agora os ônibus já estão, inclusive rodando, a ultima leva de ônibus, daqueles ônibus lá, serão entregues ao Município de Alto Alegre, nós terminamos de finaliza, o processo de verificação das rotas e, aqueles ônibus, atenderam Boa Vista Rural, já estão no PA Nova Amazonia, já estão na Equoterapia e iram ser entregues os últimos para o Município de Alto Alegre.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Secretária, com todo o respeito, se foi feita, uma contratação emergencial de Empresas de Manaus, reforma, obra, ou seja, o que for, com valores superiores à quantia de sessenta milhões. Por que, não foi feito um contrato emergencial, para contratar esses motoristas e colocar esses ônibus pra rodar na escola? A gente acompanha que está faltando alguns critérios, estão faltando critérios pro Governo atual, que critique qualquer Governo que passou, mas que se dê soluções, por que o quê a sociedade espera, é ver o transporte escolar chegar na porta da sua casa e levar seu filho com segurança e atender o Estado. Então, eu espero que a senhora consiga uma saída o quanto antes, pra que a gente possa solucionar esse problema. Essa questão financeira do Estado, ela não pode ser desculpa de Governo nenhum, seja o de vocês, seja o do passado, ou seja, o próximo que vier, nós temos que ter soluções para os problemas, por que é a sociedade quem sofre com isso. A senhora já falou que está providenciando, que está acompanhando e, eu fico feliz, mas espero que o quanto antes, esses ônibus comecem a rodar para atender em nossa população.

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Caro Deputado, eu só gostaria de esclarecer uma coisinha.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Pois, não.

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Esses ônibus, eles resolvem muito pouco da nossa situação, por que a maior parte das nossas situações de problemas no transporte escolar, é justamente na parte mais difícil das Comunidades Indígenas e do Interior, e esses ônibus, a gente não consegue colocar pra rodar lá, por que eles tem um combustível e aditivo diferenciados, nós não temos como manter lá e, também dar manutenção à eles, então é preciso que a gente solucione o mais rápido

possível, concordo plenamente com o senhor, mais aqueles vinte ônibus ali, eles não vão ser a solução, entendeu? A gente tem que organizar rapidamente onde ainda existe problema para que a gente possa resolver esse problema do transporte, mas aquilo dali não é a solução em princípio.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Perfeito Senhora Secretária, mais o pouco pra gente, pode ser muito para a população. E a gente remanejar, os ônibus que podem ser atendido nessa comunidade, à gente vai poder atender essa comunidade, que está, como a Deputada Lenir, falou, sem assistência, é só remanejar a rota, colocar na rota. Bom... A saída quem tem que dar é o gestor da Pasta, eu só estou dando minha sugestão, se a senhora puder analisar, eu fico feliz eu tenho, uma dúvida, hoje a senhora se fez presente na Audiência de Conciliação pela manhã, lá no Fórum? Houve algum entendimento, houve algum ponto que a senhora gostaria de colocar aqui pra gente, que não foi atendido ou que não pode ser atendido das reivindicações, que foi dito aqui, que foram poucos pontos, então se foram poucos e a senhora estava presente, eu gostaria que a senhora dissesse pra mim, quais esses pontos e qual a dificuldade em atendê-los?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Os dois pontos que ficaram pendentes, que não houve o entendimento, foi justamente a GID e o Pagamento das Progressões.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Somente esses dois?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Sim.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – A senhora estava presente na audiência e deu alguma sugestão pra resolver esses dois pontos, qual foi o ponto que realmente não se chegou ao entendimento, era isso que queria saber! A senhora como Secretária e os professores reivindicando, o que foi que a senhora sugeriu para resolver esses problemas?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Não, estava presentes na Audiência uma equipe inteira do Governo. E, a solução há de ser encontrada no âmbito do Governo inteiro. E a situação que nos encontramos hoje, referente aos trinta e nove itens, colocados na pauta de reivindicação da greve, elas não são de solução, a solução não se encontra só no âmbito da Secretaria de Educação, não. É necessário que haja um engajamento dentro da Pasta de Planejamento, dentro da Pasta Financeira, é tudo um contosto, infraestrutura é tudo! Então, não se resolve essa questão dos trinta e nove itens só com a Pasta da Secretaria da Educação, tem toda uma equipe coordenando essas questões e respondendo aquela pauta lá.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Não, perfeito, eu entendo! Eu quero saber o seguinte: - A senhora estava presente e apresentou, como Secretária, como Gestora, a tua opinião, referentes a esses pontos ou não?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Não, quem estava me representando e representando a equipe como um tudo, comandando essas reivindicações era o Procurador.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – A senhora não estava presente na reunião?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Hoje de manhã?

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Sim.

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Não.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – E, como é que foi mandada uma justificativa para a Assembleia, dizendo que a senhora não viria para a Audiência pela manhã,

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – A justificativa não foi essa.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Um momento Secretária, o que foi dito aqui na Assembleia hoje pela manhã, é que Vossa Excelência, não iria vir, atente pelo requerimento aprovado por essa casa, em virtude de estar numa Audiência de conciliação. Então, se a informação foi equivocada, amanhã eu quero providências da Mesa Diretora.

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Caro Deputado, a resposta que nós mandamos, a solicitação que nós mandamos, então tem uma leitura equivocada. Nós colocamos que, nós estávamos esperando o resultado da Audiência de Reconciliação. Foi esse o teor do ofício.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Pronto à senhora já respondeu a minha pergunta, eu vou fazer minha ultima pergunta, Deputada e em seguida eu gostaria que o meu requerimento fosse analisado pela Presidência, tá? Eu fui procurado pelos professores, que ficaram inconformados com a declaração que a senhora prestou em uma entrevista na rádio, dizendo que: - Quando a senhora assumiu a Pasta, tinham vários professores ganhando sem trabalhar, sem efetivamente trabalhar, né? E eles ficaram muitos indignados, e eles pediram que eu fizesse uma pergunta pra senhora. No Governo passado, em qual escola, em qual turma e qual disciplina, Vossa Excelência, exercia suas funções?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Bom, a última escola até o ano de 2013 em que eu trabalhei eu estava lotada, por

que no ano de 2014 eu já estava em processo de aposentadoria, foi a escola Coema Souto Maior, e eu ministro aula de história na educação de jovens e adultos no turno noturno.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – A Senhora, deu aula até que período?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Até 2013.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Até 2013?

A Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – É.

O Senhor Deputado, **Jorge Everton** – Ok, satisfeito Presidente.

A Senhora Presidente, **Lenir Rodrigues** – O seu requerimento, nós apreciamos e detectamos que o representante da OPIRR, se encontra, mas indicou o professor Mário Belarmino, o Secretário Geral da OPIRR, para representar a OPIRR e não detectamos no auditório o professor Ornildo Roberto, ele estava cedo, mais agora nesse momento a equipe do cerimonial, não o localizou. Então nós vamos deferir o pedido, professor Mário Belarmino, o senhor pode fazer suas considerações e fazer algum questionamento no prazo de cinco minutos.

O Senhor Professor, **Mário Belarmino** – Excelentíssimos senhores Deputados, boa noite, Professores indígena e não indígenas alunos indígenas e não indígenas Senhora Presidente e Senhora Secretária, saúdo a todos com cordial boa noite, considerações indígenas também e me reter a palavra apenas no que me diz respeito ao que vivenciamos esses últimos dias e perguntar a Senhora Secretária se a Pasta hoje, em discussão nessa Casa, chegou a esse ponto, não daria nesse momento desse governo e a Vossa Excelência perceber, que é necessário uma mudança e aí sim nós continuaremos o diálogo? Para que isso possa acontecer, me limito a isso Senhora Secretária, porque já chegamos ao extremo e isso requer uma mudança imediata por parte política, até mesmo, respeito às comunidades indígenas, porque senhora governadora ganhou em todas, sem exceção e deveria ter trabalhado nisso com mais cautela e mais carinho antes de chegar a esse ponto, então Senhora Secretária, dá para perceber os anseios da população, não tanto indígena, como toda a população roraimense que aqui se encontra representada, por esses alunos, pais e todas as lideranças.

O Senhor Deputado, **Odilon Filho** – Obrigado Senhora presidente, quero agradecer e cumprimentar a todos os Secretários na pessoa da nossa Secretária de Educação e dar as boas vindas a ela nesta Casa, a minha pergunta aqui, é com relação o contrato de 60 milhões. Secretária esse contrato de 60 milhões contempla todas as escolas do Estado e também a revitalização de todas as escolas no andamento dele, durante a sua execução ou se quando encerrar, ele está limitado a tantas escolas ou depois vamos ter que licitar de novo?

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Não, nós estamos obedecendo ao que temos de orçamento, nós aderimos a uma ata que tem esse valor estimado, não significa que nós temos esse dinheiro para gastar, nós estamos fazendo de acordo com o que temos em orçamento, outra coisa até agora, foi empenhado um pouco mais de quatro milhões, conforme nós vamos tendo dinheiro para o processo de revitalização nós vamos fazendo, mas o senhor sabe que tem algumas escolas, até no seu município, que não entra nessa categoria de revitalização, a escola está no chão, nós vamos ter que fazer uma reconstrução total, porque esse processo não contempla o senhor é sabedor disso, como tem em outros lugares, agora mesmo, recentemente, mandamos fazer uma avaliação em algumas escolas indígenas, para ver qual a situação delas para ver se elas são contempladas ou não, porque têm algumas que não podem ser contemplada com a revitalização e sim, com uma reforma total e bom que se diga isso, essa ata que nós aderimos, ela tem um valor total mais não estamos usando na totalidade, nós vamos usar de acordo com o que temos de financeiro, é estimado, é o que chamamos de empenho estimativo.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Outra pergunta redirecionada ao nosso Secretário da fazenda, o que muito me preocupa, que quando ele passou aqui, a situação do estado que a receita não cobre mais as despesas e minha pergunta, é no sentido se a Secretária já está com um planejamento como prevenção, porque se não, vai chegar uma situação que vai atrasar o salário do décimo aí essa situação me preocupa muito, quero saber, quais são as medidas que o estado esta providenciando?

O Senhor, Secretário de Estado da Fazenda, **Kardec Harson Silva** – O Estado de Roraima, com toda essa situação, com essa crise, a primeira medida que foi adotada para equilibrar todas essas contas públicas do Estado, foi de imediato, editado um Decreto pela Senhora Governadora, suspendendo o pagamento que resta a pagar de 180 dias, logo em seguida, foi editado outro Decreto, instituindo um comitê, com a finalidade específica de controlar os gastos públicos, no terceiro momento, foi editado um outro Decreto, pela primeira vez nesse estado de Roraima

foi feito contingenciamento de gastos públicos no total de 120 milhões de reais, logo em seguida, foi editado outro Decreto que pela primeira vez se respeitou a lei de responsabilidade fiscal e foi liberado trimestralmente a cota financeira para que pudesse de fato, controlar essas ações relacionadas aos gastos público, com essas medidas, o Estado vem mantendo o pagamento dos poderes em dias, vêm mantendo o pagamento de todos os servidores do Estado, vem mantendo todas as despesas correntes do Estado, inclusive, pagou um total de 16 milhões da dívida do governo passado e várias outras dívidas que totalizam em torno de 150 milhões de reais. O Estado de Roraima, está nesse momento, lançando alguns pacotes de contenção de gastos público, quando precisar do apoio dessa Casa para que possamos editar algumas dessas medidas que tem por finalidade conter o gasto públicos e por outro lado, aumentar a arrecadação de tributos, então, há realmente uma preocupação imensa em equilibrar essas contas públicas, porque com relação ao endividamento, as dívidas que foram contraídas nos últimos cinco anos, elas vão implicar no dispêndio, num todo de 25 milhões de reais pelos próximos 20 anos. A partir do ano que vem o Estado de Roraima, vai está endividado, a partir do mês de julho do ano que vem em 10 milhões de reais a mais, vamos começar a pagar a primeira parcela do empréstimo de 260 milhões, que foi feito da (ACERR), a partir de primeiro de janeiro, 5 milhões de reais, e julho do ano que vem, a primeira parcela do outro empréstimo de 262 milhões de reais, que totaliza 10 milhões de reais a partir de julho. Vamos ter uma dívida pública de mais de 30 milhões a mais.

O Senhor Deputado, **Odilon Filho** – Então, para Vossa Excelência, com essas contenções e ajustes fiscais que estão sendo providenciados, podemos ficar tranquilos que o Estado vai dar continuidade a sua programação financeira, vai estar estável?

O Senhor, Secretário de Estado da Fazenda, **Kardec Harson Silva** – O Estado Brasileiro, o pacto federativo, a nível de União, todas as unidades da federação estão adotando providências, o próprio ministro da fazenda Joaquim Levi, amanhã vai ter uma reunião em Brasília, da qual Secretária irá participar, nos vamos tratar da recuperação da receita Estado. Tem algumas unidades da federação que estão parcelando o pagamento dos servidores públicos, tem alguns Estados que estão com as contas bloqueadas.

O Senhor Deputado, **Odilon Filho** – Minha presidente, eu quero fazer um pedido a nossa Secretária de Educação com relação à escola de Caracará, quero pedir que a Senhora nos ajudasse nesse sentido, de dar agilidade a nossa querida Escola Presidente Castelo Branco, muito obrigado.

O Senhor, Secretário de Estado da Fazenda, **Kardec Harson Silva** – Mais uma informação, já está nessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei, que é o projeto de cidadania fiscal, é projeto CPF – Cadastro de Pessoa Física, na nota, então, esse projeto, na nossa estimativa, quer arrecadação de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Só com essa medida, vamos incrementar mais de 20% no estado de Roraima e outras medidas que estamos adotando no nível de Secretaria de Fazenda. Para a sonegação fiscal no Estado de Roraima, a gente pretende incrementar a arrecadação de ICMS no ano que vem e ao mesmo tempo, criar condições e benefícios fiscais, obviamente com anuência no CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária para que possamos desenvolver o agronegócio no Estado de Roraima, para que gere riqueza e renda de contra cheque.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Muito Obrigado Secretário Kardec, Professor Ornildo Roberto! Deliberamos um Requerimento do Senhor Deputado Jorge Everton, para ouvirmos um representante da OPIRR e o Presidente, professor Misaque, designou o professor Mário Belarmino, já ouvimos e o Senhor tem até cinco minutos para usar a tribuna para fazer algum questionamento ou alguma consideração, fique à vontade, seja bem vindo! Informamos ainda ao senhor que contemplamos durante essa Audiência os questionamentos da Audiência Pública conduzida pelo senhor deputado Evangelista Siqueira, citando inclusive os nomes das pessoas que fizeram os questionamentos para as quais sua Excelência, a senhora Secretária de Educação, respondeu para a categoria.

O Senhor Presidente do SINTER, Professor **Ornildo Roberto** – Boa noite! Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão de Educação, Deputada Lenir Rodrigues, em nome da qual cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes e demais autoridades. É um momento muito importante e profícuo para os trabalhadores em Educação e para a sociedade do nosso Estado, termos nesta Casa a oportunidade, sabermos alguns esclarecimentos da senhora Secretária de Educação, que até que enfim resolveu vir a esta Casa depois de três tentativas, ela realmente teve a missão de vir a esta Casa, no primeiro momento, uma falta de desrespeito aos Senhores Parlamentares, desta Casa e aos Servidores em Educação, no segundo momento idem, por fim a terceira vez, acredito que um gestor

público tem a obrigação de vir a esta Casa para prestar esclarecimentos aos Senhores Parlamentares porque são representantes do povo e aos trabalhadores em Educação, nesse momento quero dizer que é muito importante estarmos aqui para que possamos buscar esclarecimentos no que diz respeito a questionamentos e a situação a qual se encontra o nosso Estado. Gostaria de dizer aos Senhores Parlamentares, que hoje estamos aqui nessa tribuna e estamos, também, num movimento grevista pela segunda vez neste ano, em virtude de termos um acordo com o Governo do Estado no mês de março, onde protocolamos uma pauta de reivindicações e que naquele momento os trabalhadores em Educação deram um voto de confiança para este governo, acreditaram que era possível, realmente, confiar neste Governo e simplesmente o Governo não cumpriu com aquilo que acordou conosco, ou seja, destratando os trabalhadores em Educação, faltando com respeito a esses profissionais, que na verdade, o Governo tanto diz e prega que veio para modificar para nesse momento transformar a Educação em nosso Estado, não está realizando na prática aquilo que tanto prega, mas gostaria de saber da Senhora Secretária de Estado da Educação, qual é o Orçamento Senhora Secretária que o Estado dispõe para com a Educação? Gostaria de dizer também à Senhora Secretária que esse atual governo fala muito em relação a como encontrou este Estado, em uma situação degradante e por isso não tem condições de arcar com alguns compromissos do Estado, para com os trabalhadores em especial, o pagamento das progressões que estamos atrasados desde dois mil e onze, veja bem, só para lembrar os pagamentos do FPE, no ano de dois mil e quatorze, é mais de sessenta e três milhões, tendo como despesas aproximadamente cinquenta e um milhões, tendo uma sobra só de doze milhões e mesmo assim o governo não foi capaz, realmente de pagar as progressões dos professores, vemos que falta vontade política do atual Governo, falta, realmente, vontade de investir na Educação, de valorizar os profissionais da Educação, pois entendemos que, em Educação não se improvisa, em Educação se investe e tem que investir em Educação para que tenhamos um futuro assegurado dos nossos jovens e adolescentes, dos nossos estudantes, portanto, gostaria de ouvir da senhora Secretária da Educação a resposta com relação à pergunta feita pelo representante da OPIRR, na verdade a Senhora Secretária da Educação, não respondeu. Portanto, queremos dizer que, nós trabalhadores em Educação, estamos mais uma vez em greve, simplesmente por culpa deste Governo, os trabalhadores em Educação querem, não pediram para fazer greve. Mas foi o Governo que induziu, foi o Governo que faltou, realmente, com seus compromissos, com suas responsabilidades e com sua palavra para com os trabalhadores em Educação, queremos sim, negociar, queremos que o Governo reabra o diálogo para que realmente possamos ter na Mesa do diálogo condições de dialogar e discutir com o Governo de forma adulta e inteligente que nós somos, queremos sim, fazer com que o Governo pense e repense que a Educação é a mola propulsora de todo e qualquer desenvolvimento de uma sociedade e que, portanto, tem que tratar a Educação de forma diferenciada, tem que tratar a Educação com respeito e com valorização dos profissionais em Educação, muito obrigada Senhora Secretária e Senhora Presidente da Comissão.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Com a palavra, a Senhora Secretária de Estado da Educação, para responder sobre o Orçamento.

A Senhora Secretária de Estado da Educação, **Selma Mulinari** – Bom, o nosso Orçamento é em torno de quinhentos e sete milhões, trezentos e sessenta e dois do FUNDEB e cento e quarenta e quatro milhões de MDE, isso é público, qualquer pessoa tem acesso ao Orçamento, eu acho que, também, Ornildo, essa é a pergunta que me cabe responder, porque as demais perguntas foram amplamente debatidas na Audiência de Conciliação, entendo que minha presença foi solicitada aqui nesta Casa para fazer esclarecimento sobre questões da Educação nesse Estado, eu não me neguei a responder pergunta nenhuma, muito pelo contrário, minha equipe está aqui, para que fossem debatidas sobre esse assunto, agora, as pautas da greve foram discutidas no âmbito da Audiência de reconciliação, então, entendo que não pairou nenhuma dúvida a respeito disso ai.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Finalmente, a palavra está com o Senhor Deputado **Mecias de Jesus**.

O Senhor Deputado, **Mecias de Jesus** - Senhora Presidente, percebo que Vossa Excelência já vai encerrar os trabalhos, já ia fazer considerações finais, vou fazer, também, algumas considerações finais. Vejo que de repente estão querendo tornar essa causa na Secretária de Educação como se fosse uma causa pessoal com a professora Selma, vejo muita gente com placas, “Sai Selma”, “Fora Selma”, se isso resolvesse o problema era muito... (gritos)

O Senhor Deputado, **Mecias de Jesus** - Isso não resolve o problema, tirar a professora Selma da Secretaria de Educação não vai resolver o problema, o que vai resolver o problema da Educação são

recursos, planejamento, trabalho e dedicação que eu sei que ela esta fazendo lá, é preciso que tenhamos o discernimento de entender que não basta ser uma causa pessoal e dizer que ela tem que sair de qualquer jeito, porque se ela não sair, o problema vai continuar, então, não estão querendo resolver o problema da Educação, estão querendo é a cabeça da Secretária. O Governo não pode agir dessa forma e a Secretária não está faltando com o trabalho dela e a dedicação, o que ela não pode faltar é o diálogo, Monteiro Lobato dizia que: “*Um País se faz com homens e livros*”, mas tem que ter diálogo também, esse diálogo é preciso que permaneça. Muito obrigado senhora Presidente era isso que eu tinha a dizer.

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Agradeço a presença dos Senhores Deputados da Comissão, Vice-Presidente deputado Evangelista Siqueira, Membros, Deputados: Francisco Mozart, Masamy Eda, Mecias de Jesus, bem como todos os demais Deputados que estiveram presentes nesta Audiência. Com a palavra o Senhor Deputado, **Brito Bezerra**.

O Senhor Deputado, **Brito Bezerra** – Só para informar aos senhores Deputados aqui presentes, às autoridades, ao comando de greve SINTER, aos indígenas, que na Audiência de conciliação, foi proposto pelo representante do Governo, estava lá a Secretária da Casa Civil, nosso Procurador-Geral e foi proposto que nessa próxima terça feira, a pauta voltasse a ser discutida, a proposição é do Governo, nós estamos abertos e queremos receber o SINTER, queremos elaborar junto com o SINTER um cronograma para pagamentos das progressões, a Governadora Suely Campos, irá pagar todas as progressões, foi convidado o SINTER, para no dia vinte e quatro se reunir com o Governo e montar junto esse cronograma para a possibilidade de pagamentos das progressões, eu não sei se o SINTER está disposto a partir do dia vinte e quatro, Ornildo, sentar e conversar sobre essas progressões, vamos fazer um cronograma para pagamento das progressões, sobre a GID, também, o Governo do Estado está disposto a conversar, de uma maneira legal, que nós possamos encontrar uma maneira legal de ajudarmos nessas percas salariais a partir da GID. Queremos encontrar uma maneira legal, porque Educação no Governo Suely Campos, no Governo do Povo é prioridade, Também, está inserida na pauta essa questão da GID, Vossa Excelência esta convidada para na terça feira, participar dessa reunião com o Governo do Estado. A questão Indígena, aqui eu quero me reportar diretamente a nossos irmãos indígenas, o Plano da Educação está na Assembleia Legislativa, está sob o comando da Senhora Deputada Lenir Rodrigues, bem como a comando de todos os Senhores Deputados da Comissão de Educação e o Senhor Deputado Evangelista Siqueira que é da nossa Base do Governo e representa a Educação aqui no nosso bloco, porque também é Professor como a Professora Selma e a Professora Lenir, tem autoridade, dada pela Senhora Governadora Suely Campos para trabalhar junto com os demais membros da Comissão de Educação e atender na íntegra as reivindicações dos irmãos indígenas aqui nesta Casa, eu falo na íntegra, é a determinação da senhora Governadora Suely Campos, na íntegra, todos os pontos serão atendidos e que o diálogo esta mantido aberto, mesmo sendo Decretada a ilegalidade, o Governo é Democrático, o Governo quer conversar, quer atender às reivindicações da Educação que, é prioridade do nosso Governo. Obrigado Senhora Presidente e também, parabenizar Vossa Excelência pela condução dos trabalhos e a todos que estiveram aqui, parabenizar inclusive vocês que estiveram aqui, Professores, Alunos e Pais de alunos que estiveram presentes e se manifestaram de maneira ordeira e pacífica, parabéns a todos!

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Gostaríamos de informar que a Comissão de Educação em reunião ordinária, já deliberou que irá apreciar e fazer Emendas de Comissão conforme o Plano Estadual de Educação, aprovado pelo Conselho Consultivo e Deliberativo da Política Pública da Educação do Estado de Roraima, que é o Conselho Estadual de Educação que deve ser respeitado, então, essa decisão já foi tomada anteriormente e muito me alegro Senhor Deputado, que a Senhora Governadora já esta com essa intenção de não vetar posteriormente, caso seja aprovado na Casa. Comunico ao Professor Misaque e ao Professor Mario Berlamino, representante da OPIRR, para se mantiver presentes aqui, após essa reunião, porque a Senhora Secretaria Selma Mulinari irá entregar uma carta aos Senhores, enviada pela Senhora Governadora. (*Inaudível*).

A Senhora Presidente Deputada, **Lenir Rodrigues** – Então, nós da Comissão, vamos receber a carta. **Não havendo Deputados inscritos para questionamentos, agradeço a presença de todos os Senhores Deputados e Professores, trabalhadores da Educação Básica, convidamos a todos para de pé, cantarmos o Hino do Estado e em seguida a reunião esta Encerrada.** (*Execução do Hino do Estado de Roraima*).

Deputada **Lenir Rodrigues**
 Presidente da Comissão